

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**Vitória
Março/2016**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) TCU nº 63/2010, alterada pela IN 72/2013, da Decisão Normativa TCU 146/2015, 147/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015.

Elaboração: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional com a colaboração das demais unidades.

**Vitória
Março/2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REINALDO CENTODUCATTE

Reitor

ETHEL LEONOR NOIA MACIEL

Vice-Reitora

EDEBRANDE CAVALIERI

Chefe de Gabinete do Reitor

PRÓ-REITORES

EUSTÁQUIO VINÍCIUS RIBEIRO DE CASTRO

Pró-Reitor de Administração

ANGÉLICA ESPINOSA BARBOSA MIRANDA

Pró-Reitora de Extensão

MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO CORASSA

Pró-Reitora de Graduação

MARIA LUCIA CASATE

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

ALEXSANDRO RODRIGUES

Pró-Reitor de Assistência Estudantil e Cidadania

ANILTON SALLES GARCIA

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

NEYVAL COSTA REIS JUNIOR

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

ANILTON SALLES GARCIA

DÉBORAH PROVETTI SCARDINI NACARI

JAIME SOUZA SALES JUNIOR

MANOEL FERNANDES NERY

MONICK BARBOSA RIBEIRO FAÉ

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ATIVIDADES, OFERTAS E PRODUÇÕES ACADÊMICAS DO CEUNES.....	43
TABELA 2 - CRONOGRAMA DE CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CCA	46
TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS OFERTADAS, OCUPADAS E MATRÍCULAS	46
TABELA 4 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	46
TABELA 5 - RECEITAS	59
TABELA 6 - NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS, NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES E TAXA DE PREENCHIMENTO DE VAGAS DOS CURSOS DA UFES	65
TABELA 7 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS, ALUNOS EVADIDOS E TAXA DE EVASÃO DA UFES	66
TABELA 8 - ALUNOS DIPLOMADOS, EVADIDOS E RELAÇÃO DIPLOMADOS-EVADIDOS DA UFES..	66
TABELA 9 - OCUPAÇÃO ESPERADA, NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E TAXA DE OCUPAÇÃO DA UFES.....	67
TABELA 10 - VALORES DOS PARÂMETROS	71
TABELA 11 - VARIÁVEIS UTILIZADAS NO CÔMPUTO DO CUSTO CORRENTE	71
TABELA 12 – VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PARÂMETRO AG	72
TABELA 13- VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PARÂMETRO APG.....	72
TABELA 14 – VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SUA TITULAÇÃO	72
TABELA 15 – VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E SEU REGIME DE TRABALHO, INCLUSIVE PESSOAL TERCEIRIZADO.....	73
TABELA 16 – AVALIAÇÃO CAPES.....	73
TABELA 17 - RESULTADO DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU Nº 408/2002 (B.661).....	73
TABELA 18 - RESULTADO DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/2002 (B.662)	74
TABELA 19 - RECURSOS CAPTADOS E RESULTADOS OBTIDOS.....	95
TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE UFES E HUCAM	103
TABELA 21 - PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR (EFETIVOS).....	103
TABELA 22 - PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR TEMPORÁRIOS (CDTs).....	103
TABELA 23 - PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO	103
TABELA 24 - ABSENTEÍSMO POR FALTAS.....	109
TABELA 25 - ABSENTEÍSMO POR LICENÇAS MÉDICAS	109
TABELA 26 - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS	110
TABELA 27 - ROTATIVIDADE (<i>TURNOVER</i>)	110
TABELA 28 - EDUCAÇÃO CONTINUADA.....	111
TABELA 29 - DISCIPLINA	111
TABELA 30 - GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA.....	113
TABELA 31 - DESPESA COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	160
TABELA 32- MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	164
TABELA 33- BALANÇO FINANCEIRO	178
TABELA 34 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	180
TABELA 35 – BALANÇO PATRIMONIAL	184

TABELA 36 - VEÍCULOS DO HUCAM.....	200
TABELA 37 - SGPTI.....	203

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.....	20
QUADRO 2 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	23
QUADRO 3 - APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.....	35
QUADRO 4 - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	37
QUADRO 5 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	39
QUADRO 6 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR.....	50
QUADRO 7 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	51
QUADRO 8 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	52
QUADRO 9 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.....	53
QUADRO 10 - UNIVERSIDADE ABERTA E A DISTÂNCIA.....	55
QUADRO 11 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	56
QUADRO 12 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIO.....	57
QUADRO 13 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	57
QUADRO 14 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	58
QUADRO 15 - PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS.....	58
QUADRO 16 - DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO, EXCETO HOSPITAL.....	61
QUADRO 17 - DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	62
QUADRO 18 - DADOS DO DESEMPENHO OPERACIONAL.....	64
QUADRO 19 - INDICADORES DE GESTÃO E SUAS FÓRMULAS.....	68
QUADRO 20 - SERVIDORES DA AUDITORIA GERAL.....	81
QUADRO 21 - AÇÕES DE AUDITORIA EXECUTADAS.....	82
QUADRO 22 - FORÇA DE TRABALHO DA UPC.....	100
QUADRO 23 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	100
QUADRO 24 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC.....	100
QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR CARREIRA E TEMPO DE SERVIÇO NA UFES.....	101
QUADRO 26 - QUANTITATIVOS DE SERVIDORES POR TIPO DE AFASTAMENTO OU LICENÇA EM 31/12/2015.....	101
QUADRO 27 - DESPESA DE PESSOAL - UFES.....	106
QUADRO 28 - RISCOS IDENTIFICADOS E MEDIDAS PARA MITIGAR OS RISCOS.....	108
QUADRO 29 - PESSOAL TERCEIRIZADO.....	112
QUADRO 30 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	122
QUADRO 31 - IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	123

QUADRO 32 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO	124
QUADRO 33 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UFES	151
QUADRO 34 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	158
QUADRO 35 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.....	163
QUADRO 36 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	167
QUADRO 37 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	168
QUADRO 38 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	169
QUADRO 39 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	170
QUADRO 40 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	171
QUADRO 41 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	172
QUADRO 42 - INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	172
QUADRO 43 - FORÇA DE TRABALHO DO HUCAM.....	193
QUADRO 44 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	194
QUADRO 45 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS.....	194
QUADRO 46 - DESPESA COM PESSOAL - HUCAM	196
QUADRO 47 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE	197

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE COM E SEM HU.....	74
FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROFESSORES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EQUIVALENTES	75
FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ALUNO TEMPO INTEGRAL POR: PROFESSORES EQUIVALENTES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS COM HU E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS SEM HU.	75
FIGURA 4 - EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIVALENTE	76
FIGURA 5 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL	76
FIGURA 6 - FUNCIONÁRIO COM E SEM HU/PROFESSOR.....	77
FIGURA 7 - GRAU DE ENVOLVIMENTO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	77
FIGURA 8 - CONCEITO DA CAPES	78
FIGURA 9 - QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE	78
FIGURA 10 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO.....	79

SUMÁRIO

2	APRESENTAÇÃO.....	12
3	VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	15
3.1	Finalidades e competências institucionais	15
3.1.1	Competências	15
3.1.2	Finalidades.....	15
3.1.3	Orientação filosófica e intenções.....	15
3.2	Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade	16
3.3	Breve histórico do órgão ou da entidade	17
3.4	Ambiente de atuação.....	17
3.5	Organograma	19
3.6	Macroprocessos finalísticos	23
3.6.1	Condução dos macroprocessos.....	24
3.6.2	Principais parceiros	26
4	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	28
4.1	Planejamento organizacional	28
4.1.1	Estágio de implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional	28
4.1.2	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	28
4.1.3	Objetivos estratégicos.....	29
4.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	32
4.3	Desempenho orçamentário	33
4.3.1	Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados	33
4.3.2	Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade	33
4.3.3	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	55
4.3.4	Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	55
4.3.5	Restos a pagar de exercícios anteriores	56
4.3.6	Execução descentralizada com transferência de recursos	57
4.3.7	Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	58
4.3.8	Informação sobre a realização das receitas.....	59
4.3.9	Informações sobre a execução das despesas.....	61
4.3.10	Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo b e cartões de pagamento do governo federal	64
4.4	Desempenho operacional	64
4.5	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho	65
4.5.1	Indicadores específicos.....	65
4.5.2	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberação do TCU	67

4.6	Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos	79
5	GOVERNANÇA.....	80
5.1	Descrição das estruturas de governança	80
5.2	Atuação da unidade de auditoria interna.....	80
5.3	Atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos	85
5.3.1	Atividade de correição.....	86
5.3.2	Apuração de ilícitos administrativos	86
5.4	Gestão de riscos e controles internos.....	87
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	89
6.1	Canais de acesso ao cidadão	89
6.2	Carta de serviço ao cidadão	91
6.3	Aferição do grau de satisfação do cidadão-usuário	91
6.4	Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	92
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	92
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	94
7.1	Desempenho financeiro no exercício.....	94
7.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	94
7.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão	94
7.2.2	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados	95
7.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	97
7.4	Sistemática de apuração de custo no âmbito da unidade	98
7.5	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	99
8	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	100
8.1	Gestão de pessoas	100
8.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	100
8.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	106
8.1.3	Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal	108
8.1.4	Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.....	108
8.1.5	Contratação de pessoal de apoio e estagiários.....	112
8.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	113
8.2.1	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	113
8.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições.....	121
8.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	121
8.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	123

8.3	Informações sobre imóveis locados de terceiros	151
8.3.1	Informações sobre a infraestrutura física.....	151
8.4	Gestão da tecnologia da informação	152
8.4.1	Principais sistemas de informações	153
8.5	Gestão ambiental e sustentabilidade	154
9	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE... 157	
9.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	157
9.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	158
9.3	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	159
9.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/93	159
9.5	Informação sobre a revisão dos contratos vigentes firmado com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	159
9.6	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	160
10	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	161
10.1	Visão geral da unidade.....	161
10.1.1	Finalidades e competências	161
10.1.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade.....	161
10.1.3	Ambiente de atuação	162
10.1.4	Organograma funcional.....	163
10.1.5	Macroprocessos finalísticos.....	164
	Assistência à saúde.....	164
	Processo de contratualização.....	164
	Exames diagnóstico e terapêutico, consultas e internação hospitalar.	164
	Usuários SUS	164
	Unidades assistenciais	164
	Ensino Pesquisa.....	164
	Programas de residência médica e multiprofissional, telessaúde e projetos de extensão.	164
	Assistência e ensino em saúde	164
	Usuários SUS e alunos do Centro de ciências da Saúde	164
	CCS e HUCAM.....	164
10.2	Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional.....	166
10.2.1	Planejamento organizacional.....	166
10.2.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados.....	167
10.2.3	Desempenho orçamentário	167
10.2.4	Desempenho operacional.....	172
10.3	Governança	174

10.3.1	Descrição das estruturas de governança	174
10.4	Relacionamento com a sociedade	175
10.4.1	Canais de acesso do cidadão.....	175
10.4.2	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	176
10.4.3	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade.....	176
10.4.4	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	177
10.5	Desempenho financeiro e informações contábeis.....	177
10.5.1	Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos.....	177
10.5.2	Tratamento contábil da depreciação, de amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração dos ativos e passivos.....	177
10.5.3	Demonstrações exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	178
10.6	Áreas Especiais de Gestão	193
10.6.1	Gestão de Pessoas.....	193
10.6.2	Gestão da tecnologia da informação.....	201
10.7	Relatórios, pareceres e declarações	205
10.7.1	Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios no Sistema Estruturante da Administração Pública Federal	205
10.7.2	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	206
11	ANEXOS E APÊNDICES	207
	ANEXO I - Relatórios CGU-PAD	207
	ANEXO II - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	214
12	INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994.....	239
12.1	Relação das Fundações de Apoio	239
13	RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES.....	268
13.1	Declarações de integridade	268
13.1.1	Declaração de Integridade e completude das informações sobre contratos e convênios no Sistema Estruturante da Administração Pública Federal	268
13.1.2	Declaração de integridade e completude dos no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.....	273
13.1.3	Declaração de cumprimento das disposições da Lei nº 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	274
13.1.4	Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento	275
13.1.5	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	276
13.1.6	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.....	277
13.2	Relatório de instância ou área de correição	278

13.3 Relatório ou e/ou parecer da unidade de auditoria interna	279
13.4 Parecer de Colegiado	299

2 APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é uma Instituição de Ensino Superior (IES) vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e tem como missão: gerar avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais e sociais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, transferindo e socializando conhecimentos e inovações que contribuam para a formação do cidadão, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito regional, nacional e internacional (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019).

Nesses 61 anos de história, a Ufes tem se constituído na principal instituição de ensino superior do Espírito Santo, atuando em todas as áreas do saber, e é, reconhecidamente, uma das bem conceituada do país. Por ser uma das mais sólidas instituições públicas do estado, é responsável por exercer um papel de grande relevância no seu desenvolvimento. Assim, desenvolve com esmero as atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação tecnológica, cujos resultados são listados em tópicos correspondentes.

A Ufes, em atendimento e conformidade com as disposições contidas nas Instruções Normativas nº 63, de 6 de setembro de 2010, e nº 72, de 20 de maio de 2013; nas Decisões Normativas nº 146, de 30 de setembro de 2015, e nº 147, de 11 de novembro de 2015, e na Portaria nº 321, de 30 de novembro de 2015, todas do Tribunal de Contas da União (TCU); bem como na Portaria nº 522, de 4 de março de 2015, da Controladoria Geral da União (CGU); e observando a estrutura do Sistema E-Contas, apresenta o seu Relatório de Gestão de 2015 no formato individual, cujo conteúdo encontra-se distribuído, essencialmente, nos primeiros nove capítulos. No Capítulo 10 – Outras Informações Relevantes, são apresentados os tópicos de responsabilidade do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), órgão suplementar da Universidade, em processo de absorção pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Adicionalmente, o Capítulo 11 contempla os anexos e apêndices do Relatório, enquanto ao Capítulo 12 estão incorporadas as informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958/94. Por fim, o Capítulo 13 é constituído pelos relatórios, pareceres e declarações.

Ressalta-se que, embora os Capítulos 12 e 13 constituam a Prestação de Contas, que decorre de preceito estatutário, eles não compõem o Relatório de Gestão e, observando a estrutura do Sistema E-Contas, serão incorporados em abas próprias definidas pelo TCU.

O Relatório de Gestão da Ufes procura retratar as suas principais realizações, tendo no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 as linhas mestras para a condução das atividades-fim e meio da Universidade, em estreita sintonia com as ações de governo, as quais visam cumprir os objetivos e alavancar o ensino superior no Brasil. O Relatório constitui referencial significativo para avaliar as ações da Administração, mensurar os avanços e evidenciar as principais dificuldades que envolvem a gestão de uma instituição que é complexa pela sua diversidade e heterogeneidade, possibilitando também aos órgãos de controle interno – CGU – e externo – TCU – e à sociedade como um todo avaliar os resultados obtidos e contribuir para o aprimoramento do processo de gestão.

Isso posto, a Ufes registrou, ao final de 2015, a matrícula de 18.776 estudantes na graduação presencial (com a oferta de 99 cursos regulares) e 1.630 matrículas na educação a distância. Os diplomados na graduação presencial devem atingir 2.371 colações de grau, enquanto na educação a distância os cursos tiveram continuidade. Foram registrados 7.120 diplomas de IES particulares e 2.631 diplomas de estudantes da Ufes. Os ingressantes em 2015 totalizaram 4.698 alunos.

A grande dificuldade inerente à graduação presencial é a ociosidade de vagas, não obstante os esforços para promover a ocupação, inclusive com a inserção de novos cursos no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Visando também melhorar a taxa de ocupação, criou-se o Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA), que tem como finalidade a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção e à evasão.

2 APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é uma Instituição de Ensino Superior (IES) vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e tem como missão: gerar avanços científicos, tecnológicos, educacionais, culturais e sociais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo, transferindo e socializando conhecimentos e inovações que contribuam para a formação do cidadão, visando ao desenvolvimento sustentável no âmbito regional, nacional e internacional (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019).

Nesses 61 anos de história, a Ufes tem se constituído na principal instituição de ensino superior do Espírito Santo, atuando em todas as áreas do saber, e é, reconhecidamente, uma das bem conceituada do país. Por ser uma das mais sólidas instituições públicas do estado, é responsável por exercer um papel de grande relevância no seu desenvolvimento. Assim, desenvolve com esmero as atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação tecnológica, cujos resultados são listados em tópicos correspondentes.

A Ufes, em atendimento e conformidade com as disposições contidas nas Instruções Normativas nº 63, de 6 de setembro de 2010, e nº 72, de 20 de maio de 2013; nas Decisões Normativas nº 146, de 30 de setembro de 2015, e nº 147, de 11 de novembro de 2015, e na Portaria nº 321, de 30 de novembro de 2015, todas do Tribunal de Contas da União (TCU); bem como na Portaria nº 522, de 4 de março de 2015, da Controladoria Geral da União (CGU); e observando a estrutura do Sistema E-Contas, apresenta o seu Relatório de Gestão de 2015 no formato individual, cujo conteúdo encontra-se distribuído, essencialmente, nos primeiros nove capítulos. No Capítulo 10 – Outras Informações Relevantes, são apresentados os tópicos de responsabilidade do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), órgão suplementar da Universidade, em processo de absorção pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Adicionalmente, o Capítulo 11 contempla os anexos e apêndices do Relatório, enquanto ao Capítulo 12 estão incorporadas as informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958/94. Por fim, o Capítulo 13 é constituído pelos relatórios, pareceres e declarações.

Ressalta-se que, embora os Capítulos 12 e 13 constituam a Prestação de Contas, que decorre de preceito estatutário, eles não compõem o Relatório de Gestão e, observando a estrutura do Sistema E-Contas, serão incorporados em abas próprias definidas pelo TCU.

O Relatório de Gestão da Ufes procura retratar as suas principais realizações, tendo no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 as linhas mestras para a condução das atividades-fim e meio da Universidade, em estreita sintonia com as ações de governo, as quais visam cumprir os objetivos e alavancar o ensino superior no Brasil. O Relatório constitui referencial significativo para avaliar as ações da Administração, mensurar os avanços e evidenciar as principais dificuldades que envolvem a gestão de uma instituição que é complexa pela sua diversidade e heterogeneidade, possibilitando também aos órgãos de controle interno – CGU – e externo – TCU – e à sociedade como um todo avaliar os resultados obtidos e contribuir para o aprimoramento do processo de gestão.

Isso posto, a Ufes registrou, ao final de 2015, a matrícula de 18.776 estudantes na graduação presencial (com a oferta de 99 cursos regulares) e 1.630 matrículas na educação a distância. Os diplomados na graduação presencial devem atingir 2.371 colações de grau, enquanto na educação a distância os cursos tiveram continuidade. Foram registrados 7.120 diplomas de IES particulares e 2.631 diplomas de estudantes da Ufes. Os ingressantes em 2015 totalizaram 4.698 alunos.

A grande dificuldade inerente à graduação presencial é a ociosidade de vagas, não obstante os esforços para promover a ocupação, inclusive com a inserção de novos cursos no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Visando também melhorar a taxa de ocupação, criou-se o Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA), que tem como finalidade a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção e à evasão.

Na pós-graduação, vale ressaltar a tendência à expansão e melhoria do Conceito Capes (da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Assim, no ano de 2015, ingressaram na pós-graduação um total de 4.709 alunos, sendo 3.444 matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 1.265 em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Ao longo do exercício, foram efetuadas 844 defesas, abarcando alunos de mestrado e doutorado nos 55 Programas de pós-graduação, dos quais, 47 cursos de mestrado acadêmico e oito de mestrado profissional, além de 24 cursos de doutorado. Em relação à especialização, foram ofertados sete cursos ao longo do ano de 2015.

Na pesquisa, segundo a base de dados *Scopus*, a Ufes publicou 530 artigos em 2015, considerando todos os seus pesquisadores. Na base de dados da pesquisa, contabiliza-se 4.489 projetos em andamento e 971 finalizados.

Na atividade de extensão, os resultados alcançados totalizam 806 iniciativas apoiadas nas áreas de Comunicação Social, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, totalizando um público de 1.444.529 pessoas atendidas nas ações desenvolvidas em 115 programas, 521 projetos não vinculados, 54 cursos presenciais, 11 cursos não presenciais e 105 eventos.

Em relação ao Proext, a UFES realiza um acompanhamento permanente dessas atividades, executando, em 2015, um total de 15 ações, sendo nove programas e seis projetos, envolvendo docentes, discentes da graduação, discentes da pós-graduação, servidores técnico-administrativos e pessoas das comunidades externas, sempre com vistas a estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes e, assim, proporcionar uma atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.

Ressalta-se a contribuição da Universidade na formulação e na gestão das políticas públicas nas áreas de saúde, meio ambiente, direitos humanos e educação, nas suas diversas linhas de atuação. Em que pese os consideráveis resultados obtidos na extensão e no Proext, fatores como cortes orçamentários, número insuficiente de bolsas para apoio às atividades e para incentivo aos envolvidos, bem como restrições de natureza legal, dificultam o alcance de patamares mais significativos no que se refere a essas atividades.

No âmbito da assistência estudantil, foram viabilizados 89.392 benefícios, considerando-se somente auxílio-transporte, auxílio-moradia e auxílio-material contabilizados mês a mês. A esse número, devem ser somadas as refeições fornecidas nos Restaurantes dos *campi* da Ufes, as quais totalizaram 414.510 refeições, fornecidas a estudantes com 50% de gratuidade e a estudantes com isenção total. Cada refeição foi considerada um benefício que, adicionado aos demais, sinaliza a concessão total de 503.902.

O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) é composto pela Biblioteca Central, órgão suplementar da Ufes, e sete bibliotecas setoriais, registrando-se, em 2015, o recebimento de 3.081 títulos e 12.124 exemplares com recursos de 2014, o que é comum em face das dificuldades na entrega; a aquisição de 103 *e-books*, oito assinaturas de periódicos nacionais impressos, 16.501 títulos de periódicos estrangeiros eletrônicos, que se encontram na base de dados *Vlex e Academic Search Complete*, cuja renovação da assinatura foi efetuada em 2015, além de 5.306 exemplares de livros e 177 periódicos recebidos por doação.

Dessa forma, o acervo do SIB, em dezembro de 2015, passou a contar com 157.274 títulos e 356.562 exemplares de materiais impressos (livros, teses, dissertações e multimeios), enquanto o acervo de periódicos totaliza 2.722 títulos e 134.215 fascículos. Nesse ano, algumas atividades e projetos não tiveram o desempenho esperado em razão do longo período de greve dos servidores e do contingenciamento orçamentário da verba para investimentos.

No que concerne às ações de internacionalização da Universidade, os objetivos, como preconizados pelos principais órgãos de fomento nacionais (Capes e CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), são desenvolver as atividades da pós-graduação no contexto mundial e apoiar grupos de pesquisa por meio do intercâmbio internacional, buscando a excelência da nossa pós-graduação. Implementou-se, em 2015, 891 bolsas no contexto do programa Ciências sem Fronteiras, das quais 806 foram para estudantes da graduação, 51 do doutorado sanduíche, 16 do doutorado, dez da pós-doutorado, quatro para visitantes especiais e quatro para jovens talentos. Os principais países de destino do processo de internacionalização são: Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá, Alemanha e França, abrangendo as áreas de engenharia e novas tecnologias e biologia, biomédicas e saúde, seguidas por indústria criativa e ciências exatas e da terra.

Nas questões relativas à avaliação de cursos, a Secretaria de Avaliação Institucional (Seavin) participou ativamente dos preparativos para as visitas de “avaliação *in loco*” realizadas pelos examinadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep/MEC). Essas avaliações são parte das atividades de supervisão e regulação da educação superior, cujos objetivos são o reconhecimento ou a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. Assim, houve uma atuação direta das coordenações de cursos e demais dirigentes acadêmicos, bem como da Administração Central da Ufes, no sentido de aperfeiçoar o processo de melhoria da qualidade do ensino nos cursos ofertados.

A atividade de gestão, apesar das dificuldades, esteve voltada à integração das diversas atividades da instituição, no intuito do melhor cumprimento da missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional. Há que se assinalar, entretanto, que a realidade econômica do país exigirá mais eficiência nos processos e qualidade e efetividade nos gastos, sem que se comprometa o padrão dos produtos e serviços ofertados à sociedade. Não há dúvidas, contudo, que as atividades são, de certa forma, prejudicadas com o contingenciamento e as restrições de natureza orçamentária.

3 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1 Finalidades e competências institucionais

3.1.1 Competências

A Ufes é uma Instituição de Ensino Superior de natureza autárquica, ligada ao Ministério da Educação, e goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No exercício de sua autonomia, observadas as normas vigentes, pode criar, organizar e extinguir, em seu domínio, cursos e programas de educação superior; fixar os currículos dos seus cursos e programas; estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artístico-cultural e atividades de extensão; definir oferta de vagas, conferir graus, diplomas e outros títulos; celebrar acordos e convênios; reformar seu estatuto e regimento; aprovar planos e projetos de investimentos; e receber doações resultantes de convênios com entidades públicas e privadas.

3.1.2 Finalidades

A Ufes possui vocação e atua em todas as áreas do saber, tendo as seguintes finalidades estatutárias:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e para colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas na Instituição.

3.1.3 Orientação filosófica e intenções

A gestão da Universidade, orientada por princípios de gestão estratégica, envolve ciclos periódicos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão. Esses princípios, preconizados no PDI 2015-2019, constituem elementos norteadores das ações executadas pela Ufes.

Ademais, enquanto instituição universitária de caráter público e de excelência acadêmica, requer, em função do contexto contemporâneo de suas relações, que os ideais e valores que a consubstanciam lhe permitam pensar e atuar com inserção política e atitude ética, tendo como princípio pedagógico institucional e como fundamento do projeto pedagógico de cada curso, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Historicamente situada, tende a expressar as complexas e contraditórias relações que constituem a sociedade da qual emerge. Fundamentalmente, no entanto, porque pensa e atua, tem que transcender esse nível de relação e contribuir para a definição de políticas rigorosas, coerentes e articuladas com uma sociedade diferenciada em seus princípios e valores humanos.

Sua competência científica e técnica se fortalece pela sua interlocução com as necessidades da sociedade, não apenas pelo viés de interlocução estreita e mercadológica de formação superior ou de treinamento técnico, mas no sentido pleno da produção da cultura, do fazer ciência, do desenvolvimento e transferência da tecnologia e da responsabilidade social. Nesse cenário, tem-se marcada atenção e preocupação para com a elitização da academia, em especial pela perspectiva de impedir que se aparte do contexto local e se isole estrategicamente.

A produção de conhecimento demanda intercâmbio e trabalho coletivo permanente, com a compreensão de que as unidades acadêmicas de produção de conhecimento não atuam isoladas, mas como rede, relacionando-se com unidades congêneres; seja pela troca de informações impressas ou eletrônicas ou por meio de publicações científicas, seja pela participação em congressos e similares ou por conferências gerais, de alcance nacional e internacional; seja por visitas a laboratórios ou outros espaços de pesquisa. Essa rede pode incluir entre seus participantes: estagiários, estudantes de outras instituições, técnicos, pesquisadores, docentes, sociedade.

Sistemas contemporâneos de conhecimento são inter-relacionados. Nesse cenário, a aprendizagem de uma profissão exige qualificação complexa, apreendida e exercitada em suas múltiplas relações. Pressupõe e implica, portanto, capacidade de discernir o significado dos acontecimentos e dos fatos, de avaliar o seu significado prático e simbólico, e de selecionar e produzir respostas pertinentes.

Essa formulação se constitui e se reflete tanto na capacidade de inserção e trânsito na rede de conhecimentos historicamente acumulados, quanto na capacidade de sua reorganização, como resultado da estimulação e do desenvolvimento no corpo discente do exercício crítico, da investigação e da proposição de soluções.

Assim, a universidade ultrapassa seus limites de ser transmissora de informações para se qualificar, em processo de constituição e superação de si mesma, fundamentalmente com a busca da verdade, com o exercício da ética e pela perspectiva da produção de novas formas de existência coletiva. Concordar com essa formulação de proposta acadêmica é conceber que a Ufes é uma instituição social e, portanto, insere-se num contexto pleno de sociedade múltipla e complexa; que a universidade não é o único espaço de produção e de disseminação do conhecimento e que a sala de aula não é um espaço circunscrito a sua disposição física.

Por ser a única universidade pública no Estado do Espírito Santo, a UFES, além de cumprir o seu papel como instituição voltada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, tem o compromisso e o dever de contribuir para o progresso do estado. Para tanto, assegura a oferta de cursos de graduação em todas as áreas do saber nas habilitações de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. Esses cursos, nas modalidades presenciais e a distância, têm como objetivo principal garantir a formação integral e crítica para os discentes, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, para o trabalho e para o seu pleno desenvolvimento pessoal. Todas as modalidades de ensino da Universidade devem ser voltadas para a busca, produção e socialização de conhecimentos e técnicas, e devem ser utilizadas como recurso de educação, destinadas à formação ética, crítica, técnica, científica, cultural e artística.

3.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade

A Ufes foi fundada em 5 de maio de 1954, como Universidade do Espírito Santo, por meio da Lei Estadual nº 806, sancionada pelo então governador Jones dos Santos Neves. Posteriormente, foi incluída no sistema federal de ensino, já com o nome de Universidade Federal do Espírito Santo, por meio da Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961, sancionada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek.

As competências e estrutura organizacional da Ufes estão estabelecidas no seu Estatuto, aprovado pela Portaria Ministerial nº 4.083, de 30 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 31 de dezembro de 2002, seção 1, página 42.

3.3 Breve histórico do órgão ou da entidade

A história da UFES começou a ser construída a partir das escolas e institutos isolados de ensino superior, criados e encampados pelo estado ao longo das décadas de 1950 e 1960, acompanhando o processo de desenvolvimento industrial e urbano, que já se consolidava em algumas regiões brasileiras e se iniciava no Espírito Santo.

A importância e o nível científico e cultural alcançados por aquelas instituições nas mais variadas áreas de conhecimento ensejaram, em 1954, a criação de uma universidade que, ao mesmo tempo em que consolidava a presença e a atuação das escolas e institutos, possibilitava sua reunião numa ação conjunta que aproveitasse ao máximo suas potencialidades e permitisse a preservação das características particulares de cada uma delas.

Assim, a partir da criação da Universidade do Estado do Espírito Santo pela Lei nº 806, de 5 de maio de 1954, os institutos isolados, escolas e faculdades formaram partes de um sistema e contaram com órgãos complementares para melhor desenvolverem a sua ação.

Foram considerados institutos universitários: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola de Medicina, a Faculdade de Odontologia, a Escola de Química Industrial e Farmácia, a Escola Politécnica, a Escola de Música e a Escola de Belas Artes.

Nessa linha, foram considerados institutos complementares: a Santa Casa de Misericórdia, a Biblioteca Estadual, a escola de Educação Física, o Museu Capixaba, a Escola de Auxiliares de Enfermagem, o Instituto de Tecnologia, o Hospital das Clínicas e o Horto Florestal.

Por outro lado, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, visando atender à expansão do desenvolvimento econômico, industrial e urbano da região sudeste, as lideranças políticas e intelectuais do Espírito Santo, comprometidas com uma universidade voltada para a produção de conhecimento, mediante a pesquisa, e para a prestação de serviços para a sociedade, mobilizaram esforços para a integração da Universidade ao Sistema Federal de Ensino.

Em 30 de janeiro de 1961, a Ufes foi incluída no sistema federal de ensino por meio da Lei nº 3.868, assinada pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek, constituindo-se um dos últimos atos praticados por ele em tal função, inscrevendo-se no interior de uma conjuntura histórica de ebulição das ideias e transformações no cenário político brasileiro.

Atualmente, a Ufes conta com quatro *campi*: o *campus* de Goiabeiras, sede principal da Universidade, localizado na cidade de Vitória, capital; o *campus* de Maruípe, localizado na mesma cidade, a 5 km da sede; o *campus* do Centro de Ciências Agrárias (CCA), localizado no município de Alegre, ao sul do estado, a cerca de 220 Km da sede; e o *campus* do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), localizado no município de São Mateus, ao norte do estado, cerca da 200 km da sede.

3.4 Ambiente de atuação

A Ufes se faz presente nos 78 municípios capixabas nas diversas ações que executa, ou seja, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão, da cultura, de ações assistenciais e da inovação tecnológica. Além disso, oferta cerca de 3.000 vagas na modalidade de ensino a distância, estruturado em 27 polos municipais distribuídos geograficamente, reduzindo assim a distância entre o cidadão e a Universidade.

Feitas tais considerações, no ensino de graduação, o mercado caracteriza-se por uma ampliação crescente e acelerada de oferta de instituições de ensino superior e de cursos de graduação, que não se restringe à esfera pública. Todavia, forte e intensa é a presença e atuação na Ufes no âmbito do Estado do Espírito Santo, uma presença que se consolida ao norte com o Ceunes e ao sul com o CCA. Contudo, aumentando-se a oferta, pulveriza-se a procura pelos cursos da Ufes, o que também poderá se constituir em uma ameaça para a instituição, do mesmo modo que a disponibilização de fomento público para custeio de cursos de graduação em IES privadas. De qualquer forma, a

diplomação na graduação dos cursos ofertados pela Ufes mantém-se como diferencial no mercado de trabalho no Espírito Santo e no Brasil, como por exemplo, a manutenção da boa *performance* de nossos ex-alunos das engenharias em concursos recentes para ingresso na Petrobrás e o índice de aprovação de egressos de cursos de licenciatura ofertados pela instituição em concursos públicos para professores do estado,.

Além das várias faculdades existentes no Espírito Santo, tem-se a presença da Universidade de Vila Velha, que oferta vários cursos de graduação e possui processos similares aos da UFES para seleção, cadastramento, matrícula, acompanhamento dos estudantes e emissão de diplomas. Não obstante tal crescimento, reitera-se que a UFES ainda detém grande importância no cenário estadual, considerando todos os seus *campi* e os cursos ofertados, alguns dos quais só ofertados pela instituição. Entretanto, sua atratividade pode estar sendo prejudicada devido à pouca flexibilidade de horários, que inviabiliza a participação de expressivo segmento da sociedade que, não podendo contar exclusivamente com os apoios institucionais para sua manutenção e sobrevivência, precisam desenvolver atividades laborativas remuneradas. Isso também se constitui uma ameaça à Ufes.

No campo da pesquisa e pós-graduação, a Universidade é a principal instituição do Espírito Santo, sendo responsável por mais de 82% dos programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos no estado, e mais de 88% dos cursos de doutorado. A importância da instituição para o desenvolvimento do Espírito Santo é incontestável, não apenas sendo responsável pela maior parcela de formação da mão de obra altamente qualificada disponibilizada no estado, por meio de seus cursos de pós-graduação, mas também abrigando a maior parte dos pesquisadores científicos do estado, ou seja, 87% dos pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq no ES atuam na Ufes. A atuação da Universidade em pesquisa e pós-graduação é, sem dúvida, um importante instrumento de desenvolvimento do estado.

No que tange à extensão, reitera-se que a extensão universitária na Universidade Federal do Espírito Santo é responsável pela inter-relação da instituição com os outros setores da sociedade. É o canal de ligação com a sociedade. A Ufes é a instituição do estado com o maior número de ações de extensão ofertadas, além de se constituir na principal parceira do Governo do Estado e de suas Secretarias, assim como de diversos municípios, Organizações Não-Governamentais e setor privado. As ações de extensão para a comunidade externa têm como objetivo uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como contribui para o aprimoramento das políticas públicas no estado.

Além disso, as ações programáticas da assistência estudantil e cidadania envolvem acolhimento, interação, diálogo multicultural, reconhecimento e provimento de necessidades objetivas e subjetivas. Para se realizar, além das atividades de assistência básica (eixo permanente), é necessário que gerem demandas estimuladas de projetos de ensino, extensão e pesquisa no contexto interno e na interface com governos, agências de fomento e organizações civis.

Os projetos e ações são elaborados em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil, e seus principais princípios norteadores são: i) compromisso com a qualidade da educação, conhecimento, inovação e cidadania; ii) democratização das condições para o acesso, permanência e conclusão de cursos de graduação presenciais; iii) liberdade de pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; iv) orientação humanista e preparação para o exercício pleno da cidadania; v) defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceito; vii) a assistência estudantil reconhecida como dever do Estado e como direito dos estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica segundo critérios adotados pela instituição.

Dessa forma, volta-se para assegurar a execução das políticas de reserva de vagas (sistema de cotas), de assistência estudantil e de inclusão de estudantes com deficiências, objetivando a ampliação do acesso e o fortalecimento da permanência nos cursos de graduação da Ufes, implicando afirmar que, apesar dos indicadores favoráveis existentes no Espírito Santo, a política de

assistência e de formação da cidadania transcende indicadores ao reconhecer como fundamentais a defesa da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceito, bem como reconhecer a assistência estudantil como dever do Estado e como direito dos estudantes que comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim expressos, os rebatimentos da ação institucional extrapolam os limites geográficos do ES, alcançando os estados limítrofes, logo, com impactos de alcance regional e até nacional.

3.5 Organograma

A Universidade tem sua administração distribuída em dois níveis: Superior e dos Centros. A Administração Superior é exercida pelo Conselho Universitário, órgão superior de deliberação e de consulta em matéria de política universitária e administrativa, financeira, estudantil e de planejamento, ao qual se vincula a Auditoria-Geral; pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), órgão central de supervisão do ensino, da pesquisa e da extensão, com funções deliberativas e consultivas; pelo Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira; os quais contam com o apoio do Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores; e pela Reitoria, órgão executivo da Administração Superior da Universidade. À Reitoria, na execução das ações institucionais, vinculam-se mais diretamente a Vice-Reitoria, o Gabinete do Reitor, a Procuradoria Federal, a Secretaria Administrativa, as Assessorias, além de contar com Pró-Reitorias, Secretarias, Superintendência de Cultura e Comunicação e órgãos suplementares, valendo citar, entre estes últimos, as atividades desenvolvidas pela Prefeitura Universitária, pela Biblioteca Central, pelo Instituto de Tecnologia, pelo Instituto de Odontologia, pelo Núcleo de Tecnologia da Informação, além do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, que mesmo sendo encampado pela Ebserh, mantém o vínculo de órgão suplementar.

Em 2014, por meio da Resolução nº 8/2014 do Conselho Universitário, a Ufes promoveu uma grande reestruturação organizacional, que teve continuidade em 2015, visando adequar a sua estrutura às orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), promover um maior equilíbrio interno, flexibilizar e dinamizar suas atribuições.

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	Atua na interface com os Conselhos Superiores e os Centros Acadêmicos, além de observar e orientar às Unidades vinculadas quanto às diretrizes que norteiam a gestão da Instituição.	Reinaldo Centoducatte	Reitor	01.01.2015 a 31.12.2015
Vice-Reitoria	Atua consoante às orientações e em harmonia com a Reitoria	Ethel Leonor Noia Maciel	Vice-Reitora	01.01.2015 a 31.12.2015
Pró-Reitoria de Graduação	Responde pela gestão da graduação, pela emissão de diplomas para a graduação na UFES e instituições particulares, além de gerir programas de bolsas e de aprimoramento da graduação.	Maria Auxiliadora de Carvalho Corassa	Pró-Reitora	01.01.2015 a 31.12.2015
Pró-Reitoria de Extensão	Responde pela gestão da extensão, que abarca programas, projetos, cursos, palestras e prestação de serviços, ancorados no intercâmbio entre a Instituição e a sociedade.	Angélica Espinosa Barbosa Miranda	Pró-Reitora	01.12.2015 a 31.12.2015
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Responde pela gestão das atividades de pós-graduação, pesquisa e inovação, comprometida com a formação de profissionais qualificados, de docentes para o ensino médio e superior, a produção do conhecimento, publicações científicas, patente registrada e/ou comercializada e transferência de tecnologia para o setor privado.	Neyval Costa Reis Junior	Pró-Reitor	01.01.2015 a 31.12.2015
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania	Promove a inclusão e contribui para a conquista da cidadania, assegurando a permanência e o desenvolvimento ao conjunto de alunos em situação de risco, por meio da assistência e do acompanhamento sócio-psicológico, esportivo e cultural.	Jacqueline de Oliveira Silva	Pró-Reitora	01.01.2015 a 20.05.2015
		Alexsandro Rodrigues	Pró-Reitor	21.05.2015 a 31.12.2015
Pró-Reitoria de Administração	Um dos responsáveis pela ordenação de despesas, responde também pelo suprimento e controle de grande parte das demandas da Universidade, o controle e gestão de bens móveis, a elaboração e execução de convênios, contratos e termos de cooperação, e a execução do orçamento.	Eustáquio Vinícius Ribeiro de Castro	Pró-Reitor	01.01.2015 a 31.12.2015
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	É responsável pela gestão e desenvolvimento de pessoas, além de prestar assistência à saúde dos servidores e dar suporte à assistência estudantil pela	Maria Lucia Casate	Pró-Reitora	01.01.2015 a 31.12.2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	vinculação do Departamento de Gestão de Restaurantes.			
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Em interface com as diversas Unidades, abarca as atividades de gestão da informação, de planejamento e desenvolvimento institucional, passando, também, em 2014, a responder pela gestão do orçamento.	Anilton Salles Garcia	Pró-Reitor	02.02.2015 a 31.12.2015
Prefeitura Universitária	Responde pelo controle e conservação dos bens imóveis, a manutenção das áreas físicas dos <i>campi</i> , bens móveis, serviços de transportes, controle de pragas, vigilância e limpeza, redes elétricas e hidráulicas, além de licitar e gerenciar contratos de obras e serviços e autorizar concessão de espaços físicos.	Renato Carlos Schwab Alves	Prefeito Universitário	01.01.2015 a 31.12.2015
Núcleo de Tecnologia da Informação	Responde pela política de desenvolvimento, manutenção e segurança da informação e expansão da base informacional da UFES, além de desenvolver aplicativos para Web, presença Web, acesso a <i>internet</i> , telefonia IP, suporte a eventos e periódicos, autenticação a recursos externos e internet sem fio.	Hans Jorg Andreas Schneebeli	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Instituto de Odontologia da Ufes	O Ioufes colabora com o ensino da Odontologia, promovendo e estimulando o desenvolvimento do ensino e da pesquisa científica, bem como prestando serviços assistenciais à comunidade.	Juraci Pereira	Diretor Superintendente	01.01.2015 a 31.12.2015
Instituto de Tecnologia da UFES - Itufes	Colabora com o ensino prático da engenharia, através de aulas de laboratórios, ensaios e pesquisas; realiza pesquisas científicas e tecnológicas; além de estimular a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos.	Ângelo Gil Pezzino Rangel	Diretor Superintendente	01.01.2015 a 31.12.2015
Biblioteca Central	Assegurar o suprimento técnico das demandas de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa, extensão e de administração da Ufes.	Arlete Franco	Diretora	01.01.2015 a 31.12.2015
Secretaria de Relações Internacionais	Promover o processo de internacionalização da Universidade, por meio de intercâmbios e acordos, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e a capacitação em alto nível.	Jane Meri Santos	Secretária	01.01.2015 a 31.12.2015
Secretaria de Avaliação Institucional	Coordenar, promover e assegurar, de forma sistemática o processo de avaliação institucional, em harmonia com a Comissão Própria de Avaliação – CPA.	Maria Hermínia Baião Passamai	Secretária	01.01.2015 a 31.12.2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Ensino a Distância	Promover e democratizar o acesso ao ensino superior e à qualificação profissional de cidadãos, por meio de ações educativas e de formação da Universidade Aberta do Brasil	Maria José Campos Rodrigues	Secretária	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro de Artes	Os Centros são unidades do ensino, da pesquisa e da extensão nos seus respectivos campos de conhecimento e vinculam-se a cada uma das Pró-Reitorias nas suas atividades. A diretoria, exercida pelo Diretor, é o órgão executivo que coordena, fiscaliza, e superintende as atividades do Centro.	Paulo Sérgio de Paula Vargas	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro de Ciências Agrárias		Josevane Carvalho Castro	Diretor Pró-Tempore	15.05.2015 a 31.12.2015 ¹
Centro de Ciências Exatas		Armando Biondo Filho	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro de Ciências Humanas e Naturais		Renato Rodrigues Neto	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas		Rogério Naques Faleiros	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro de Ciências da Saúde		Gláucia Rodrigues de Abreu	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro de Educação		Cláudia Maria Mendes Gontijo	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro de Educação Física e Desportos		Zenólia Christina Campos Figueiredo	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro Tecnológico		Geraldo Rossoni Sisquini	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015
Centro Universitário Norte do Espírito Santo		Roney Pignaton da Silva	Diretor	01.01.2015 a 31.12.2015

No escopo de estrutura, ressalta-se, de forma sintética, o importante trabalho desenvolvido pelo Gabinete do Reitor, que age nas questões diretamente relacionadas à Reitoria e na interface com as distintas unidades da instituição, com o apoio da Assessoria de Gestão do Gabinete; a Procuradoria Federal, que é responsável pela emissão dos pareceres de apoio às licitações, contratos, convênios e congêneres, e apoio jurídico em geral, observando a legislação vigente; as Assessorias, que dão suporte direto e indireto às atividades da Reitoria; enquanto a Superintendência de Cultura e Comunicação (Supecc), que procura dinamizar e integrar a cultura e a comunicação e facilitar a comunicação interna e com a sociedade.

O Hospital Universitário (HU), Unidade Orçamentária em fase de absorção pela Ebserh, tem o seu Relatório específico apresentado adiante.

O segundo nível de administração da Ufes é realizado no âmbito dos dez centros acadêmicos, acima descritos, constituídos por conselhos departamentais, departamentos acadêmicos e secretarias de apoio, além das coordenações dos colegiados de cursos de graduação e coordenações de programa de pós-graduação, sendo os centros acadêmicos os responsáveis diretos pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Universidade.

Assinala-se que o Centro de Ciências Agrárias foi reestruturado e dividido em dois centros, quais sejam, o Centro de Ciências Agrárias e Engenharia e o Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde, por meio da Resolução nº 44, de 22 de dezembro de 2015, do Conselho Universitário.

¹¹ O Centro de Ciências Agrárias teve outro diretor durante o ano de 2015. Respondeu pela direção o professor Julião Soares de Souza, no período de 01/01/2015 a 14/05/2015.

3.6 Macroprocessos finalísticos

QUADRO 2 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino de Graduação	<p>a) Este macroprocesso constitui-se de ações que compreendem desde o processo seletivo, o registro acadêmico dos estudantes (matrícula), seu acompanhamento durante a formação, a colação de grau (após a integralização do curso) e a emissão do diploma. Nele, ações que possibilitem a não retenção, a não evasão e a integralização do curso no menor tempo previsto são empreendidas, visando a otimização da ocupação das vagas e bons índices de alunos diplomados.</p> <p>b) Desenvolvimento de atividades de assessoria acompanhamento, orientação, produção, registro e guarda de documentos com o fim de possibilitar a participação qualificada dos cursos da UFES no ENADE 2014.</p>	<p>Alunos diplomados</p> <p>Alunos preparados para o ENADE</p>	<p>Alunos da graduação</p> <p>Estudantes que serão habilitados ao Ciclo ENADE do exercício.</p>	<p>Pró-Reitoria de Graduação; Colegiados de Cursos de Graduação.</p> <p>Departamento de Desenvolvimento Pedagógico e Colegiados de Cursos do Ciclo ENADE do exercício</p>
Registro de diplomas das IES particulares	Este macroprocesso constitui-se de ações que consistem no registro de diplomas das Instituições privadas de Ensino Superior do Espírito Santo, em etapas que iniciam com orientação às secretarias dessas IES, a protocolização da documentação na Pró-Reitoria de Graduação, a verificação da documentação, o registro dos diplomas com escrituração em livros próprios e a devolução dos referidos diplomas às IES para disponibilização aos diplomados por elas.	Diplomas registrados	Instituições de Ensino Superior particulares	Pró-Reitoria de Graduação
Extensão Universitária	O macroprocesso, articulado ao ensino e à pesquisa, compõe-se das atividades de registro, acompanhamento, monitoramento, fomento e avaliação de Programas, Projetos, Cursos, Palestras, Eventos e Prestação de Serviços ofertados à sociedade a nível, local, regional e nacional.	Programas, Projetos, Cursos, Palestras, Eventos e Prestação de Serviços.	Sociedade	Departamento de Gestão da Extensão, Departamento de Políticas Extensionistas e Assessoria de Programas Institucionais.
Ensino de Pós-graduação	- Apoio e acompanhamento dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> (especializações) e <i>stricto sensu</i> (mestrados e doutorados); - Registro Acadêmico.	- Formação de Profissional Altamente qualificado; - Formação de docentes para o Ensino Superior e Ensino Médio;	- Comunidade em geral; - Comunidade acadêmica.	Departamento de Pós-graduação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		- Formação de pesquisadores.		
Pesquisa e Inovação	Apoio, acompanhamento e registro de grupos e projetos de pesquisa; - Gestão da propriedade intelectual gerada pela Universidade.	Produção de conhecimento; - Profissional altamente qualificado; - Publicações científicas; - Patente registrada e/ou comercializada; - Transferência de tecnologia para o setor privado.	Comunidade em geral; - Comunidade acadêmica; - Empresas públicas; - Empresas privadas.	- Departamento de Pesquisa - Instituto de Inovação Tecnológica
Ampliação do acesso e fortalecimento para permanência no ensino de graduação.	Desenvolvimento de programas e linhas de ações que favorecem a democratização do acesso e a permanência, que contribuem para o êxito no processo formativo de pessoas em situações de vulnerabilidade, fortalecendo a cidadania, a otimização do desempenho acadêmico e a qualidade de vida.	Aluno assistido	Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica	Departamento de Assistência Estudantil, Departamento de Projetos e Acompanhamento ao Estudante, Departamento de Cidadania e Direitos Humanos.

3.6.1 Condução dos macroprocessos

O macroprocesso Ensino de Graduação foi executado visando não apenas manter, mas ampliar as facilidades e oportunidades aos clientes internos, notadamente no que diz respeito ao acesso, à vinculação, à manutenção e à desvinculação dos estudantes, além dos aspectos considerados fundamentais que são o preenchimento de vagas e a melhoria da qualidade do ensino e dos conceitos dos cursos. Dessa forma, mantém-se a ação de melhoria dos fluxos no Sistema de Informação do Ensino (SIE) e o aprimoramento dos instrumentos relacionados aos processos acadêmicos. Além disso, desenvolvem-se, via Web, ferramentas que facilitam e dão celeridade aos procedimentos.

Em relação ao preenchimento de vagas, perduram as opções de ingresso como o Processo Seletivo Vestibular, Remanejamento, Sisu, com a adesão de novos cursos do Ceunes, e PSVS – Processo Seletivo de Vagas Surgidas (transferência facultativa, novo curso, remoção e reopção), medidas essas que têm sido acompanhadas de diversas ações de divulgação por meio de editais e reuniões em escolas públicas.

Nas medidas voltadas à qualidade do ensino, destacam-se o Programa de Iniciação à Docência (PIBID); o Programa Institucional de Apoio Acadêmico (PIAA); o acompanhamento e a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPACs) e dos Núcleos Docentes Estruturantes; o acompanhamento e assessoramento à construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs); as alterações curriculares, que agregam qualidade e agilidade na tramitação dos processos; a organização do Fórum de Licenciaturas, que tem buscado, por meio de suas reuniões, ser representativo do espaço sistemático e coletivo de reflexões, debates e análises sobre as políticas e tendências da formação dos profissionais da educação no âmbito da Ufes, na interface com os sistemas de ensino. No quesito Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), enfatiza-se o foco na criação de um sistema que atenda às exigências impostas pelo MEC e no

acompanhamento rotineiro para verificação do cumprimento do cronograma previsto pelo INEP. Visando à melhoria de qualidade nos cursos de graduação, foram também ofertados cursos de gestão acadêmica do ensino de graduação, avaliação da aprendizagem e de formação didático-pedagógica para docentes da Ufes.

O macroprocesso Registro de Diplomas teve como medidas essenciais a manutenção e o aprimoramento da organização de escala de recebimento de processos para registro; a continuidade da orientação às secretarias das IES privadas; a atualização de documentação e dos cadastros das IES privadas; a reorganização de fluxos internos para otimização do trabalho, de modo a aumentar a produtividade, bem como de preparação de consultas realizadas junto ao MEC, em relação à inoperância das IES privadas.

O macroprocesso ensino de pós-graduação foi conduzido visando à melhoria da qualidade dos programas de pós-graduação da instituição, referenciado pelo conceito Capes de cada curso. Nos últimos anos, a pós-graduação da Ufes apresentou um crescimento significativo. Em oito anos, o número de cursos de mestrado na Universidade passou de 19 para 55, crescimento de 189%, e os de doutorado, de 5 para 24, crescimento de 380%. No último triênio, o número de programas de pós-graduação da Ufes aumentou 31%, superando significativamente a média nacional de 23% e seguindo a tendência de crescimento acima da média. Nesse contexto, são necessárias ações e estratégias para consolidar os cursos criados.

Em 2013, um plano estratégico para a melhoria dos cursos de pós-graduação foi construído em duas etapas. Primeiramente, os colegiados de cada Programa de Pós-Graduação (PPG) produziram documentos, contendo análises sobre o desempenho de cada programa e das estratégias de apoio da administração central, recomendando diversas ações relacionadas ao funcionamento dos PPGs e da instituição. Tais ações variam desde a atualização de parques de informática à criação de programa institucional específico para a tradução de artigos para periódicos. Em uma segunda etapa, os documentos produzidos pelos programas de pós-graduação foram analisados por uma equipe de pesquisadores de elevado desempenho acadêmico, fornecendo estratégias de consolidação e melhoria para os PPGs e para a administração.

O plano iniciado em 2013 prevê revisões contínuas com base na evolução de cada PPG e análise de desempenho à luz das novas avaliações da Capes. Em 2015, o panorama geral de cada programa foi atualizado com a análise de desempenho de todos os PPGs da instituição. Foram realizadas reuniões de avaliação de efetividade das estratégias delineadas, correções de ações e estabelecimento de novas metas e estratégias. Nesse contexto, em 2015, foram delineadas novas estratégias e/ou ajustes nas estratégias existentes para cada PPG, visando à melhoria de seus conceitos de avaliação Capes para o quadriênio 2012-2016.

Quanto ao macroprocesso Pesquisa e Inovação, as políticas e estratégias pretendem incrementar as atividades de pesquisa e inovação na instituição. Para essas atividades conduzidas no âmbito dos programas de pós-graduação, que representam a maior parte das pesquisas realizadas na Universidade, seu desenvolvimento está diretamente ligado ao plano estratégico de melhoria da pós-graduação, criando estratégias específicas para o incremento dessas atividades desenvolvidas pelos programas. Para as atividades de pesquisa conduzidas fora do âmbito dos programas de pós-graduação, as estratégias foram elaboradas de maneira a ampliar a capacidade de pesquisa dos docentes envolvidos, com vistas a incluí-los também no ensino de pós-graduação e melhorar os laços entre graduação e pós-graduação, efetivando a melhoria de qualidade da pesquisa e ensino de graduação e pós-graduação. Em 2015, entrou em funcionamento o Fundo de Apoio à Pesquisa da Instituição, o qual lançou seu primeiro edital de fomento à recém doutores. Especificamente para a área de inovação, as estratégias institucionais foram, em grande parte, voltadas à difusão dos conceitos ligados à inovação e à proteção da propriedade intelectual, objetivando difundir a cultura da inovação na instituição. Nesse contexto, a Universidade lançou editais com bolsas para alunos de graduação atuarem no tema, novamente fortalecendo os laços entre inovação, pesquisa e o ensino de graduação e pós-graduação.

A condução do macroprocesso Extensão teve como pressuposto uma relação interativa estabelecida entre a Universidade e a sociedade, que pode ser compreendida como uma relação social de impacto e de transformação, na qual ambas, a sociedade e a Ufes, buscam eleger questões prioritárias, formular soluções e compromissos pessoais e institucionais para a mudança social. Assim, os interesses e as necessidades são compartilhados e buscam a melhoria da qualidade de vida. Para tal melhoria, é necessário que as diferentes áreas do conhecimento se pensem de modo articulado e não hierárquico. A interdisciplinaridade deve caracterizar-se pela interação de modelos e conceitos complementares, de forma a promover a mediação de materiais e metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação de organizações, profissionais e pessoas.

Assim, ao longo do exercício, desenvolveram-se ações voltadas à consolidação das atividades de extensão realizadas na Ufes e ao acompanhamento do desempenho dessas ações, por meio de relatórios anuais e canais de divulgação de resultados, de forma a permitir uma avaliação focada também nos aspectos subjetivos da ação extensionista. Paralelamente aos relatórios anuais, aos canais de divulgação e outros instrumentos de avaliação, teve-se como prioridade para 2015 o envolvimento de equipes e públicos atendidos, cujos resultados servem de base para os próximos processos de planejamentos da Extensão.

No macroprocesso Assistência Estudantil, simplificou-se o processo de seleção de alunos assistidos pelo Programa de Assistência aos Estudantes (Proaes) da Ufes, por meio da redução de documentos exigidos. Os instrumentos de avaliação e monitoramento também foram aperfeiçoados, possibilitando, inclusive, a identificação de alunos assistidos que não atendiam mais os critérios estabelecidos pelo Proaes-Ufes, com maior assertividade. Os processos de monitoramento e avaliação estão em constante aperfeiçoamento por meio da criação de indicadores que reflitam a realidade do acesso e permanência dos alunos assistidos.

Outro processo que demandou um maior esforço por parte da equipe da Proaeci é o de Reserva de Vagas. O intuito desse processo é que candidatos que se inscreveram para concorrer às vagas destinadas às pessoas que atendam aos critérios estabelecidos na Lei nº 12.711/2012 tenham acesso à Universidade. Além disso, trabalha-se para aperfeiçoar os processos existentes e estabelecer, se necessário, novos processos que atendam à nova estrutura. A expectativa para o próximo exercício é que os indicadores auxiliem também nos critérios de concessão de benefícios.

Concorrem para o alcance dos objetivos institucionais o quadro funcional, a infraestrutura física e operacional, os financiamentos diretos das atividades-fim, a captação de recursos pela Universidade e parceiros internos e externos, que contribuem direta ou indiretamente para esses fins. Todos, de alguma forma, potencializam o desenvolvimento da instituição.

3.6.2 Principais parceiros

São muitos os parceiros e as parcerias que apoiam o desenvolvimento da atividade institucional. No âmbito interno, no contexto da graduação, são parceiros todos os colegiados de cursos de graduação e centros de ensino, ressaltando-se que, nesses últimos, encontra-se a infraestrutura física e de pessoal para que o ensino de graduação se efetive. No âmbito externo, sob a forma de convênios, projetos e acordos, ocorrem importantes interfaces com o setor público (estado, municípios, Governo Federal); o terceiro setor (ONGs); e o setor privado (Vale, Arcelor Mittal, Fibria, Petrobrás), alguns com financiamentos e/ou oportunizando estágios curriculares, para possibilitar aos estudantes vivenciar experiências nas escolas e nas organizações. Essas parcerias estendem-se às instituições de ensino particulares, que não possuem *status* de Universidade, para emissão de diplomas. Na pesquisa e pós-graduação, internamente, sobressaem as parcerias com os programas de pós-graduação, e, no âmbito externo, com órgãos de fomento e apoio à pós-graduação, à pesquisa e à inovação tecnológica, tais como: Capes, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito (Fapes), CNPq e Fundo de Apoio à Ciência e

Tecnologia (Facitec), além de entidades privadas que subsidiam tais atividades e instituições que desenvolvem pesquisas.

No âmbito da extensão, são parceiros internos: departamentos, docentes, discentes e técnicos-administrativos que participam das atividades extensionistas. Já no escopo de parceiros externos, destaque para o envolvimento de ministérios, órgãos de fomento, Finep, Governo do Estado, prefeituras municipais, setor privado e organizações não governamentais, entre outras.

Na assistência estudantil, ações transversais junto às Pró-reitorias, aos centros acadêmicos e aos órgãos suplementares contribuem para viabilizar a atividade, enquanto no âmbito externo há que se ressaltar o financiamento da assistência por meio dos recursos alocados ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), além de interfaces, sobretudo com o Ministério do Desenvolvimento Social, secretarias estaduais de Ação Social, Educação e da Justiça, e com organizações não governamentais que atuam com a temática da assistência e cidadania.

No CCA, localizado em Alegre, há que se ressaltar parceiros locais, como a Prefeitura Municipal de Alegre, a Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro e a Prefeitura Municipal de Castelo; enquanto no Ceunes, enfatiza-se a parceria com a Prefeitura Municipal de São Mateus e com a Petrobrás.

Considera-se, por fim, que toda a sociedade capixaba se sinta parceira da instituição, reconhecendo-se também importante o trabalho de orientação, cobrança e fiscalização da CGU, do TCU, do Ministério do Planejamento e do Ministério Público Federal.

4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento organizacional

As ações da instituição, no ano de 2015, continuam permeadas pelos objetivos estratégicos, agora revisados e contemplados no PDI 2015-2019, construído com a participação da comunidade universitária e da sociedade.

O plano, que pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.proplan.ufes.br/planejamento-pdi-2015-2019>, deriva da metodologia utilizada pela Universidade nas últimas iniciativas de planejamento, buscando a continuidade e o aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento institucional. Como já mencionado, uma característica importante é a abordagem participativa, que possibilita a agregação de contribuições de vários segmentos que compõem a comunidade universitária e a sociedade civil organizada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional define as linhas mestras de atuação da Universidade para os próximos cinco anos, referenciando as seguintes áreas estratégicas: ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão. Ao PDI também foram incorporados os princípios da governança, uma vez que foi desenvolvido dentro de uma lógica concatenada, especificando objetivos estratégicos, estratégias e projetos estratégicos, elaborados com sincronia, coerência e sentido cooperativo, que atribuem ações certas aos agentes certos. Revela ainda como os setores deverão interagir entre si, dado que foi permitido aos setores designarem ações a outros, criando vínculos sinérgicos importantes para a consolidação da governança.

4.1.1 Estágio de implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional

A necessidade de adequação a novos cenários e contextos ensejou metodologia que partiu da identificação e sistematização dos macroprocessos críticos da Ufes, alguns dos quais configuram macroprocessos finalísticos apresentados no Relatório de Gestão.

Os resultados dos macroprocessos finalísticos, com suporte do apoio, apresentados ao longo do Relatório de Gestão, retratam e permitem avaliar o primeiro ano de execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, ressaltando-se que não existe uma ordem cronológica na execução das estratégias e dos projetos estratégicos, uma vez que grande parte das ações contempladas no PDI tem caráter contínuo e podem ocorrer de forma simultânea.

4.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O PDI 2015-2019 permite retratar o momento da instituição, ao mesmo tempo em que a projeta para o futuro, e foi elaborado segundo as finalidades e competências institucionais estabelecidas no Estatuto, além de observar orientações contidas na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, considerando também documentos referentes às “Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior”, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; à “Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento”, do Inep/MEC, e às resoluções dos Conselhos Superiores e a demais documentos oficiais. Dessa forma, as proposições do PDI, expressas em Estratégias e Projetos Estratégicos, norteiam os macroprocessos finalísticos desenvolvidos pela Universidade, guardando aderência com esse conjunto de orientações e diretrizes.

O PDI 2015-2019 também guarda sintonia com as diretrizes oriundas das ações do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, uma vez que, configurando Unidade Jurisdicionada vinculada ao Ministério da Educação, a Universidade Federal do Espírito Santo executa ações vinculadas a programas temáticos, programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado e programas vinculados a operações especiais, sobretudo suas finalidades, metas quantitativas e qualitativas. Enfatiza-se, ainda, que a Ufes insere-se plenamente nas ações de governo que procuram expandir e resgatar o papel da educação no cenário nacional. Logo, atua consoante ao Plano de Desenvolvimento da Educação, contribuindo para expandir o leque de oportunidades, como

também, em igual relevância, promove o desenvolvimento do país e oportuniza uma melhor repartição da riqueza nacional.

4.1.3 Objetivos estratégicos

A Universidade Federal do Espírito Santo, enquanto instituição voltada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da cultura e da inovação tecnológica; e enquanto entidade comprometida com os princípios da boa gestão pública e com mecanismos de busca da equidade e da inclusão social, de forma harmoniosa e equilibrada, tem cinco grandes objetivos estratégicos, a saber:

- Ensino: “Fortalecer, avaliar, integrar e expandir os ensinos de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância em todos os Centros de Ensino, assegurando a excelência acadêmica, para formar profissionais integrados à sociedade e comprometidos com a inovação e com o desenvolvimento sustentável”.
- Pesquisa: “Consolidar e expandir, com excelência, pesquisas comprometidas com a inovação, o desenvolvimento sustentável e com a melhoria das condições de vida em sociedade, integrando-as ao ensino e à extensão universitária”.
- Extensão: “Ampliar e consolidar qualitativamente a relação da Universidade com a sociedade, desenvolvendo ações de extensão por meio de processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa, voltados à socialização do conhecimento e à solução de questões regionais, nacionais e internacionais”.
- Assistência: “Prestar assistência à sociedade, de forma integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o atendimento às demandas das comunidades interna e externa”.
- Gestão: “Desenvolver e implementar tecnologias de gestão por meio de práticas inovadoras e humanizadas que viabilizem e potencializem as atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência de forma eficiente, eficaz, transparente, democrática e sustentável”.

Apresentados os objetivos estratégicos, na essência, o propósito que predomina em nível estratégico, retratados em Objetivos Estratégicos, Estratégias e Projetos Estratégicos, é de continuar fortalecendo e integrando o ensino de graduação; promover com o ensino de pós-graduação o desenvolvimento regional, e ampliar as contribuições científicas nos âmbitos nacional e internacional; melhorar a formação do quadro de pesquisadores e, por conseguinte, a produção científica, que deve ser direcionada para a produção de novos conhecimentos, técnicas e solução de problemas; na extensão, a busca permanente de interação com a sociedade, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento tecnológico, político, social e econômico do estado; na assistência, contribuir para democratizar as condições de permanência, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão, e promover a inclusão social, atributos preconizados no Decreto nº 7.234/2010; e na gestão, adotar mecanismos e ferramentas, concomitantemente com um modelo de gestão, que aumente a sua capacidade de resposta às novas demandas, simultaneamente à prospecção de novas oportunidades para construção do futuro da Universidade.

Nesse viés, portanto, enquadram-se as ações que buscam assegurar a plena oferta de vagas da graduação, com a ampliação do número de cursos, com adesão total ao Sisu; a integração do ensino de graduação presencial e a distância; a flexibilização e facilitação dos procedimentos relacionados à matrícula, ao registro e ao acompanhamento acadêmico; o assessoramento à construção dos projetos pedagógicos dos cursos e o acompanhamento sobre a atuação das comissões próprias de avaliação dos cursos.

A pós-graduação mantém a tendência de expansão quantitativa e qualitativa, com um crescimento de 8% no número de alunos matriculados, contribuindo para ampliar os quadros qualificados para a docência e o exercício profissional, e juntamente com a pesquisa e a inovação permanece norteadas pelos resultados do programa de melhoria dos cursos de pós-graduação – Propos/Ufes, que visa

auxiliar a elaboração de projetos estruturantes, elencando os pontos importantes a serem atacados para a consolidação e melhoria do conceito Capes dos mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados ofertados pela instituição; a qualificação da pesquisa, e a produção e o registro de novas patentes.

Na extensão, ressalta-se a contribuição da Universidade na formulação e na gestão das políticas públicas nas áreas de saúde, meio ambiente, direitos humanos e educação, nas suas diversas linhas de atuação, com um crescimento significativo no número de projetos não vinculados, o que indica uma busca constante pelo atendimento às demandas apresentadas pela comunidade nas suas mais diversas áreas e linhas de extensão. Além disso, enfatiza-se o desenvolvimento dos projetos do Proext, cuja essência visa estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, e, assim, proporcionar uma atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior. Podem ser citadas, entre as linhas de atuação contempladas em 2015: Saúde Humana, Atenção Integral à Mulher, Atenção Integral ao Jovem e ao Adolescente, Atenção a Grupos de Pessoas com Necessidades Especiais, Direitos Individuais e Coletivos, Uso e Dependência de Drogas, Esporte, Lazer e Saúde, Empreendedorismo, Geração de Trabalho e Renda, Espaços de Ciências, Gestão Pública e Patrimônio Cultural.

As ações de assistência orientam-se pelos princípios de gratuidade, subsidiariedade e solidariedade na geração, distribuição e administração dos recursos, potencializando o acesso a oportunidades, direitos e serviços internos e externos da Universidade. Assim, amplia-se o acesso aos produtos e serviços, concomitantemente com a melhoria e a adequação das condições físicas, didáticas e de material aos candidatos, com impactos diretos na permanência, na conclusão e na redução dos índices de retenção e evasão escolar.

Na área de tecnologia de informação e comunicação, as ações realizadas continuam observando as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação, norteadas pelas orientações que emanam da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação, do MPOG, priorizando-se a expansão da cobertura *WiFi* para todos os *campi* e a implantação de novos módulos administrativos, com ênfase no sistema de compras e acompanhamento orçamentário. Também se destacam: a integração dos sítios *Web* ao banco de dados da instituição, permitindo que as informações mostradas sejam dinâmicas, isto é, independente de ação humana de atualização; a integração do sistema de controle da Ouvidoria ao sistema de protocolo da Ufes, o que permite a tramitação oficial e devidamente registrada de todas as solicitações de informação. Essas ações potencializam e alavancam o desenvolvimento da Universidade. Deve ser enfatizado que esses avanços ocorreram também no âmbito do CCA e do Ceunes, localizados no interior do estado.

No contexto da Prefeitura Universitária, registram-se ações que consistem em identificar as necessidades de infraestrutura física, implementando soluções globais e interligadas; desenvolver programas de manutenção para equipamentos, voltados para o desenvolvimento da atividade fim; criar espaços de vivência em todos os *campi*; garantir condições de saúde e segurança no ambiente de estudo; e realizar ações de sustentabilidade ambiental.

O Sistema de Bibliotecas, unidade que também integra o nível estratégico, tem um papel relevante pelo fato de responder pelo suprimento técnico das demandas de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da Ufes. Dessa forma, atua para assegurar informações atuais e adequadas às necessidades institucionais, além de pautar suas ações na ampliação dos acessos aos canais de recursos informacionais em formato digital.

Na internacionalização da Ufes, a Secretaria de Relações Internacionais tem atuado em sintonia com as diretrizes do projeto Ciências sem Fronteiras, fomentado pela Capes e pelo CNPq, o qual busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, bem como busca ampliar os acordos de cooperação com as instituições estrangeiras, potencializando a colaboração científica e a melhoria na formação dos futuros profissionais.

Por outro lado, a Secretaria de Ensino a Distância (Sead) tem como orientação precípua democratizar o acesso ao ensino superior e à qualificação profissional de cidadãos por meio da promoção de ações educativas e de formação, nas quais a mediação didático-pedagógica dos processos de ensino e de aprendizagem ocorra por meio da utilização das tecnologias de informação e da comunicação, nos ambientes virtuais de aprendizagens e presencialmente, nos 27 polos municipais de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil, existentes no Estado do Espírito Santo.

Criada em abril de 2014, a Secretaria de Avaliação Institucional (Seavin) tem atuado, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação, a fim de promover e assegurar, de forma permanente, o processo de avaliação institucional. A Seavin está em processo de reestruturação, para que possa ser mais efetiva nos processos de avaliação interna e externa.

Ressaltados tais aspectos no contexto da gestão, ainda em nível estratégico, mantém-se o compromisso em assegurar a integração entre a gestão acadêmica e a administrativa; a busca de recursos para o financiamento das atividades da instituição; a expansão do acervo bibliográfico; a melhoria da infraestrutura física e operacional; a implementação e a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional; a ampliação e o suporte aos processos de avaliação institucional; e a intensificação das ações afirmativas de permanência e inclusão social. A essas, somam-se medidas na área de gestão de material e patrimônio; a implantação do ponto eletrônico, disciplinando internamente o horário de trabalho dos servidores técnico-administrativos; o aprimoramento nos instrumentos utilizados na gestão de contratos e convênios; a institucionalização, de forma gradativa, de processos de análise de riscos e mecanismos de controles; a reestruturação organizacional para melhor definição de atribuições e segregação de funções; e na área de gestão de pessoas, a realização de concursos públicos para reduzir os impactos da rotatividade e assegurar a sistemática qualificação dos servidores. Nesse contexto, as ações de planejamento são priorizadas e a organização administrativa ganha ênfase, pois constituem o mecanismo capaz de dar resposta aos desafios que estão postos.

Em nível tático, sobressaem diversas ações que se integram ao nível estratégico da instituição. Nesse âmbito, registram-se as ações do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, gerindo as atividades de capacitação e qualificação, balizadas pelo Plano Anual de Capacitação. As ações previstas no plano são classificadas segundo as linhas de desenvolvimento propostas no Decreto nº 5.825/06: iniciação ao serviço público; formação geral; educação formal; gestão; inter-relação entre ambientes e formação específica.

No contexto do Departamento de Administração, em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação, implantou-se o Módulo de Compras e de Controle Orçamentário no SIE, aprimorando-se a programação e o controle de suprimentos, paralelamente ao novo espaço destinado ao desenvolvimento das atividades de gestão de material e patrimônio.

Permanece no Departamento de Contratos e Convênios a diretiva para criação de normas e instruções que definam com clareza os procedimentos, atribuições e responsabilidades na execução de convênios, contratos e instrumentos congêneres. O módulo administrativo de contratos ganha forma, oportunizando práticas mais eficazes para melhorar as atividades internas.

O Departamento de Gestão de Restaurantes (DGRU) complementa, com os atendimentos realizados a estudantes, a política de assistência promovida pela Universidade, desempenhando, pois, relevante atribuição no processo de permanência e inclusão social.

As ações do Departamento de Contabilidade e Finanças são direcionadas para a coordenação, orientação, execução e controle das operações de natureza orçamentária, financeira e contábil, que são realizadas para garantir a integração e a supervisão das atividades contábeis, assegurando a integridade, a adequação, a eficiência e a eficácia nos processos.

A Superintendência de Cultura e Comunicação (Supecc) tem possibilitado aprofundar a inserção cultural da Universidade no contexto de atuação e melhorar a visibilidade, ampliando a oferta e o atendimento de bens e serviços culturais e de comunicação às comunidades universitária e externa; promovendo a catalogação, a conservação e a disponibilização de acervos culturais e artísticos; realizando ações de valorização da cultura; e estimulando a formação da sensibilidade e da competência crítica junto àquelas comunidades, a partir do contato com grupos, práticas e produtos culturais.

Relevância também ganha o trabalho da Ouvidoria-Geral que, a partir de 2015, implantou um sistema novo de acesso *on-line*, o qual facilitou a recepção de demandas da comunidade em geral, possibilitando que os alunos dos três turnos pudessem ter acesso em qualquer horário e local ao serviço da Ouvidoria. Com isso, houve um aumento não só do número de demandas por *e-mail*, como também aumentaram as demandas pessoais. A Ouvidoria-Geral continua gerindo o e-SIC, tornando mais transparente em suas ações e obtendo maior visibilidade.

Os departamentos das Pró-Reitorias vinculadas às atividades-fim da Universidade, atuando em nível tático, integram-se a elas, potencializando a oferta dos produtos e serviços oferecidos pela Universidade.

As atividades desenvolvidas em nível operacional concorrem para e complementam as ações realizadas nos níveis tático e estratégico da instituição.

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O PDI 2015-2019 se configura referência para a atividade de avaliação institucional, um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), cuja diretiva relaciona-se à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão da sua oferta; ao permanente aumento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de ensino superior, por meio da valorização da sua missão pública; à promoção dos valores democráticos; ao respeito à diferença e à diversidade; e à afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A avaliação institucional divide-se na autoavaliação – coordenada pela CPA de cada instituição e pelas diretrizes e roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) –, e pela avaliação externa, que é realizada por comissões designadas pela Inep e tem como referência os padrões de qualidade estabelecidos para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios da autoavaliação.

No conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. No sistema avaliativo atuam a CPA, as Comissões Próprias de Avaliação dos Cursos – CPACs, que mantêm representação da CPA, e a Secretaria de Avaliação Institucional, que coordena e articula as diversas ações de avaliação desenvolvidas na instituição por meio da Seção de Gestão da Informação, Coordenação de Avaliação de Cursos e Coordenação de Avaliação Institucional.

O processo de autoavaliação institucional visa assegurar, pelo diálogo permanente entre a CPA e as diferentes instâncias da Universidade, estudo permanente do PDI, debates, entrevistas, análise documental, aplicação de instrumentos quantitativos e qualitativos, e promover a reflexão sobre os indicadores obtidos numa perspectiva formativa, dialética, propositiva e transformadora.

A essência do processo é identificar o perfil (vocação) institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, adotando como foco a avaliação das dez dimensões institucionais, conforme preconiza a Lei nº 10.861, de abril de 2004, e os cinco eixos, que contemplam as dez dimensões, de acordo com a Nota Técnica nº 065/2014, do Inep/Daes/Conae, assim distribuídos: a) Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional, Dimensão 8: Planejamento e Avaliação; b) Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, dimensão 1: Missão e

Plano de Desenvolvimento Institucional, e Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição; c) Eixo 3 – Políticas Para o Ensino, Pesquisa e Extensão, Dimensão 4 – Comunicação Com a Sociedade, e Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes; d) Eixo 4 – Políticas de Gestão, Dimensão 5: Políticas de Pessoal, Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição, Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira; e) Eixo 5 – Infraestrutura Física, Dimensão 7: Infraestrutura Física.

Enfim, o processo avaliativo faz uso de instrumentos de natureza quantitativa e qualitativa, cujas etapas envolvem planejamento, execução, divulgação dos resultados e reflexão, oportunizando também a participação da comunidade acadêmica. O processo traz à tona potencialidades e fragilidades da instituição, o que possibilita a ação de medidas corretivas e a solidificação das ações de sucesso.

A esses procedimentos de avaliação pedagógica, somam-se o compromisso institucional de prestação de contas, configurado como demanda estatutária, e as normativas estabelecidas pelos órgãos de controle externo e interno, TCU e CGU, respectivamente, parametrizados pelas normas legais.

Em nível estratégico, os riscos são mapeados pelo diagnóstico estratégico realizado na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional e no Planejamento Estratégico das Unidades pela Matriz *Swot*, complementado nos demais níveis (tático e operacional) pelo Programa de Modernização da Gestão Pública por meio do diagnóstico situacional, um processo que se encontra ainda em desenvolvimento.

De qualquer forma, o diagnóstico realizado facilitou o processo de gestão que, ao mapear as restrições de natureza política, econômica, ambiental, tecnológica e social, traçou planos para mitigar os efeitos dessas variáveis. Dessas, não há dúvida que a variável econômica foi a que mais pesou sobre o processo de gestão pelo impacto que causa sobre o orçamento da Universidade, mas não impediu que a instituição funcionasse de forma “plena” durante o exercício, ou seja, essa variável não parou atividades consideradas imprescindíveis, notadamente aquelas relacionadas às atividades-fim.

Ressalte-se que a reestruturação organizacional promovida pela Resolução nº 8/2014, que facilita a segregação de funções; a busca de soluções alternativas na área de gestão de pessoas; a maior integração entre a área meio e fim; o melhor acompanhamento na gestão orçamentária e financeira; a preocupação com um maior nível de eficiência nos processos, eficácia e efetividade nos gastos; e a adoção de soluções proativas na gestão da tecnologia informação e comunicação; configura as medidas que contribuíram para os resultados obtidos, não obstante se reconhecer a necessidade constante no aprimoramento do processo de gestão.

Feitas tais considerações, o tópico referente à execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual (LOA) permitirá uma avaliação complementar sobre os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pela instituição no exercício em pauta.

4.3 Desempenho orçamentário

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados

A Ufes não executa objetivos do PPA, executa apenas ações.

4.3.2 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade

Seguindo as diretrizes do Sistema E-Contas, são apresentadas somente as ações vinculadas aos programas temáticos do Ministério da Educação; ação do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação que possui meta física; e ação executada em 2015, mas não constante da LOA, conforme abaixo:

a) Programa 2030 – Educação Básica

a.1) Ação 20 RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada Para a Educação Básica.

b) Programa 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão – Ações da LOA

- b.1) Ação 20 GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão;
- b.2) Ação 20 RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior;
- b.3) Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior;
- b.4) Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior no Estado;
- b.5) Ação 8282 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior no Município de São Mateus - CEUNES.

c) Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

- c.1) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

d) Programa 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão – Ações não Constantes da LOA

- d.1) 6328 – Universidade Aberta e a Distância

4.3.2.1 Ação 20 RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

QUADRO 3 - APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Identificação da Ação							
Código	20 RJ		Tipo: A				
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.						
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação. Código: 0597						
Programa	Educação Básica Código: 2030 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26234						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0032	6.751.500,00	6.751.500,00	3.497.685,29	3.103.307,79	805.519,31	2.297.788,48	394.377,50
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0032	Projeto Apoiado	Unidade	13	-	08		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0032	696.482,32	627.040,85	67.408,67	Projeto Apoiado	Unidade	08	

A Ação 20RJ contabilizou o financiamento de oito cursos, a saber: Prolind, Saberes Indígenas, Escola da Terra, Procampo (Vitória e São Mateus), PNAIC (curso de orientadores de estudos e professores alfabetizadores), Conselho Escolar, PNEM (formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio), e Educação e Direitos Humanos.

São oito os cursos que tiveram continuidade ou iniciaram em 2015, mas são de matrizes anteriores: Pradime, Prevenção do Uso de Drogas, Aluno Integrado, Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva, Uniafro – Política de Promoção da Igualdade Racial, Gestão em Política de Gênero e Raça, Curso de Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica e Curso de Educação, Pobreza e Desigualdade Racial, que é descentralização direta.

O alcance da ação 20RJ é fundamental para a implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que prevê, na meta 15, a garantia, por meio do regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, da política nacional de formação dos profissionais da educação. Fundamental também para a efetivação da meta 16 que determina “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação

continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.”

Diante disso, os resultados alcançados nas diversas ações de formação da Ufes em convênio com o MEC, por meio da ação 20RJ, proporcionaram alcance social importante para o Estado do Espírito Santo. Foram atingidos todos os 78 municípios com atuação de elevado alcance social, com a oferta de cursos tanto para professores alfabetizadores (PNAIC) quanto para professores do ensino médio (PNEM). Além disso, outros profissionais como gestores escolares, coordenadores pedagógicos e pedagogos tiveram oportunidades de formação continuada. Outros atores importantes do conjunto da educação e da escola foram contemplados (Pradime e Proconselhos), bem como a formação para organização de conselhos escolares, fundamentais para a gestão da escola. A formação continuada Escola da Terra, que também atua junto aos profissionais de educação das escolas rurais, tem elevado alcance social. É importante destacar duas formações iniciadas recentemente: licenciatura presencial em Educação do Campo (Procampo), presente em dois *campi* da Ufes (São Mateus e Vitória) e a Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind). Esses cursos realizam a inclusão de formação específica para educação do campo e indígena.

Contribuíram para a melhor execução da ação a disponibilização dos valores na LOA, pois configura mecanismo de transparência e constitui importante mecanismo para o planejamento das ações de formação, tendo em vista a certeza de os recursos disponibilizados serem utilizados adequadamente naquilo que se propõe. Além disso, a articulação da Ufes com o Fepad/ES, com vistas a levantamentos de demanda de formação inicial e continuada, tem na LOA previsibilidade para realização de programação de ações de formação. Isso possibilita a articulação do Regime de Responsabilidade entre os entes federados, uma vez que a Ufes representa a União e atua na complementação das ações de educação básica junto ao estado e municípios. Outro fator importante foi o aperfeiçoamento do Sisfor/MEC como ferramenta que evita a circulação desnecessária de papéis, possibilitando transparência para todos os envolvidos e celeridade na análise das demandas. A disponibilidade e diálogo constante com os profissionais do MEC e com a Universidade foram fundamentais para o adequado planejamento.

Entre os fatores que dificultaram a realização da ação, ressaltam-se: a) a liberação do recurso no montante do orçamento da Universidade inviabilizou o empenho de vários cursos da matriz 2014, devido à insuficiência de limites orçamentários. Isso foi corrigido somente em meados de 2015, quando o MEC passou a liberar os recursos para as universidades mediante o envio de NL para cada curso específico. Em 2015, no início, houve o contingenciamento total da ação 20RJ, o que dificultou a liberação do recurso para formações que já estavam em andamento e com cronogramas disponibilizados publicamente. Posteriormente, o MEC indicou pontualmente as ações que eram prioritárias, face ao contingenciamento, o que contribuiu para o atraso no cronograma das atividades, tendo em vista o tempo necessário ao replanejamento das ações. Outro fator limitador é o caminho interno na Universidade para a aprovação das formações, em especial de especialização, que demandam muito tempo e, às vezes, não existe sincronia entre a aprovação interna e o momento em que o recurso foi disponibilizado.

De forma geral, a ação 20RJ tem sido fundamental para a efetivação da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação, em especial no Espírito Santo, que conta somente com uma universidade pública.

4.3.2.2 Ação 20 GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

QUADRO 4 - FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Identificação da Ação							
Código	20 GK		Tipo: A				
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão						
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós- Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação. Código: 0803						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26234						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo / Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0032	14.627.972,00	15.327.972,00	11.003.102,25	9.587.400,82	9.397.405,54	207.991,28	1.415.701,43
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0032	Iniciativa Apoiada		Unidade	800	-	806	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0032	392.368,76	358.616,89	25.478,90	Iniciativa Apoiada	Unidade	23	

Nessa ação, os resultados alcançados de 806 iniciativas apoiadas, dentre as quais, 23 desenvolvidas com recursos do exercício anterior, não deixam dúvidas sobre o bom desempenho da atividade de extensão na Ufes, notadamente decorrentes de iniciativas como, entre outras: i) realização de visitas às unidades de ensino para palestras e esclarecimentos sobre a extensão universitária; ii) visitas técnicas aos programas e projetos de extensão; iii) publicação da Revista de Extensão, objetivando dar maior visibilidade à extensão; iv) estímulo à participação da comunidade universitária nos eventos de extensão; e v) obrigatoriedade da prática extensionista em alguns cursos de graduação.

No exercício de 2015, contabiliza-se uma oferta de 115 programas, que é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços, preferencialmente, integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino). Nesses eventos, registraram-se 794 participantes, sendo 278 docentes, 352 discentes de graduação e de pós-graduação, 56 técnicos da Ufes e 108 externos (equipe), atingindo um público de 152.109 pessoas.

Já o projeto, no âmbito da extensão, é concebido como uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Esse é o tipo de atividade que se realiza em maior número na Universidade, o que indica uma busca constante pelo atendimento às demandas apresentadas pela comunidade por meio de projetos nas suas mais diversas áreas e linhas de extensão.

Os projetos não vinculados totalizaram 521, com 2.774 participantes, sendo 917 docentes, 1.667 discentes de graduação e pós-graduação, 38 técnicos da Ufes e 152 externos (equipe), com público de 1.243.535 pessoas.

Registra-se ainda 54 cursos na modalidade presencial, com 283 ministrantes e colaboradores, atingindo um público de 3.431 cursistas, enquanto aqueles na modalidade a distância, em menor escala, mas não menos importantes, totalizaram 11 cursos, para um público de 7.183 participantes.

Ressalta-se que apenas foram considerados para efeito de contabilização de ações os programas (115), projetos não vinculados (521), cursos presenciais (54), cursos não presenciais (11) e eventos (105). Os projetos vinculados fazem parte dos programas e não podem ser contados em separado.

Os eventos configuram-se ações que implicam na apresentação ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou do produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido e conservado ou reconhecido pela Universidade. Os eventos, em 2015, totalizaram 105 ações, abrangendo todas as áreas temáticas, ou seja, Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. Essa é uma área da extensão que precisa ser mais bem trabalhada, no sentido de esclarecer a tipologia do evento, uma vez que muitas ações cadastradas como projetos podem ser caracterizadas como eventos. O público dessa atividade totalizou 38.271 pessoas.

Em síntese, a Ufes contabilizou 806 ações registradas no Sistema de Informações da Extensão (Siex)– nas áreas temáticas citadas no parágrafo anterior, alcançando um público de 1.444.529 pessoas atendidas nas ações desenvolvidas.

Em relação ao Plano Orçamentário 0002 - Proext, este se configura um programa do Ministério da Educação, com ênfase na inclusão social, que ampara com recursos financeiros as ações aprovadas nas modalidades de programas e projetos de extensão universitária, visando dotar as instituições de ensino de melhores condições de gestão de suas atividades acadêmicas de extensão, contribuindo para a melhoria da qualidade de educação brasileira.

Entre as linhas de atuação contempladas em 2015 citam-se: Saúde Humana, Atenção Integral à Mulher, Atenção Integral ao Jovem e ao Adolescente, Atenção a Grupos de Pessoas com Necessidades Especiais, Direitos Individuais e Coletivos, Uso e Dependência de Drogas, Esporte, Lazer e Saúde, Empreendedorismo, Geração de Trabalho e Renda, Espaços de Ciências, Gestão Pública e Patrimônio Cultural.

A Ufes, que tem realizado um acompanhamento permanente do Proext, executou, em 2015, um total de 15 ações, sendo nove programas e seis projetos, envolvendo docentes, discentes da graduação, discentes da pós-graduação, técnicos-administrativos e pessoas da comunidade externa, sempre com vistas a estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, e, assim, proporcionar uma atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.

É importante ressaltar que nem todos os impactos produzidos por uma ação extensionista são imediatamente perceptíveis. Os resultados de ações de prevenção à saúde, ao uso de drogas, à violência, por exemplo, só podem ser mensurados com o tempo. No entanto, é possível projetar a ocorrência de impactos sociais diretos a partir da aplicação de oficinas e cursos voltados à capacitação para a geração de trabalho e renda em comunidades carentes, assim como atividades de valorização do saber popular e da cultura de grupos e etnias que vivem em regiões mais isoladas do norte do Espírito Santo. No sul do estado, integrando um programa voltado à prevenção ao uso de drogas, são capacitados os professores da rede pública de ensino estadual e municipal, em especial da Região do Caparaó Capixaba; estudantes de graduação de Biologia, Química, Farmácia, Nutrição, Pedagogia e Psicologia; integrantes da sociedade civil interessada no assunto; profissionais de saúde; policiais militares; integrantes de grupos religiosos e outros. Com certeza, essa é uma ação que produz grande impacto na área social e de saúde da comunidade.

Verifica-se que, em que pese os consideráveis resultados obtidos na extensão e no Proext, fatores como cortes orçamentários, número insuficiente de bolsas para apoio às atividades e para incentivo aos envolvidos, bem como a demora na compra de materiais e equipamentos para os programas e projetos dificultam o alcance de patamares mais significativos nessas atividades.

No que tange ao Plano Orçamentário - 0004 - Mais Médicos, o objetivo era dar apoio às atividades de supervisão dos médicos do Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB). Dentre as atividades de supervisão, as ações de educação continuada são as de maior relevância, buscando-se contemplá-las com o recurso alocado ao Programa. Infelizmente, devido ao contingenciamento de recursos para capital e ao curto prazo para empenhar os recursos, apenas uma pequena parte pode ser utilizada, aguardando-se a chegada dos materiais. No entanto, foi possível realizar dez encontros locorregionais e diversos eventos de discussão de temas relevantes para aprimoramento clínico dos profissionais do PMMB em 2015. Assim, pode-se afirmar que 70% (setenta por cento) da meta foram alcançados, ou seja, 50 iniciativas apoiadas foram viabilizadas.

Já o Plano Orçamentário 0001 – Viver Sem Limites Educação Bilingue não foi executado por insuficiência de limites orçamentários.

4.3.2.3 Ação 20 RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

QUADRO 5 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação							
Código	20 RK			Tipo: A			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26234						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0032	132.412.364,00	161.526.036,00	96.888.758,19	76.635.911,50	74.041.755,36	2.622.334,34	20.252.846,69
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0032	Estudante Matriculado		Unidade	19511	-	22.220	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0032	14.488.741,55	10.093.627,54	2.313.516,08	Estudante Matriculado	Unidade	21.842	

Essa ação viabiliza o funcionamento da graduação, da pós-graduação, da pesquisa e do acervo bibliográfica e, em 2015, possibilitou a matrícula de 22.220 estudantes, dos quais, 18.776 matriculados na graduação presencial e 3.444 matriculados na pós-graduação *stricto sensu*. Além desses, há que se ressaltar a matrícula na educação a distância, que totalizou 1.630 estudantes, além de 1.265 matriculados em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

Além desse desempenho, vale ressaltar na graduação a colação de grau de 2.371 estudantes, o registro de 7.120 diplomas de IES particulares e 2.631 diplomas de estudantes da Ufes. Os ingressantes em 2015 totalizaram 4.698 alunos. Cabe enfatizar ainda o planejamento, a implementação e a avaliação das políticas educacionais relativas à criação, à implantação e à avaliação dos cursos de graduação da Ufes, especialmente às relacionadas ao suporte técnico, administrativo e pedagógico; o acompanhamento e assessoramento à construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e as alterações curriculares, que agregam qualidade e agilidade na tramitação dos processos; as atividades de coordenação dos trabalhos da Comissão de Educação a Distância, que apresentou proposta de resolução para sistematização da oferta de disciplinas dos cursos de graduação na modalidade semi-presencial; o encerramento dos trabalhos da Comissão de Estágio, assessorando à elaboração de nova proposta de resolução de estágio, em substituição às atuais Resoluções nºs 74 e 75, ambas de 2010. A referida proposta encontra-se em discussão no âmbito da Câmara de Graduação, para posterior encaminhamento ao Cepe; a parceria com a Seavin no acompanhamento e criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) e Núcleos Docentes Estruturantes; e a organização do Fórum de Licenciaturas, que tem buscado, por meio de suas reuniões, ser representativo do espaço sistemático e coletivo de reflexões, debates e análises sobre as políticas e tendências da formação dos profissionais da educação no âmbito da Universidade na interface com os sistemas de ensino.

Soma-se a essa *performance* o desenvolvimento dos seguintes programas e projetos: Programa Integrado de Bolsas (PIB), que ofertou no exercício 1.289 bolsas; o Programa de Educação Tutorial, que oferta 156 bolsas e se divide em PET-Conexões, que abarca as áreas de Administração, Cultura, Educação, Licenciaturas e ProdBio-Ceunes, e PET-Cursos, contemplando Economia, Educação Física, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Matemática, Psicologia e Serviço Social; o Programa Andifes Mobilidade Acadêmica (PMA); Acompanhamento de Estudantes em Situação de Desligamento; Projeto Ufes na Escola (Proufes), que promoveu visitas às escolas estaduais; Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatório e não Obrigatório; Programa de Iniciação à Docência (Pibid); Programa Institucional de Apoio Acadêmico – PIAA; e o Programa Institucional de Apoio às Atividades de Ensino no Hucam (PIAAEH).

Entre as principais dificuldades inerentes à graduação presencial podem ser citadas: a ociosidade de vagas, que decorre da própria expansão de vagas no ensino superior público e os incentivos do Fies e do Prouni ao estudante para a realização de cursos no ensino privado; a deficiente preparação do estudante do ensino médio que ingressa na Universidade e as resistências à flexibilização dos currículos no âmbito institucional.

Como fator potencializador da ação, a ampliação dos cursos participantes do Sisu; as políticas de assistência que contribuem para a permanência; as medidas adotadas para melhorar a taxa de ocupação, como a criação do PIAA, que tem como finalidade a promoção do sucesso acadêmico e o combate à retenção e à evasão; a oferta de cursos de gestão acadêmica do ensino de graduação, avaliação da aprendizagem e de formação didático-pedagógica para docentes da Ufes; a proposta de ampliar a mobilidade interna entre os cursos similares ofertados nos diferentes *campi*.

Na pós-graduação, vale ressaltar a tendência à expansão e melhoria do Conceito Capes. Assim, no ano de 2015, ingressaram na pós-graduação um total de 4.709 alunos, sendo 3.444 matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 1.265 em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização). Podemos ressaltar que, desse total, 650 alunos de mestrado e 279 de doutorado possuem bolsas de estudo concedidas pela Capes.

Foram efetuadas, no 1º semestre de 2015, 419 defesas abarcando alunos de mestrado e doutorado; no 2º semestre, foram realizadas 425 defesas, totalizando 844 durante todo o ano. Ainda em 2015, contabilizou-se 55 programas de pós-graduação, sendo 47 cursos de mestrado acadêmico e oito de mestrado profissional, além de 24 de cursos de doutorado. Em relação à especialização, foram ofertados sete cursos ao longo do ano.

Na pesquisa, segundo a base de dados *Scopus*, a Ufes publicou 530 artigos em 2015, considerando todos os seus pesquisadores. Na base de dados do Departamento de Pesquisa, constam 4.489 projetos em andamento e 971 finalizados. Na última seleção do Programa Institucional de Iniciação Científica, foram aprovados 1.083 alunos, entre Pibic e Pivic, dos quais 615 foram contemplados com bolsas provenientes da Ufes (271 bolsas), CNPq e Fapes. Ressalta-se, ainda, a criação do Fundo de Apoio à Pesquisa, criado pela Universidade, que passou a apoiar diversos projetos internamente.

O Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) é composto pela Biblioteca Central, órgão complementar da Ufes, e sete bibliotecas setoriais (Biblioteca Setorial Tecnológica, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde, Biblioteca Setorial do Ceunes, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias, Biblioteca Setorial de Artes, Biblioteca Setorial da Educação e Biblioteca Setorial Nedtec), e tem como objetivo o suprimento técnico das demandas de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da Ufes. As atividades do SIB têm sido norteadas com vista à atualização e à ampliação do acervo, com ênfase na aquisição de recursos informacionais em formato digital e atendimento aos usuários.

No exercício, registrou-se o recebimento de 3.081 títulos e 12.124 exemplares com recursos de 2014, o que é comum, em face das dificuldades na entrega; a aquisição de 103 *e-books*; oito assinaturas de periódicos nacionais impressos; 16.501 títulos de periódicos estrangeiros eletrônicos, que se encontram na base de dados *Vlex* e *Academic Search Complete*, cuja renovação da assinatura foi efetuada em 2015; além de 5.306 exemplares de livros e 177 periódicos recebidos por doação. Dessa forma, o acervo do SIB, em dezembro de 2015, passou a contar com 157.274 títulos e 356.562 exemplares de materiais impressos (livros, teses, dissertações e multimeios), enquanto o acervo de periódicos totaliza 2.722 títulos e 134.215 fascículos.

As atribuições do Sistema Integrado de Bibliotecas encampam atividades de formação e tratamento do acervo (aquisição, processamento técnico, controle bibliográfico, preservação e conservação), biblioteca digital, assistência ao usuário, periódicos, coleções especiais, que contam com o apoio do Serviço de Tecnologia de Sistemas e Laboratório de Informática. A essas atividades, somam-se as atividades de direção, apoio administrativo e posto de serviço do Escritório de Direitos Autorais.

No contexto das atividades desenvolvidas pelo SIB, registra-se ainda o desenvolvimento de atividades culturais, com destaque, em 2015, para apresentação de coral, exposições de arte, contação de história e campanha educativa para preservação e conservação do acervo (Semana Nacional do Livro e da Biblioteca), ampliando a circulação de visitantes e transformando o espaço em local de encontro e cultura. Ressalta-se que a oferta do Programa de Desenvolvimento de Competência Informacional em Ambientes Virtuais (PDCIAV) tem contribuído para o empoderamento da comunidade universitária em relação ao acesso à informação científica.

No desenvolvimento das atividades do SIB, há que se enfatizar como fatores potencializadores a disponibilidade e envolvimento da equipe (principalmente nas atividades de inventário), a qualidade no atendimento ao usuário; o cumprimento dos prazos estabelecidos; e o local de trabalho agradável. Como fatores restritivos à greve dos servidores, é possível citar equipe reduzida, demora no atendimento às demandas de material para as atividades de preservação e conservação dos livros, necessidade de aperfeiçoamento da equipe e contingenciamento orçamentário da verba para investimentos.

Os desafios para 2016 dizem respeito ao atendimento às demandas fundamentais a todas as atividades e serviços do SIB; à reformulação e implementação da Política de Desenvolvimento de Coleções; ao atendimento à reformulação da Resolução nº 50/2010, para atualização e adequação das normas para empréstimos de obras; e a revisão de fluxograma, manuais de procedimentos internos e regimento interno.

No leque de abrangência da ação, desenvolvem-se também as atividades-fim dos centros de ensino do interior do estado, cujos resultados integram-se aos dados já consolidados dessas atividades, mas que merecem um destaque.

O Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes) é uma unidade da Ufes e foi fundado com a missão de “possibilitar à comunidade do norte capixaba o acesso à Instituição de ensino superior pública”. Criado oficialmente em 17 de novembro de 2005 pela Resolução nº 1/2005, em decisão conjunta do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufes, o Ceunes, localizado no município de São Mateus, iniciou seu funcionamento em 7 de agosto de 2006.

Ao longo dos seus nove anos de atividade, o Ceunes tornou-se referência no norte do estado, conquistando o respeito de toda a comunidade acadêmica devido à excelência didático-científica de seu corpo docente e à competência do corpo técnico-administrativo, aliados aos esforços empreendidos pela direção do Centro para concretizar as metas traçadas no projeto de interiorização e expansão da Universidade.

O Ceunes conta, no âmbito administrativo, com a coordenação e superintendência da direção geral e vice-direção, com a atuação da Secretaria Geral, da Secretaria de Relações Institucionais e Diálogo com a Comunidade, da Secretaria Única de Graduação, da Secretaria Única de Pós-Graduação, da Coordenação de Atenção à Saúde e Assistência Social, da Fazenda Experimental, que apoia e colabora, prioritariamente, com os cursos de ciências agrárias no ensino, na pesquisa e na extensão, da Gerência Administrativa, da Coordenação de Contabilidade e Finanças, da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Coordenação de Recursos Materiais e Patrimoniais, da Subprefeitura Universitária, da Coordenação de Projetos e Obras, da Seção de Transporte e Logística, e da Biblioteca Setorial. No âmbito acadêmico, sobressaem os departamentos acadêmicos, as coordenações de colegiados dos cursos de graduação e as coordenações dos programas de pós-graduação.

Em 2015, o Ceunes utilizou as instalações da sede do *campus* no Bairro Litorâneo para executar as suas atividades, contabilizando uma área construída de 86.644,95 m² entre construções visíveis e não visíveis. Integrado aos macroprocessos finalísticos da Universidade, o Centro executa processos que dão suporte às atividades-fim e ao desenvolvimento das suas competências.

Como parceiros primordiais, que colaboram direta ou indiretamente na consecução dos objetivos institucionais, destacam-se o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação e dos demais ministérios, que fomentam e financiam as atividades do Centro, o Governo do Estado do Espírito Santo, a Prefeitura Municipal de São Mateus, a Petrobrás, a Finep, junto à Fazenda Experimental, e entidades do setor privado e do terceiro setor que apoiam a realização de estágios curriculares, projetos de pesquisa, projetos de extensão e desenvolvimento institucional.

O planejamento do Ceunes alinha-se ao planejamento da Universidade, ou seja, está em sintonia com os objetivos estratégicos institucionais, logo, as ações desenvolvidas em 2015 norteiam-se pelas diretrizes gerais do PDI. Enquanto unidade gestora descentralizada, tem como suporte essencial os recursos oriundos do orçamento da Ufes, os quais são aplicados em conformidade com o planejamento estratégico do Centro, obtendo-se resultados satisfatórios no exercício. O Ceunes participa dos indicadores específicos, constitui parte integrante dos indicadores do TCU e vem discutindo a possibilidade de construir indicadores institucionais para avaliar a qualidade dos seus produtos/serviços ofertados para a população.

Em 2015, o Centro ofertou 17 cursos de graduação, a saber: Enfermagem, Farmácia, Agronomia, Ciências Biológicas (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Física (licenciatura), Química (licenciatura), Matemática (bacharelado), Matemática (licenciatura), Matemática Industrial (bacharelado), Engenharia da Computação, Ciência da Computação, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Química, Pedagogia (licenciatura), Educação do Campo – habilitação em Ciências Naturais e habilitação em Ciências Humanas e Sociais (licenciatura), todos

com projetos pedagógicos aprovados e 870 vagas. Já as matrículas totalizaram 1.843 no primeiro semestre e 1.931 no segundo.

Na pós-graduação, foram ofertados quatro cursos: os mestrados em Agricultura Tropical, Biodiversidade Tropical, Energia e Ensino na Educação Básica, com 188 matrículas no primeiro semestre e 177 no segundo semestre, registrando-se também, na condição de alunos especiais, 27 alunos no primeiro semestre e 44 no segundo. Formaram-se 36 alunos com o título de mestre.

O desempenho qualificado do Ceunes pode ser também quantificado pelos dados da Tabela 1.

TABELA 1 – ATIVIDADES, OFERTAS E PRODUÇÕES ACADÊMICAS DO CEUNES.

DESCRIÇÃO	DMA	DETEC	DECH	DCS	DCN	DCEL	DCAB	TOTAL
Disciplinas Oferecidas 1º Semestre	75	35	53	46	107	38	89	443
Disciplinas Oferecidas 2º Semestre	79	31	69	45	105	46	77	452
Parceiros e Financiadores	5	11	9	22	33	6	65	151
Orientações, Bolsas e Monitorias.	27	131	85	69	191	90	291	884
Produções Científicas	17	87	51	52	112	31	345	695
Congressos, Bancas e Congêneres.	35	83	95	70	80	26	147	536
Eventos (Realizados/Promovidos)	2	8	5	8	19	0	12	54
Projetos de Pesquisa	11	39	30	69	65	12	92	318
Projetos de Extensão	9	8	18	17	9	6	20	87

No desenvolvimento de suas atividades, o Ceunes contou com um quadro de 182 docentes efetivos, com a titulação de doutor ou mestre, todos contratados mediante concurso público e em regime de 40 horas semanais (com dedicação exclusiva), e com um quadro de cem servidores técnico-administrativos em educação, lotados em setores e departamentos pertinentes a sua especialidade.

O Ceunes tem mantido a preocupação com a questão ambiental e, em 2015, nos editais de licitação, foram adotados os critérios de sustentabilidade, conforme a Instrução Normativa nº. 1/2010 e a Portaria nº. 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG. Essa ação é complementada com a implantação do Projeto de Coleta Seletiva desenvolvido pela Coordenação de Atenção à Saúde e Assistência Social, onde se efetua a coleta seletiva de resíduos sólidos do *campus* e se promove a cultura institucional voltada para o uso racional e consciente dos recursos materiais e naturais. Ainda, em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006 e com as premissas da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), os resíduos sólidos recicláveis são doados à Associação de Catadores do Bairro Vitória, do município de São Mateus, sendo o transporte realizado pela Prefeitura Municipal de São Mateus.

Outro ponto relevante na preocupação do Ceunes é a manutenção das instalações prediais, uma vez que a elaboração e a implantação de programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de ser importante para a segurança e qualidade de vida dos usuários, é essencial para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil. Nesse sentido, tem-se como meta a implantação de um sistema de gerenciamento no setor de manutenção e serviços, com intuito de auxiliar o gerenciamento dos serviços prestados pelo setor e, sobretudo, auxiliar o gerenciamento das manutenções preventivas e preditivas, abarcando todos os componentes envolvidos no funcionamento de uma edificação, tais como estruturas de concreto, estruturas metálicas, hidráulica, elétrica, pintura, esquadrias, refrigeração etc.

Os serviços prestados pela Biblioteca Setorial do Ceunes, que é responsável pelo provimento de informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa, extensão, também figura como uma prioridade, tendo em vista que reúne, organiza, dissemina e viabiliza o acesso à informação como recurso imprescindível para a difusão de conhecimentos, proporcionando melhoria nos padrões acadêmico-científico e cultural de todos os servidores e discentes, e da comunidade em geral. O

acervo total da biblioteca é de 27.355 exemplares, constituído por livros, periódicos, fitas VHS e CD-ROMs, todos em bom estado de conservação.

A saúde da comunidade universitária também fica em primeiro plano, cabendo à Coordenação de Atenção à Saúde e Assistência Social (Casas) a execução das atividades de atenção à saúde e assistência social dos servidores e estudantes, implementando programas/projetos em sintonia com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), por meio do Departamento de Atenção à Saúde, e com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), por meio do Departamento de Assistência Estudantil (DAE), adequando tais ações à realidade do Centro, além de implementar projetos próprios. Durante o ano, a Coordenação de Atenção à Saúde e Assistência Social atendeu a 876 alunos e servidores do Centro.

No que se refere aos estudantes, essa Coordenação desenvolve ações que contribuem para a permanência, possibilitando o acesso aos recursos disponíveis na Universidade e ampliando a oportunidade de formação acadêmica, reduzindo assim os índices de evasão e de retenção. As ações encontram-se pautadas na Resolução nº. 3/2009 do Conselho Universitário, que aprovou o Plano de Assistência Estudantil da Ufes. No ano de 2015, foram assistidos pelo Proaes/Ufes, no Ceunes, 649 discentes, encampando os benefícios de auxílio-alimentação, auxílio-material de consumo e auxílio-moradia.

No âmbito do Ceunes, desenvolve-se também, em parceria com o Departamento de Educação e Ciências Humanas, o Projeto de Acompanhamento ao Desempenho Acadêmico do Estudante, que visa possibilitar a permanência e a prevenção de situações de reprovação, retenção e/ou evasão dos discentes assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil do Centro. O Projeto contempla, prioritariamente, os discentes assistidos pelo Proaes/Ufes com rendimento insatisfatório para aprovação, mas também é facultado aos demais discentes do Ceunes.

Integram-se às atividades de assistência, apoio acadêmico e permanência, àquelas desenvolvidas pelo Restaurante Universitário, unidade subordinada ao Departamento de Gestão de Restaurantes da Progep. A Unidade exerce suas atividades alinhadas a normas e padrões de boas práticas em cozinhas industriais e a normas gerais do DGRU.

No contexto dessas ações, a acessibilidade também se apresenta como questão primordial, realizando-se reuniões com o Núcleo de Acessibilidade da Ufes (Naufes) para discutir as demandas dos estudantes e a organização do processo seletivo para concessão de bolsas de Ledor para o Ceunes.

Cabe uma ênfase às atividades desenvolvidas pela Fazenda Experimental, que possui uma área física de 196,3741 hectares e está localizada a leste do *campus*. A Fazenda Experimental conta com três prédios entregues recentemente, cuja estrutura contempla a sede administrativa, onde estão alocadas a sala da administração, a sala da equipe técnica, duas salas de aula e o almoxarifado, e dois prédios anexos ao prédio administrativo, onde estão localizados o laboratório de mecanização e aplicação de defensivos agrícolas, o laboratório de hidráulica e o laboratório de preparação de amostras e sementes, além de três estufas agrícolas e um galpão para alocar máquinas e implementos. Entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Fazenda Experimental, as principais elaboradas atualmente são: acompanhamento, instalação e condução de experimentos, suporte às aulas práticas de campo e outras atividades correlatas.

Registram-se, entre as ponderações finais, que o contingenciamento dos recursos de capital compromete a execução de ações para melhoria da infraestrutura física e dos laboratórios de ensino, e que as restrições de natureza orçamentária inviabilizaram também a aplicação dos recursos de Emendas Individuais, uma vez que, de um total de R\$ 1.500.000,00 previstos, apenas se efetivaram a aplicação de R\$ 200.000,00.

Por fim, o Ceunes manteve como objetivo maior para 2015 a ampliação do número de matrículas, de forma a contribuir para a redistribuição inter-regional do desenvolvimento, em consonância com

o que foi delineado no Plano de Expansão e Consolidação da Interiorização Presencial da Ufes, aprovado pelo Conselho Universitário em 2005, bem como tem possibilitado à comunidade do norte capixaba o acesso à instituição de ensino superior pública, promovendo avanços culturais, sociais, científicos e tecnológicos. O êxito do Centro pode ser mensurado pelo alcance das metas traçadas, pela qualidade dos serviços e produtos ofertados.

Ao sul do Espírito Santo, localiza-se o Centro de Ciências Agrárias, sediado na cidade de Alegre, que é uma unidade acadêmica da Ufes. O Centro surgiu da incorporação da Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo (Esaes), criada em 1971, com a oferta do curso de bacharelado em Agronomia. Em 1976, a Esaes foi incorporada pela Ufes e passou a ser chamada de Centro Agropecuário. Em 1999, com a criação de três novos cursos de graduação, em Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia, bacharelados, o centro de ensino passou a ser chamado de Centro de Ciências Agrárias (CCA), o qual ofertava no Processo Seletivo Vestibular, até o ano de 2005, 135 vagas em seus cursos de graduação.

No ano de 2006, por meio do Projeto de Expansão e Interiorização da Graduação Presencial, foram criados cinco novos cursos de graduação: Ciências Biológicas, Engenharia de Alimentos, Engenharia Industrial Madeireira, Geologia e Nutrição, também bacharelados, ampliando o número de vagas ofertadas para 260. Em agosto de 2009, no Projeto de Reestruturação e Expansão das Ifes (Reuni), incentivado pelo MEC, criaram-se mais oito cursos de graduação, sendo quatro licenciaturas (Biologia, Física, Matemática e Química) e quatro bacharelados (Farmácia, Engenharia Química, Ciência da Computação e Sistemas de Informação), totalizando uma oferta de 17 cursos, 860 vagas anuais, tornando-se o maior em número de cursos de graduação.

TABELA 2 - CRONOGRAMA DE CRIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DO CCA

ANO	PERÍODO	MODALIDADE	CURSOS
1971	Diurno	Bacharelado	Agronomia
1999	Diurno	Bacharelado	Medicina Veterinária, Engenharia Florestal, Zootecnia
2006	Diurno	Bacharelado	Geologia, Nutrição, Engenharia Industrial Madeireira, Ciências Biológicas, Engenharia de Alimentos,
2009	Diurno	Bacharelado	Ciência da Computação,
	Noturno	Bacharelado	Farmácia, Sistemas de Informação,
	Noturno	Licenciatura	Biologia, Matemática, Química e Física.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS OFERTADAS, OCUPADAS E MATRÍCULAS

CURSO	VAGAS OFERTADAS	VAGAS OCUPADAS	ALUNOS MATRICULADOS
BACHARELADO			
Agronomia	60	56	225
Eng. Florestal	40	30	120
Eng. Industrial Madeireira	40	17	48
Medicina Veterinária	40	40	219
Zootecnia	40	24	78
Engenharia de Alimentos	40	31	85
Engenharia Química	40	40	208
Ciência da Computação	40	26	91
Ciências Biológicas	40	21	88
Farmácia	45	22	96
Geologia	40	38	186
Nutrição	40	23	80
Sistemas de Informação	70	32	112
LICENCIATURA			
Ciências Biológicas	70	31	125
Física	70	19	69
Matemática	70	19	59
Química	70	26	104

A pós-graduação *stricto sensu* iniciada em 2002, em expansão, pode ser visualizada na Tabela 4.

TABELA 4 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

PROGRAMA	MESTRADO			DOUTORADO		
	Vagas Ofertadas	Defesa de Dissertação	Nº Alunos Matriculados	Vagas Ofertadas	Defesa de Tese	Nº Alunos Matriculados
Produção Vegetal	14	11	36	08	08	36
Ciências Florestais	38	23	81	12	-	31
Ciências Veterinárias	32	23	37	-	-	-
Ciência e Tecnologia de Alimentos	08	13	24	-	-	-
Genética e Melhoramento	09	15	22	08	01	20
Engenharia Química	17	10	1	-	-	-

Em 2015, foi aprovada pelo Conselho Departamental a proposta de criação de mais quatro programas de pós-graduação *stricto sensu* no CCA, o Curso de Pós-Graduação em Fitossanidade, o Curso de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, o Curso de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e o Curso de Pós-Graduação em Agroquímica, em nível de mestrado, os quais foram encaminhados à Capes para apreciação e aguardam resposta.

No desenvolvimento de suas atividades, contou o CCA com 126 técnicos-administrativos e 223 docentes, dos quais, 14 técnicos e dez docentes nomeados no exercício. Ainda, em 2015, foram disponibilizadas para o Centro 15 vagas de técnicos-administrativos e sete de docentes, provenientes de aposentadoria, remoção e outras causas. Das vagas de técnicos, seis são de cargos extintos, três aguardam nomeações, três aguardam concurso que está em andamento, uma vaga foi cedida à Advocacia-Geral da União (AGU) e duas vagas aguardam a realização de concurso. Em relação às vagas de docentes, os departamentos iniciaram os processos de realização de concurso público.

O CCA teve expansão em obras civis e áreas experimentais nos últimos anos, contando atualmente com 23.075,74 m² no município de Alegre, 8.152,98 m² na área experimental de Rive, 353,8 m² no município de Jerônimo Monteiro, e 1.328,6 m² no município de São José do Calçado, totalizando 38.910,6 m² em obras concluídas e em andamento.

O planejamento estratégico do CCA é desenvolvido em sintonia com os departamentos e os diferentes setores, em face da sua missão, que é a de formar profissionais de qualidade nas diversas áreas do conhecimento e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sustentabilidade do país. Considerando os pilares que norteiam a Universidade, ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão, os esforços da administração do CCA são realizados no sentido de atender às demandas apresentadas pelos 12 departamentos que ofertam os 17 cursos de graduação e os seis programas de pós-graduação.

Adota-se, como prática, solicitar aos departamentos e setores que levantem demandas e necessidades, as quais são apresentadas na primeira reunião do ano do Conselho Departamental. Essas demandas visam criar as condições necessárias para que os cursos ministrados possam realizar as atividades previstas nos projetos pedagógicos dos cursos, no exercício, enquanto outras ações são realizadas prevendo as atividades do próximo ano, levando em consideração os recursos financeiros disponíveis e as instruções legais para elaboração dos processos licitatórios.

No quesito manutenção, são realizados serviços que envolvem reformas e melhoria das edificações, entre os quais vale citar: adaptação de rede elétrica nos laboratórios; reformas de laboratórios; aquisições e instalações de aparelhos de ar condicionado, que asseguram a ambientação das salas de aulas e laboratórios, embora alguns aparelhos instalados nas salas de aulas aguardam a conclusão das obras de readequação da rede elétrica para o pleno funcionamento; aquisição e instalação de divisórias e persianas; e aquisição e instalação de mobiliários para diversos laboratórios. Dessa forma, boa parte dos laboratórios do CCA conta hoje com móveis de bancadas e melhorias, mas existem grandes demandas, notadamente decorrente das novas edificações.

Os esforços e os investimentos, os quais visam consolidar e expandir a atuação do CCA, devem ser analisados sob uma perspectiva holística, uma vez que o processo de interiorização da Ufes está contribuindo para o desenvolvimento de municípios da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, entre outros.

Devido à diversidade de projetos para a execução das obras, tais como: arquitetônico, elétrico, estrutural, hidrossanitário, de prevenção e combate a incêndio e pânico, de exaustão/climatização; bem como à falta de profissionais habilitados para acompanhar a execução desses projetos no CCA, ocorre uma grande dependência dos profissionais e serviços da Prefeitura Universitária, e como esta atende a toda a Universidade, acabam ocorrendo atrasos nas demandas daquele Centro. Isso dificulta o término das obras no tempo planejado e necessário, além das restrições orçamentárias que contribuem para atrasos no início e na conclusão dos serviços. Adicionalmente, em face da

expansão e modernização da infraestrutura do CCA, e a conseqüente extinção de cargos efetivos de apoio, as demandas por serviços terceirizados ampliaram-se na mesma proporção, gerando sérias dificuldades, pois os serviços não atendem plenamente, principalmente como decorrência das quatro áreas a serem mantidas, Alegre, Rive, Jerônimo Monteiro e São José do Calçado. Essa situação também se aplica em relação à manutenção dos bens permanente e bens imóveis do CCA.

No que tange à gestão ambiental, o CCA adota, nos seus editais de licitação, critérios de sustentabilidade, bem como promove a coleta e o armazenamento de pilhas, baterias, lâmpadas e resíduos químicos gerados nos laboratórios de aulas práticas, os quais estão sendo removidos por uma empresa especializada contratada por licitação para realizar o transporte e a destinação daqueles objetos. Quanto ao lixo orgânico, uma parte dele é aproveitada por processos químicos e utilizada na área verde em adubação, e o restante é recolhido pela Prefeitura Municipal com destino ao aterro sanitário próprio.

No que diz respeito à internacionalização da Universidade, faz-se mister ressaltar as atividades realizadas, em face dos resultados alcançados.. A ação de internacionalização da Ufes tem sido fomentada e estimulada principalmente pelo programa Ciência sem Fronteiras, da Capes e do CNPq, cuja essência visa à promoção do intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação para que façam estágio no exterior, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação.

Das 891 bolsas alocadas e implementadas pela Ufes, 806 bolsas são para estudantes da graduação, 51 para estudantes de doutorado sanduíche, 16 de doutorado, dez de pós-doutorado, quatro para visitante especial e quatro para jovens talentos, tendo como principais países de destino os Estados Unidos, o Reino Unido, a Austrália, o Canadá, a Alemanha e a França, e abrangeram as áreas de engenharia e novas tecnologias; biologia, biomédicas e saúde; indústria criativa e ciências exatas e da terra.

Ainda, pelo Programa de Bolsas Ibero-Americanas Santander Universidades 2015-2016, foram selecionados cinco alunos para o Chile, a Espanha, o México, o Uruguai e Portugal, enquanto no Programa Erasmus+, fomentado pela União Europeia nos domínios da educação, da formação, da juventude e do desporto para o período de 2014-2020, por meio do projeto Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias, do Laboratório dos Movimentos Migratórios, estabeleceu-se colaboração com a Università Cà Foscari, de Veneza, resultando na concessão de cinco bolsas para alunos de graduação e quatro para estudantes do Programa de Pós-Graduação em Letras, sendo duas bolsas reservadas para o mestrado e duas para o doutorado.

No segundo semestre de 2015, a Secretaria de Relações Internacionais (SRI) lançou edital do programa de intercâmbio internacional Brafitec, oferecendo 30 vagas para as áreas de engenharias na França, selecionando 16 alunos das áreas de engenharia civil, elétrica, petróleo, ambiental, computação, produção e mecânica, para as universidades Institut Mines-Télécom (IMT), Nancy/ENIM/ENSIAME, ESTP, Telecom Bretagne, Telecom ParisTech, Arts et Métiers ParisTech, os quais receberão bolsas de estudo, passagens aéreas e auxílio-saúde financiados pela Capes.

No contexto do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), este foi criado com a proposta de atender a oito idiomas: Inglês, Francês, Alemão, Espanhol, Italiano, Japonês, Mandarim e Português como língua estrangeira. Atualmente, a Ufes conta com representantes nas áreas de: Inglês, Francês, Espanhol, Italiano e Português como língua estrangeira. Como Centro Aplicador (CA) de testes TOEFL, a Ufes contou com nove aplicadores certificados para aplicar 5.198 testes (dados até outubro/2015) em Goiabeiras, atingindo cerca de 20% de seus estudantes, porcentagem próxima da média nacional. Em 2015, foram ofertadas mais de oito mil vagas para testes.

No Projeto NucLi – Núcleo de Línguas, fomentado pela Capes, deve-se destacar o fato de ter recebido quatro assistentes de ensino de Inglês (English Teaching Assistants), da Comissão Fulbright, sendo que duas delas atuaram junto às atividades do NucLi/IsF com oferta de oficinas específicas, como pronúncia e vida acadêmica nos EUA. Considerou-se como fato facilitador desse

Projeto a parceria com o Centro de Línguas da Ufes, não somente pela disponibilização de espaço para grande parte das aulas do NucLi e para a sua secretaria administrativa, como também foi o local de aplicação dos testes TOEFL (sextas e sábados) e realização do curso do Conselho Britânico (Researcher Connect).

Em relação a acordo de cooperação, a Ufes possui 72 acordos vigentes com instituições estrangeiras, além dos convênios de cotutela, um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Ainda, nesse ano, os destaques são Espanha e Itália, que dobraram a quantidade de acordos em relação a 2014, juntando-se a Portugal e França como os países com maior quantidade de acordos vigentes.

Outros programas, divulgações, participação em eventos, reuniões, acompanhamento de missões, conferências, visitas e medidas que potencializam a internacionalização da Universidade foram adotados, fortalecendo sobremaneira essa ação da instituição.

No exercício, foram recebidos pela Ufes 78 alunos estrangeiros oriundos de diversos países, incluindo estudantes de graduação e pós-graduação que realizam intercâmbio de curta duração ou curso completo. No mesmo período, a Universidade recebeu dez alunos de nove países (Alemanha, Estados Unidos, Filipinas, Guatemala, Holanda, Índia, México e Paquistão), do mestrado em Ecohidrologia do Programa Erasmus Mundus. O ECOHYD é um curso de mestrado internacional coordenado pela Universidade do Algarve, em Portugal, em cooperação com a University of Lodz (Poland), com a University of La Plata (Argentina), com a Christians-Albrechts - University Zu Kiel (Alemanha) e com a Unesco – IHE Delft (Holanda).

A atuação da instituição e a parceria com a Capes e o CNPq foram fundamentais para alavancar as ações de internacionalização da Ufes. Já a maior dificuldade decorre do desconhecimento da importância do processo de internacionalização como instrumento de criação de oportunidades para a colaboração científica e melhoria na formação dos futuros profissionais.

No tema avaliação, a Seavin participou ativamente dos preparativos para as visitas de “avaliação *in loco*” realizadas pelos examinadores do MEC/Inep. Essas avaliações são parte das atividades de supervisão e regulação da educação superior, cujos objetivos são o reconhecimento ou a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. Assim, houve uma atuação direta com as coordenações de curso e demais dirigentes acadêmicos, bem como com a Administração Central da Ufes, no sentido de aperfeiçoar o processo de melhoria da qualidade do ensino nos cursos ofertados. Dos seis cursos de graduação da Ufes avaliados pelo MEC/Inep no ano de 2015, houve quatro notas 4 e duas notas 3, numa escala de 0 a 5. Em todas essas visitas, a Seavin envolveu-se diretamente nas diversas etapas desses processos, tanto por meio da Secretária de Avaliação Institucional como dos demais integrantes da equipe da secretaria, composta atualmente por três servidores.

Dessa forma, essa Secretaria consolida-se como instância responsável pela articulação entre os gestores das unidades acadêmicas que ofertam cursos de graduação e a Administração Central da Ufes, no sentido de obter melhoria nos resultados dos processos de avaliação da educação superior empreendidos pelo Inep/MEC e de auto avaliação da instituição. A Seavin assumirá, a partir de 2016, todo o processo de preparação e divulgação da realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), trabalho esse que estava sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação.

4.3.2.4 Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior

QUADRO 6 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação							
Código	4002			Tipo: A			
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior						
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26234						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0032	20.623.971,00	21.263.971,00	16.237.782,77	15.933.981,39	15.230.171,78	703.809,61	303.801,38
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0032	Benefício Concedido	Unidade	16902	-	503.902		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0032	1.132.607,81	636.940,21	56.698,27	Benefício Concedido	Unidade	7018	

Em 2015, a Ação 4002 possibilitou conceder 89.392 benefícios, se considerarmos somente o auxílio-transporte, o auxílio-moradia e o auxílio-material. É relevante frisar que os benefícios concedidos mês a mês foram totalizados ao final do exercício. A esse número devem ser somadas as refeições fornecidas nos restaurantes dos *campi* da Ufes, as quais totalizaram 414.510 fornecidas a estudantes com 50% de gratuidade e estudantes com isenção total. Também, nesse caso, cada refeição foi considerada um benefício que, adicionado aos demais, sinaliza um total de 503.902. Foi associado aos restos a pagar não processados o quantitativo de 7.018 benefícios.

As ações assistenciais orientam-se pelos princípios de gratuidade, subsidiariedade e solidariedade na geração, distribuição e administração dos recursos, potencializando o acesso a oportunidades, direitos e serviços internos e externos da Universidade. Nesse sentido, por meio da concessão de auxílios aos estudantes, são executadas medidas de ampliação do acesso aos cursos de graduação da Ufes, aumentando as chances de ingresso para candidatos a discentes oriundos da rede pública, incluindo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica e os de origem racial preta, parda e índia (PPI), concomitantemente com a melhoria e adequação das condições físicas, didáticas e de material aos candidatos a discentes com deficiências físicas e mentais, de maneira a fortalecer a permanência e a conclusão e reduzir a evasão escolar.

Em relação ao Plano Orçamentário – 0002 – Viver sem limite – Programa Incluir, foram adotadas ações de planejamento, organização e coordenação para melhor execução das atividades relacionadas ao Programa, e com base nos parâmetros norteadores, desenvolveram-se 13 projetos,

não sendo possível o alcance da meta prevista por insuficiência de dotação orçamentária e prazo exíguo para execução.

Entre essas ações do Programa Incluir, destacam-se: i) obras de acessibilidade para adequação física; ii) adequação de salas de aulas; iii) adequação de acessibilidade nos laboratórios de informática no SIB; iv) serviço de apoio acadêmico a deficientes auditivos; v) aquisição de recursos de tecnologia assistiva; vi) apoio a eventos de acessibilidade; vii) monitoramento acadêmico dos alunos assistidos; etc.

A qualificação da equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania, responsável pela gestão dos benefícios de auxílio-material, auxílio-moradia, auxílio-transporte e do Programa Incluir, foi considerado um elemento potencializador da atividade, enquanto a infraestrutura inadequada e as instalações físicas atuais constituem fatores que limitam o desenvolvimento dessas atividades.

4.3.2.5 Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

QUADRO 7 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação							
Código	8282		Tipo: A				
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26234						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0032	38.355.248,00	26.655.248,00	26.263.210,18	22.389.293,20	20.835.710,26	1.927.480,94	3.873.916,98
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0032	Projeto Viabilizado	Unidade	48	-	48		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0032	6.556.905,84	2.495.675,17	1.013.939,89	Projeto Viabilizado	Unidade	46	

Os recursos da ação são de grande importância, pois viabilizaram o funcionamento da instituição por meio do maior aporte ao custeio. Dessa forma, a manutenção básica da Universidade foi assegurada, pois não houve interrupção de serviços essenciais, notadamente aqueles vinculados às atividades-fim.

Contudo, o contingenciamento de percentual significativo dos recursos destinados aos investimentos dificultou o plano de melhoria dos laboratórios de graduação da Universidade.

4.3.2.6 Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

QUADRO 8 - REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação							
Código	8282		Tipo: A				
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior						
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841						
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático						
Unidade Orçamentária	26234						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7122	1.200.000,00	1.200.000,00	199.957,97	58.649,96	- 0-	58.649,96	141.308,11
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
7122	Projeto Viabilizado	Unidade	02	-	02		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0032	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	

No âmbito do Ceunes, parte da expectativa de promover maiores investimento no Centro foi frustrada, pois, dos recursos orçamentários previstos em Emendas Individuais, somente cerca de R\$ 200.000,00 (duzentos mil) foram aportados, mas os recursos foram alocados aos projetos idealizados.

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

QUADRO 9 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo: A			
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26234						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0032	1.050.000,00	1.050.000,00	407.628,84	298.291,00	294.411,85	3.879,15	109.337,84
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0032	Servidor Capacitado		Unidade	1400	-	2017	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0032	21.105,00	15.680,00	925,00	Servidor Capacitado	Unidade	101	

No que tange à qualificação, capacitação e gestão de desempenho de servidores técnico-administrativos, as atividades são desenvolvidas tendo como base a identificação das necessidades de capacitação das habilidades para o desempenho do trabalho na instituição, ou seja, para o aprimoramento da gestão pública e o atendimento social da Universidade, bem como o conhecimento da legislação vigente.

O Plano de Capacitação (PAC) 2015 foi aprovado por meio da Resolução nº 12/2015-CUn/Ufes, em 26/03/2015. As ações previstas no PAC estão classificadas segundo as linhas de desenvolvimento propostas no Decreto nº 5.825/2006: iniciação ao serviço público; formação geral; educação formal; gestão; inter-relação entre ambientes e formação específica.

Para os servidores ingressantes na linha de iniciação ao serviço público, organizaram-se os “Seminários de Integração”, em três edições, nos *campi* de Goiabeiras, São Mateus e Alegre, com a participação de 127 servidores, docentes e técnicos-administrativos em educação (TAE), visando acolhimento e contextualização ao servidor ingressante por meio de uma apresentação institucional. Foram também abordados os seguintes assuntos: ética na gestão pública; legislação das carreiras de técnico-administrativo em educação e docente do magistério federal; licenças, afastamentos e concessões; estágio probatório; regime de previdência, entre outros direitos e deveres dos servidores. Além dos Seminários, os técnicos-administrativos realizaram complementarmente os cursos “Gestão e Elaboração de Projetos”, “Sustentabilidade: Consciência e Prática”, e “Sistema de Protocolo SIE”. Realizaram-se também, naqueles locais e no *campus* de Maruípe, reuniões sobre “Avaliação de Desempenho”, com o objetivo de informar sobre as mudanças no Sistema de Avaliação de Desempenho, contando com a participação de 241 servidores.

No exercício de 2015, foram realizadas 70 ofertas de cursos, totalizando 1.063 servidores capacitados e certificados. Foram contempladas temáticas diversificadas, tais como: atendimento ao

público, atualização em informática, elaboração de projetos, português instrumental, raciocínio lógico, desenvolvimento de equipes, cursos específicos para gestão e ensino da graduação, entre outros. Informamos ainda que, do total de 70 cursos de capacitação, nove foram ministrados no Ceunes (São Mateus) e sete no CCA (Alegre). Os demais ocorreram em Vitória. Além das ações citadas, realizaram-se cursos com outros vieses, além do atendimento às necessidades específicas dos setores.

Soma-se a essas ações o custeio de inscrições, diárias e passagens para viabilizar a participação dos servidores em congressos e cursos de curta duração no país. Em 2015, foram contemplados com essa modalidade de capacitação 48 (servidores de setores diversos da Universidade, inclusive os de Alegre e São Mateus, para participarem de cursos no *campus* de Goiabeiras. Entre os eventos custeados, destacamos: “2º Seminário Internacional sobre Contratações Públicas Sustentáveis”; “XII Semana de Administração Financeira Orçamentária e de Contratações Públicas”; “XXXV Encontro Nacional de Dirigentes e Pessoas” e “II Encontro Latino Americano de Universidades Sustentáveis-ELAUS-2015”. Também em 2015, ofertou-se, semestralmente, 426 bolsas para o estudo de idiomas, em parceria com o Centro de Línguas para a Comunidade (CLC/Ufes), oferecendo oportunidades nos idiomas: Inglês; Francês; Espanhol; Italiano e Alemão.

Ainda no campo da capacitação, é relevante citar que foram concedidas 401 licenças para capacitação, visando à realização de cursos, estágios, grupos de pesquisa e estudos direcionados por servidores técnico-administrativos e docentes.

No campo da qualificação, o Programa de Capacitação oferece o Mestrado Profissional em Gestão Pública, criado para atender à demanda dos servidores TAEs da Ufes. O curso é coordenado por docentes do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e custeado com orçamento de capacitação. Em 2015, ingressaram 20 servidores, totalizando 79 (setenta e nove) alunos matriculados.

No exercício de 2015, entre os fatores que dificultaram a execução da ação, podem ser destacados: baixa adesão dos servidores, acentuada pela greve dos técnicos-administrativos em educação. Algumas turmas foram adiadas e/ou canceladas por número insuficiente de inscritos; dificuldade de liberação da chefia para participação de cursos no horário de trabalho, relatada em algumas situações; e baixa fidedignidade no processo de levantamento de necessidades de capacitação, pois algumas ações solicitadas não correspondem à real necessidade da instituição.

Entre os fatores que potencializaram as ações, destacam-se: estabelecimento de norma interna para custeio de participação em cursos e eventos de curta duração no país, por meio da Portaria nº 139/PROGPAES, de 8 de março de 2013; inclusão de cursos na modalidade a distância, tendo como projeto piloto o curso de Português Instrumental, realizado com êxito; e contratação de empresa para realização de turmas exclusivas de cursos de formação específica. Em 2015, foram capacitados 216 gestores, representando 31% do total de dirigentes, um índice que superou a meta.

Em síntese, vale destacar que as ações de capacitação no âmbito da Ufes, no ano de 2015, foram efetivas e superaram a meta inicialmente estabelecida de 1.400 ações de capacitação. No total, foram contabilizadas 2.017 ações de capacitação. Destacamos ainda que, para o ano de 2016, pretendemos um investimento maior em ações específicas de capacitação para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais.

ACÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR

4.3.2.7 Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância

QUADRO 10 – UNIVERSIDADE ABERTA E A DISTÂNCIA

Identificação da Ação					
Código	6328			Tipo: A	
Título	Universidade Aberta e a Distância				
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841				
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático				
Unidade Orçamentária	26234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
23.895,83	23.063,86		Vagas Disponibilizada	Unidade	-

Os recursos dessa ação, direcionados a despesas com a educação a distância, contribuíram para viabilizar despesas básicas da atividade, que continua ofertando novos cursos, agora subsidiados por outra fonte de recursos. Como se vê, os saldos foram praticamente liquidados, restando apenas cancelar e/ou liquidar pequena fração dos recursos.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A Ufes, apesar das dificuldades vivenciadas no exercício de 2015, não paralisou suas atividades essenciais. Entretanto, entre os principais fatores que influenciaram o funcionamento da instituição, podem ser destacados: a falta de limites de crédito a utilizar, devido ao contingenciamento; a indefinição de cronograma de liberação de recursos financeiros; a insuficiência de recursos orçamentários de custeio, decorrente da não correção da matriz Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), com base na evolução das despesas e expansão das atividades da instituição (Reuni); além das restrições de natureza legal.

4.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Informamos que esta Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes), apesar do contingenciamento dos créditos orçamentários e limites para empenho por parte do MEC, não assumiu obrigações sem a devida cobertura orçamentária, considerando os prazos de encerramento do exercício. Logo, a Universidade efetivou os empenhos conforme limites estabelecidos por aquele Ministério.

4.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO 11 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	20.542.570,70	16.658.156,85	1.153.272,33	2.731.141,52
2013	5.581.898,06	834.707,84	1.928.383,63	2.818.806,59
2012	2.843.374,98	1.160.231,53	526.028,67	1.157.114,78
2011	20.028,45		20.028,45	-
Total	28.987.872,19	18.653.096,22	3.627.713,08	6.707.062,89 -

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	851.445,42	851.445,42		
2013	223.943,34	220.075,35		3.867,99
2012	234.838,86	225.988,32		8.850,54
2009	638,00	638,00		
Total	1.310.865,62	1.298.147,09	-	12.718,53

De acordo com o art. 36 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Restos a Pagar Processados são as despesas legalmente empenhadas, cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como compromissos do Poder Público de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Já os Restos a Pagar Não Processados são as despesas legalmente empenhadas, que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, aquelas em que não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho, tendo as empresas assumido o compromisso de entrega dos bens e serviços contratualizados.

Analisando os Restos a Pagar Não Processados, fica evidenciado que houve um crescimento significativo que deve ser decorrente da liberação intempestiva de limites, concentrando grande parte da execução da despesa no final do exercício. As principais razões de reinscrição dos saldos em Restos a Pagar Não Processadas foram às contratações de obras, como o Prédio da Fisioterapia, Nutrição e Terapia Ocupacional, no Centro de Ciências da Saúde, o Prédio do Laboratório de Anatomia e o Anel Viário do Ceunes, bem como a aquisição de equipamentos e materiais de consumo. A Universidade Federal do Espírito Santo tem procurado se empenhar e melhorar o controle interno e o monitoramento da despesa, inclusive respeitando o que preconiza a Lei nº 4320/64, quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento pendente ou não de impedimento de condição, para caracterização da existência do empenho. Quanto à permanência de alguns empenhos de restos a pagar não processados fora do prazo legal, referem-se aos processos que se encontram em trâmite de finalização, aguardando desfecho que sinalizem a necessidade do cancelamento ou não dos referidos empenhos e/ou saldos.

4.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

QUADRO 12 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ULTIMOS TRÊS EXERCÍCIO

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO					
CNPJ:	32.479.123/0001-43					
UG/GESTÃO:	153046 / 15225					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Termo Exec. Descentralizada	1	1	0	3.360,00	2.400,00	
Totais	0	0	0	3.360,00	2.400,00	-

QUADRO 13 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO					
CNPJ: 32.479.123/0001-43			UG/GESTÃO: 153046 / 15225		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2015	Contas Prestadas	Quantidade	7		
		Montante Repassado	3.574.999,71		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2014	Contas Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	1.160.900,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	2.414.099,71		
2013	Contas Prestadas	Quantidade	4		
		Montante Repassado	1.160.900,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	2.414.099,71		
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

QUADRO 14 - SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO				
UG/GESTÃO: 153046 / 15225				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada			
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)			
Contas NÃO analisadas	Quantidade	3		
	Montante repassado (R\$)	2.414.099,71		

QUADRO 15 - PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO					
UG/GESTÃO: 153046 / 15225					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios			3		4
Contratos de repasse					
...					
...					

Os valores repassados pela Universidade como concedente são provenientes de receitas auferidas pelas fundações de apoio em exercícios anteriores, cujas obrigações de registro, por parte da Ufes, foram determinadas pelos órgãos de controle (TCU/CGU). Esses registros implicaram caracterizar a instituição como concedente no retorno desses recursos às fundações. Observa-se um relativo atraso na aprovação das contas apresentadas. Contudo, o tópico abaixo sinaliza medidas no sentido de sanar tais dificuldades.

4.3.7 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Divisão de Prestação de Contas faz parte do Departamento de Contratos e Convênios (DCC), que está ligado à Pró-Reitoria de Administração (Proad) da Ufes, e tem como atividade principal, mas não exclusiva, a análise técnica documental da prestação de contas dos recursos públicos repassados às fundações de apoio pela Ufes.

A rotina de prestação de contas se dá da seguinte forma: após o término da vigência do contrato, a fundação envia ao coordenador do projeto toda a documentação relacionada à prestação de contas. O coordenador analisa, dá conhecimento ao fiscal e, se de acordo, encaminha ao DCC. É realizada uma análise inicial de toda a documentação e emitido o Relatório Preliminar com apontamentos, recomendações e solicitações de documentos complementares à serem atendidos e respondidos pela

fundação. O relatório é encaminhado à fundação de apoio, e esta encaminha ao DCC as respostas, documentos e esclarecimentos em atendimento ao Relatório Preliminar, em um prazo estipulado de 15 dias. Após análise da resposta e dos documentos encaminhados pela fundação, é emitido Relatório Final de Análise de Prestação de Contas, apontando as pendências e irregularidades que não foram sanadas. Com base nesse Relatório Final, o diretor da Divisão de Prestação de Contas emite despacho ao Diretor do DCC, com sugestão de envio ao Conselho Universitário para deliberação quanto à aprovação ou não da prestação de contas do coordenador e da fundação, apontando, se houver, as irregularidades na execução do contrato, sugerindo aplicação de multa e/ou devolução de valores ao erário, se for o caso.

Atualmente, a estrutura da Divisão de Prestação de Contas conta com cinco servidores, sendo um com cargo de contador e quatro com cargo de técnico em contabilidade com formação superior. A Divisão possui, como concedente, um passivo de aproximadamente 40 processos em análise, além de 45 processos, cujas vigências expiraram após o fechamento da Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA), e cujas prestações de contas não foram enviadas e, portanto, serão posteriormente analisadas quando houver acesso à documentação ora retida. A necessidade de fortalecimento da Divisão de Prestação de Contas já foi identificada e aguarda ações de implementação, incluindo nova normatização interna para reger a matéria.

4.3.8 Informação sobre a realização das receitas

TABELA 5 - RECEITAS

Fonte	Item de Receita	2015		2014	
		Rec. Prevista	Rec.Arrecadada	Rec. Prevista	Rec.Arrecadada
250000000	13110000	1.980.000,00	1.573.894,78	2.970.696,00	2.282.426,06
250000000	13220001	29.441,00		30.913,00	
280000000	13250000	3.003.293,00	3.214.793,50	5.071.382,00	3.431.155,00
250000000	14100000	495.000,00		510.200,00	4.250,00
250000000	14200000	64.034,00	66.083,37	102.240,00	64.977,37
250000000	16000102	39.163,00	36.451,45	56.931,00	24.154,47
250000000	16001200	3.810.000,00	369.590,00	3.336.000,00	1.311.952,82
250000000	16001300	1.539.425,00	768.194,45	2.198.171,00	1.384.542,30
250000000	16001600	8.119.500,00	5.924.611,07	12.490.000,00	5.056.588,95
250000000	16001900	500.000,00	119.277,00	421.056,00	139.612,00
250000000	16002001	493.288,00	370.715,47		646.066,13
250000000	16002100	3.600.000,00	1.728.668,68	4.400.000,00	2.019.495,54
250000000	16002200	35.897.000,00	7.146.225,72	5.406.985,00	4.638.489,93
250000000	16005000	3.911.283,00	3.335.142,98	2.521.659,00	282.564,80
281000000	16003900	96.360,00	26.375,00	105.078,00	63.507,00
281000000	17610000	9.006.048,00			
281000000	17620000	10.092.312,00			4.381.122,28
281000000	17620002			3.447.902,00	
281000000	17630000	2.700.000,00			
281000000	17640000	4.393.952,00	7.353.177,83		1.780.939,25
281000000	17640001			13.231.009,00	
250000000	19180100		12.021,42	4.325,00	2.988,08
250000000	19189900	5.045,00	776,28	5.265,00	1.772,93
250000000	19192700	511.900,00	539.989,00		347.341,05
250000000	19192701			115.335,00	

250000000	19192702			4.246,00	
250000000	19199900	229.924,00	136866,42	218.902,00	144.764,55
250000000	19210600		1.610,26		292,22
250000000	19220110		318.616,98		
250000000	19220700		220.554,16	82.724,00	
250000000	19229900	66.638,00			
250000000	22170000	250.000,00			177.290,53
250000000	22190000	38.560,00			
281000000	24600000			299.209,00	
281000000	24740000			574.615,00	
250000000	73110000			10.325,00	5.375,01
250000000	76001600		450		
250000000	76002000		88.839,10		
		90.872.166,00	33.352.924,92	57.615.168,00	28.191.668,27

Considerando o agravamento da crise econômica a partir de 2013, houve uma frustração de receitas, principalmente com o maior parceiro da Ufes, a Petrobrás, em financiamento de projetos e pesquisas. Constatou-se que, em relação a 2014, a receita arrecadada alcançou 48,93% da prevista, enquanto em 2015 somente 36,70% das receitas prevista se concretizaram, conforme o quadro.

Os recursos provenientes de receitas próprias são aplicadas nas atividades essenciais da Universidade, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além de viabilizar atividades relacionadas à cultura e ao suporte às atividades-fim.

4.3.9 Informações sobre a execução das despesas

QUADRO 16 - DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO, EXCETO HOSPITAL

Unidade orçamentária: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26234	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	55.580.315,12	-	64.581.047,52	50.437.917,49
a) Convite				
b) Tomada de Preços	378.611,74	69.086,99	294.480,20	69.086,99
c) Concorrência	262.868,96	217.944,53	262.868,96	217.944,53
d) Pregão	54.938.834,42	64.294.016,00	49.880.568,33	63.789.524,36
2. Contratações Diretas (h+i)	50.647.429,69	39.157.965,92	47.346.158,77	39.157.467,18
h) Dispensa	45.675.472,94	31.746.910,09	42.767.062,20	31.746.910,09
i) Inexigibilidade	4.971.956,75	7.411.055,83	4.579.096,57	7.410.557,09
3. Regime de Execução Especial		-		-
j) Suprimento de Fundos	-		-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	616.314.855,19	566.457.004,39	616.314.571,84	566.457.004,39
k) Pagamento em Folha	614.663.136,90	564.688.355,48	614.663.136,90	564.688.355,48
l) Diárias	1.651.718,29	1.768.648,91	1.651.434,94	1.768.648,91
5. Outros	47.968.212,28	41.068.294,73	47.383.693,84	41.063.380,80
6. Total (1+2+3+4+5)	770.510.812,28	711.264.312,56	761.482.341,94	710.754.408,25

QUADRO 17 - DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO					26234		153046/153048/153049/153050	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2.014,00	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
11 - Venc. Vantagens Fixas	335.906.985,25	303.908.940,58	334.044.495,44	303.908.940,58	1.862.489,81		334.044.495,44	303.908.940,58
01 - Aposent. Rppa Reser Remuner	165.002.944,00	151.877.628,11	164.451.718,62	151.877.628,11	551.225,38		164.451.718,62	151.877.628,11
13 - Obrigações Patronais	76.021.740,89	68.955.659,85	74.895.408,86	68.829.315,08	1.126.332,03	126.344,77	74.895.408,86	68.829.315,08
Demais elementos do grupo	41.566.675,75	40.395.883,80	41.271.513,98	40.072.471,71	295.161,77	5.300,00	41.271.513,98	
TOTAL GERAL DO GRUPO	618.498.345,89	565.138.112,34	614.663.136,90	564.688.355,48	3.835.208,99	131.644,77	614.663.136,90	524.615.883,77
3. Outras Despesas Correntes								
39 - Out. Serv. Terc.P.Jurídica	65.287.505,53	57.438.385,13	52.308.301,10	52.764.292,05	5.916.228,89	4.674.093,08	46.928.302,77	52.741.072,38
37 - Locação de Mão de Obra	34.384.951,06	27.245.016,83	27.208.935,12	27.034.956,80	210.060,03	210.060,03	25.498.099,52	26.955.558,70
18 - Bolsas de Estudo no País	18.360.573,49	16.545.529,37	18.109.036,48	16.523.229,37	73.300,00	22.300,00	17.641.155,51	16.519.036,04
Demais elementos do grupo	56.772.211,44	43.306.840,16	53.593.318,79	39.319.129,79	4.193.021,62	4.144.488,55	52.452.721,85	39.263.636,03
TOTAL GERAL DO GRUPO	174.805.241,52	144.535.771,49	151.219.591,49	135.641.608,01	10.392.610,54	9.050.941,66	142.520.279,65	135.479.303,15
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
52 - Equip. Material Permanente	5.320.961,31	16.396.670,16	3.400.759,93	10.483.491,05	1.920.201,38	5.913.179,11	3.071.884,78	10.135.891,60
51 - Obras e Instalações	1.953.310,48	1.986.793,90	451.066,94	287.031,52	1.502.243,54	1.699.762,38	451.066,94	287.031,52
39 - Out.Serv.Terc.P.Juridica	869.149,03	297.142,12	528.419,78	155.774,26	340.729,25	141.263,86	528.419,78	155.774,26
Demais elementos do grupo	277.874,34	18.750,00	247.837,24	8.052,24	30.037,10	10.801,76	247.837,24	8.052,24
TOTAL GERAL DO GRUPO	8.421.295,16	18.699.356,18	4.628.083,89	10.934.349,07	3.793.211,27	7.765.007,11	4.299.208,74	10.586.749,62
6. Amortização da Dívida								
TOTAL GERAL DO GRUPO	801.724.882,57	728.373.240,01	770.510.812,28	711.264.312,56	18.021.030,80	16.947.593,54	761.482.625,29	670.681.936,54

Fonte: Tesouro Gerencial

É possível constatar, de fato, um crescimento na modalidade de dispensa, que deve ser decorrente do crescimento das despesas com contratos desse tipo (energia elétrica, água e esgoto, importações e outros), além dos repasses de recursos para fundação de apoio. Observa-se, contudo, uma redução nas inexigibilidades, enquanto nas demais modalidades a redução tem como causa o contingenciamento nos recursos de capital. Quanto à distribuição por natureza de despesas, o crescimento ocorre nas rubricas de pessoa jurídica e locação de mão obra, que concentram grande parte das despesas de manutenção básica da Universidade. Reforça-se o fato de decréscimo na execução de capital, em função do contingenciamento já mencionado.

4.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo b e cartões de pagamento do governo federal

Não ocorreram despesas com suprimentos de fundos nos dois últimos anos.

4.4 Desempenho operacional

São apresentados, neste subtópico, alguns dados essenciais que configuram o desempenho operacional da Universidade, complementados por outras informações sobre a *performance* da instituição. O escopo de informações sobre o desempenho não se esgota nesses dados, podendo ser amplamente conhecidos no Censo da Educação Superior.

Ressalta-se que, não obstante as dificuldades enfrentadas no exercício, os resultados alcançados são satisfatórios, mas as ações desenvolvidas no âmbito da entidade são direcionadas no sentido de melhorar quantitativa e qualitativamente esse desempenho.

QUADRO 18 - DADOS DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Graduação	
Número de Matrículas Presencial	18.776
Número de Matrículas EAD	1.630
Número de Cursos Regulares	99
Ingressantes	4.698
Colação de Grau	2371
Pós-Graduação e Pesquisa	
Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado e Doutorado)	3.444
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (Especialização).	1.265
Defesas Efetuadas (Teses e Dissertações)	844
Programas de Pós-Graduação	55
Mestrado Acadêmico	47
Mestrado Profissional	8
Doutorado	24
Especialização	07
Artigos Publicados	530
Projetos em Andamento	4.489
Projetos Finalizados	971
Extensão	
Iniciativas Apoiadas	806
Público Atendido/Alcançado	1.444.529
Programas	115
Projetos não Vinculados	521
Cursos Presenciais	54
Cursos não Presenciais	11
Eventos	105
Assistência Estudantil	
Benefícios (Auxílio Material, Auxílio Transporte e Auxílio Moradia)	89.392
Refeições Consideradas Como Benefício	414.510
Total	503.902
Outros Dados Relevantes	
Sistema Integrado de Bibliotecas	
Títulos Recebidos	3.081
Exemplares Recebidos	12.124
Ebook,s Adquiridos	103
Periódicos Assinados	08
Periódicos Estrangeiros Eletrônicos	16.501
Livros Recebidos por Doação	5.306
Periódicos Recebidos por Doação	177
Internacionalização da Universidade	
Programa Ciências sem Fronteiras (Bolsas Concedidas)	891

4.5 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho

4.5.1 Indicadores específicos

Sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento de Desenvolvimento Institucional (Proplan), a Universidade apura anualmente, no segundo semestre, indicadores de desempenho internos referentes aos cursos de graduação presencial, os quais são divulgados por meio de boletim específico, o qual é encaminhado aos gestores de curso e disponibilizados à sociedade pelo sítio da Pró-Reitoria.

Esses indicadores têm como objetivo demonstrar os resultados do desempenho dos cursos da instituição, visando subsidiar a tomada de decisões nos âmbitos estratégico, tático e operacional das esferas de gestão da Universidade e contribuir para o repensar dos próprios cursos.

Trabalha-se atualmente com quatro indicadores, relativo ao exercício de 2014, envidando-se esforços para ampliá-los, principalmente para melhor mensuração do nível eficácia e efetividade do desempenho institucional.

a) Taxa de preenchimento de vagas

$$TPV = \frac{NAI}{NVO} \times 100$$

TPV - Taxa de preenchimento de vagas

NAI - Número de alunos ingressantes

NVO - Número de vagas ofertadas

Definida pelo número de alunos ingressantes dividido pelo número de vagas ofertadas.

Essa taxa pode ser vista como um indicador que mensura a atratividade da instituição.

TABELA 6 - NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS, NÚMERO DE ALUNOS INGRESSANTES E TAXA DE PREENCHIMENTO DE VAGAS DOS CURSOS DA UFES

	Ano				
	2010	2011	2012	2013	2014
Vagas Ofertadas	4.948	4.971	5.010	4.999	5.157
Ingressantes	4.475	4.858	4.533	4.303	4.524
Percentual de Vagas Preenchidas(%)	90,4	97,7	90,5	86,1	87,7

b) Taxa de evasão

$$TE = \frac{NAE}{NAM} \times 100$$

TE - Taxa de evasão

NAE - Número de alunos evadidos

NAM - Número de alunos matriculados

Definida pelo número de alunos evadidos dividido pelo número de alunos matriculados.

Essa taxa compara o número de evasões registradas com o número de alunos matriculados. Ela poder ser vista como um indicador que mede a capacidade da instituição de manter o aluno vinculado, com periodicidade anual e apurado para cada curso.

TABELA 7 - NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS, ALUNOS EVADIDOS E TAXA DE EVASÃO DA UFES

	Ano									
	2010/1	2010/2	2011/1	2011/2	2012/1	2012/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2
Matriculados	16.772	17.395	17.738	18.409	18.225	18.236	18.082	18.346	18.300	18.319
Evadidos	1.084	246	905	287	1.355	1445	397	550	1723	283
Taxa de Evasão (%)	6,46	1,41	5,10	1,56	7,43	7,92	2,20	3,00	9,42	1,54

c) Relação diplomados-evadidos

Definida pelo número de alunos formados dividido pelo número de alunos evadidos.

$$RDE = \frac{NAF}{NAE} \times 100$$

RDE - Relação diplomados-evadidos
NAF - Número de alunos formados
NAE - Número de alunos evadidos

Esse índice, apurado anualmente, faz uma comparação entre alunos diplomados e evadidos, indicando quantos alunos são formados para cada aluno evadido do curso sob análise.

TABELA 8 - ALUNOS DIPLOMADOS, EVADIDOS E RELAÇÃO DIPLOMADOS-EVADIDOS DA UFES.

	Ano				
	2010	2011	2012	2013	2014
Diplomados	2.385	2.313	2.272	2.408	2.419
Evadidos	1307	1135	2710	947	2006
Relação Diplomados/Evadidos	1,8	2,0	0,8	2,5	1,2

d) Taxa de ocupação

Definida pelo número de alunos matriculados dividido pelo número de alunos esperados (ocupação esperada), levando em conta o número de vagas oferecidas no vestibular e duração dos cursos.

$$TO = \frac{NAM}{OE} \times 100$$

TO - Taxa de ocupação
NAM - Número de alunos matriculados
OE - Número de alunos esperados (ocupação esperada), levando em conta o número de vagas oferecidas no vestibular e duração do curso

Esse indicador mede o uso da capacidade dimensionada para atender aos alunos da instituição, considerando o número de vagas oferecidas no vestibular e a duração dos cursos. Por exemplo, se um curso tem duração de oito semestres e ofereceu 40 vagas por ano, nos últimos quatro anos, ele teria uma ocupação esperada de 160 alunos (40x4). A razão entre o número de alunos matriculados e este número é a taxa de ocupação.

TABELA 9 - OCUPAÇÃO ESPERADA, NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E TAXA DE OCUPAÇÃO DA UFES

	Ano		
	2012	2013	2014
Ocupação esperada	20.539	21.788	21.938
Matriculados	18.236	18.346	18.319
Taxa de Ocupação (%)	88,8	84,2	83,5

4.5.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberação do TCU

Nesta seção, apresentam-se os indicadores de gestão da Universidade propostos para as Ifes pelo TCU na Decisão nº 408/2002-TCU-Plenário. Os indicadores foram computados em conformidade com as Decisões Normativas nºs 146, de 30 de setembro de 2015, e 147, de 11 de novembro de 2015, e com a Portaria nº 321, de 30 de novembro de 2015, do Tribunal de Contas da União.

Reitera-se que, preliminarmente, a Ufes desenvolveu alguns indicadores de gestão de pessoas apresentados em tópico específico, e alguns indicadores relacionados à graduação, conforme acima. Isso posto, considera-se que os indicadores construídos a partir das matrizes elaboradas pelo TCU constituem uma referência sobre a gestão e o desempenho desta instituição. Tais indicadores, entre outros, espelham o custo/aluno com e sem o Hospital Universitário; a evolução qualitativa do corpo docente; a evolução quantitativa do corpo docente e técnico-administrativo, e sua relação com o corpo discente. Os indicadores, portanto, medem níveis de eficiência, eficácia e efetividade no desempenho da Ufes, além de agregar aspectos referentes à utilidade e à mensurabilidade.

4.5.2.1 Fórmulas de cálculo dos indicadores de gestão e método de obtenção dos valores dos parâmetros

Nesta seção, são apresentadas as fórmulas de cálculo dos indicadores, a descrição dos seus parâmetros e o método usado para obtenção dos valores de seus parâmetros. As fórmulas usadas para medir cada um dos indicadores de gestão são as apresentadas a seguir.

QUADRO 19 - INDICADORES DE GESTÃO E SUAS FÓRMULAS

INDICADOR	FÓRMULA
I-A – Custo Corrente (incluindo o HU) / Aluno Equivalente	$\frac{\text{Custo Corrente (incluindo HU)}}{\text{AgE} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}$
I-B – Custo Corrente (excluindo o HU) / Aluno Equivalente	$\frac{\text{Custo Corrente (excluindo HU)}}{\text{AgE} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}$
II – Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
III-A – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (incluindo o HU)	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (incluindo HU)}}$
III-B – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (excluindo o HU)	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (excluindo HU)}}$
IV-A – Funcionário Equivalente (incluindo HU) / Professor Equivalente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (incluindo HU)}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
IV-B – Funcionário Equivalente (excluindo HU) / Professor Equivalente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (excluindo HU)}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
V – Grau de Participação Estudantil	$\frac{\text{AgTI}}{\text{Ag}}$
VI – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	$\frac{\text{Apg}}{\text{Ag} + \text{Apg}}$
VII – Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	$\frac{\text{Somatório dos conceitos de todos os programas de Pós-Graduação}}{\text{N}^\circ \text{ de programas de Pós-Graduação}}$
VIII – Índice de Qualificação do Corpo Docente	$\frac{5D+3M+2E+G}{D+M+E+G}$
IX – Taxa de Sucesso na Graduação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Diplomados (Ndi)}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos ingressantes}}$

Fonte: Decisão nº 408/2002-TCU-Plenário.

A descrição das fórmulas do Quadro 19 é apresentada abaixo. Um maior detalhamento pode ser encontrado no documento: Tribunal de Contas da União – TCU, Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”, versão revisada em janeiro/2007.

4.5.2.1.1 Custo Corrente

O Custo Corrente, que pode incluir ou não o HU, é igual ao primeiro item da lista abaixo (indicado com sinal (+) subtraído dos demais (com sinal -).

- (+) Despesas correntes da Ufes e suas UGs, podendo incluir ou não o HU
- (-) 65% das despesas correntes totais do HU, quando o Custo Corrente inclui o HU, e 100% quando exclui o HU
- (-) Aposentadorias
- (-) Pensões
- (-) Sentenças Judiciais
- (-) Despesas com pessoal cedido
- (-) Despesa com afastamentos no país e no exterior

4.5.2.1.2 AGE

Número de alunos equivalentes da graduação (AGE):

$$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \left\{ (N_{DI} * D_{PC})(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI})/4) * D_{PC} \right\} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$$

Onde:

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;

DPC = Duração padrão do curso de acordo com a tabela da SESu;

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso;

Fator de retenção e peso do grupo calculados de acordo com metodologia da SESu.

4.5.2.2 APGTI

Número de alunos tempo integral de pós-graduação (APGTI)

$$APGTI = 2 * APG$$

Onde:

APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

4.5.2.2.1 ArTI

Número de alunos de residência médica (ARTI)

$$ARTI = 2 * AR$$

Onde:

AR = Alunos de residência médica

4.5.2.2.2 AGTI

Número de alunos da graduação em tempo integral (A_GTI):

$$A_{GTI} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI}) / 4) * D_{PC} \}$$

Onde:

- N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;
- D_{PC} = Duração padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu;
- N_I = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso (não são considerados os ingressantes de cursos novos que ainda não tiveram turmas regulares de concluintes);
- Fator de retenção calculado de acordo com metodologia da SESu.

4.5.2.2.3 Número de professores equivalentes

O número de professores equivalentes é igual:

(+) Professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e residência médica), inclusive ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados;

(+) Substitutos e visitantes;

(-) Professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício.

Obs: O total de professores 20h é multiplicado por 0,5.

4.5.2.2.4 Número de funcionários equivalentes

O número de funcionários equivalentes pode incluir ou não os servidores técnico-administrativos do HU e é igual:

(+) Professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental;

(+) Servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, podendo incluir ou não os lotados no HU;

(+) Contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc.), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal;

(-) Funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da Administração Pública em 31/12 do exercício.

Obs: O número de professores ou funcionários de 20h é multiplicado por 0,5 e o de 30h por 0,75.

4.5.2.2.5 A_G

A_G = Total de alunos efetivamente matriculados na graduação.

4.5.2.2.6 A_{PG}

A_{PG} = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

4.5.2.2.7 Conceito Capes para programas de pós-graduação

Foi considerado o conceito da última avaliação realizada pela Capes, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem doutorado, a nota máxima é 7. É importante observar que, segundo orientação do TCU, são considerados apenas os programas com alunos matriculados.

4.5.2.2.8 Parâmetros do índice de qualificação do corpo docente (D, M, E e G)

Para qualificar o corpo docente, foi aplicada ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício) a seguinte ponderação, sem considerar o regime de trabalho (20h ou 40h semanais):

QUALIFICAÇÃO	PESO
Docentes doutores (D)	5
Docentes mestres (M)	3
Docentes com especialização (E)	2
Docentes graduados (G)	1

4.5.2.2.9 N_{DI}

N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

4.5.2.2.10 Número de alunos ingressantes

Para o cálculo dos ingressantes, foi considerado o ano ou semestre do ingresso dos estudantes que se graduaram no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.

4.5.2.2.11 Método de apuração dos dados

Os dados referentes a cada parâmetro foram buscados junto aos setores responsáveis por eles, por meio de comunicação formal (memorando). Por exemplo, o número de docentes e a qualificação deles, bem como o regime de trabalho foram solicitados à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

4.5.2.3 Indicadores de gestão 2015 e cálculo dos índices

Nesta seção, apresentam-se os valores dos parâmetros utilizados para o cômputo dos indicadores de gestão 2015 da Ufes e os valores dos índices dos indicadores de gestão.

4.5.2.3.1 Valores dos parâmetros

O valor das variáveis utilizadas no cômputo dos parâmetros dos indicadores de gestão 2014 e os valores destes parâmetros são apresentados nos quadros a seguir.

TABELA 10 - VALORES DOS PARÂMETROS

Variável	Ano		
	2013	2014	2015
Custo Corrente (incluindo o HU)	522.427.496,79	575.619.454,63	628.501.803,59
Custo Corrente (excluindo o HU)	462.631.924,91	516.930.064,99	566.382.114,49
Nº de Professores Equivalentes	1.580,50	1.593,00	1.640,50
Nº de Funcionários Equivalentes (incluindo o HU)	2.965,18	3.412,68	3.218,98
Nº de Funcionários Equivalentes (excluindo o HU)	2.223,98	2.235,48	2.143,98
Nº de Alunos Equivalentes da Graduação – AGE	23.267,51	22.979,72	23.476,70
Nº de Alunos em Tempo Integral da Graduação – AGTI	13.585,07	13.508,03	13.831,77
Nº de Alunos em Tempo Integral da Pós-Graduação – APTI	4.878	4.976	5.919
Nº de Alunos Tempo Integral de Residência Médica – ARTI	278	276	292

TABELA 11 - VARIÁVEIS UTILIZADAS NO CÔMPUTO DO CUSTO CORRENTE

Componentes	Ano		
	2013	2014	2015
Despesas correntes da Universidade (conta nº 3300000) - Conta Geral	804.487.494,46	890.272.837,57	970.788.413,00
65% das despesas correntes do Hospital Universitário	111.048.919,21	108.994.580,77	115.365.136,90
100% das despesas correntes do Hospital Universitário	170.844.491,09	167.683.970,41	177.484.826,00
Aposentadorias e Reformas (conta nº 3319001)	143.264.430,34	170.119.525,55	188.763.776,00
Pensões (conta nº 3319003)	23.903.098,41	28.106.634,15	30.085.625,00
Sentenças Judiciais (conta nº 3319091)	1.363.102,42	1.462.195,18	1.183.986,00
Despesas com pessoal cedido (docente)	525.873,42	1.611.279,66	1.516.482,48
Despesas com pessoal cedido (técnico-administrativo)	1.223.861,72	3.117.176,49	4.299.460,05
Despesas com afastamento do País/Exterior (docente)	625.404,96	1.041.684,24	849.248,62
Despesas com afastamento do País/Exterior (técnico-administrativo)	105.307,19	200.306,90	222.894,36

TABELA 12 – VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PARÂMETRO AG

Universo	Ano		
	2013	2014	2015
Nº de Alunos Matriculados na Graduação no 1º Semestre	18.114	18.291	18.608
Nº de Alunos Matriculados na Graduação no 2º Semestre	18.271	18.266	18.727
Nº de Alunos Diplomados na Graduação no Ano	2.330	2.298	2.359
Nº de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação – AG	18.193	18.279	18.668

TABELA 13- VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PARÂMETRO APG

Universo	Ano		
	2013	2014	2015
Nº de Alunos Matriculados no Mestrado no 1º Semestre*	1.991	1.927	2.333
Nº de Alunos Matriculados no Mestrado no 2º Semestre*	1.661	1.730	1.981
Nº de Alunos Matriculados no Doutorado no 1º Semestre	629	663	813
Nº de Alunos Matriculados no Doutorado no 2º Semestre	597	656	792
Nº de Residentes Médicos no 1º Semestre	139	138	146
Nº de Residentes Médicos no 2º Semestre	139	138	146
Nº de Alunos na Pós-Graduação – APG	2.439	2.488	2.960

* Não incluídos os mestrados profissionais

TABELA 14 – VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SUA TITULAÇÃO

Universo	Ano		
	2013	2014	2015
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em 20h	111	100	55,5
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em 40h	179	203	250
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em DE	1.346	1340	1.335
Nº Total de Docentes	1.636	1.643	1.641

Universo	Ano		
	2013	2014	2015
Nº de Docentes com Titulação de Doutorado	1.120	1179	6.090
Nº de Docentes com Titulação de Mestrado	339	344	1029
Nº de Docentes com Titulação de Especialização	52	55	102
Nº de Docentes com Titulação de Graduação	125	65	84
Nº Total de Docentes	1.636	1.643	7.305

TABELA 15 – VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E SEU REGIME DE TRABALHO, INCLUSIVE PESSOAL TERCEIRIZADO

Universo	2013		2014		2015	
	Com o HU	Sem o HU	Com o HU	Sem o HU	Com o HU	Sem o HU
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 20h.	97	5	115	7	44	3,5
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 24h.	13	1	21	1	6,6	0,6
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 25h.	5	5	7	7	3,125	3,125
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 30h.	17	13	22	12	29,25	24,75
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 36h.	0	0	3	0	0	0
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 40h.	2.893	2.208	3.319	2.218	3.136	2.112
Nº de Técnico-Administrativos	3.025	2.232	3.487	2.245	3.219	2.144

TABELA 16 – AVALIAÇÃO CAPES

Item	Ano		
	2013	2014	2015
Média dos Conceitos dos Programas de Pós-Graduação obtidos na última Avaliação Realizada pela Capes	3,45	3,67	3,65

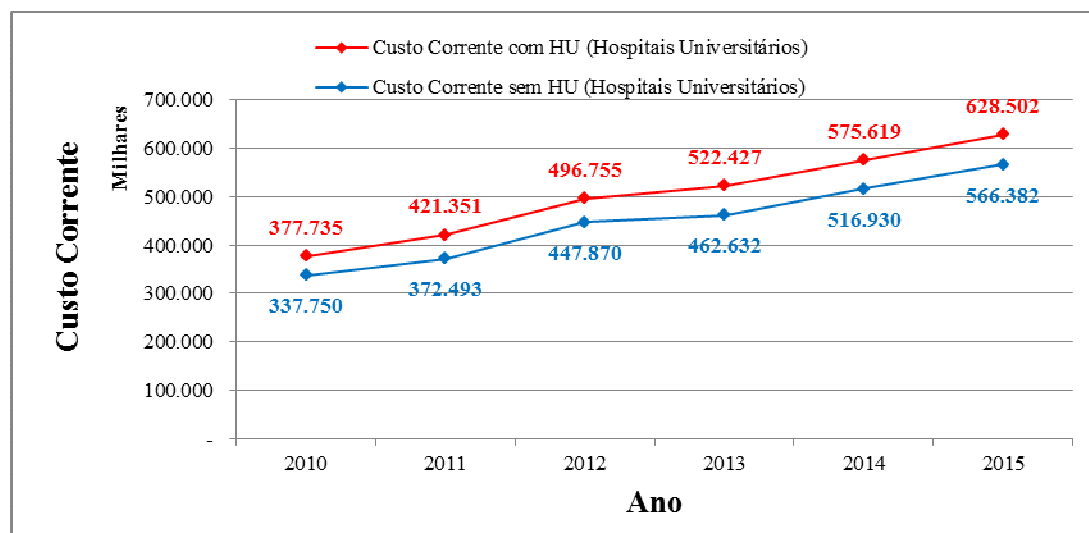
TABELA 17 - RESULTADO DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU Nº 408/2002 (B.661)

INDICADORES PRIMÁRIOS			
	2013	2014	2015
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	522.427.496,79	575.619.454,63	628.501.803,59
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	462.631.924,91	516.930.064,99	566.382.114,49
Número de Professores Equivalentes	1.580,50	1.593,00	1.640,5
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.965,18	3.412,68	3.218,98
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	2.223,98	2.235,48	2.143,98
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	18.193,00	18.278,50	18.668
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	2.439,00	2.488,00	2.959,50
Alunos de Residência Médica (AR)	139	138	146,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	23.267,51	22.979,72	23.476,70
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	13.585,07	13.508,03	13.831,77
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	4.878,00	4.976,00	5919
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	278	276	292

TABELA 18 - RESULTADO DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/2002 (B.662)

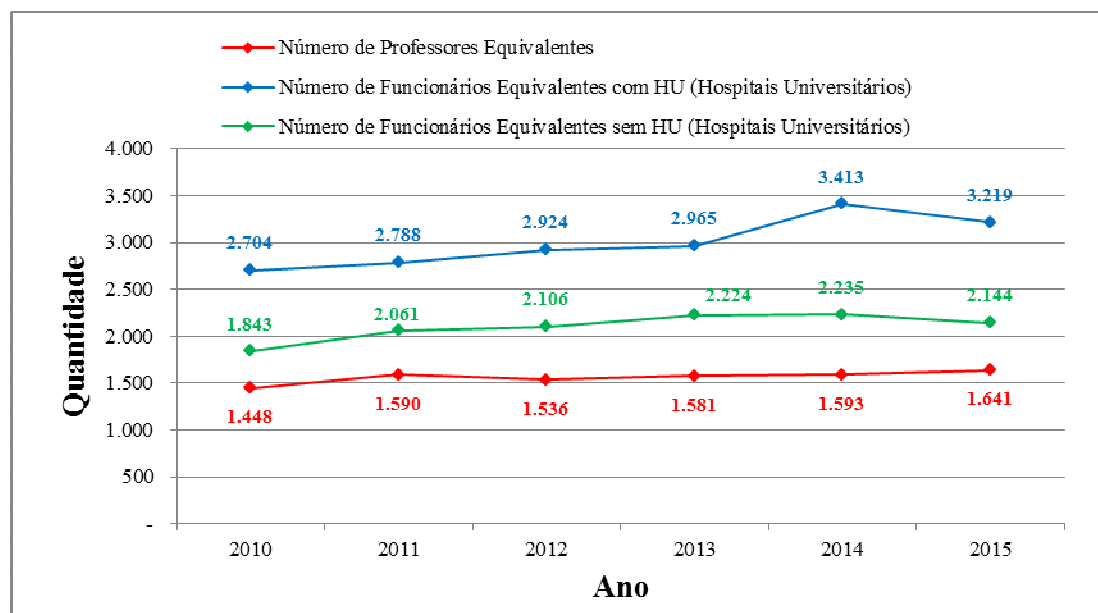
ITEM	INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição 2014/2015
I-A	Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente - R\$	14.405,58	15.821,07	17.502,67	18.380,12	20.389,10	21.170,45	3,83%
I-B	Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente - R\$	12.880,69	13.986,54	15.780,28	16.276,38	18.310,25	19.078,01	4,19%
II	Aluno Tempo Integral / Professor	11,67	11,01	11,97	11,86	11,78	12,22	3,74%
III-A	Aluno Tempo Integral / Funcionário com HU	6,25	6,28	6,29	6,32	5,50	6,23	13,27%
III-B	Aluno Tempo Integral / Funcionário sem HU	9,17	8,49	8,73	8,43	8,39	9,35	11,40%
IV-A	Funcionário com HU/ Professor	1,87	1,75	1,91	1,88	2,14	1,96	-8,41%
IV-B	Funcionário sem HU / Professor	1,27	1,30	1,38	1,41	1,40	1,31	-6,87%
V	Grau de Participação Estudantil	0,80	0,75	0,75	0,75	0,74	0,74	0,26%
VI	Grau de Envolvimento Pós-Graduação	0,10	0,11	0,11	0,12	0,12	0,14	14,22%
VII	Conceito Capes	3,35	3,44	3,43	3,45	3,67	3,65	-0,40%
VIII	Índice de Qualificação do Corpo Docente	4,15	4,06	4,16	4,18	4,32	4,31	-0,36%
IX	Taxa de Sucesso na Graduação - em percentual	65,00%	58,44%	64,14%	52,70%	51,25%	50,13%	-2,19%

FIGURA 1 - EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE COM E SEM HU



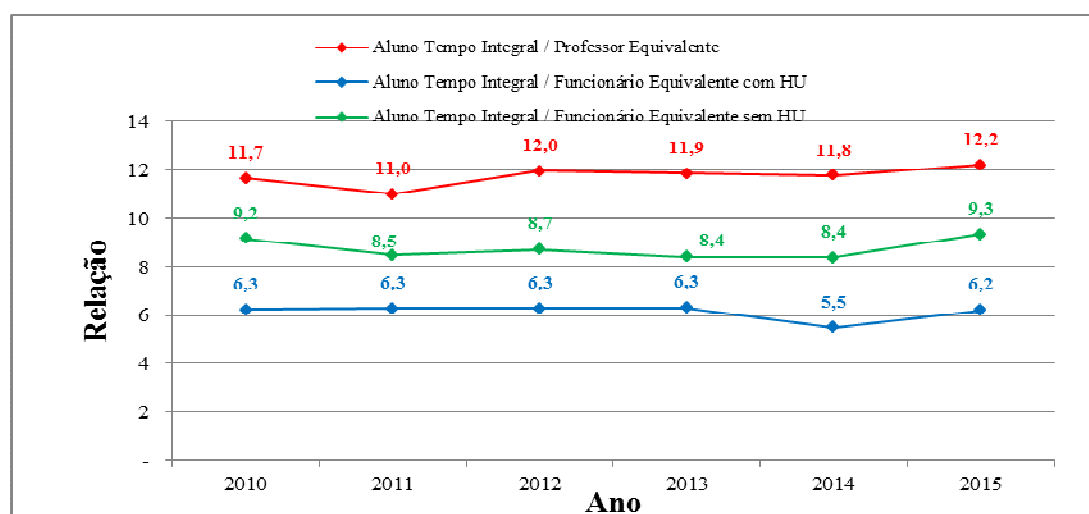
A Figura 1 apresenta a evolução do custo corrente da Ufes, com e sem o Hospital Universitário (HU). Como o gráfico evidencia, a tendência de crescimento do custo corrente com e sem HU foi mantida. Nos últimos dois anos, a taxa de crescimento se manteve constante em cerca de 10%, o que, em grande parte, pode ser atribuído ao aumento da despesa de pessoal.

FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROFESSORES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EQUIVALENTES



A Figura 2 mostra que, de um modo geral, houve um aumento de professores equivalentes e funcionários equivalentes com e sem HU entre 2010 e 2015. Chama a atenção o número de funcionários equivalentes com HU, o qual apresentou uma taxa de crescimento muito maior que os outros indicadores em 2014, mas, em 2015, apresentou uma diminuição, assim como o número de funcionários equivalentes sem HU. Em geral, apesar das aposentadorias, a Universidade vem incorporando novos servidores técnico-administrativos e docentes ao quadro de funcionários, o mesmo ocorrendo com o Hospital Universitário, que vem substituindo trabalhadores terceirizados por servidores celetistas, cujas contratações tiveram realce em 2014.

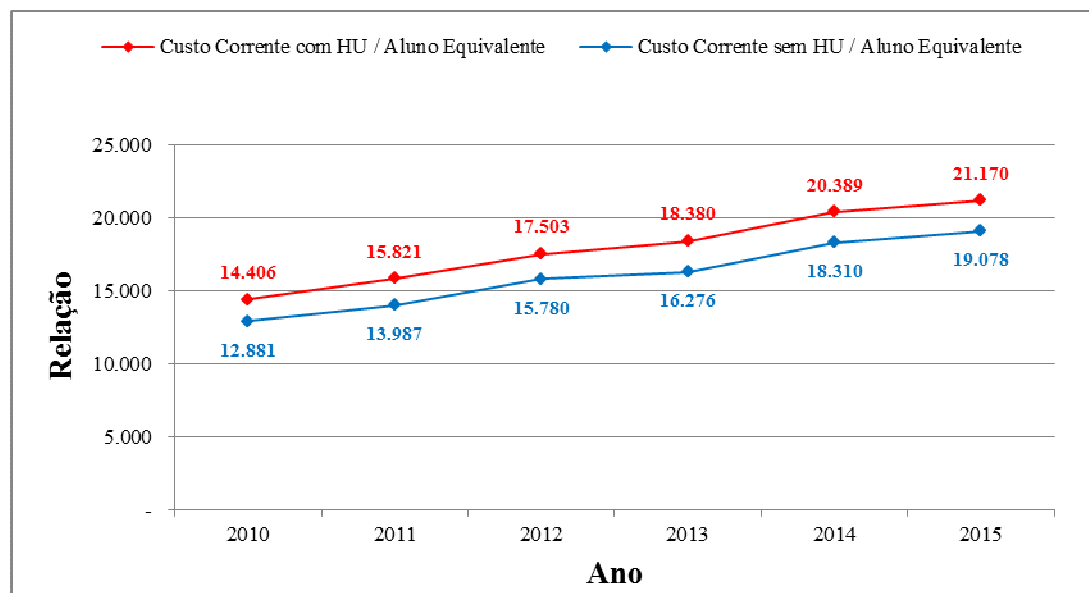
FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ALUNO TEMPO INTEGRAL POR: PROFESSORES EQUIVALENTES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS COM HU E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS SEM HU.



A Figura 3 mostra que aconteceu aumento superior a 10% na relação nos indicadores de aluno tempo integral por docente equivalente e aluno tempo integral por funcionário equivalente sem HU e uma variação para maior, em torno de 3,5%, no indicador aluno tempo integral por funcionário equivalente com HU.

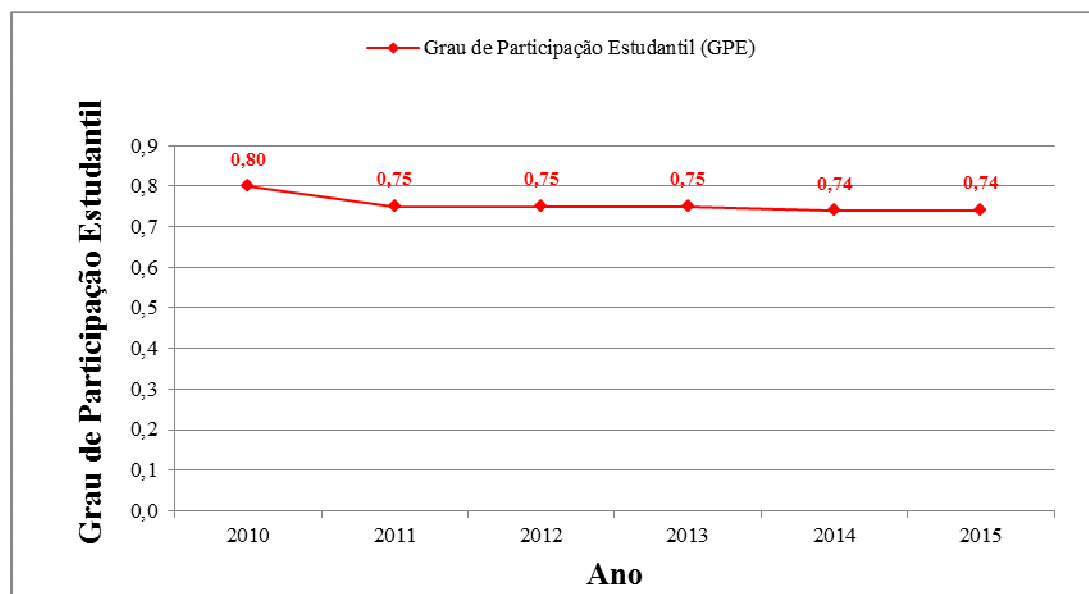
A redução desses indicadores, no ano de 2015, decorre da elevação no número de alunos equivalentes e, principalmente, do decréscimo no número de funcionários equivalentes com e sem HU.

FIGURA 4 - EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIVALENTE



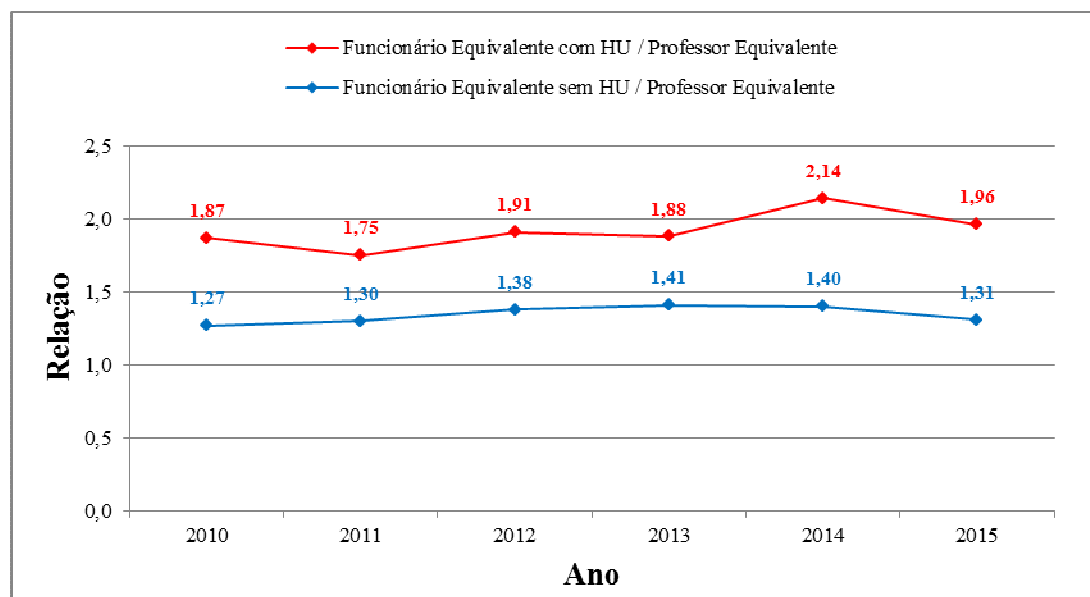
A Figura 4 mostra um constante crescimento na relação custo corrente/aluno, ou seja, ao longo do período as taxas de crescimento do custo corrente (com e sem HU) foram maiores que a taxa de crescimento do número de alunos equivalentes, conforme observado no comentário da Figura 1.

FIGURA 5 - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL



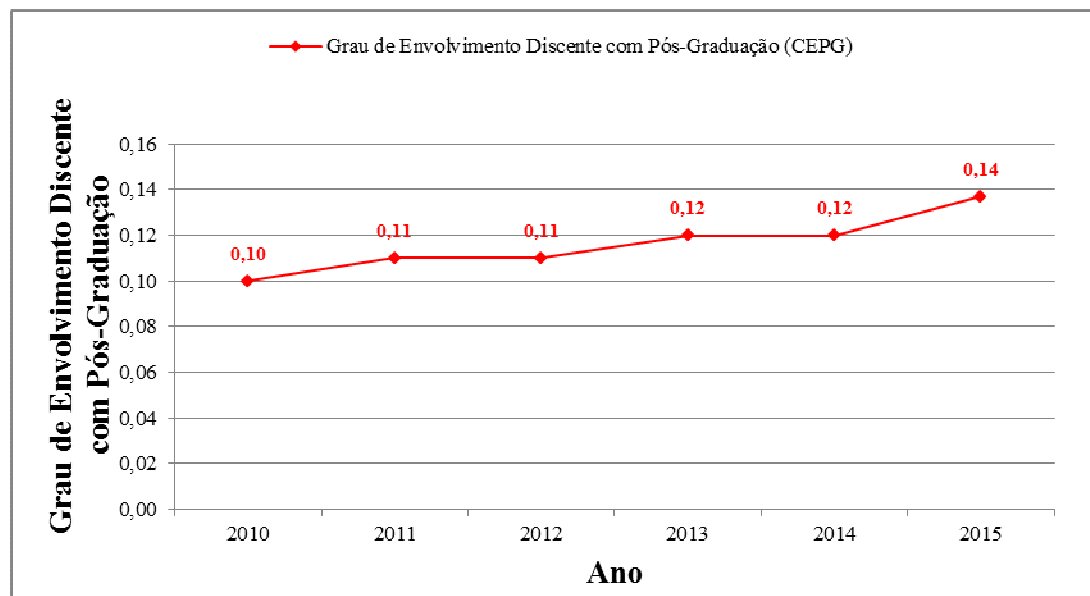
A Figura 5 apresenta a evolução do grau de participação estudantil medido segundo a formulação do TCU. Observa-se que, nos últimos cinco anos, esse indicador se manteve praticamente estável, com uma pequena queda em 2014 e se mantendo estável em 2015.

FIGURA 6 - FUNCIONÁRIO COM E SEM HU/PROFESSOR



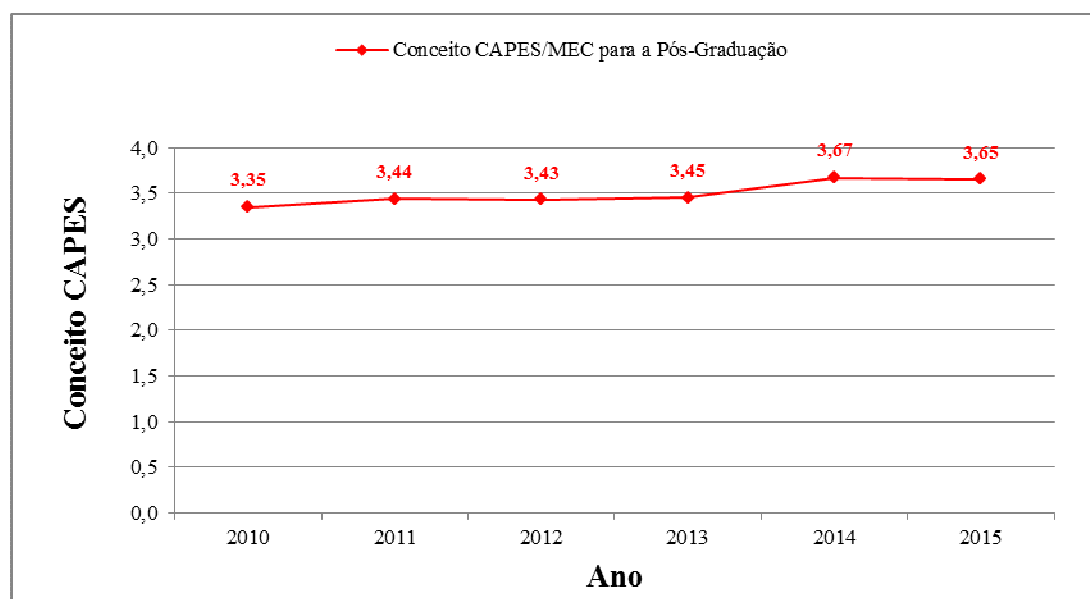
A Figura 6 mostra que, no ano de 2015, registra-se proporcionalmente um aumento maior no número de professores equivalentes do que no número de funcionários equivalentes sem Hospital Universitário, concomitantemente com uma queda no número de funcionários equivalentes com HU, o que explica a queda mais acentuada no indicador Funcionário equivalente com HU/Professor equivalente.

FIGURA 7 - GRAU DE ENVOLVIMENTO COM A PÓS-GRADUAÇÃO



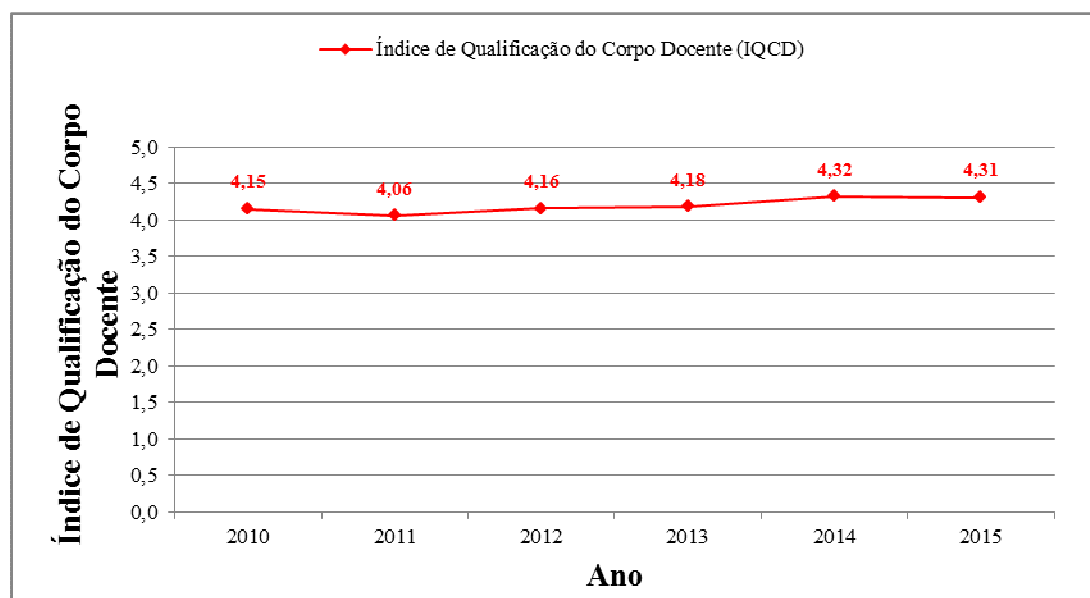
A Figura 7 mostra que, ao longo do tempo, vem acontecendo um aumento do envolvimento dos discentes da instituição com a pós-graduação, que decorre do incremento nas matrículas, principalmente da pós-graduação *stricto sensu*, apresentando uma evolução na ordem de 40% desde 2010. Esse indicador reflete o esforço da Ufes em produzir ciência, conhecimento e capacitação em alto nível.

FIGURA 8 - CONCEITO DA CAPES



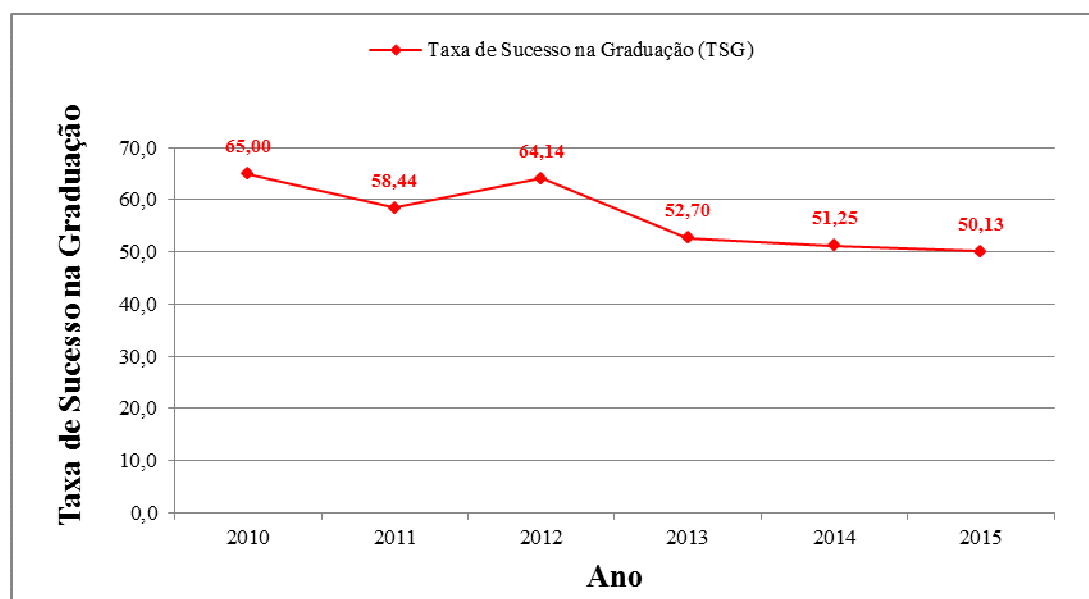
A Figura 8 mostra o conceito Capes da instituição. A partir de 2012, tem início um crescimento, que é intensificado em 2014, com a consolidações de alguns programas de pós-graduação. Ocorre ligeira queda em 2015, devido à criação de novos programas, cujos conceitos ainda não refletem o seu desempenho, pois todos são inicialmente avaliados com conceito mínimo.

FIGURA 9 – QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE



Na Figura 9, é apresentada a evolução da qualificação do corpo docente da Ufes, segundo a formulação proposta pelo TCU. A figura evidencia a manutenção do aumento da qualificação dos docentes da instituição, que ocorre principalmente por causa do aumento, ano a ano, do número de doutores do quadro, ou seja, os doutores na Ufes correspondem a mais de 70% do corpo docente, considerando efetivos e temporários.

FIGURA 10 - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO



A Figura 10 apresenta a evolução do indicador taxa de sucesso na graduação. Como se pode constatar, essa taxa tem oscilado e apresentou uma queda nos últimos três anos, possivelmente causada pelo aumento no índice de evasão e retenção nos cursos de graduação.

Vale ressaltar que, por não haver, no período de apuração, disponibilidade da informação sobre os alunos concluintes do segundo semestre do ano, esse indicador é calculado utilizando-se os dados do segundo semestre do exercício anterior, conforme definição metodológica, o que pode proporcionar impacto negativo sobre o seu resultado. Outrossim, a variação menor no indicador pode ser decorrente das ações da Universidade, no sentido de reduzir a evasão e a retenção escolar.

4.6 Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

A Ufes não possui projetos e programas financiados com recursos externos.

5 GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de governança

Em nível macro, a governança na Universidade é exercida pelo Conselho Universitário (CUn), órgão superior de deliberação e de consulta em matéria de política universitária e administrativa, financeira, estudantil e de planejamento; pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), órgão central de supervisão do ensino, da pesquisa e da extensão, com funções deliberativas e consultivas; pelo Conselho de Curadores (CUR), órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira; e pela Reitoria, órgão executivo da Administração Superior da Universidade. Conforme já expresso no organograma, a Reitoria conta com pró-reitorias e órgãos suplementares na execução de suas atividades. Em outro nível, pelos dez centros acadêmicos, desenvolvem-se as atividades-fim da instituição.

Destacam-se, mais diretamente na execução das diretrizes de conformidade da gestão e controles internos, o Conselho de Curadores, que tem como atribuições: i) aprovar as normas do seu funcionamento; ii) acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária por meio da documentação a ele encaminhada pelo órgão de auditoria financeira da Reitoria; iii) aprovar a prestação de contas anual da Universidade, apresentada pelo reitor, a fim de ser enviada ao Ministério da Educação; iv) elaborar, em reunião conjunta com o CUn e com o Cepe, as listas de nomes destinados à escolha do reitor e do vice-reitor pelo presidente da República, e v) deliberar sobre outras matérias de sua competência. Complementa esse escopo de atuação a unidade de Auditoria-Geral (Audin), a Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPD) – órgão de correição, além do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, criado pela Resolução nº 26/2011, do Conselho Universitário.

5.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna da Ufes foi criada em 2004 por meio da Resolução nº. 2-CUn, de 26/01/2004, estando vinculada ao Conselho Universitário. Com a reestruturação organizacional da instituição, ocorrida no exercício de 2014 mediante a Resolução nº 8/2014-CUn, passou a denominar-se Auditoria-Geral (AG).

O Regimento Interno em vigor foi aprovado pela Resolução nº 16/2015-CUn, de 26/03/2015, estando a unidade vinculada ao Conselho Universitário, conforme prevê seu artigo 1º: “A Auditoria-Geral (AG) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), vinculada ao Conselho Universitário, é o órgão técnico de controle responsável pela avaliação, assessoramento e fortalecimento da gestão”.

Ainda, de acordo com o Regimento Interno, a Auditoria-Geral tem os seguintes objetivos:

Art. 3º. A Auditoria-Geral tem por objetivo assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos e fatos de gestão praticados no âmbito da UFES, visando a assegurar:

I. A orientação necessária aos ordenadores de despesas para que a execução da receita e da despesa seja feita de forma racional, visando à aplicação regular, bem como à utilização adequada dos recursos e bens disponíveis;

II. A regularidade e operacionalidade dos controles internos administrativos, da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, operacional e de pessoal da Universidade, assim como a regularidade das contas, observados os princípios norteadores da Administração Pública, em especial os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade;

III. As informações oportunas aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira da UFES, de forma a permitir o contínuo aperfeiçoamento das atividades;

IV. O fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição.

O Código de Ética da Auditoria-Geral foi aprovado pela Resolução nº 15/2015-CUn e constitui um documento que envolve os valores e os princípios que guiam o trabalho cotidiano dos servidores da unidade, que têm o dever de observá-lo e cumpri-lo. Todos os servidores assinam o Termo de Compromisso em que se comprometem a cumprir todos os princípios contidos no referido código.

A estrutura funcional da Auditoria-Geral da Ufes está definida no art. 4º do seu Regimento, da seguinte forma: Chefe da Auditoria-Geral, Equipe Técnica e Secretaria Administrativa. No exercício de 2015, esteve assim composta:

QUADRO 20 – SERVIDORES DA AUDITORIA GERAL

NOME/SIAPE	CARGO/ FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Santinha Maria Girardi Gottlieb – 0294532	Contador/Chefe da Auditoria Geral	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-Graduação em Controle da Administração Pública Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial.
Marcilene Sonara Bridi – 2075908	Assistente em Administração/Secretária Administrativa	Farmacêutica Pós Graduação em Saúde Pública com ênfase no Programa de Saúde Pública
Crisley do Carmo Dalto - 2440473 (assumiu à partir de 01.11.2015)	Contadora	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial Mestre em Contabilidade Gerencial e Finanças
Débora Ceciliotti Barcelos - 2680623 (afastada para Colaboração Técnica na UFPR a partir e 30.11.2015 por seis meses)	Auditor	Bacharel em Direito Pós Graduação em Direito Público Mestre em Direito Processual Civil
Fabiana Venturini Rossoni - 1654238 (removida para a Assessoria de Gestão do Centro de Ciênc. Humanas e Naturais, a partir de 22.06.2015)	Assistente em Administração	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-Graduação em Controle da Administração Pública Pós-Graduação em Auditoria de Negócios Mestre em Ciências Contábeis
Juliana Cruz Alves - 1836292	Auditor	Bacharel em Direito Pós Graduação em Direito Público Mestre em Gestão Pública
Richard Cardoso de Rezende - 1879461	Contador	Bacharel em Ciências Contábeis Pós Graduação em Controladoria e Finanças Mestre em Gestão Pública

Em conformidade com o Decreto nº 3.591/2000, e ainda, em adequação aos procedimentos contidos nas instruções normativas expedidas pela CGU, anualmente é elaborado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (Raint), que são encaminhados ao Conselho Universitário e à Controladoria-Geral da União no Estado do Espírito Santo.

As atividades desenvolvidas pela Auditoria tiveram como objetivo o aprimoramento dos controles existentes, identificando as fragilidades e as necessidades de correção. As vulnerabilidades encontradas foram objetos de recomendações e também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2016.

No tocante à execução das atividades previstas no Paint/2015, cabe informar que ocorreram diversos fatores que inviabilizaram a integralização total do cronograma previsto. Demandas internas e externas ao setor corroboraram para o não cumprimento integral do cronograma, a saber:

- Greve dos servidores técnico-administrativos pelo período de quatro meses (maio a outubro/2015). Embora os servidores da AG não tenham aderido à greve, houve impacto no andamento dos trabalhos devido ao não atendimento integral das solicitações feitas;

- Protestos de estudantes, trabalhadores terceirizados e falta d'água ocasionaram o fechamento do prédio da Reitoria por oito dias alternados durante o ano de 2015. Como a AG está instalada no prédio, não foi possível desenvolver qualquer atividade nesses oito dias, o que somou 40 horas a menos de trabalho de cada servidor.
- Não atendimento pelas unidades auditadas das solicitações de auditoria. Algumas solicitações de auditorias não foram respondidas e nem atendidas em sua totalidade pelas unidades auditadas, com conseqüente diminuição de escopo. Também algumas justificativas e respostas foram dadas intempestivamente, o que atrasou o trabalho da equipe técnica, a qual não conseguiu realizar o trabalho dentro do prazo programado. Há Planos de Providências que não foram respondidos ou contestados no tempo oportuno. Ressalta-se que as respostas a esses documentos são extremamente relevantes, pois instrui a Auditoria-Geral com elementos capazes de proporcionar uma melhor avaliação e, por conseguinte, aprimoramento de seu trabalho.
- Alternância de servidores lotados na AG, conforme demonstrado no Quadro 20. A alteração no quadro de servidores da Auditoria-Geral também teve impacto negativo na realização da totalidade dos trabalhos previstos no Paint/2015.

Os relatórios produzidos são enviados primeiramente ao dirigente máximo da instituição, que os encaminha à unidade auditada. Também foram enviados à Controladoria Geral da União no Estado do Espírito Santo, em atendimento ao artigo 8º da Instrução Normativa/CGU nº. 7, de 29/12/2006.

QUADRO 21 - AÇÕES DE AUDITORIA EXECUTADAS

Ação planejada	Objetivo	Ação executada ou justificativa pela não realização
1.1. Atuação do TCU	Aferir e informar quanto ao atendimento às diligências, recomendações, determinações e solicitações emanadas do TCU.	Essa atividade não está relacionada à emissão de relatório. O trabalho foi realizado com o encaminhamento, por meio de memorandos, dos acórdãos emanados do TCU às respectivas unidades. A todas essas unidades, foram solicitadas as providências adotadas em relação às recomendações e/ou determinações emitidas pela Corte de Contas, subsidiando o gestor em suas manifestações.
1.2. Atuação da CGU	Monitoramento do atendimento das recomendações da CGU, atendimento das solicitações de informações e/ou documentos; assessoramento quando da realização de auditoria da CGU na instituição.	As solicitações de auditorias, relatórios de auditoria e monitoramento das recomendações emanadas da CGU-Regional/ES, tiveram o devido encaminhamento interno junto às unidades da Ufes. Para a apresentação de documentação ou eventuais esclarecimentos relativos aos assuntos que foram levantados pelas equipes de auditores, foram expedidos memorandos às unidades, prestando esclarecimentos e/ou encaminhando informações e documentos. Foi prestado todo assessoramento. Nessa ação também não há emissão de relatório.
1.3. Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna/2016	Planejar as ações de auditoria a serem desenvolvidas no exercício de 2016 em cumprimento à legislação pertinente, em especial à IN nº 07/2006 e à IN nº 01/2007, ambas da CGU.	O Paint foi encaminhado à CGU-ES para análise prévia por meio do Ofício nº 08/2015-AG, de 05.11.2015. Após análise por parte da CGU, ele foi submetido à apreciação do Conselho Universitário, que o aprovou por meio da Resolução nº 41, de 22.12.2015. Não há emissão de relatório.
1.4. Elaboração do	Apresentar o resultado dos trabalhos	O Raint/2014 foi elaborado e enviado ao

Ação planejada	Objetivo	Ação executada ou justificativa pela não realização
Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício de 2014.	executados pela Auditoria-Geral no exercício de 2014.	Conselho Universitário, sendo aprovado pela Resolução nº 35/2015. Enviado à CGU pelo Ofício nº 03/2015-AG, de 12.02.2015.
1.5. Processo de Contas Anual: Relatório de Gestão e Parecer nas contas 2014	Emitir o Parecer da Unidade de Auditoria Interna de acordo com as normas emanadas do TCU e CGU.	Emitido o Parecer nº. 001/2015-AG, de 22.04.2015, referente à Prestação de Contas Anual da Ufes do exercício de 2014, estando apensado no processo nº. 23068.002259/2015-09, abordando os assuntos exigidos nos normativos do TCU. Concluiu que a prestação de contas anual da Ufes relativa ao exercício de 2014 estava em condições de ser submetida à apreciação do Egrégio Conselho de Curadores e posterior encaminhamento aos órgãos de controle.
1.6. Sustentabilidade Ambiental	Avaliar a aderência da entidade dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratações de serviços e obras.	Relatório de Auditoria nº 07/2015.
1.7. Gerenciamento de Estoques Almoxarifado	Avaliar os procedimentos de controles com o fito de verificar se os materiais de consumo estão recebendo tratamento adequado quanto à aquisição e contabilização das entradas e saídas. Aferir se as condições de estocagem e distribuição. Avaliar o espaço físico do Almoxarifado, visando à guarda e conservação dos materiais.	Os trabalhos foram realizados em três Unidades Gestoras e emitidos os seguintes relatórios: Relatório de Auditoria nº 09/2015 – UG: 153050 - Centro de Ciências Agrárias. Relatório de Auditoria nº 10/2015 – UG: 153049 - Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Relatório de Auditoria nº 11/2015 – UG: 153048 – Restaurante Universitário.
1.8. Regularidade dos Processos Licitatórios	Avaliar a regularidade dos processos licitatórios, bem como avaliar a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos envolvidos.	Trabalho realizado em três Unidades Gestoras, sendo emitidos os seguintes relatórios: Relatório de Auditoria nº 04 e 05/2015 – UG: 153050 - Centro de Ciências Agrárias. Relatório de Auditoria nº 06/2015 - 153046 – Ufes. Relatório de Auditoria nº 07/2015 – UG: 153048 – Restaurante Universitário.
1.9. Contratos	Comprovar a correta observância na formalização, execução e fiscalização dos contratos, principalmente os de terceirização de serviços. Identificar os pontos críticos e riscos potenciais. Avaliar os controles internos. Melhorar o desempenho e aumentar o êxito das contratações por meio de recomendações oportunas e factíveis.	1) Verificada a formalização e execução dos Termos de Autorização de Uso concedidos pela Ufes a terceiros, com a utilização de água e energia elétrica para lavagem de veículos particulares, em áreas de estacionamento da Universidade. Emitido o Relatório de Auditoria nº 03/2015. 2) Verificada a execução dos contratos para aquisição de bens ou de prestação de serviços, quanto aos aspectos da legalidade, economicidade, boas práticas na fiscalização e regularidade na execução. Foi emitido o Relatório de Auditoria nº 05/2015.
1.10. Avaliação do Controle do Acervo Bibliográfico	Identificar e examinar os procedimentos quanto ao registro, empréstimo, carga, descarga, armazenamento e guarda do acervo bibliográfico. Verificar o cumprimento das normas e legislações correlatas e se há	Os trabalhos foram realizados na Biblioteca Central da Ufes, Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde e nas demais bibliotecas localizadas nos centros de ensino, quais sejam: Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Artes, Centro de Ciências Exatas,

Ação planejada	Objetivo	Ação executada ou justificativa pela não realização
	regulamentação interna	Centro de Educação, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e Centro Tecnológico. O relato do trabalho está contido no Relatório de Auditoria nº 02/2015.
1.11. Assistência Estudantil	<p>Verificar o cumprimento dos procedimentos que norteiam a concessão e pagamento de benefícios a estudantes nos programas de assistência estudantil da Ufes.</p> <p>Identificar os pontos fortes e fracos de controle.</p>	<p>Excepcionalmente, com o objetivo de eliminar atividade de auditoria em duplicidade, visando racionalizar ações de controle, essa ação não foi realizada tendo em vista que, no mesmo período de sua execução, a Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo realizou nesta Universidade trabalho de Auditoria no Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, conforme Ofício nº 25.685/2015-CGU-REGIONAL/ES/CGU/PR, de 06.11.2015, em homenagem ao item 5 da Seção I do Cap. X da IN/SFC n.º 01, de 06.04.2011.</p>
1.12. Assessoramento e Orientações	<p>Agregar valor à gestão institucional, promovendo ações junto ao gestor no desempenho de suas atribuições e auxiliando na tomada de decisão.</p>	<p>Sempre que demandada e com o fito de colaborar com o crescimento institucional, a AG procurou realizar, durante o exercício de 2015, um trabalho preventivo cujo escopo maior foi o de minimizar as inconsistências verificadas na gestão.</p> <p>Foram desenvolvidas ações de assessoramento à Administração Superior no encaminhamento e monitoramento no atendimento interno das recomendações da CGU, e nas diligências, recomendações e determinações do TCU.</p> <p>O objetivo de tal ação é garantir que as Unidades da Ufes atendam e respondam aos órgãos de controle nos prazos determinados, bem como tomem providências para sanar as impropriedade ou irregularidades apontadas pelos órgãos de controle.</p> <p>Com o objetivo de orientar os gestores da Ufes quanto à melhor utilização dos recursos públicos, encaminhamos novas legislações, tais como: leis, decretos, instruções normativas, portarias, acórdãos do TCU, recomendações da CGU, dentre outros. O encaminhamento se seu por meio de memorandos, e-mail e participação em reuniões.</p>
1.13. Avaliação da Estrutura de Controles Internos	<p>Avaliar a estrutura dos controles internos verificando a sua eficácia, bem como sugerir, se necessário, outros procedimentos de controle quanto: avaliação de risco; informação e comunicação; e monitoramento.</p>	<p>Nos trabalhos desenvolvidos, examinamos os controles internos administrativos da entidade, e com base nos procedimentos e técnicas utilizadas em auditoria, verificamos que, apesar das dificuldades operacionais e de pessoal encontradas, não foram constatadas faltas graves. As fragilidades identificadas constam das recomendações expedidas nos 11 relatórios emitidos.</p>
1.14. Reestruturação da Auditoria-Geral	<p>Dar continuidade na elaboração do Manual de Auditoria Interna visto ser um instrumento que formaliza as normas de auditoria, sua política, filosofia e métodos de trabalho, servindo de consulta</p>	<p>No exercício de 2015, não foi implementado o manual de auditoria, conforme previsto, visto que aguardou-se a implantação do Sistema de Auditoria Interna – SADIN, desenvolvido junto à Universidade Federal do Ceará, o que</p>

Ação planejada	Objetivo	Ação executada ou justificativa pela não realização
	permanente dos auditores no exercício de suas atividades.	deve ocorrer efetivamente no exercício de 2016. A AG propôs um novo Regimento Interno da unidade o qual foi aprovado pela Resolução nº 16/2015. Também foi proposto e aprovado o Código de Ética da Auditoria-Geral, aprovado pela Resolução nº 15/2015.
1.15. Monitoramento das Recomendações da Auditoria Geral.	Verificar se as recomendações emanadas da auditoria interna estão sendo implementadas, buscando as soluções junto aos setores envolvidos.	O monitoramento das recomendações exaradas nos relatórios de auditoria foi realizado por meio do Plano de Providências Permanente.
1.16. Capacitação	Atualizar os conhecimentos técnicos e procedimentos de auditoria necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, e das práticas internacionais de auditoria.	Os servidores lotados na AG participaram, ao longo do ano, de cursos e eventos, totalizando aproximadamente 277 horas, entre presenciais e a distância.

Com relação às recomendações expedidas pela Auditoria-Geral, a unidade vem adotando procedimentos e rotinas para um controle sistemático das suas recomendações, e como medida de monitoramento é emitido o Plano de Providências Permanente (PPP), que tem como objetivo o de acompanhar as ações que foram atendidas e as justificativas para o seu não atendimento. No decorrer do exercício de 2015 foram expedidas 212 recomendações, das quais 67 foram atendidas, 58 atendidas parcialmente e 87 não foram atendidas.

Destaca-se que os benefícios das ações de controle são, em grande parte, de difícil mensuração em termos financeiros. Provém da melhoria na alocação dos recursos, da prevenção do desperdício, da melhoria dos controles internos, dentre outros.

Como benefício financeiro de uma ação de controle, foi um trabalho de auditoria realizada em contratos de serviços continuados, que teve como escopo verificar a gestão e fiscalização na execução dos contratos, selecionados na amostra. O resultado desse trabalho, conforme contido no Relatório de Auditoria nº 7/2014, foi o apontamento de que no Contrato nº 19/2013, a empresa estaria recebendo valores a maior. A administração, acatando a recomendação da Auditoria-Geral, identificou os valores, corrigiu-os monetariamente pela Taxa Selic, apurando uma diferença a ser ressarcida à Ufes no valor de R\$ 2.260.902,97. O ressarcimento está sendo efetuado mediante desconto ou glosa nas notas fiscais, cujas parcelas estão sendo corrigidas também pela Taxa Selic. O valor devolvido até 31/12/2015 importou em R\$ 2.155.451,98.

Concluimos que a administração da Ufes vem envidando esforços no sentido de melhorar a qualidade dos seus controles internos, tendo como objetivo aprimorar o seu sistema de monitoramento e de avaliação de sua governança pública.

5.3 Atividade de correção e apuração de ilícitos administrativos

A Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPD), antes denominada Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), é um órgão administrativo vinculado ao Gabinete do Reitor, cuja criação, estrutura, funcionamento e competências são definidos pelo Regimento Interno e pela Portaria nº 59, de 19 de janeiro de 1998, tendo como finalidade básica: i) apurar irregularidades administrativas e funcionais que ocorrem na instituição e suas responsabilidades, por meio de sindicância administrativa e processo administrativo disciplinar (PAD), de acordo com a Lei nº 8.112/90, conforme designação por portaria do reitor; ii) auxiliar tecnicamente as comissões de sindicância administrativa instauradas nos centros acadêmicos, nas unidades administrativas, no Hucam/Ebserh e nos *campi* de Alegre e São Mateus; iii) atuar no auxílio às comissões de inquérito administrativo instauradas para apuração de responsabilidades do corpo discente da Ufes, observando o regimento interno da instituição, bem como as sindicâncias

administrativas, quando estas são realizadas no âmbito dos centros acadêmicos e órgãos suplementares da Ufes.

A CPD é composta atualmente de cinco membros efetivos, todos servidores técnico-administrativos efetivos da Universidade, com designação de um coordenador e uma secretária.

5.3.1 Atividade de correição

A Ufes constituiu a CPD como órgão cuja atribuição é a apuração de irregularidades e ilícitos administrativos, conforme preceitua a Lei nº 8.112/90, por meio de procedimentos disciplinares – sindicâncias administrativas e PADs.

A Coordenação de Procedimentos Disciplinares, por meio de comissões específicas, atua na análise disciplinar de demandas internas de pessoal da instituição, em demandas de órgãos de controle interno e externo, como consequência de auditorias da CGU e do TCU, e oriundas de procedimentos administrativos do Ministério Público Federal (MPF), bem como na análise de situações de cabimento de - Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), em fase preliminar, às situações de apuração de dano ao erário e/ou perdimento de bens, na forma de instrução normativa da CGU.

Ressalta-se que a CPD não possui atribuição para abertura de Tomadas de Contas Especial, assim como não possui atribuições na execução das decisões proferidas pelo reitor nas sindicâncias administrativas e nos processos administrativos disciplinares, cabendo essas atribuições, quando se tratar de aplicação de penalidades e ressarcimento ao erário (multas e desconto remuneratório), ao Departamento de Gestão de Pessoas, e, em relação à reposição de bens, ao Departamento de Administração/Proad.

5.3.2 Apuração de ilícitos administrativos

As ações disciplinares constituem um dos mecanismos de controle da administração na ocorrência de irregularidades ou ilícitos administrativos na atividade pública. Embora posterior à irregularidade, funciona como inibidor de novas condutas e reparador daqueles danos funcionais e/ou administrativos e patrimoniais ocasionados.

Como consequência dessas atividades, temos a apuração das condutas irregulares, com a elaboração de relatórios finais conclusivos, em cada procedimento, com a indicação de penalidades e consequente ressarcimento ao erário (reposição patrimonial/financeira), nos casos de danos ou perda patrimonial, ou descumprimento de regime de trabalho.

Nesse sentido, podem ser apontados, como de maior incidência de apuração, os casos de acumulação de cargos públicos; descumprimento de jornada; descumprimento de regime de trabalho, nos casos de Dedicção Exclusiva (DE) ou vinculação à pessoa jurídica, na condição de sócio administrador/gerente; perda patrimonial (equipamentos e materiais) e a verificação de responsabilidades disciplinares e de ressarcimento, além de situações de abandono de cargo, inassiduidade habitual e outras apurações de condutas previstas na Lei nº 8.112/90.

Nos casos comprovados de descumprimento de DE ocorridos em 2015, houve a aplicação de penalidades disciplinares e a indicação de devolução dos valores recebidos a título de Dedicção Exclusiva. A apuração das situações de acumulação de cargo e descumprimento de jornada constantemente vem ocorrendo na Ufes, para a consequente regularização e adequação das situações funcionais. As situações elencadas impactam na governança, pois interferem diretamente no controle funcional de atividades administrativas, no cumprimento de horário e no uso/custo na aquisição e manutenção de equipamentos e materiais.

Em relação aos registros dos procedimentos disciplinares, no Sistema CGU-PAD, o procedimento referente ao ano de 2015 foi regularizado, conforme ANEXO I, além de estar em curso uma ação para regularização dos registros pertinentes aos anos anteriores.

5.4 Gestão de riscos e controles internos

A Universidade Federal do Espírito Santo está em processo de implementação da gestão de riscos em todos os níveis de gestão. A metodologia adotada consiste numa série de medidas que estão sendo aplicadas nas unidades organizacionais. Essas medidas visam dar uma maior efetividade na implementação dos projetos estratégicos e das ações, tendo em vista o alcance dos objetivos estratégicos definidos no PDI.

As principais ações que envolvem a gestão de riscos estão inseridas no Programa de Modernização da Gestão Pública e no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade (PMGU). A análise e a gestão de riscos estão contidas em metodologia própria, como uma etapa diagnóstica, que, no PDI e no Programa de Modernização Administrativa, são representados pela Matriz SWOT e pelo Diagnóstico Situacional, ferramentas altamente consolidadas no meio da gestão, que visam fazer uma análise criteriosa dos ambientes nos quais a instituição está contextualizada.

No nível macro organizacional, a avaliação de riscos se deu quando da revisão do PDI. A metodologia adotada assegurou, além de uma ampla participação de todos os segmentos da sociedade e da comunidade universitária, um criterioso processo de prospecção de riscos por meio da utilização da Matriz SWOT, tendo como foco as principais áreas estratégicas da ufes, ou seja, ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão. A partir daí, foi possível elaborar os objetivos estratégicos para cada área, assim como as estratégias e os projetos estratégicos. Para facilitar a sua avaliação, foram elaborados indicadores gerenciais e metas de cunho qualitativo e quantitativo.

Nos projetos estratégicos e nos macroprocessos que atendem às atividades finalísticas e de suporte da Ufes, os quais são objeto de análise e intervenção no PMGU, os riscos diagnosticados no processo de planejamento podem ensejar a manutenção ou até mesmo a alteração da metodologia e das ferramentas de acompanhamento e controle, a fim de alinhá-las às demandas identificadas neste diagnóstico.

O PMGU utiliza o Diagnóstico Situacional como ferramenta para a revisão dos processos de trabalho, com vistas à redução dos riscos identificados e à melhoria da efetividade dos serviços prestados. Ações, como remodelagem, modelagem, padronização e manualização de procedimentos estão sendo adotadas em várias unidades da Ufes, obedecendo, devido às especificidades, a diferentes estágios de implementação. Unidades organizacionais, como o Gabinete da Reitoria, a Pró-Reitoria de Graduação, a Pró-Reitoria de Extensão; a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a Pró-Reitoria de Administração (Departamento de Administração, Departamento de Contratos e Convênios, Coordenação do Sistema de Arquivos), a Prefeitura Universitária e o Hospital Universitário já estão implementando essas ações.

Como forma de reforçar a metodologia, a coerência e o alinhamento entre os níveis de planejamento institucional, as unidades estratégicas da Ufes realizam o seu Planejamento Estratégico Setorial, utilizando a ferramenta de análise de riscos por meio da Matriz SWOT, que subsidia a elaboração dos planos de ação que detalham os projetos estratégicos elaborados no PDI, assim como os referentes aos projetos estratégicos setoriais da própria unidade. Essa dinâmica, além de possibilitar a detecção de possíveis riscos, facilita também a possibilidade de redefinição, quando necessário, das ações e das próprias ferramentas de acompanhamento e controle dos macroprocessos finalísticos e de suporte.

No sentido de assegurar a gestão das ações definidas nos planos, a equipe da Assessoria de Políticas de Gestão, juntamente com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, com o apoio do Núcleo de Tecnologia da Informação, investe também no desenvolvimento de um Sistema de Gestão Institucional que possibilite o acompanhamento, a gestão e o controle do planejamento da Ufes. Esse sistema possibilitará, quando consolidado, monitorar e avaliar, por meio de indicadores, as metas definidas em todos os níveis de planejamento. Ainda como suporte à análise de riscos e aos controles internos, a Universidade vem implementando módulos do SIE que, por meio do processo de customização adequada às

necessidades da instituição, contribuem ainda mais para o processo de gestão, controle e avaliação, objetivando assegurar efetividade, confiabilidade e transparência ao processo de gestão.

Para os níveis táticos e operacionais, os processos de análise e gestão de risco se encontram em fases muito distintas, carecendo de padronização e manualização, conforme as necessidades se apresentam. Para isso, a Assessoria de Políticas de Gestão e a Proplan, por meio do PDI e do PMGP, vêm compilando, nas unidades desse nível, as informações para definir sempre que possível procedimentos, ferramentas e padrões que possam ser aplicados no maior número de unidades organizacionais e tenham interface com o SIE.

Além das ferramentas e instrumentos já citados, destacamos ainda a elaboração de uma Matriz de Priorização de Projetos Estratégicos, a qual utiliza critérios objetivos que também facilitam a identificação e a análise dos riscos envolvidos.

Importante frisar que a análise de riscos no processo de planejamento da Universidade se dá de forma contínua e sistemática por meio dos processos de revisão de seus planos, sejam eles nos níveis estratégico, tático ou operacional.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Ufes oferece diversos produtos e serviços e, diante de tal fato, apresenta as informações, levando em consideração seu leque de ofertas. Esse relevante tópico tem início com o conjunto de dados quantitativos e qualitativos disponibilizados pela Ouvidoria-Geral da Universidade.

A partir de 2015, a Ouvidoria implantou um sistema novo de acesso *on-line* que facilitou a recepção de demandas da comunidade em geral, possibilitando que os alunos dos três turnos pudessem ter acesso em quaisquer horário e local ao serviço da Ouvidoria. Com isso, houve um aumento não só do número de demandas por *e-mail* como também aumentaram as demandas pessoais. A Ouvidoria-Geral continua gerindo o e-SIC, tornando mais transparente em suas ações e obtendo maior visibilidade.

Ao se preconizar o princípio da harmonia interna, predomina a solução sobre o inquérito e sanção e o viés educativo da Ouvidoria. Dessa forma, são apresentados os dados das demandas registradas, pois aquelas não registradas via sistema eletrônico – ou seja, registradas por *e-mail*, telefone ou pessoalmente –, não foram computadas no relatório anual.

Conforme pode ser visualizado no sítio eletrônico da Ouvidoria-Geral (<http://www.ouvidoria.ufes.br/>), foram registradas 409 demandas, sendo 395 resolvidas e 14 não solucionadas, o que corresponde a um índice de resolução de 96,57%. É possível constatar, mais uma vez, que as demandas são sazonais (período de matrícula, provas finais, expedição de diplomas, trotes). Na questão da avaliação das condutas de professores e funcionários demandados, bem como nas demandas de alunos x servidores, a Ouvidoria não constatou reincidência.

Quanto ao Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC/Ufes), totalizaram 117 demandas abarcando diversos temas, distribuídas por vários estados do Brasil, sendo que todos foram respondidos integralmente, com tempo médio de respostas de 10,39 dias. Pelo sistema (com avisos por *e-mail*), foram respondidas 114 demandas e, em três casos, houve busca/consulta pessoalmente.

6.1 Canais de acesso ao cidadão

No ensino de graduação, os acessos podem ser realizados por meio do sítio eletrônico da Universidade, diretamente na página da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) (<http://www.prograd.ufes.br/>), onde constam os setores, os telefones e *e-mails* das pessoas responsáveis pelas informações. Além disso, as demandas são encaminhadas por telefone e respondidas no ato, quando possível, sem que haja registro para fins estatísticos, bem como via Ouvidoria, por meio digital e por memorando, sendo respondidas diretamente àquela instância, ou por *e-mails* direcionados à Secretaria da Prograd, os quais são encaminhados aos setores competentes e respondidos, também por via digital.

Na extensão, os canais de acesso ao cidadão podem ser efetivados por meio do endereço eletrônico <http://www.proex.ufes.br>. A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) possui a ferramenta denominada Sistema de Informação da Extensão (Siex), que possui o registro de todas as atividades extensionistas da Universidade. Tal sistema é aberto e qualquer interessado pode acessar o cadastro dessas atividades por meio do endereço eletrônico <http://www.siex.ufes.br>. As principais informações administrativas podem ser acessadas no sítio da Proex em *links*, como o “Quem Somos”. A utilização de mídias sociais para divulgação das ações de extensão também é um instrumento utilizado pela unidade. A *fanpage* “Proex Ufes” está cada vez mais acessada, com índice de visualizações crescente.

Em relação à gestão da pós-graduação, da pesquisa científica e da inovação, as informações e dúvidas podem ser sanadas no sítio eletrônico da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), <http://www.prppg.ufes.br>, e pelo *e-mail* faleconosco.prppg@ufes.br.

A assistência estudantil e a formação da cidadania possuem diversos canais de informação e comunicação com a sociedade. Por meio deles, torna-se possível a realização de atendimento

presencial, via telefone e *on-line*. O atendimento presencial e telefônico são realizados pela Secretaria da Proaeci, pela Seção da Gestão da Informação, por seus departamentos pelo Gabinete do Pró-Reitor.

Atualmente, o Departamento de Assistência Estudantil (DAE) e o Departamento de Projetos e Acompanhamento ao Estudante (DPAE) funcionam das 8 às 21 horas, possibilitando o atendimento da comunidade acadêmica de uma maneira mais ampla, alcançando assim as pessoas que se encontram na Universidade nos três turnos de seu funcionamento.

O atendimento *on-line* é realizado pelo sítio eletrônico da Proaeci (<http://www.proaeci.ufes.br>), onde são divulgadas as informações oficiais, legislações e normas que fazem parte da rotina de trabalho da unidade. Nesse endereço eletrônico ficam disponíveis também informações sobre a estrutura administrativa da Pró-Reitoria, além dos principais telefones e *e-mails* para contato. O atendimento *on-line* ainda conta com o apoio de página em rede social, onde há a possibilidade de difusão das informações da Pró-Reitoria (editais, resultados, eventos, entre outros), alcançando diretamente os seus seguidores.

O sítio eletrônico do Sistema Integrado de Bibliotecas (<http://www.bc.ufes.br>) possibilita o acesso às bases de dados, a consulta a *e-books* e periódicos; a consulta ao catálogo, a reserva e renovação de materiais, a verificação de débitos; a criação e leitura de comentários e sugestões gerais dos usuários; e a disponibilização de tutoriais (Guia da Biblioteca Central, Portal de Periódicos Capes, SciFinder, Fontes de Informação *on-line*, WebQualis, Indicadores de Impacto, Eduroam, Configuração de servidor proxy para o acesso remoto às bases de dados, gerenciadores de referências bibliográficas *EndNote Web* e *Mendeley*).

Além disso, o SIB conta com página em uma rede social (*Facebook*), que é utilizada para divulgação de ações culturais, novas aquisições, informes administrativos, dados estatísticos, orientações voltadas às atividades acadêmicas, prestar esclarecimentos e responder às dúvidas, bem como divulgar os horários de funcionamento e os telefones das bibliotecas. Soma-se a esses o serviço de apoio via *e-mail*, utilizado para recebimento de sugestões e comentários dos usuários internos e externos à Universidade. As sugestões e comentários também são pelo *Facebook* e pelo canal do *Pergamum*, utilizados como norteadores para a resolução de problemas ou criação e implementação de novos produtos e serviços.

Na gestão de pessoas, os canais de comunicação são voltados para a comunidade universitária, tendo em vista o público-alvo dos serviços prestados. As solicitações de informações por parte de usuários externos são eventuais e, em sua maioria, encaminhadas pela Ouvidoria-Geral da Ufes, pela CGU, pelo TCU e pelo Ministério Público Federal, além de possíveis demandas de outros órgãos relacionados à gestão de pessoas.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) disponibiliza, em seu endereço eletrônico (<http://www.progep.ufes.br>), informações sobre os serviços prestados pelos setores que a compõem, assim como legislações e orientações que tratam de assuntos de interesse dos servidores. Consta ainda no *site* toda a estrutura da Pró-Reitoria, para facilitar o acesso dos usuários. As reclamações, denúncias e sugestões são encaminhadas tanto por meio eletrônico, pelos *e-mails* dos setores e da própria Pró-Reitoria, como por meio de protocolo. A Progep tem envidado esforços para atender, dentro de sua competência, às demandas apresentadas pelos usuários.

Os canais de acesso com a Secretaria de Ensino a Distância, para fins de solicitação, reclamações, denúncias e sugestões são: contato pessoal, telefone, correio eletrônico, *chats*, conferência *on-line*, *e-mails* de colaboradores, por meio da Ouvidoria-Geral da Ufes e no endereço eletrônico <http://www.neaad.ufes.br>.

O portal da Ufes constitui o principal canal de acesso ao cidadão, com *links* para todos os serviços ofertados pela instituição.

6.2 Carta de serviço ao cidadão

A Ufes, por meio do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), desenvolveu uma aplicação para gerenciar o sítio <http://servicos.ufes.br>, onde cada setor da Universidade pode listar os serviços prestados, as condições para esses serviços, local e hora de atendimento, e contatos (telefone e correio eletrônico). No entanto, a ausência de obrigatoriedade desse preenchimento, por exemplo, por meio de uma portaria normativa, faz com que poucos setores atualizem esses dados.

6.3 Aferição do grau de satisfação do cidadão-usuário

Não há mecanismos formais de medição da satisfação em relação aos produtos/serviços na graduação. Contudo, considerando o período dos últimos quatro anos, pesquisas foram realizadas visando avaliar os cursos de graduação e a Ufes, promovidas pela Prograd, pela CPA/Proplan e pelo Mestrado em Gestão Pública da instituição. Além disso, foi ampliada a pesquisa com estudantes egressos, abrangendo o período de 2009 a 2012, cujas informações parciais encontram-se no sítio da Prograd (<http://www.prograd.ufes.br>), no item “Programa de Egressos”. Nos casos de acompanhamento acadêmico, os canais de acesso do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, entre outras, contemplam o próprio setor, dentro do horário de funcionamento.

Na atividade de extensão, os coordenadores de programas e projetos apresentam relatórios periódicos de suas atividades, com indicativos de quantidade de usuários atendidos e qualidade desses atendimentos. Além disso, os canais de comunicação do *site* pelo “Fale Conosco” estão sempre disponíveis para sugestões e reclamações.

A assistência estudantil ainda não conta com uma ferramenta/metodologia de aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, a qual é feita, atualmente, principalmente por meio do monitoramento das redes sociais, tanto na página eletrônica da Proaeci quanto nas páginas relacionadas à Ufes. Outro canal que permite captar as sugestões e reclamações da comunidade acadêmica é o Portal da Assistência Estudantil, mas este só está acessível ao aluno que já possui vínculo com a Universidade. Uma ferramenta de aferição do grau de satisfação vem sendo estudada, o que possibilitará captar a opinião da comunidade a respeito dos processos de reserva de vagas e do Proaes-Ufes, além dos projetos executados pela Proaeci.

No Sistema Integrado de Bibliotecas, não foi aplicado nenhum instrumento de medição de satisfação dos usuários em relação aos produtos e serviços disponibilizados pelo SIB, entretanto contamos com pesquisas realizadas por alunos dos Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Ufes, as quais apontam os níveis de satisfação dos usuários. No ano de 2015, também se utilizou como base para análise de satisfação dos usuários os comentários recebidos por meio *e-mail*, pelo *Facebook* e pelo módulo de comentários do sistema *Pergamum*. O serviço prestado pela Ouvidoria da Ufes junto à comunidade universitária e à Biblioteca tem auxiliado na resolução e minimização de problemas, assim como na melhoria de serviços.

Para medir a satisfação dos produtos e serviços ofertados na área de gestão de pessoas, conta-se com o resultado da Avaliação dos Usuários dos serviços prestados pela Ufes, realizada anualmente, durante o Programa de Avaliação de Desempenho, regulamentado pela Resolução nº 30/2010-CUn/Ufes. A avaliação é feita por meio de formulário, no qual constam perguntas sobre a facilidade de entrar em contato com o setor e de encontrar o local de atendimento, o tratamento recebido pelos usuários em geral, o tempo que durou o atendimento, a satisfação quanto às informações recebidas, a solução de problemas, o cumprimento de prazos e horários e as condições de limpeza e conforto no setor. Após o encerramento do processo, as informações são analisadas e dispostas em gráficos, que são avaliados e divulgados pela Universidade. No entanto, poucos usuários tem utilizado a ferramenta para avaliar os serviços prestados.

A Ufes realizou ainda, junto à comunidade universitária, em 2013, por meio da Comissão Própria de Avaliação, diagnóstico sobre as dimensões qualitativas da avaliação institucional, observando as

diretrizes da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que trata da avaliação do ensino superior. Esses resultados foram publicados em 2014 e vem se constituindo em subsídios para a ação institucional.

6.4 Mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No caso da graduação, a publicidade dos processos de ingresso, dos editais e a utilização dos demais meios de comunicação constituem mecanismo de transparência das informações relacionadas à área.

A transparência nas atividades da extensão tem sido estimulada com a abertura de editais internos de fomento aos projetos de extensão e de bolsas de extensão. Além disso, tem sido incentivada a participação em editais externos. Todas as atividades da extensão têm sido divulgadas na página da Proex para que as comunidades interna e externa tenham acesso aos dados.

Na assistência estudantil, o acesso às informações ocorre essencialmente pelo sítio eletrônico da Proaeci, onde é possível encontrar descrição de todas as áreas de atuação da Pró-Reitoria. Acessando o *link* <http://proaeci.ufes.br/relatorios> é possível visualizar o organograma, os fluxogramas e os principais relatórios emitidos pela unidade. Além disso, no *link* <http://proaeci.ufes.br/legislacao-e-normas> é possível ter acesso às leis, às instruções normativas, às portarias, aos decretos e às resoluções que norteiam o trabalho da Proaeci.

A publicidade dos atos do Sistema Integrado de Biblioteca configura o mecanismo de transparência das informações relativas ao Sistema.

A transparência no quesito pós-graduação, pesquisa científica e inovação decorre da publicidade dos atos editados pela PRPPG e pelos demais elementos constantes no sítio eletrônico da <http://www.prppg.ufes.br> e por meio do endereço faleconosco.prppg@ufes.br.

Esse escopo de atuação é complementado pelo cumprimento das orientações, quanto à necessidade de publicidade dos atos institucionais; pelo atendimento das orientações dos órgãos de controle externo e interno; pelo aprimoramento dos processos de comunicação e informação adotados; pela veiculação das ações da Universidade junto aos meios de comunicação, por meio da Supecc; e pelo conjunto de informações relevantes disponibilizadas nos endereços eletrônicos <http://www.ufes.gov.br> e <http://www.proplan.ufes.br>.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em relação às medidas de acessibilidade, no que diz respeito às instalações, a Pró-Reitoria de Graduação encontra-se adequada, com rampa de acesso de pequena inclinação e banheiros adaptados no salão de atendimento ao público. Em relação à acessibilidade que impacta no ensino de graduação, ou seja, nas estruturas que apoiam e nas quais ocorrem os cursos de graduação, todos os esforços têm sido envidados para a construção e finalização de obras pertinentes a rampas de acesso e, quando necessário, na instalação de elevadores, e também na instalação de banheiros adaptados em todos os centros de ensino e em todos os *campi*. Entretanto, enfrentam-se dificuldades decorrentes dos processos licitatórios, quando empresas não honram seus compromissos e os prazos acordados, situação às vezes agravada pelo abandono da obra e processos daí decorrentes.

No que concerne à acessibilidade aos serviços e produtos sob a responsabilidade da Prograd, todas as informações importantes encontram-se disponibilizadas no sítio eletrônico <http://www.prograd.ufes.br>. Ainda será necessário promover adaptações para que essas informações sejam adequadamente acessadas também por deficientes visuais, por meio digital. Outra adaptação necessária será a implantação de gestão eletrônica de documentos, com tramitação digital de processos, que ampliaria a acessibilidade acima mencionada.

A estrutura física da Proex fica toda em piso térreo, com corredores amplos, mas no futuro deverão ser realizadas reformas, conforme a disponibilidade de recursos, com vistas a atender às pessoas com necessidades especiais.

A Proaeci realizou adequação dos canais de informação ao paradigma de inclusão de pessoas com deficiência vigente na Ufes, evidenciado pela aquisição de três intérpretes de Libras para a divulgação dos trabalhos realizados. O liame estabelecido entre a Proaeci e os estudantes se mostra cada vez mais consistente e homogêneo. Além disso, parte dos vídeos produzidos pela equipe de comunicação contou com a participação ativa do Núcleo de Acessibilidade, atuando na tradução das mensagens em línguas de sinais, possibilitando assim a real efetivação dos anseios em tornar cada vez mais acessível a todas as pessoas o acesso a informações diversificadas.

No contexto do Programa Incluir, também há um conjunto de medidas que promovem a acessibilidade, podendo-se destacar: i) obras de acessibilidade para adequação física; ii) adequação de salas de aulas; iii) adequação de acessibilidade nos laboratórios de informática no SIB; iv) serviço de apoio acadêmico a deficientes auditivos; v) aquisição de recursos de tecnologia assistiva; vi) apoio a eventos de acessibilidade; vii) monitoramento acadêmico dos alunos assistidos; entre outros.

Nesse quesito, entre as medidas adotadas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas se destacam: a) disponibilização de pontos de acesso à consulta ao catálogo e aos produtos e serviços ofertados pela unidade; b) instalações para pessoas com necessidades especiais (elevador e banheiros); c) diálogo com o Núcleo de Acessibilidade (Naufes) para aquisição de acervo e equipamentos inclusivos.

No que se refere à acessibilidade no contexto da gestão de pessoas, trabalha-se pela promoção de medidas que venham assegurar o acesso de todos aos serviços ofertados, podendo ser destacada a organização de concursos públicos para ingresso de novos servidores, no cumprimento das disposições legais relacionadas às pessoas com necessidades especiais; os editais de concurso para provimento de cargos e a oferta de atendimento especial durante a aplicação das provas, contemplando os casos de: amamentação, prova em Braille, prova ampliada, tempo adicional e tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais ou vídeo com tradução em Libras. Conta-se, também, com equipe multidisciplinar para acompanhar servidores com necessidades especiais em seus locais de trabalho, durante todo o processo de estágio probatório.

Adequações estruturais na área de atenção à saúde, no Restaurante Universitário do *campus* de Goiabeiras, nas dependências da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Departamento de Gestão de Pessoas complementam esse leque de ações.

Assim, de uma forma geral, a Universidade tem observado a legislação e as orientações que tratam da acessibilidade e promovido ações que visam assegurar o acesso aos produtos e serviços ofertados pela instituição, por entender que esse se constitui o caminho mais curto para eliminar barreiras e promover a inclusão social.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro no exercício

A Ufes vem enfrentando dificuldades na gestão financeira e orçamentária, considerando que, a partir do exercício de 2013, o governo federal vem restringindo o repasse financeiro para atender às despesas liquidadas mensalmente. Desse modo, no exercício de 2015, a instituição passou por problemas, haja vista que o Governo Federal passou a ter *déficit* na receita, provocando uma restrição orçamentária e financeira, e ocasionando uma revisão geral da administração nos seus gastos, principalmente nos contratos vigentes para se adequar aos cortes orçamentários e financeiros advindos da crise.

7.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Como forma de garantir a sustentabilidade financeira das políticas para manutenção e desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da assistência estudantil e assegurar o funcionamento normal da instituição, a administração superior tem adotado medidas para adequar os contratos de manutenção da Ufes, bem como as demais despesas de custeio, à realidade orçamentária e financeira vigente, não obstante também envidar esforços para melhorar a captação de recursos que assegurem avanços e o equilíbrio dos compromissos relacionados à educação superior.

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para o ensino, a pesquisa e a extensão

Os recursos orçamentários da Universidade são oriundos da alocação da matriz Andifes, utilizada pelo MEC para distribuição de recursos entre as Ifes; resultam de descentralizações de créditos do próprio MEC e de outros ministérios; convênios de receitas; termos de cooperação; contratos de repasse; além das receitas próprias arrecadadas em função de atividades que desenvolve, tais como: receitas patrimoniais, agropecuárias, serviços tecnológicos, administrativos, serviços educacionais, serviços de estudos e pesquisas, serviço de comercialização e outras receitas.

Assinala-se ainda que, por determinação do Conselho Universitário, a captação de recursos para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão são efetivados no percentual de 10% dos valores referentes à arrecadação dos cursos de pós-graduação, projetos de extensão e projetos de pesquisa.

Apesar de ter tido uma frustração na receita referente ao exercício de 2015, foi contabilizado como arrecadação o valor de R\$ 4.538.198,64. Os recursos orçamentários, independentemente de suas origens, são alocados para assegurar o funcionamento normal da Universidade e garantir o desenvolvimento das atividades-fim.

Há que se registrar a dificuldade na execução das receitas próprias provenientes de apuração de *superávit* de exercícios anteriores, em função do cronograma tardio de liberação do orçamento correspondente pelo MEC, bem como da retenção dos limites dos créditos a utilizar.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

TABELA 19 - RECURSOS CAPTADOS E RESULTADOS OBTIDOS

Item de Receita	2015	
	Rec. Prevista	Rec.Arrecadada
13110000	1.980.000,00	1.573.894,78
13220001	29.441,00	
13250000	3.003.293,00	3.214.793,50
14100000	495.000,00	
14200000	64.034,00	66.083,37
16000102	39.163,00	36.451,45
16001200	3.810.000,00	369.590,00
16001300	1.539.425,00	768.194,45
16001600	8.119.500,00	5.924.611,07
16001900	500.000,00	119.277,00
16002001	493.288,00	370.715,47
16002100	3.600.000,00	1.728.668,68
16002200	35.897.000,00	7.146.225,72
16005000	3.911.283,00	3.335.142,98
16003900	96.360,00	26.375,00
17610000	9.006.048,00	
17620000	10.092.312,00	
17620002		
17630000	2.700.000,00	
17640000	4.393.952,00	7.353.177,83
17640001		
19180100		12.021,42
19189900	5.045,00	776,28
19192700	511.900,00	539.989,00
19192701		
19192702		
19199900	229.924,00	136866,42
19210600		1.610,26
19220110		318.616,98
19220700		220.554,16
19229900	66.638,00	
22170000	250.000,00	
22190000	38.560,00	
24600000		
24740000		
73110000		
76001600		450
76002000		88.839,10
	90.872.166,00	33.352.924,92

Uma vez demonstrados os recursos captados, as informações abaixo, já descritas no tópico “Apresentação”, constituem um resumo dos resultados obtidos no exercício de 2015 e retratam com nitidez a *performance* da instituição na aplicação dos recursos captados.

A Ufes registrou, ao final de 2015, a matrícula de 18.776 estudantes na graduação presencial e de 1.630 matrículas na Educação a Distância. Cerca de 99 cursos regulares de graduação presencial foram ofertados no período mencionado. Os diplomados na graduação presencial devem atingir 2.371 colações de grau, enquanto na educação a distância os cursos tiveram continuidade. Foram registrados 7.120 diplomas de IES particulares e 2.631 diplomas de estudantes da Ufes. Os ingressantes em 2015 totalizaram 4.698 alunos.

Na pós-graduação, vale ressaltar a tendência à expansão e melhoria do conceito Capes. Assim, em 2015, ingressaram na pós-graduação um total de 4.709 alunos, sendo 3.444 matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e 1.265 matriculados em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização). Ao longo do exercício, foram efetuadas 844 defesas, abarcando alunos de mestrado e doutorado nos 55 programas de pós-graduação, dos quais, 47 cursos de mestrado acadêmico e oito de mestrado profissional, além de 24 de cursos de doutorado. Em relação à especialização, foram ofertados sete cursos durante o ano de 2015.

Na pesquisa, segundo a base de dados *Scopus*, a Ufes publicou 530 artigos em 2015, considerando todos os seus pesquisadores. Na base de dados da pesquisa, contabiliza-se 4.489 projetos em andamento e 971 finalizados.

Na atividade de extensão, os resultados alcançados totalizam 806 iniciativas apoiadas nas áreas de Comunicação Social, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, e Produção e Trabalho, totalizando um público de 1.444.529 pessoas atendidas nas ações desenvolvidas em 115 programas, 521 projetos não vinculados, 54 cursos presenciais, 11 cursos não presenciais e 105 eventos.

Em relação ao Proext, a Ufes realiza um acompanhamento permanente dessas atividades, executando em 2015 um total de quinze ações, sendo nove programas e seis projetos envolvendo docentes, discentes da graduação, discentes da pós-graduação, técnicos-administrativos e pessoas da comunidade externa, sempre com vistas a estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, e assim proporcionar uma atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.

Ressalta-se a contribuição da Universidade na formulação e na gestão das políticas públicas nas áreas de saúde, meio ambiente, direitos humanos e educação, nas suas diversas linhas de atuação. Em que pese os consideráveis resultados obtidos na extensão e no Proext, fatores como cortes orçamentários, número insuficiente de bolsas para apoio às atividades e para incentivo aos envolvidos, bem como restrições de natureza legal, dificultam o alcance de patamares mais significativos no que se refere a essas atividades.

No âmbito da assistência estudantil, foram viabilizados 89.392 benefícios, considerando-se somente auxílio-transporte, auxílio-moradia e auxílio-material contabilizados mês a mês. A esse número devem ser somadas as refeições fornecidas nos restaurantes dos *campi* da Ufes, as quais totalizaram 414.510 unidades fornecidas a estudantes com 50% de gratuidade e estudantes com isenção total. Cada refeição foi considerada um benefício que, adicionado aos demais, sinaliza a concessão total de 503.902.

O Sistema Integrado de Bibliotecas é composto pela Biblioteca Central, órgão suplementar da Ufes, e sete bibliotecas setoriais, registrando-se, em 2015, o recebimento de 3.081 títulos e 12.124 exemplares com recursos de 2014, o que é comum em face das dificuldades na entrega; a aquisição de 103 *e-books*, oito assinaturas de periódicos nacionais impressos, 16.501 títulos de periódicos estrangeiros eletrônicos, que se encontram na base de dados Vlex e Academic Search complete,

cuja renovação da assinatura foi efetuada em 2015, além de 5.306 exemplares de livros e 177 periódicos recebidos por doação.

Dessa forma, o acervo do SIB, em dezembro de 2015, passou a contar com 157.274 títulos e 356.562 exemplares de materiais impressos (livros, teses, dissertações e multimeios), enquanto o acervo de periódicos totaliza 2.722 títulos e 134.215 fascículos. Nesse ano, algumas atividades e projetos não tiveram o desempenho esperado em razão do longo período de greve dos servidores e do contingenciamento orçamentário da verba para investimentos.

No que concerne às ações de internacionalização da Universidade, os objetivos, como preconizados pelos principais órgãos de fomento nacionais (Capes e CNPQ), são desenvolver as atividades da pós-graduação no contexto mundial e apoiar grupos de pesquisa por meio do intercâmbio internacional, buscando a excelência da nossa pós-graduação. Implementou-se, em 2015, 891 bolsas no contexto do programa Ciências sem Fronteiras, das quais 806 foram para estudantes da graduação, 51 do doutorado sanduíche, 16 do doutorado, dez da pós-doutorado, quatro para visitantes especiais e quatro para jovens talentos. Os principais países de destino do processo de internacionalização são: Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá, Alemanha e França, abrangendo as áreas de engenharia e novas tecnologias, biologia, biomédicas e saúde, indústria criativa e ciências exatas e da terra.

A atividade de gestão, apesar das dificuldades, esteve voltada à integração das diversas atividades da instituição, no intuito do melhor cumprimento da missão e do PDI. Há que se assinalar, entretanto, que a realidade econômica do país exigirá mais eficiência nos processos e qualidade e efetividade nos gastos, sem que se comprometa o padrão dos produtos e serviços ofertados à sociedade. Não há dúvidas, contudo, que as atividades são, de certa forma, prejudicadas com o contingenciamento e as restrições de natureza orçamentária.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

As informações prestadas sustentam-se no conteúdo do curso realizado na Escola de Administração Fazendária (ESAF) denominado “Depreciação e Outros Aspectos Patrimoniais da Administração Pública”, ofertado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que versou sobre a Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Isso posto, ajustou-se o Sistema SilapWeb para atender às exigências da Macrofunção 02.03.30, ou seja, efetuar a depreciação dos bens do exercício de 2010 e seguintes, e posteriormente a reavaliação dos bens adquiridos até o ano de 2009, para então iniciar a sua depreciação. Ressalta-se que, embora a Macrofunção determinasse um cronograma para conclusão das atividades até o ano de 2013, a Ufes, por meio da Divisão de Patrimônio, antecipou e concluiu ao final de 2010 todo o processo de depreciação e reavaliação de nossos bens móveis, colocando a Universidade como um dos primeiros órgãos públicos a cumprir integralmente as determinações da Macrofunção.

A base legal que norteou e tem norteadado nossas ações com relação ao tema encontra-se na Lei nº 4.320/1964, o Regime de Competência da LRF, NBC TSP 16.1, IN. 05 de 06/11/96, Macrofunção SIAFI 02.03.30 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, Lei Complementar nº 101/00 e Lei 10.180/2001.

A reavaliação dos bens tem como base a adoção do valor de mercado ou do valor de consenso entre as partes para os bens do ativo, quando estes forem superiores ao valor líquido contábil. Na impossibilidade de se estabelecer o valor de mercado, o valor do ativo permanente pode ser definido com base em parâmetros de referência, que considerem características, circunstâncias e localizações assemelhadas (Macrofunção 02.03.30). A Ufes adotou como critério de reavaliação dos bens adquiridos até 2009 a sua depreciação, considerando a data e o valor de aquisição do bem, sua vida útil e valor residual, conforme estabelece a Macrofunção.

No que se refere aos procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais dispostos na Portaria Conjunta nº 703, de 10 de dezembro de 2014 – Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Patrimônio da União do MPOG, as instituições terão cinco anos para cumprimento do disposto na legislação citada.

A Administração Central da Ufes, por meio das Portarias nºs 2.226, de 13 de outubro de 2015, e 2.534, de 20 de novembro de 2015, instituiu uma Comissão, que está em fase inicial dos trabalhos, para atender ao item 9.2 do Acórdão nº 173/2015-TCU, objetivando efetuar levantamento, avaliação e registro dos bens imóveis da União sob a gestão da Ufes no SPIUnet.

7.4 Sistemática de apuração de custo no âmbito da unidade

A Ufes não dispõe, nesse momento, de um sistema institucionalizado para apuração dos custos de produtos e serviços, embora seja possível constatar iniciativas pulverizadas em alguns setores. Pela complexidade, natureza dos serviços e produtos da instituição, um sistema de custo deve ser bem elaborado e ser capaz de espelhar o conjunto de despesas atrelado a esses produtos e serviços. Discute-se a criação do Sistema de Apuração de Custos (SAC), que poderá, no futuro, tornar possível a apuração de todos os custos de produtos e serviços fornecidos e/ou prestados pela instituição.

A Universidade, no decorrer do ano de 2015, iniciou discussões e estudos acerca do que era produzido em termo de apuração de custos em outras instituições similares e também discutiu a possibilidade e viabilidade econômica de desenvolver um sistema de custos que pudesse espelhar as particularidades e as complexidades de custos existentes numa instituição plural como é uma universidade, na qual se tem custos relacionados às atividades-fim: ensino de graduação, ensino de pós-graduação, extensão e pesquisa.

A constatação de que cada atividade possui diversos produtos e serviços realça a complexidade sobre a forma de distribuição e rateios dos custos das unidades meio para as unidades fins, onde ocorre de fato a geração dos produtos e serviços.

Opta-se então por desenvolver um sistema ou método de apuração de custo que utilize base mista de distribuição de gastos e despesas, ou seja, custeio ABC e por absorção. Definiu-se que, em 2015, iniciar-se-ia com um modelo de apuração de custos simplificado, conforme apresentado:

Gasto total da instituição

- (-) 65 % das despesas correntes totais do(s) hospital (is) universitário(s) e maternidade I
- (-) Aposentadorias e Reformas do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.01)
- (-) Pensões do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.03)
- (-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade (conta SIAFI nº 3.31.90.91)
- (-) Despesas com pessoal cedido – docente do órgão Universidade
- (-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior – docente do órgão Universidade
- (-) Despesa com afastamento País/Exterior – técnico-administrativo do órgão Universidade

= Custo corrente com Hu

- (-) Investimentos em obras e Equipamentos
- (-) Aquisição de Livros e Periódicos
- (-) Reformas
- (-) Exercícios Anteriores

(-) Precatórios

(+) Depreciações

= Custo total ano

Após apuração, o custo total no ano será distribuído para os grupos: custo do ensino de graduação, custo do ensino de pós-graduação, custo da extensão universitária e custo da pesquisa, considerando o percentual da carga horária docente contratada em cada uma dessas atividades. Esses custos serão distribuídos pelos produtos de cada docente, de acordo com a hora alocada a cada um dos produtos por ele produzido.

Embora definida a metodologia e já se dispor dos valores referentes aos gastos, não foi possível apurar-se os custos anuais por atividade nem por produto, tendo em vista que a base de dados acadêmica da instituição não está apropriada para gerar informações necessárias à apuração dos custos.

O sistema acadêmico da Universidade é concebido para o controle de atividades exercidas pelos discentes e não pelos docentes, fato esse que impede, por exemplo, de apurar qual a carga horária docente exercida em disciplinas que sejam eminentemente realizadas, em sua maioria, pelos alunos, como estágios, monografias, laboratórios e práticas profissionais específicas nos mais de cem cursos que a Ufes oferece. Nas atividades de extensão e pesquisa, não são registradas as horas gastas pelos docentes nas respectivas atividades e sim a quantidade de recursos financeiros, materiais e humanos dispendidos.

A utilização da base de dados, que não foi preparada para registrar as ocorrências necessárias ao sistema de custos, levaria a uma apuração muito diferente do real, a qual não teria nenhuma utilidade prática e poderia levar a uma interpretação muito equivocada dos custos institucionais por atividade e produto. Por esse motivo, a Universidade irá ajustar, em 2016, as suas bases de registro para possibilitar uma apuração dos custos mais coerentes com a realidade.

É exatamente a preocupação com a apuração dos custos coerentes com a realidade de sua execução que restringe a possibilidade de divulgação de custo nesse exercício.

7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações são apresentadas no Anexo II.

8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

QUADRO 22 - FORÇA DE TRABALHO DA UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3.969	3.136	178	175
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.969	3.136	178	175
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.969	3.094	175	171
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	3	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	36	2	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	3	1	2
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	208	179	92
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	7	1	Não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.969	3.351	358	267

Fonte: Siape.

Nota: Não foram considerados servidores lotados no Hucam/Ebserh.

QUADRO 23 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	620	2.516
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	578	2.516
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	578	2.516
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	Não há
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	36	Não há
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	Não há
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	208
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	7	Não há
4. Total de Servidores (1+2+3)	627 (18,7%)	2.724 (81,3%)

Fonte: Siape. Notas: Não foram considerados servidores lotados no Hucam/Ebserh. Área Fim: centros acadêmicos, Pró-Reitorias de Graduação, de Extensão, de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Assuntos Estudantis e Cidadania, Biblioteca Central e Institutos de Odontologia e de Tecnologia. Área Meio: Administração Central, Pró-Reitorias de Administração, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, e demais órgãos suplementares.

QUADRO 24 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	79	77	17	13
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	79	77	17	13
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	68	16	11
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	1	Não há	Não há
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	1	Não há	1
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	3	Não há	Não há
1.2.5. Aposentados	Não há	4	1	1
2. Funções Gratificadas	526	453	209	204

2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	453	209	204
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	605	530	226	217

Fonte: Siape.

Nota: Não foram considerados servidores lotados no Hucam/Ebserh.

QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES POR CARREIRA E TEMPO DE SERVIÇO NA UFES

Carreiras (Grupos de cargos)	Tempo de serviço na UFES				Total
	Menos de 10 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 anos ou mais	
Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico	10	0	0	0	10
Professor do Magistério Superior	991	236	269	144	1.640
Técnico-Administrativos	809	75	208	352	1.443
Total	1.810 (58,5%)	311 (10,1%)	477 (15,4%)	496 (16,0%)	3.093

Fonte: Siape.

Notas: Não foram considerados servidores lotados no Hucam/Ebserh. Tempo de serviço em anos completos. Somente servidores efetivos.

QUADRO 26 - QUANTITATIVOS DE SERVIDORES POR TIPO DE AFASTAMENTO OU LICENÇA EM 31/12/2015

Tipo de afastamento ou licença	Carreira		Total
	Professores de Magistério Superior	Técnico-administrativos	
Afastamento para pós-graduação	120	20	140
Cessão para outros órgãos	24	10	34
Licença sem remuneração	8	7	15
Licença para mandato político	1	1	2
Licença para capacitação ou prêmio	1	22	23
Licenças de saúde	12	20	32
Exercício provisório	5	0	5
Total	171 (10,4%)	80 (5,5%)	251 (8,1%)

Fonte: Siape.

Notas: Não foram considerados servidores lotados no Hucam/Ebserh. Somente servidores efetivos. Nenhum servidor da carreira de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico estava afastado em 31/12/2015.

8.1.1.1 Distribuição de pessoal no âmbito da UPC

Desde 2012, uma comissão de servidores vem realizando levantamentos e estudos sobre possíveis metodologias para realização do dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal. Ao longo desse período, algumas metodologias foram testadas e pontos fortes e fracos foram identificados em cada uma delas. As dificuldades encontradas pelo grupo de trabalho local são semelhantes às apresentadas no Fórum de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas (Forgep), que vem debatendo esse assunto com os representantes das várias instituições de ensino a fim de viabilizar uma solução conjunta. No ano de 2015, as discussões tiveram continuidade com foco na proposta de realização de mapeamento e padronização dos processos de trabalho na instituição e desenvolvimento de mecanismos para mensurar variáveis necessárias para subsidiar o dimensionamento. Nesse processo, a conclusão dos trabalhos enfrenta considerável dificuldade pela complexidade da atividade, pelo custo e pela necessidade de alocação de tempo de trabalho de uma equipe que possui atividades cotidianas sob sua responsabilidade em decorrência de seus cargos e funções.

No quadro “Distribuição da Lotação Efetiva” é possível observar que a área fim concentra cerca de 81% da força de trabalho. Essa concentração pode ser explicada pelo fato de todos os professores se vincularem a setores finalísticos. Por outro lado, ao considerar somente o corpo técnico-administrativo, as proporções tomam contornos um pouco diferentes, com 40% dos servidores na área meio e 60% na área fim.

Em relação aos possíveis impactos de aposentadorias sobre a força de trabalho, verifica-se no quadro “Distribuição de Servidores por carreira e tempo de serviço na UFES” que a Universidade experimenta um momento de renovação do seu quadro de servidores, tanto nas carreiras de professores, quanto na carreira de técnicos-administrativos. A esse respeito, destacamos que o quantitativo de servidores da carreira de técnicos-administrativos com 30 anos ou mais de tempo de serviço na Ufes (24,4%) chama a atenção para a necessidade de planejamento e preparação para os possíveis impactos decorrentes dessas aposentadorias. Por outro lado, a concentração de servidores com menos de dez anos de tempo de serviço na instituição aponta a necessidade de investimento em capacitação dessa força de trabalho e gestão do conhecimento, para adequada manutenção e aprimoramento dos serviços prestados à comunidade e das atividades de suporte.

Os eventuais afastamentos, que reduzem a força de trabalho disponível, são apresentados no Quadro “Quantitativos de servidores por tipo de afastamento ou licença em 31/12/2015”. A partir desses dados, verifica-se que, na carreira de professores de magistério superior, a força de trabalho no encerramento do exercício estava reduzida em 10,4%, principalmente por afastamentos para pós-graduação e cessão para outros órgãos. Já entre os técnicos-administrativos, a redução foi da ordem de 5,5%, em sua maioria, em razão de licenças para capacitação e prêmio, licenças de saúde e afastamentos para pós-graduação.

8.1.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho

A Universidade Federal do Espírito Santo possui, em seu quadro efetivo, servidores pertencentes a três carreiras distintas: técnico-administrativo em educação (TAE), professor do magistério superior e professor do ensino básico e tecnológico. Por ser uma instituição de ensino, a qualificação do corpo técnico é de fundamental importância, sendo, portanto, incentivada pela Universidade.

A distribuição dos servidores TAE pelos níveis de classificação e escolaridade demonstra uma elevada taxa de servidores com qualificação superior à exigência do cargo, destacando o nível “E” (cargos de nível superior), com cerca de 80%, e a classe “D” (cargos de nível médio), com cerca de 70%.

Outro dado relevante sobre a qualificação dos servidores técnico-administrativos lotados na Ufes é o percentual de especialistas e mestres: quase 50% (cinquenta por cento) dos servidores possuem o título de especialista ou mestre. A Ufes conta com 301 mestres e 31 doutores pertencentes ao quadro técnico-administrativo.

A Tabela 20 apresenta o quantitativo de servidores TAE ativos, distribuídos por nível de escolaridade.

TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE UFES E HUCAM

ESCOLARIDADE	A	B	C	D	E	S	TOTAL
ALFABETIZADO SEM CURSOS REGULARES	5	7	2				14
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	8	11	20	6			45
ENSINO FUNDAMENTAL	2	6	33	17			58
ENSINO MEDIO	12	50	176	241		2	481
ENSINO SUPERIOR	5	14	93	258	128	1	499
ESPECIALIZACAO	2	19	91	370	266		748
MESTRADO		1	6	88	206		301
DOUTORADO			1	5	25		31
TOTAL GERAL	34	108	422	985	625	3	2.177

Fonte: Arquivo Espelho Siape - jan/2016.

Quanto à qualificação do corpo docente pertencente à carreira do magistério superior, aproximadamente 75% são doutores e 20% são mestres, conforme se observa no quadro abaixo.

TABELA 21 - PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR (EFETIVOS)

ESCOLARIDADE	AUXILIAR	ASSISTENTE	ADJUNTO	ASSOCIADO	TITULAR	TOTAL
ENSINO SUPERIOR	4	4	9			17
APERFEICOAMENTO			3			3
ESPECIALIZACAO	8	7	23			38
MESTRADO	53	141	118			312
DOUTORADO	189		597	381	107	1.274
TOTAL GERAL	254	152	750	381	107	1.644

Fonte: Arquivo Espelho Siape - jan/2016.

TABELA 22 - PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR TEMPORÁRIOS (CDTs)

ESCOLARIDADE	AUXILIAR	ADJUNTO	ASSOCIADO	TOTAL
ENSINO SUPERIOR	109	4	1	114
MESTRADO	23			23
DOUTORADO	6		1	7
TOTAL GERAL	138	4	2	144

Fonte: Arquivo Espelho Siape - jan/2016.

A Universidade conta ainda com dez professores do ensino básico e tecnológico, sendo um graduado, um especialista, seis mestres e dois doutores.

TABELA 23 - PROFESSOR DE ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

ESCOLARIDADE	D	TOTAL
ENSINO SUPERIOR	1	1
ESPECIALIZACAO	1	1
MESTRADO	6	6
DOUTORADO	2	2
TOTAL GERAL	10	10

Fonte: Arquivo Espelho Siape - jan/2016.

8.1.1.3 Política de capacitação e treinamento de pessoal

As ações de capacitação e qualificação realizadas pela Ufes são balizadas pelo Plano Anual de Capacitação (PAC). Esse documento é elaborado com fundamento nas necessidades institucionais de aprimoramento da gestão pública e tem como objetivo desenvolver continuamente o servidor por meio de ações de capacitação e qualificação, visando à formação para o trabalho, direcionando à eficiência e à eficácia dos serviços prestados pela Ufes. Em 2015, o plano foi aprovado por meio da Resolução nº 12/2015-CUn/Ufes, em 26/03/2015. As ações previstas no PAC estão classificadas segundo as linhas de desenvolvimento propostas no Decreto nº 5.825/2006: iniciação ao serviço público; formação geral; educação formal; gestão; inter-relação entre ambientes e formação específica.

Dentro desse escopo de ação, desenvolveram-se três edições do Seminário de Integração destinado aos servidores ingressantes, nos *campi* de Goiabeiras, São Mateus e Alegre, abordando-se os seguintes assuntos: ética na gestão pública; legislação das carreiras de técnico-administrativo em educação e docente do magistério federal; licenças, afastamentos e concessões; estágio probatório; regime de previdência, entre outros direitos e deveres dos servidores. Além do Seminário, os servidores técnico-administrativos realizaram complementarmente os cursos: “Gestão e Elaboração de Projetos”; “Sustentabilidade: Consciência e Prática”, e “Sistema de Protocolo SIE”.

No exercício de 2015, foram realizadas 70 ofertas de cursos, totalizando 1.063 servidores capacitados e certificados. Foram contempladas temáticas diversificadas, tais como: atendimento ao público, atualização em informática, elaboração de projetos, português instrumental, raciocínio lógico, desenvolvimento de equipes, cursos específicos para gestão e ensino da graduação, entre outros. É importante assinalar que, do total de 70 cursos de capacitação, nove foram ministrados no *campus* de São Mateus e sete no *campus* de Alegre. Os demais ocorreram em Vitória. Entre os 1.063 servidores capacitados, foram contemplados com cursos da linha de formação específica 53 servidores vinculados ao Regime Jurídico Único lotados no Hucam. Nesse mesmo período, 216 gestores foram capacitados, superando em 6% a meta estabelecida.

Além das ações citadas, foram realizados cursos direcionados à melhoria da qualidade de vida e da humanização da prestação de serviços à comunidade universitária: 1) Preparação para a aposentadoria (duas turmas); 2) Formação em Direitos Humanos para Vigilantes, com boa adesão e avaliação. A esses, somam-se as contratações de cursos para atender às necessidades específicas dos setores, destacando-se o curso “Desenvolvimento de Equipes”, em parceria com a ENAP, com o objetivo de capacitar os gestores para a melhor gestão do desempenho de suas equipes. Outra importante ação foi a oferta do curso de Gestão e Fiscalização de Contratos, voltado para fiscais e gestores de contrato da Ufes, com foco para fundações de apoio. Para 2016, pretende-se expandir essa oferta também para as áreas de tecnologia da informação, obras e serviços de engenharia, entre outras especificidades.

Outra modalidade de capacitação adotada foi o custeio de inscrições, diárias e passagens para viabilizar a participação dos servidores em congressos e cursos de curta duração no país, custeando-se também os pagamentos de diárias para os servidores dos *campi* de Alegre e de São Mateus participarem de cursos ofertados no *campus* de Goiabeiras. Entre os eventos custeados, ressaltam-se: “2º Seminário Internacional sobre Contratações Públicas Sustentáveis”; “XII Semana de Administração Financeira Orçamentária e de Contratações Públicas”; “XXXV Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal” e “II Encontro Latino Americano De Universidades Sustentáveis-ELAUS-2015”.

Semestralmente, também são ofertadas bolsas para o estudo de idiomas em parceria com o Centro de Línguas para a Comunidade (CLC/Ufes), oferecendo oportunidades nos idiomas: Inglês; Francês; Espanhol; Italiano e Alemão.

No campo da qualificação, o Programa de Capacitação oferece o Mestrado Profissional em Gestão Pública, criado para atender à demanda dos servidores TAEs da Ufes. O curso é coordenado por

docentes do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e custeado com orçamento de capacitação. Em 2015, ingressaram 20 servidores, totalizando 79 alunos matriculados.

O desempenho dos servidores também foi tema de reuniões, evento esse direcionado a todos os servidores com e sem função gerencial, com o objetivo de apresentar as mudanças no Sistema de Avaliação de Desempenho. As reuniões ocorreram nos *campi* de Goiabeiras, Alegre, São Mateus e Maruípe (CCS e Hucam), com boa participação dos servidores.

Os resultados obtidos não deixam dúvidas sobre a assertividade dessas ações, contribuindo de forma direta e indireta para oxigenar e alavancar o melhor desempenho da instituição.

8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

QUADRO 27 – DESPESA DE PESSOAL - UFES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	366.270.556,97	8.895.812,80	37.570.723,21	8.775.998,34	2.916.860,86	16.966.777,99	34.869,93	278.754,80	45.463,16	512.155.818,06
	2014	291.519.130,56	6.507.125,28	28.897.012,68	37.066.797,73	17.517.665,78	11.959.239,80	33.048,85	237.539,83	410.157,47	394.147.717,98
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	142.406,16	13.377,03	8.195,39	4.476,00	0,00	0,00	2.586,91	0,00	171.041,49
	2014	0,00	139.512,22	12.185,04	1.521,42	4.476,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.694,68
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	483.144,55	40.287,85	11.097,14	31.399,81	6.101,66	0,00	0,00	0,00	572.031,01
	2014	0,00	352.307,59	30.766,46	11.587,95	15.666,00	5.637,76	0,00	0,00	0,00	415.965,76
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	3.042.786,27	0,00	327.971,77	338.842,95	105.529,00	121.254,89		1.224,08	2.498,05	3.940.107,01
	2014	1.729.493,71	43,91	190.535,70	153.976,26	84.220,00	97.157,60	0,00	2.544,67	20.673,72	2.278.645,57
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	8.436.361,14	0,00	689.083,09	395.428,40	858.505,89	17.757,53	187.348,26	126,78	0,00	10.584.611,09
	2014	5.483.530,02	0,00	452.454,00	329.730,15	572.394,01	33.194,84	109.912,77	162,74	0,00	6.981.378,53

Fonte: DW-SIAPE.

Nota: Não foram considerados servidores lotados no Hucam/Ebserh. Valores em R\$.

8.1.2.1 Ações adotadas para identificar eventuais irregularidades relacionadas ao pessoal

Acerca desse item, como forma de controle de dados sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas, disciplinado no Artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, a Ufes, em consonância ao disposto na Portaria Normativa nº 2, da Secretaria de Gestão Pública (Segep), publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2012, adota as seguintes providências para fins de identificação de acumulações vedadas pela legislação vigente:

- a) **SERVIDOR ATIVO:** no ato da NOMEAÇÃO, apresentar Declaração de Acumulação de Cargos. Caso detenha outro cargo acumulável, deverá, na posse, prestar as seguintes informações:
 - I - a denominação do cargo/emprego/função que exerce;
 - II - a jornada do cargo/emprego/função que exerce;
 - III - a unidade da federação em que exerce o cargo/emprego/função;
 - IV - o nível de escolaridade do cargo/emprego/função;
 - V - a data de ingresso; e
 - VI - a área de atuação do cargo (médico, saúde, magistério).
- b) **SERVIDOR APOSENTADO:** no ato da APOSENTADORIA, apresentar Declaração de Acumulação de Cargos. Caso detenha outro cargo público de provimento efetivo acumulável, deverá prestar as seguintes informações:
 - I - a denominação do cargo/emprego/função que exerce;
 - II - a jornada do cargo/emprego/função que exerce;
 - III - a unidade da federação em que exerce o cargo/emprego/função;
 - IV - o nível de escolaridade do cargo/emprego/função;
 - V - a data de ingresso; e
 - VI - a área de atuação do cargo (médico, saúde, magistério).
- c) **BENEFICIÁRIO DE PENSÃO CIVIL:** no REQUERIMENTO do benefício, apresentar Declaração de Acumulação de Pensão.

Conforme orientações constantes do Artigo 4º da Portaria Normativa nº 2/2012-Segep, sendo o vínculo do servidor ativo, aposentado e beneficiário de pensão civil não pertencente ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), além das informações mencionadas, o servidor deverá assinar Termo de Responsabilidade, na forma do Anexo da referida portaria, comprometendo-se a fornecer comprovantes de rendimentos (contracheques) recebidos de outros entes da Federação, semestralmente (nos meses de abril e outubro), sempre que houver alteração no valor da remuneração e em todas as ocasiões em que for solicitado.

8.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

QUADRO 28 - RISCOS IDENTIFICADOS E MEDIDAS PARA MITIGAR OS RISCOS

Evento/risco	Impacto	Resposta ao risco
Rotatividade de servidores que migram para outros setores, do serviço público, em busca de melhor remuneração.	Perda de <i>know-how</i> , gerando dificuldade na instrução dos processos, erros administrativos, demora nas análises dos processos e comprometimento de prazos, com prejuízos no alcance das metas institucionais; Demora na reposição de vacâncias dos servidores.	Realização de concursos públicos com mais frequência visando à reposição imediata das vacâncias, a fim de reduzir os danos causados pela rotatividade; Capacitação permanente objetivando capacitar os novos servidores.
Constantes mudanças na Legislação e normatizações, que regem o serviço público federal.	Comprometimento da produtividade individual, gerando demora na conclusão dos processos, aumentando o índice de erros.	Atualização constante, revisão nos fluxos dos processos e investimentos em sistemas visando ampliar os canais de comunicação de forma constante e dinâmica.
Instabilidade Frequente dos sistemas SIAPE, SIAPENET e SIASS.	Limita a execução das atividades, gerando demora na conclusão dos registros.	Planejamento para viabilizar as atividades que dependem dos sistemas nos períodos de menores riscos de instabilidade; Fazer gestão junto ao Ministério do Planejamento para que o suporte prestado aos usuários dos respectivos sistemas seja mais eficiente.
Cancelamento de cursos de capacitação por número insuficiente de inscrições.	Não cumprimento de metas estabelecidas no Plano Anual de Capacitação.	Contratualização das demandas de capacitação junto às chefias; Ampliação da divulgação dos cursos; Oferta de cursos direcionados às demandas específicas das Unidades.
Alto índice de chefias que não realizam avaliação de desempenho dos servidores no prazo estabelecido.	Alto índice de recursos; Risco de inviabilizar a progressão do servidor.	Notificação quanto ao descumprimento do prazo; Abertura de novo prazo para avaliação.
Inexistência de mapeamento de processos na Universidade.	Dificuldade de mapeamento de competências; Dificuldade de obter parâmetros fidedignos para a realização do dimensionamento da força de trabalho da UFES.	Elaboração de relatório de atividades pela Comissão de Dimensionamento, com sugestão à Administração Central que realize o mapeamento de processos.

8.1.4 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

A Ufes, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, continua estudando indicadores gerenciais de recursos humanos e sua aplicação no âmbito da instituição. Como referencial, foram utilizados temas de interesse abordados em relatórios de gestão de anos anteriores. Assim, como foi apresentado no relatório do exercício anterior, neste não foram considerados os servidores lotados no Hospital Universitário para os cálculos dos indicadores.

8.1.4.1 Absenteísmo

Tem como objetivo conhecer e acompanhar a evolução dos níveis de ausências dos servidores efetivos. O indicador definido para avaliar esse tema foi o índice de absenteísmo, calculado segundo a fórmula:

$$\text{Índice de Absenteísmo} = \left(\frac{\text{Número de dias de ausências}}{\text{Número de servidores efetivos} \times \text{Número de dias}} \right) \times 100$$

O índice de absenteísmo tradicionalmente considera o número de dias de ausências referentes às faltas. No entanto, foi considerado importante avaliar o mesmo índice em função de ausências motivadas por tratamento de saúde do servidor. Para tanto, foi realizada uma adaptação da fórmula original, no intuito de se obter valores mais apropriados segundo a condição avaliada, ou seja, a fórmula adaptada considera o número total de dias do ano, tendo em vista que as licenças para tratamento de saúde se estendem por períodos que incluem sábados, domingos e feriados.

TABELA 24 - ABSENTEÍSMO POR FALTAS

ANO	Nº DE DIAS DE FALTAS*	Nº DE SERVIDORES**	NÚMERO DE DIAS (ÚTEIS)	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (%)
2015	6978	3094	252	0,89
2014	1924	3079	256	0,24
2013	559	3042	253	0,07
2012	406	2885	252	0,06

Fonte: SIE/Ufes.

Notas: * Faltas Injustificadas e registros de Greve. ** Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro.

O índice de absenteísmo por faltas do ano de 2015 (0,89%) apresentou um importante aumento em relação ao índice do ano anterior (0,24%). Mais uma vez, os registros de ausência por participação em movimento grevista provocou aumento do índice de absenteísmo.

TABELA 25 - ABSENTEÍSMO POR LICENÇAS MÉDICAS

ANO	Nº DE DIAS DE AUSÊNCIA POR LIC. MÉDICAS	Nº DE SERVIDORES*	NÚMERO DE DIAS**	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (%)
2015	20348	3094	365	1,80
2014	13584	3079	365	1,21
2013	14355	3042	365	1,29
2012	16269	2885	366	1,54

Fonte: SIE/Ufes.

Notas: * Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro. ** Número total de dias do ano.

O índice de absenteísmo por licenças médicas do ano de 2015 foi o maior da série desde 2012. Esse resultado indica que a força de trabalho da instituição foi reduzida em 1,80% ao longo do ano, em virtude de licenças para tratamento de saúde, o que reforça a importância de ampliar e aprimorar as ações de atenção à saúde dos servidores.

8.1.4.2 Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Os indicadores desse tema têm como objetivo conhecer e permitir o acompanhamento do número e da duração dos acidentes de trabalho ocorridos. Dessa forma, foram adotados dois índices complementares para avaliação:

- Índice de incidência, que sintetiza o número de acidentes que ocorrem por mil servidores em determinado período de tempo (um ano); e,
- Índice de duração, que representa o tempo médio em dias de afastamento do servidor por acidente de trabalho.

As fórmulas dos índices adotados são apresentadas a seguir:

$$\text{Índice de Incidência} = \frac{\text{número de acidentes de trabalho} \times 1000}{\text{número médio de servidores no período} \times \text{número total de dias de afastamento}}$$

$$\text{Índice de Duração} = \frac{\text{devido a acidentes de trabalho}}{\text{número de acidentes de trabalho}}$$

TABELA 26 - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

ANO	Nº DE ACIDENTES DE TRABALHO	Nº DE DIAS DE AFASTAMENTO	Nº MÉDIO DE SERVIDORES*	ÍNDICE DE INCIDÊNCIA	ÍNDICE DE DURAÇÃO
2015	4	65	3071	1,302	16,25
2014	2	3	3046	0,657	1,50
2013	6	6	2939	2,042	1,00
2012	4	183	2873	1,392	45,75

Fonte: SIE/Ufes.

Notas: * Número médio de servidores efetivos do órgão ao longo do ano.

O índice de incidência do ano apresentou aumento em relação ao ano anterior, apontando a ocorrência de 1,3 acidentes de trabalho para cada mil servidores efetivos ao longo do ano. Já o índice de duração do referido ano, que apresentou forte elevação em relação ao ano de 2014, indica que, em média, os afastamentos decorrentes de acidentes de trabalho tiveram duração de aproximadamente 16 dias.

8.1.4.3 Rotatividade (*turnover*)

O objetivo desse tipo de indicador é revelar o grau de rotatividade dos recursos humanos da instituição, com base na relação entre o número de ingressos e de desligamentos de servidores e o número de servidores efetivos. A fórmula adotada é apresentada a seguir:

$$\text{Índice de Rotatividade (\%)} = \frac{\left(\frac{\text{Número de Ingressos} + \text{Número de vacâncias}}{2} \right)}{\text{Número de servidores efetivos}} \times 100$$

Os dados do indicador para o período de 2010 a 2015 são apresentados na tabela 27.

TABELA 27 - ROTATIVIDADE (TURNOVER)

ANO	Nº DE INGRESSOS	Nº DE VACÂNCIA	Nº DE SERVIDORES*	ÍNDICE DE ROTATIVIDADE (%)
2015	364	333	3094	11,26
2014	223	178	3079	6,51
2013	303	160	3042	7,61
2012	155	164	2885	5,53

Fonte: SIE/Ufes.

Nota: * Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro.

A variação do índice no período indica aumento da rotatividade de pessoal em relação ao ano anterior. Essa elevação foi fortemente influenciada pelo aumento, tanto do número de ingresso quanto de vacâncias. Deve ser observado que esse indicador tende a sofrer influência das vacâncias de servidores técnico-administrativos ocupantes de cargos remanescentes do PUCRCE e dos níveis de classificação A e B do PCCTAE, tendo em vista que não tem ocorrido reposição deles, uma vez que não estão incluídos no Decreto nº 7.232, de 19/07/2010, e, em sua maioria, são cargos extintos ou em extinção.

8.1.4.4 Educação continuada

O indicador de educação continuada utilizado foi o percentual de servidores capacitados durante o exercício. A fórmula adotada segue abaixo:

$$\text{Servidores Capacitados (\%)} = \left(\frac{\text{Número de servidores capacitados}}{\text{Número médio de servidor no período}} \right) \times 100$$

TABELA 28 - EDUCAÇÃO CONTINUADA

ANO	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS	Nº MÉDIO DE SERVIDORES	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS
2015	2017	3829	52,67
2014	1565	3864	40,50
2013	1941	3883	49,99
2012	1579	3770	41,88

Fonte: Plano de Capacitação/Ufes.

Nota: * Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro, inclusive do Hospital Universitário.

Os resultados apontam para uma elevação do percentual de servidores capacitados no ano de 2015 em relação aos anos anteriores. Esses percentuais indicam uma boa taxa de capacitação e recapacitação dos servidores, incluindo a capacitação continuada, na medida em que, anualmente, em termos quantitativos, metade do quadro efetivo participa de ações dessa natureza.

8.1.4.5 Disciplina

O tema disciplina, na visão desta UJ, refere-se ao regime disciplinar dos servidores públicos civis da União, definido no Título IV da Lei nº 8.112/90. Como indicador desse tema foi escolhido o número total de penalidades disciplinares ocorridas durante o ano de exercício. A tabela abaixo apresenta o número de registros por tipo e total por ano.

TABELA 29 - DISCIPLINA

ANO	ADVERTÊNCIA	SUSPENSÃO DISCIPLINAR	SUSPENSÃO DISCIPLINAR CONVERTIDA EM MULTA	TOTAL
2015	5	1	1	7
2014	4	0	5	9
2013	1	1	0	2
2012	2	3	0	6

Fonte: SIE/Ufes.

O número de penalidades disciplinares registradas no ano de 2015 é menor do que no exercício anterior e indica a necessidade de ampliar a promoção de ações de orientação e prevenção de irregularidades junto aos servidores.

8.1.5 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

A Ufes não conta com estagiários em seus quadros. O quadro de pessoal terceirizado é apresentado a seguir.

QUADRO 29 - PESSOAL TERCEIRIZADO

Unidade Contratante								
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO								
UG/Gestão: (quando executora no SIAFI) 153046								
Informações sobre os Contratos								
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	S I t.	Total de Funcionários	Valor Executado
			Início	Fim				
2015	Contratação de mão de obra especializada em atividades de Apoio Administrativo	17027806/0001-76	27/02/2015	27/02/2016	Ensino médio	P	243	7.216.259,33
2014	Serviço de limpeza e conservação predial	36020014/0001-14	19/05/2014	18/04/2015	Ensino fundamental	E	253	4.328.711,97
2015	Serviço de limpeza e conservação predial	36020014/0001-14	21/05/2015	20/05/2016	Ensino fundamental	A	194	4.457.723,30
2013	Serviços continuados de vigilância armada	25183468/0003-51	01/09/2013	31/08/2016	Ensino médio	P	163	10.264.539,65

A Universidade continua dependendo de servidores terceirizados para seu funcionamento pleno para cobrir atividades fora do Plano de Cargos, notadamente em decorrência da expansão, que se deu com o Plano de Interiorização da Graduação Presencial, em 2005 e, em 2007, com o Programa de Reestruturação e Expansão das IFES – REUNI, que criou 24 novos cursos de graduação e incrementou a oferta de vagas em 22 cursos existentes. Quanto aos valores, o crescimento, quando esses ocorrem, em geral, decorre de repactuações e acordos trabalhistas que rebatem nos contratos.

8.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

8.2.1 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

TABELA 30 - GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

Frota de veículos automotores de propriedade da unidade prestadora de contas			
a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos; A legislação referente à forma de utilização da frota de veículos é a Lei 9.503/97, os Decretos n ^{os} 5.992/2006, 6.403/2008, 5.450/2005 e a Instrução Normativa n ^o 3/2008.			
b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC; A Ufes, por meio de seus diversos setores, exerce atividades tais como: atividades acadêmicas fora dos <i>campi</i> ; viagens para congressos; transportes de materiais, de obras de artes e de pessoas; constituindo essas atividades partes do emprego de veículos nesta instituição, as quais não podem ser interrompidas, evidenciando a relevância e a importância da frota para a Universidade.			
c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral; A frota da Ufes é composta por 95 veículos ativos, agrupados conforme planilha a seguir: Tabela de classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais Instrução Normativa n ^o 3, de 15 de maio de 2008			
Grupo	Utilização	Características	Usuário
I - Veículos de representação	Na representação oficial	Veículo com características adequadas à alta representação do Estado	Autoridades referidas no art. 3 ^o do Decreto 6.403/08
II - Veículos especiais	Conforme regulamentação prevista no art. 4 ^o do Decreto 6.403/08		
III - Veículos de transporte institucional			
IV - Veículos de serviços comuns	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Servidor em serviço externo
		Transporte coletivo	Servidores por necessidade do serviço
	No transporte de carga e realização de atividades	Transporte de carga leve	Servidor no transporte de carga em serviço

	específicas	Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão-guincho, reboque ou semi-reboque - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	
		Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteiras ou misto, pá-mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	Servidor na execução de atividades específicas
V - Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		Veículo básico ou com especificações próprias devidamente justificadas - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no desempenho das atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados

FROTA DE VEÍCULOS DA UFES ATIVOS DISCRIMINADOS POR GRUPO/UTILIZAÇÃO						
PLACA	TIPO	FABRICAÇÃO	MODELO	LOTAÇÃO	GRUPO/UTILIZAÇÃO	KM RODADO EM 2015
CCA-2010	Trator	AGRALE TRATOR	TRATOR	CCA	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
GER-2001	Trator	VALMET	TRATOR	CCA	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
VAL-7780	Trator	VALMET	TRATOR	CCA	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
VAL-6075	Trator	VALMET	TRATOR	CCA	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
TRA-2008	Trator	VALMET	TRATOR	CCA	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
TRA-1001	Trator	YANMAR	TRATOR	CEUNES	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
NDI-2012	Motor estacionário	GERADOR DIESEL	MOTOR	NDI	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
GEN-1224	Motor estacionário	GERADOR DIESEL	MOTOR	PU/ST	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
GEN-3001	Motor estacionário	GERADOR GASOLINA	MOTOR	PU/ST	IV - ATIVIDADES ESPECÍFICAS	Não se aplica
TOTAL						
MQO-7758	Veículo Utilitário	FIAT VANS PICAPES E JIPES	DUCATO	CCA	IV - TRANSPORTE COLETIVO	8.327
MSK-2056	Ônibus	VOLARE	ÔNIBUS	CCA	IV - TRANSPORTE COLETIVO	13.634
MSK-2042	Veículo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	TRANSIT	CCA	IV - TRANSPORTE COLETIVO	14.951
MTX-	Veículo Utilitário	VOLKSWAGEN	KOMBI	CCA	IV - TRANSPORTE COLETIVO	9.489

5998							
MTU - 4054	Ônibus	MERCEDES BENZ CAMINHOES	Ônibus	CCA	IV - TRANSPORTE COLETIVO	19.994	
ODR - 3940	Ônibus	MARCOPOLO	VOLARE W9	CCA	IV - TRANSPORTE COLETIVO	13.027	
OQ M 1577	Veículo Utilitário	RENAULT VANS PICAPES E JIPES	MASTER	CCA	IV - TRANSPORTE COLETIVO	32.078	
MSC - 9140	Ônibus	VOLARE	VOLARE W9	CCA	IV - TRANSPORTE COLETIVO	7.162	
MQS - 1696	Veículo Utilitário	VOLKSWAGEN	KOMBI	CEUNES	IV - TRANSPORTE COLETIVO	10.166	
MSK - 2052	Veículo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	TRANSIT	CEUNES	IV - TRANSPORTE COLETIVO	26.285	
MSO - 8405	Veículo Utilitário	FIAT VANS PICAPES E JIPES	DUCATO	CEUNES	IV - TRANSPORTE COLETIVO	29.088	
MTS - 7666	Ônibus	AGRALE MICRO- ÔNIBUS	MARANEL O	CEUNES	IV - TRANSPORTE COLETIVO	15.938	
ODR - 3935	Ônibus	MARCOPOLO	VOLARE W9	CEUNES	IV - TRANSPORTE COLETIVO	20.851	
OQ M- 1599	Veículo Utilitário	RENAULT VANS PICAPES E JIPES	MASTER	CEUNES	IV - TRANSPORTE COLETIVO	36.585	
MSQ - 2579	Veículo Utilitário	VOLKSWAGEN	KOMBI	NDI	IV - TRANSPORTE COLETIVO	3.189	
MQS - 5880	Veículo Utilitário	FIAT VANS PICAPES E JIPES	DUCATO	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	12.303	
MSN - 9339	Ônibus	VOLARE	VOLARE W9	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	16.250	
MSE - 9637	Ônibus	MERCEDES BENZ ONIBUS	COMIL	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	28.981	
MSK - 5182	Veículo Utilitário	PEUGEOT VANS PICAPES E JIPES	BOXER	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	17.320	
ODR - 3933	Ônibus	MARCOPOLO	VOLARE W9	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	15.110	
ODR - 3931	Ônibus	MARCOPOLO	VOLARE W9	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	8.639	
ODR - 3932	Ônibus	MARCOPOLO	VOLARE W9	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	17.729	
ODR - 3939	Ônibus	MARCOPOLO	VOLARE W9	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	8.645	
OQ	Veículo	RENAULT	MASTER	PU/ST	IV - TRANSPORTE	23.636	

M-1434	Utilitário	VANS PICAPES E JIPES			COLETIVO		
OQ M-1602	Veiculo Utilitário	RENAULT VANS PICAPES E JIPES	MASTER	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	11.283	
OQ M-1439	Veiculo Utilitário	RENAULT VANS PICAPES E JIPES	MASTER	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	27.893	
OQ M-1573	Veiculo Utilitário	RENAULT VANS PICAPES E JIPES	MASTER	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	22.303	
MSK - 2054	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	TRANSIT	PU/ST	IV - TRANSPORTE COLETIVO	11.542	
TOTAL						482.398	
MQL - 9733	Veiculo Utilitário	NISSAN	FRONTIER	CCA	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	18.540	
MQS - 5689	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	RANGER 12 E	DA	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	3.150	
MTV - 3745	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	RANGER	CCA	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	20.317	
MTZ - 8616	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	RANGER	CCA	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	39.666	
OVF - 8845	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	RANGER	CCHN	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	6.479	
OVF - 8847	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	RANGER	CCHN	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	5.446	
MTX - 6016	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	SAVEIRO	CCS	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	7.869	
MSO - 8403	Veiculo Utilitário	TOYOTA VANS PICAPES E JIPES	HILUX	CEUNES	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	0	
MSO - 8404	Veiculo Utilitário	TOYOTA VANS PICAPES E JIPES	HILUX	CEUNES	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	47.706	
MPV - 0323	Veiculo Utilitário	VOLKSWAGEN	SAVEIRO	DA	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	10.652	
MPU - 2215	Veiculo Utilitário	VOLKSWAGEN	KOMBI FURGAO	HUCAM	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	0	
ODT - 5303	Veiculo Utilitário	TOYOTA PICAPES E JIPES	HILUX	NDI	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	19.880	
ODR - 3926	Veiculo Utilitário	MAHINDRA	SCORPIO	PU/GO	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	25.374	
MQT - 7154	Veiculo Utilitário	NISSAN	FRONTIER	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	7.334	
MTN	Veiculo	FORD VANS	RANGER	PU/ST	IV - TRANSPORTE	25.716	

- 9619	Utilitário	PICAPES E JIPES			DE CARGA LEVE		
ODR - 3925	Veiculo Utilitário	MAHINDRA	SCORPIO	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	21.696	
ODR - 3927	Veiculo Utilitário	MAHINDRA	SCORPIO	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	17.606	
MTV - 3767	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	RANGER	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	20.328	
OC W- 7933	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	RANGER	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	39.086	
OVF - 8846	Veiculo Utilitário	FORD VANS PICAPES E JIPES	RANGER	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA LEVE	13.356	
TOTAL						350.201	
MQS - 5699	Veiculo Utilitário	VOLKSWAGEN ONIBUS	16.210	CCA	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	8.802	
MR Q- 3440	Caminhão	MERCEDES BENZ CAMINHOES	MB 712 E	CCA	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	624	
OVF - 6352	Veiculo Utilitário	MERCEDES BENZ CAMINHOES	SPRINTER	CCA	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	12.485	
OVF - 6357	Veiculo Utilitário	MERCEDES BENZ CAMINHOES	SPRINTER	CCS	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	16.911	
OVF - 6359	Veiculo Utilitário	MERCEDES BENZ CAMINHOES	SPRINTER	CEUNES	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	10.478	
MR O- 6390	Caminhão	FORD CAMINHOES	F 4000	CEUNES	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	0	
OVF - 6351	Veiculo Utilitário	MERCEDES BENZ CAMINHOES	SPRINTER	DA	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	2.400	
OVF - 6358	Veiculo Utilitário	MERCEDES BENZ CAMINHOES	SPRINTER	PU/GO	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	2.701	
OPH - 5035	Caminhão	IVECO CAMINHOES E TRATORES	DAILY	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	9.470	
MPI- 6756	Caminhão	FORD CAMINHOES	F 4000	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	0	
MQS - 1693	Veiculo Utilitário	MERCEDES BENZ CAMINHOES	915 C	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	11.633	
MS W- 6832	Caminhão	AGRALE	6000	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	22.373	
OVF - 6353	Veiculo Utilitário	MERCEDES BENZ CAMINHOES	SPRINTER	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	3.244	
OVF - 6353	Veiculo Utilitário	MERCEDES BENZ CAMINHOES	SPRINTER	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	2.701	

6358		CAMINHOES					
MTY - 9674	Caminhão	MERCEDES BENZ CAMINHOES	Caminhão	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE CARGA PESADA	2.224	
TOTAL						106.046	
MQ O- 7742	Veículo Leve	FIAT	PALIO	CCA	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	5.124	
MTB - 3354	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	CCA	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	28.473	
MTB - 3356	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	CCA	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	27.506	
MTX - 8997	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	CCA	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	31.239	
MTL - 3975	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	POLO	CCA	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	11.968	
OPR - 2644	Veículo Leve	RENAULT	FLUENCE	CCA	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	19.273	
MQS - 1694	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	CEUNES	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	17.243	
MSO - 8406	Veículo Leve	FIAT	DOBLO	CEUNES	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	43.184	
MRE - 5530	Veículo Leve	FIAT	LINEA	CEUNES	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	36.232	
OPR - 2693	Veículo Leve	RENAULT	FLUENCE	CEUNES	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	21.690	
ODT - 5141	Veículo Leve	FIAT	DOBLO	NDI	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	12.750	
MPV - 0373	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	GOL	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	1.073	
MRC - 1364	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	3.519	
MRC - 1365	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	5.978	
MSD - 2963	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	3.352	
MSD - 2957	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	1.366	
MSD - 2956	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	15.358	
MTX	Veículo	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE	21.284	

- 6011	Leve				DE PESSOAL	
MTX - 6004	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	19.142
MTX - 6002	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	16.016
MTX - 6005	Veículo Leve	VOLKSWAGEN	PARATI	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	34.122
OPR - 2660	Veículo Leve	RENAULT	FLUENCE	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	23.390
OPR - 2691	Veículo Leve	RENAULT	FLUENCE	PU/ST	IV - TRANSPORTE DE PESSOAL	7.978
TOTAL						407.260
TOTAL GERAL						1.345.905

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra; (conforme planilha).

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A idade média da frota é de nove anos.

f) Despesas associadas à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

A despesa total para manutenção da frota, incluindo combustível, revisões preventivas e corretivas, foi de R\$ 902.896,00. Desse montante, R\$ 517.830,44 foram gastos em combustível e R\$ 388.367,98 gastos em manutenção corretiva e preventiva dos veículos. Dessa forma, a média de consumo de combustível por veículo foi de R\$ 5.450,84 e a média de gasto com manutenção por veículo foi de R\$ 4.088,08.

g) Plano de substituição da frota;

Não há plano para substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A frota de veículos está em bom estado de conservação e uso com resultados satisfatórios em relação à locação. Entretanto, desenvolvem-se estudos e pesquisas no sentido de identificar a melhor opção.

i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Há um *software* desenvolvido pela Assessoria de Gestão da Universidade para auxiliar na gestão eficiente e econômica dos serviços de transporte. Esse *software* possui as seguintes funcionalidades:

- calcular a quantidade de diárias que são geradas por deslocamento;
- controlar a utilização da frota;
- programar a rotina de trabalho dos motoristas;

- previsão de disponibilidade de motoristas;
- previsão dos períodos de manutenção dos veículos; e
- emitir relatórios gerenciais.

Além disso, existe um contrato de gestão da frota de veículos, que vem fornecendo satisfatoriamente parâmetros de eficiência nas áreas de abastecimento, manutenção e conservação dos veículos com índices de gastos e consumo por veículo. Foi estabelecido um sistema de controle por meio de um programa informatizado denominado “Programação de Deslocamentos”, que foi instituído pela Portaria nº 1.489/2013, que regula a programação e o uso dos veículos da frota própria.

Frota de veículos automotores a serviço da UPC, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

A justificativa para a contratação de um serviço de fretamento de transporte ocorreu em razão da inexistência de ônibus e micro-ônibus em quantidade suficiente à demanda de viagens da Universidade.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
Viação Marlin Azul Turismo LTDA EPP CNPJ 03.654.966/0001-30.

Fretamento de ônibus para realização de viagens interestaduais, destinado ao transporte exclusivo a serviço da Ufes.

Viação Mutum Preto LTDA CNPJ 27.143.205/0001-82

Fretamento de ônibus para realização de viagens intermunicipais, destinado ao transporte exclusivo a serviço da Ufes.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado e vigência do contrato até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

O tipo de licitação efetuada foi a de menor preço na modalidade pregão eletrônico. Os contratos estão relacionados abaixo:

Contrato: 151/2012

Empresa: Viação Marlin Azul Turismo LTDA EPP CNPJ 03.654.966/0001-30

Data de início: nov/2012

Data de término: maio/2015

Contrato: 152/2012

Empresa: Viação Mutum Preto CNPJ 27.143.205/0001-82

Data de início: nov/2012

Data de término: nov/2015

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação referente à forma de utilização da frota de veículos é a Lei 9.503/97 e os Decretos nºs 5.992/2006, 6.443/2008 e 5.450/2005.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

A importância da contratação de um serviço de fretamento de ônibus e micro-ônibus está na possibilidade de atender ao transporte de professores e alunos no cumprimento de atividades, demandas e rotinas essenciais ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e

extensão, tais como: conferências, congressos, desenvolvimento de projetos de pesquisa em campo, entre outros.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional, etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Os contratos foram realizados por fretamento, não havendo discriminação por grupos de veículos.

g) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

Por se tratar de um contrato de fretamento, todos os custos estão incluídos no valor do quilômetro rodado. Existem dois contratos de fretamento por Km rodado, que inclui ônibus, motorista, combustível, seguro, entre outros, para viagens intermunicipais e interestaduais.

h) Estrutura de controle existente na UPC para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos a Portaria nº 3/2012, instituída pelo reitor da Ufes, utilizando como referência a Lei nº 9.503/97 e os Decretos nºs 5992/2006, 6443/2008 e 5.450/2005.

8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Os veículos considerados antieconômicos ou inservíveis, por meio de critérios objetivos de julgamento, e considerando as normas que regem o assunto, como a IN nº 3/2008-MPOG, são relacionados e submetidos ao Pró-Reitor de Administração, que decide sobre a sua desalienação (doação ou leilão). Todos os veículos possuem uma ficha de controle onde constam informações relevantes sobre as suas condições e a situação em que se encontram, mesmo aqueles que estão fora de uso.

8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da Ufes é dividida entre a Divisão de Patrimônio, do Departamento de Administração, e a Prefeitura Universitária. Cabe à primeira o controle das informações no SPIUnet e à segunda a gestão das unidades individualizadas como manutenções e novas edificações. A Comissão nomeada pela Portaria nº 2.226, de 13 de outubro de 2015, modificada pela Portaria nº 2.534, de 20 de novembro de 2015, pretende atender ao item 9.2 do Acórdão nº 173/2015-TCU, objetivando efetuar levantamento, avaliação e registro dos bens imóveis da União, sob a gestão da Ufes, no SPIUnet.

Os trabalhos da Comissão deverão contemplar a adaptação do Sistema SIE – Módulo Edificações, dotando-o de informações individualizadas de cada edificação, conforme orientação de auditorias anteriores da CGU, bem como atualização dos dados para inserção no SPIUnet.

Quanto à qualidade e à completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet, tem-se a esclarecer que já foram manifestadas reiteradas vezes, durante auditorias internas e externas, a opinião quanto à limitação do referido sistema. No entanto, com o desenvolvimento do SIE – Módulo Edificações e a conclusão da

Comissão, acredita-se que a qualidade das informações inseridas no SPIUnet serão mais completas e, por conseguinte, de melhor qualidade.

QUADRO 30 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
BRASIL		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015
	Espírito Santo		
	Vitória		
	Campus Goiabeiras	01	01
	Campus Maruípe	01	01
	Antiga Politécnica	01	01
	Antigo RU	01	01
	Total Município Vitória	04	04
	Alegre		
	Campus Alegre	01	01
	Fazenda Rive	01	01
	Total Município Alegre	02	02
	São José do Calçado		
	Fazenda K8 Rocinha	01	01
	Total Município S.J. Calçado	01	01
	Jerônimo Monteiro		
	Nedtec	01	01
	Gleba BR 482	01	01
	Total Município Jerônimo Monteiro	02	01
	São Mateus		
	Ceunes – Campus Litorâneo	01	01
	Total Município São Mateus	01	01
	Subtotal Brasil	10	10
EXTERIOR			
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	0	0

Nota: Os dados deste quadro, extraídos do cadastro SPIUnet, atualizados em 23/03/2015, não sofreram alterações até a presente data.

QUADRO 31 - IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
153046	5603.00006.500-5 Campus Alegre	08	3	1.598.633,73	23/03/2015	12.136.448,15
153046	5603.00007.500-0 Fazenda Km 8, Rocinha S.J Calçado	08	3	407.778,22	23/03/2015	423.464,82
153046	5603.00008.500-6 Rive - Alegre	08	3	4.425.332,36	30/10/2014	4.425.332,36
153046	5661.00003.500-6 NEDTEC - Jerônimo Monteiro	03	3	10.000,00	30/10/2014	1.799.527,69
153046	5661.00006.500-2 Gleba BR 482 J. Monteiro	06	3	150.000,00	30/10/2014	150.000,00
153046	5697.00030.500-4 CEUNES	08	3	4.784.000,00	23/03/2015	15.302.997,33
153046	5705.00339.500-9 Campus Maruípe	08	3	17.332.329,67	23/03/2015	45.677.749,04
153046	5705.00346.500-7 Antiga Politécnica	07	4	2.187.020,97	30/10/2014	2.187.020,97
153046	5705.00349.500-3 Campus Goiabeiras	08	3	186.122.602,96	23/03/2015	299.022.507,54
153046	5705.00365.500-0 Antigo RU	03	5	311.417,21	30/10/2014	454.406,22

Nota: Os dados deste quadro, extraídos do cadastro SPIUnet, atualizados em 23/03/2015, não sofreram alterações nos valores atualizados, tendo em vista que o período de reavaliação é de 24 meses e os respectivos imóveis ainda estão com data de reavaliação dentro do período.

A Administração Central da Ufes, por meio das Portarias nºs 2.226, de 13 de outubro de 2015, e 2.534, de 20 de novembro de 2015, instituiu uma Comissão, que está em fase de início de trabalhos, para atender ao item 9.2 do Acórdão nº 173/2015-TCU, objetivando efetuar levantamento, avaliação e registro dos bens imóveis da União, sob a gestão da Ufes, no SPIUnet. Somente após conclusão do trabalho da Comissão, os dados atualizados serão transferidos para o SPIUnet.

8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Abaixo, são apresentados os quadros referentes à cessão de bens imóveis realizados pela Universidade. Ressalta-se que os recursos auferidos com os alugueis compõem as receitas patrimoniais, já apresentadas em outros momentos, sendo todos os recursos mobilizados para viabilizar as atividades-fim de instituição.

QUADRO 32 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.888/0001-42
	Nome ou Razão Social	BANCO SANTANDER BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Agência bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, Concorrência - Contrato de Concessão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços bancários
	Prazo da Cessão	30/12/2015 a 29/12/2017
	Caracterização do espaço cedido	Área de 330m ² , localizada no térreo do Teatro Universitário.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$6686,16 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	AGENCIA BANCARIA
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação - Concessão Remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviços bancários
	Prazo da Cessão	25/02/2016 a 25/02/2021
	Caracterização do espaço cedido	Prédio comercial de área construída de 659,13 m ²

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de 16.323,23 acrescidos de valores dos pagamentos de água e energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>27.538.271/0001-51</i>
	Nome ou Razão Social	<i>ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO – ADUFES</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Associação de docentes</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Dispensa de Licitação - Contrato de Cessão Remunerada de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Associação de docentes</i>
	Prazo da Cessão	<i>19/01/2009 a 24/06/2020</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 11,27m², constante de uma sala no campus de Alegre.</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$216,18 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	27.302.181/0001-67
	Nome ou Razão Social	CRED-UFES
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cooperativa de Credito dos Servidores da UFES
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação - Permissão Remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Assistência financeira aos associados
	Prazo da Cessão	Início em 22/07/2003, sem previsão de final de vigência
	Caracterização do espaço cedido	Sala medindo 61 m ² localizada no segundo piso do entro de Vivencia
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$ 1.482,15 acrescidos dos pagamentos de agua e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	30.734.388/0001-15
	Nome ou Razão Social	HONOFRE EUGÊNIO DELEPRANI - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina/Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, Concorrência - Concessão de Uso de Espaço Físico Remunerada
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de Cantina/Lanchonete
	Prazo da Cessão	22/07/2013 a 22/07/2016
	Caracterização do espaço cedido	Área de 117,55m ² , no Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES.

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$9190,91 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00339.500-9</i>
	Endereço	<i>Avenida Marechal Campus, 1355, Bairro Santa Cecília, Vitória ES</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>00.360.305/0001-04</i>
	Nome ou Razão Social	<i>CAIXA ECONOMICA FEDERAL</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>AGENCIA BANCARIA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>DISPENSA DE LICITAÇÃO- Concessão de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Prestação de serviços bancários</i>
	Prazo da Cessão	<i>14/10/2015 a 14/10/2020</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área construída de 313,50 m² localizada no Campus de Maruípe.</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 8.586,61 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00339.500-9
	Endereço	<i>Avenida Marechal Campos, 1579, Cantina, Bairro Santos Dumont, Vitória/ES – CEP: 29043-260</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	39.626.539/0001-31
	Nome ou Razão Social	<i>DALLE LANCHES LTDA - ME</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Cantina/Lanchonete</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Licitação, Concorrência - Contrato</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Serviços de Cantina/Lanchonete</i>
	Prazo da Cessão	<i>17/12/2007 a 17/12/2012 - Novo contrato em fase de licitação</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área construída de 61,49m²</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$5.471,80 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00339.500-9
	Endereço	<i>Avenida Marechal Campos, 1355, Bairro Santos Dumont, Vitória ES</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.323.503/0001-96
	Nome ou Razão Social	<i>FAHUCAM</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Fundação de apoio ao Hospital Universitário</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>DISPENSA DE LICITAÇÃO - Permissão remunerada de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Apoiar as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em projetos de ensino, pesquisa e extensão.</i>
	Prazo da Cessão	<i>10/10/2001 sem previsão de final de vigência</i>

	Caracterização do espaço cedido	Área coberta de 32 m ² situado no antigo prédio da direção do HUCAM/UFES.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$ 844,55 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.980.103/0001-90
	Nome ou Razão Social	FEST
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fundação de Apoio
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e apoio nos projetos especiais de interesse da UFES.
	Prazo da Cessão	08/01/2002 sem previsão de final de vigência.
	Caracterização do espaço cedido	Área de 30m ² no prédio denominado Edifício Prof. Fernando Lordello dos Santos Souza, no Centro Tecnológico, UFES.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$1.118,57 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	27.414.879/0001-74
	Nome ou Razão Social	Fundação Ciciliano Abel de Almeida
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fundação de apoio a UFES
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação - Termo de Cessão remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Apoiar as ações desenvolvidas pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em projetos de ensino, pesquisa e extensão.
	Prazo da Cessão	Contrato rescindido, esta em fase de cobrança judicial
	Caracterização do espaço cedido	Espaço do terreno situado no campus universitário de Goiabeiras, medindo 1.985 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de 6.969,43 acrescidos de pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.179.469/0001-14
	Nome ou Razão Social	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES METROPOLITANO DA GRANDE VITÓRIA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Sindicato de empresa de transporte
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Inexigibilidade - Termo de Permissão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento ao público para cadastramento e venda de passe escolar.

	Prazo da Cessão	15/07/2009 a 15/07/2016
	Caracterização do espaço cedido	Sala com área de 24,93m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$964,68 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00339.500-9
	Endereço	Avenida Maruípe, 2.544, Itararé Vitória - ES
Identificação do Cessionário	CNPJ	27.142.058/0001-26
	Nome ou Razão Social	Município de Vitoria - Casa do Cidadão
	Atividade ou Ramo de Atuação	Centro Integrado de Cidadania de Vitória
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	DISPENSA DE LICITAÇÃO- Concessão Remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviços diversos ao cidadão em um único lugar
	Prazo da Cessão	09/06/2014 a 09/06/2019
	Caracterização do espaço cedido	Não foi possível verificar esta informação, pois o processo encontra-se em outros setores da Universidade.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$ 42.656,57, a titularidade dos pagamentos de valores de água e energia elétrica pertencem a empresa.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	54.394.630/0001-17
	Nome ou Razão Social	SBS - SPECIAL BOOK SERVICE LIVRARIA EDITORA LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Livraria
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviços de livraria
	Prazo da Cessão	01/02/2011 a 01/02/2016 – o espaço está em fase de licitação
	Caracterização do espaço cedido	Não foi possível verificar esta informação, pois o processo encontra-se em outros setores da Universidade.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$3.850,29 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4849-62
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Agência bancária
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de Licitação - Termo de Autorização de Uso Remunerado
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Posto de atendimento eletrônico
	Prazo da Cessão	24/07/2001, não consta prazo final de vigência
	Caracterização do espaço cedido	Área de 9m ² no Centro Tecnológico da UFES
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$427,54 acrescido dos pagamentos energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos	Responsabilidade do DCF

	Valores ou Benefícios	
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/0021-35
	Nome ou Razão Social	<i>Banco do Brasil S/A</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>AGENCIA BANCARIA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>DISPENSA DE LICITAÇÃO</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Prestação de serviços bancários</i>
	Prazo da Cessão	<i>O novo contrato esta em fase de elaboração.</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 215,92 m² localizada ao lado do restaurante universitário.</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel avaliado de 7.551,93 acrescidos de valores dos pagamentos de agua e energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00339.500-9
	Endereço	<i>Av. Mal. Campos, 1355 - Santos Dumont, Vitória - ES, 29040-091</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	27.302.181/0001-67
	Nome ou Razão Social	<i>CRED-UFES</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Cooperativa de Credito dos Servidores da UFES</i>

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>DISPENSA DE LICITAÇÃO - Permissão Remunerada de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Assistência financeira aos associados</i>
	Prazo da Cessão	<i>18/08/2015 a 18/08/2020</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área do HUCAM no Campus Maruípe, totalizando 109,9m², localizado ao lado da Caixa Econômica Federal e do prédio do Programa de Saúde Ocupacional.</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 332,96 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>30.778.583/0001-47</i>
	Nome ou Razão Social	<i>ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA UFES – ASAUFES</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Associação de aposentados</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Dispensa de Licitação</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Associação de aposentados</i>
	Prazo da Cessão	<i>Início em 01/04/2005, sem prazo final de vigência.</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 61,44m², localizada no campus da UFES.</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$1101,33 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5603.00006.500-5</i>
	Endereço	<i>Alto Universitário, s/n - Guararema, Alegre - ES, 29500-000</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>00.000.000/0281-00</i>
	Nome ou Razão Social	<i>Banco do Brasil S/A</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>AGENCIA BANCARIA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>DISPENSA DE LICITAÇÃO - Concessão remunerada de Direito Real de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Prestação de serviços bancários</i>
	Prazo da Cessão	<i>08/03/2012 a 08/03/2017</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área construída de 4.00 M² no Hall de entrada do prédio principal do CCA</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de 159,17 acrescidos de valores dos pagamentos de água e energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5697.00030.500-4</i>
	Endereço	<i>Rodovia BR 101 Norte, Km 60, Bairro Litorâneo, São Mateus - ES, CEP 29932-540</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>00.000.000/0222-41</i>
	Nome ou Razão Social	<i>BANCO DO BRASIL S/A - São Mateus</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Agência bancária</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Dispensa - Contrato de Concessão de Uso</i>

	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Serviços de caixa eletrônico</i>
	Prazo da Cessão	<i>10/09/2012 a 10/09/2017</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área construída de 3m² situada no prédio da Secretaria Única de Graduação do CEUNES para instalação de caixa eletrônico.</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$70,29 acrescido dos pagamentos de energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00339.500-9</i>
	Endereço	<i>Av. Mal. Campos, 1355 - Santos Dumont, Vitória - ES, 29040-091</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>00.000.000/4849-62</i>
	Nome ou Razão Social	<i>Banco do Brasil S/A</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>AGENCIA BANCARIA</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>DISPENSA DE LICITAÇÃO - Cessão de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Prestação de serviços bancários</i>
	Prazo da Cessão	<i>07/05/2013 a 09/05/2016</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área construída de 16m² no Hospital Universitário (HUCAM)</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 350,55 acrescidos de valores dos pagamentos energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5697.00030.500-4
	Endereço	Rodovia BR 101 Norte, Km 60, Bairro Litorâneo São Mateus - ES, CEP 29932-540
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa - Termo de Ajuste de Cessão de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Equipamento PAE
	Prazo da Cessão	30/06/2015 a 29/06/2020
	Caracterização do espaço cedido	Área de aproximadamente 4m ² no CEUNES, São Mateus.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$192,37 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075- 910
Identificação do Cessionário	CNPJ	14.806.027/0001-80
	Nome ou Razão Social	Mariuche Damazio Rodrigues ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação - Modalidade Concorrência- Concessão Administrativa de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fornecimento de refeições e lanches
	Prazo da Cessão	23/08/2013 a 23/08/2018
	Caracterização do espaço cedido	Área de 351,29 m ² no Centro Tecnológico

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 7494,71 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>05.254.364/0001-11</i>
	Nome ou Razão Social	<i>SR Comercio e Serviços Ltda</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Copiadora</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Concorrência - Concessão de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Reprodução de copias e afins</i>
	Prazo da Cessão	<i>Contrato rescindido – o espaço encontra-se em fase de licitação.</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 40,46 m² localizados na B.C, CCHN, CCE e CE</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 2.815,72 acrescidos dos pagamentos de energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.449.992/0001-64
	Nome ou Razão Social	VIVO S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia celular
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Cessão Remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Estação de telefonia celular
	Prazo da Cessão	05/10/2012 a 01/09/2015 – o espaço esta em fase de licitação.
	Caracterização do espaço cedido	Área de 80m ² localizada na laje de cobertura do Teatro Universitário.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$5.321,56 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	27.142.058/0001-26
	Nome ou Razão Social	Município de Vitoria - Escola Experimental de Ensino Fundamental de Vitoria
	Atividade ou Ramo de Atuação	Escola de ensino fundamental
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concessão remunerada de Uso, com base no art 25 da Lei 8.666 – Inexigibilidade
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Motivar a compreensão e o desenvolvimento relacionado à leitura e à escrita na rede municipal de Educação.
	Prazo da Cessão	Em fase de cobrança judicial

	Caracterização do espaço cedido	<i>Não foi possível verificar esta informação, pois o processo encontra-se em outros setores da Universidade.</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 34.352,79 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	<i>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Instituição financeira</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Dispensa - Concessão de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Atividade de posto de atendimento bancário (PAE).</i>
	Prazo da Cessão	<i>Contrato rescindido – o espaço encontra-se sem locatário.</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 4m² situada no Centro Tecnológico - UFES</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$150,64 acrescido dos pagamentos de energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075- 910
Identificação do Cessionário	CNPJ	27.419.910/0001-60
	Nome ou Razão Social	Sindicato dos Trabalhadores na UFES - SINTUFES
	Atividade ou Ramo de Atuação	Sindicato Trabalhista
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Termo de Permissão Remunerada de Uso -
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Organização sindical de caráter classista, autônoma e democrática, para a defesa dos interesses dos trabalhadores.
	Prazo da Cessão	29/10/2008 a 29/10/2013. Novo instrumento contratual.
	Caracterização do espaço cedido	Área de terreno medindo 285,74 m ²
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$ 3.130,62 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.352.123/0001-43
	Nome ou Razão Social	VITALITÁ LANCHES LTDA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina/Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, concorrência – Contrato
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atividade de Cantina/Lanchonete
	Prazo da Cessão	29/08/2012 a 29/08/2016

	Caracterização do espaço cedido	Área construída de 28,09m ² e área para distribuição de mesas e cadeiras de 87m ² no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFES
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$3.709,25 acrescido dos pagamentos de energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	DISPENSA DE LICITAÇÃO - Concessão Remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviços bancários
	Prazo da Cessão	25/02/2016 a 25/02/2021
	Caracterização do espaço cedido	Área de 29,96 m ² situado no andar térreo do prédio da Reitoria.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$ 1.292,26 acrescidos de valores dos pagamentos energia elétrica
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN	

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.390.131/0001-34
	Nome ou Razão Social	<i>CAFÉ METROPOLIS LTDA ME</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Cantina/Lanchonete</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Licitação, Concorrência</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Serviços de Cantina/Lanchonete</i>
	Prazo da Cessão	<i>20/12/2012 a 18/12/2016</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Espaço físico localizado no Centro de Vivência de UFES com área total de 81,17m².</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$7.385,99 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4849-62
	Nome ou Razão Social	<i>Banco do Brasil S/A</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Posto Bancário</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>DISPENSA DE LICITAÇÃO- Concessão Remunerada de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Prestação de serviços bancários</i>
	Prazo da Cessão	<i>16/09/2010 a 16/09/2015.Novo contrato coletando assinaturas.</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área construída de 3,00 m² localizado no andar térreo do prédio da reitoria.</i>

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 215,43 acrescidos dos pagamentos energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5603.00006.500-5</i>
	Endereço	<i>Rua Felício Alcure, 92, Guararema, Alegre-ES, CEP 29500-000</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>23.267.722/0001-02</i>
	Nome ou Razão Social	<i>ROBSON L. DE ASSIS - ME</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Cantina/Lancheonete</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Licitação, concorrência</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Serviços de Cantina/Lancheonete</i>
	Prazo da Cessão	<i>23/02/2016 a 23/02/2018</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 108,33m² no campus do Centro de Ciências Agrárias da UFES (CCA)</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$7.385,99 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	<i>Praça Manoel Silvino Monjardim, nº 14, Bairro Centro, Vitória ES</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.725.292/0001-43
	Nome ou Razão Social	<i>Sandra Maria Fonseca Nogueira</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Estacionamento</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Concorrência - Concessão Remunerada de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Cobrança de tempo de estacionamento de veículos</i>
	Prazo da Cessão	<i>03/01/2011 a 31/12/2015. Em fase de licitação, para elaborar novo instrumento contratual</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 1.205,46 m²</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 8.377,08 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5603.00006.500-5
	Endereço	<i>Rua Felício Alcure, 92, Guararema, Alegre-ES, CEP 29500-000</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	<i>CAIXA ECONÔNIMA FEDERAL – CEF</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Instituição Financeira</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Dispensa - Contrato de Concessão de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Posto de atendimento eletrônico com terminal de auto-atendimento de atividades bancárias</i>
	Prazo da Cessão	<i>31/10/2011 a 31/10/2016</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área construída de 4m² no situado no Centro de Ciências Agrárias, Alegre-ES.</i>

	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$110,13 acrescido dos pagamentos de energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>02.514.687/0001-09</i>
	Nome ou Razão Social	<i>Supricopy Copiadora e Serviços Ltda</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Copiadora</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Concorrência - Concessão de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Reprodução de copias e afins</i>
	Prazo da Cessão	<i>Esta em fase de licitação e elaboração de novo instrumento contratual.</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 77,00 m² no Centro de Vivencia e 46,05 m² no CCJE e CT</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 9.567,33 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5697.000300.500-4
	Endereço	Av. José dos Santos Neves, 1256, São Mateus ES - CEP: 29930440
Identificação do Cessionário	CNPJ	15.725.590/0001-97
	Nome ou Razão Social	SAMACOPY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
	Atividade ou Ramo de Atuação	Copiadora
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concessão de uso de espaço físico.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Reprodução de cópias e afins
	Prazo da Cessão	19/07/2013 a 19/07/2016
	Caracterização do espaço cedido	Área de 10,22m ² localizada na biblioteca do CEUNES, campus da UFES em São Mateus.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$336,55 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Responsabilidade do DCF
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Responsabilidade da PROAD / PROPLAN

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5697.000300.500-4
	Endereço	Rodovia BR 101 Norte, Km 60, Bairro Litorâneo São Mateus - ES CEP 29932-540
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.999.824/0001-78
	Nome ou Razão Social	Delicia Lanches e Comestíveis Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina/Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação- Concorrência - Concessão Remunerada de Uso
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviços bancários
	Prazo da Cessão	22/08/2013 a 21/08/2016
	Caracterização do espaço cedido	Área de 64,32 m ² localizado no CEUNES /UFES.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Aluguel mensal de R\$ 551,91 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.390.131/0001-34
	Nome ou Razão Social	<i>CAFÉ METRÓPOLIS LTDA</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Cantina/Lanchonete</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Licitação, Concorrência</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Serviços de Cantina/Lanchonete</i>
	Prazo da Cessão	<i>18/11/2013 a 18/11/2016</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Espaço físico localizado no Centro de Artes de UFES com área total de 34,20m².</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$6.920,10 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00346.500-7
	Endereço	<i>Rua Marins Alvarino, 150 - Itararé Vitória, ES - 29047-660</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>01.158.755/0001-81</i>
	Nome ou Razão Social	<i>TECVitória</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Incubadora de Empresas de Base Tecnológica</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Autorização de Uso – Discricionário</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Criação ou o desenvolvimento de pequenas empresas ou microempresas, apoiando-as nas primeiras etapas de suas vidas.</i>
	Prazo da Cessão	<i>29/04/2014 a 29/04/2016</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área de 1.273,29 m² construída e 438,70 m² de estacionamento.</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 17.836,51 pagos mediante serviços constantes no Termo de Cooperação Técnica</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5705.00349.500-3
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>01.782.574/0001-21</i>
	Nome ou Razão Social	<i>CONSCÓPIA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE COPIADORAS LTDA</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Copiadora</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Licitação, Concorrência</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Reprodução de cópias e afins</i>
	Prazo da Cessão	<i>Contrato vencido – está em fase de cobrança judicial</i>

	Caracterização do espaço cedido	<i>2 espaços físicos localizado no campus de Alegre (11,47m² e 6,92m²), 5 espaços físicos no campus de Goiabeiras (77m², 13,84m², 26,62m², 22,34m² e 34,82m²) e 2 espaços físicos no campus de Maruípe (11,5m² e 12,37m²)</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$7.562,65 acrescido dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	<i>5705.00349.500-3</i>
	Endereço	<i>Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória – CEP: 29075-910</i>
Identificação do Cessionário	CNPJ	<i>11.717.074/0001-60</i>
	Nome ou Razão Social	<i>Nélia Trindade Linhares</i>
	Atividade ou Ramo de Atuação	<i>Cantina/Lanchonete</i>
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	<i>Licitação – Concorrência-Concessão Remunerada de Uso</i>
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	<i>Fornecimento de lanches em geral</i>
	Prazo da Cessão	<i>05/01/2016 a 04/01/2018</i>
	Caracterização do espaço cedido	<i>Área total de 36,73 m² localizada no CEFD</i>
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	<i>Aluguel mensal de R\$ 1225,50 acrescidos dos pagamentos de água e energia elétrica.</i>
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	<i>Responsabilidade do DCF</i>
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	<i>Responsabilidade da PROAD / PROPLAN</i>	

8.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Não há imóveis locados de terceiros sob a responsabilidade da UPC.

8.3.1 Informações sobre a infraestrutura física

A Universidade Federal do Espírito Santo possui uma área territorial total de 13.803.387,38 m² distribuídos em 14 imóveis, a saber:

QUADRO 33 - INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UFES

Cidade	Bairro / Localidade	Endereço	Área Terreno (m ²)	Observações
Vitória	Centro	Rua Henrique Novaes, 30	1.167,91	Estacionamento - Alugado
Vitória	Centro	Rua Washington Luiz, 43	275,63	Desocupado
Vitória	Santa Cecília	Av. Marechal Campos, 1355	122.550,83	Campus de Maruípe - Hucam
Vitória	Bonfim	Av. Marechal Campos, 1490	38.295,95	Campus de Maruípe - Básico
Vitória	Itararé	Av. Maruípe, 2544	4.835,29	Casa do Cidadão – Alugado
Vitória	Itararé	Rua Marins Alvarino, 150	1.936,48	TecVitória – Alugado
Vitória	Goiabeiras	Av. Fernando Ferrari, 514	1.586.045,94	Campus de Goiabeiras
São Mateus	Litorâneo	BR 101 Norte, Km 60	532.400,00	Campus de São Mateus – Sede
São Mateus	Litorâneo	BR 101 Norte, Km 60	8.897.065,00	Campus de São Mateus – Fazenda
Alegre	Guararema	Alto Universitário, s/nº	52.982,50	CCA – Sede
Alegre	Rive	Rive	874.008,50	Fazenda
Jerônimo Monteiro	Centro	Av. Gov. Lindemberg, 316	243.988,36	Nedtec
São José do Calçado	Rocinha	Estrada da Rocinha	1.443.806,00	Fazenda
Aracruz	Coqueiral	Estrada ES-10, km 16	4.028,99	Base Oceanográfica

A área total construída da Universidade atualmente é de 301.244,01 m², sendo que salas de aula ocupam uma área de 32.850,88 m²; laboratórios, 21.409,70 m²; salas de ensino e prática experimental, 5.568,33 m²; bibliotecas, 12.215,63 m²; oficinas didáticas, 26.734,55 m²; auditórios, 4.182,00 m²; anfiteatros, 77,00 m²; e 198.205,92 m² são destinados a outros usos, como áreas de circulação, setores administrativas, salas de professores, áreas de apoio, entre outros.

Dessa forma, os imóveis da Ufes distribuem-se geograficamente em algumas cidades do Espírito Santo: Vitória, São Mateus, Alegre, Jerônimo Monteiro, São José do Calçado e Aracruz.

A Ufes possui atualmente o sistema de controle de demandas, o qual ainda não disponibiliza indicadores que associem os custos da manutenção com edificações. Contudo, esse sistema está em processo de aperfeiçoamento, em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação da Ufes, sobretudo em relação à parte contábil, a fim de se associar os custos por edificação ou por unidade estratégica. Os trabalhos de implantação do sistema iniciaram em maio de 2014, tendo sido implantado o Sistema de Gestão de Demandas (SGD) em abril de 2015.

Em relação aos imóveis, o principal risco para a gestão é a falta de um sistema de informação que consolide as informações sobre eles, possibilitando ações integradas para a tomada de decisão. Para sanar esse risco, a Prefeitura Universitária vem implementando, dentro do seu processo de modernização, várias ações que pretendem eliminar esse risco:

1. estabelecimento de ferramentas computacionais em todas as gerências para gestão dos imóveis;
2. participação em grupos de trabalho com a Prefeitura Municipal de Vitória e com o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, com vistas à regularização dos imóveis;
3. participação na elaboração dos planos diretores físicos dos *campi* da Ufes;
4. elaboração, em conjunto com o Departamento de Administração da Pró-reitoria de Administração, do Plano de Gestão Sustentável das Edificações; e
5. manualização dos processos de trabalho da Prefeitura Universitária.

8.4 Gestão da tecnologia da informação

Na área de tecnologia de informação e comunicação, a Ufes observa as orientações que emanam da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG), conduzindo suas atividades pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) da Ufes.

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e/ou PDTI, apontando o alinhamento destes com o Plano Estratégico Institucional.

Existe um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação que detalha necessidades, metas e ações, o qual teve sua validade até 2015 e estava alinhado com o Plano Estratégico Institucional em vigor. As necessidades estão agrupadas em manutenção, atualização e expansão da infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), melhoria na governança de TIC, melhoria na segurança de informação, melhoria nos serviços para a comunidade universitária e melhoria nos sistemas acadêmicos e administrativos. Uma nova versão está em fase final de elaboração, basicamente para atender a essas mesmas necessidades, e está alinhada com o novo Plano Estratégico Institucional.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) teve a sua composição alterada com a inclusão de pró-reitores das áreas finalísticas: graduação, e pesquisa e pós-graduação. Assim, preside o Comitê a vice-reitora, podendo ser

substituída pelo pró-reitor de planejamento e desenvolvimento institucional. Fazem parte também outros membros da alta administração, como o pró-reitor de administração, a pró-reitora de graduação, o pró-reitor de pesquisa e pós-graduação e o diretor geral do Núcleo de Tecnologia da Informação. O CGTIC delibera sobre os assuntos relativos a TI e, entre outros, aprova o Plano de Diretor de TI, a Política de Segurança de TI e as prioridades de contratações.

8.4.1 Principais sistemas de informações

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

- Sistema de Informação para o Ensino. Principal sistema de gestão acadêmica e administrativa. Altamente crítico.
- Portais para alunos, docentes e servidores. Canal de comunicação para alunos, docentes e servidores para acesso ao SIE.
- Sistema de presença Web. Sistema de páginas Web com informações sobre a Ufes, incluindo transparência.
- Sistema de gerenciamento de rede, que permite a detecção e análise dos problemas de rede.
- Sistema de acesso a rede sem fio (Eduroam), que permite o acesso à *internet* e aos sistemas administrativos e acadêmicos usando rede WiFi.
- Sistema de segurança da infraestrutura de servidores. Controla o acesso, detecta ataques e filtra as conexões, permitindo a operação segura dos sistemas Ufes.
- Sistema de correio eletrônico, que disponibiliza caixas postais para uso institucional a docentes e técnicos-administrativos. Para alunos, é disponibilizado um sistema de redirecionamento para a caixa postal pessoal.
- Sistema de protocolo integrado ao SIE. Controla a tramitação dos documentos dentro da Ufes.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

O desenvolvimento do pessoal de TI está contemplado no Plano de Capacitação dos Servidores, não havendo um plano formal específico para o TI. Porém, a Administração tem incentivado e apoiado os servidores que se capacitam na área de TI. Vale então ressaltar que quatro analistas de TI realizaram mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Informática e outros três no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica. Atualmente, há três analistas de TI participando do Mestrado Profissional em Gestão Pública e três que já encerraram este curso.

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

A Ufes conta 29 analistas de TI e 24 técnicos de TI. No Núcleo de Tecnologia da Informação, estão lotados 40 servidores, dos quais 22 são analistas de TI e sete são

técnicos de tecnologia da informação. Existe um servidor de outra Instituição atualmente exercendo suas atividades no NTI.

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na Unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

As solicitações de serviço de manutenção são gerenciadas por um sistema baseado no GLPI, enquanto as atividades de desenvolvimento são efetivadas por um sistema composto por gerenciamento de processos (RedMine) e por sistema de controle de versões (Git).

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Os principais projetos desenvolvidos, em harmonia com o PDI da Ufes, em 2015, foram:

1. implantação de módulos administrativos do SIE, que incluem gestão de compras (solicitações e autorizações de compras), gestão de almoxarifado, gestão de licitações, gestão de contratos, gestão de convênios, gestão financeira;
2. implantação de Portais Web para solicitações de compra;
3. implantação de sistema de rede sem fio com sistema de gerenciamento e segurança;
4. implantação de um sistema de segurança da infraestrutura de TI;
5. implantação do sistema de gestão da pós-graduação *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento); e
6. sistema de manutenção de equipamentos e infraestrutura de TIC.

Asseguram-se os bons resultados obtidos na implantação desses projetos, bem como a sintonia deles com os Objetivos Estratégicos do PDI da Universidade. Em relação aos custos e aos cronogramas de implantação, esses ficam, em sua maioria, dependentes de um fluxo normal de orçamento, que não tem se concretizado atualmente.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A principal dependência tecnológica existente é com o sistema SIE, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e comercializado pela AVMB. Para se evitar uma aventura tecnológica e uma nova dependência, optou-se por desenvolver um sistema de portais para acesso aos bancos de dados do SIE. Dessa forma, se todos os serviços do SIE forem acessados por esses portais, não haverá mais a necessidade de se manter o contrato, pois a Ufes terá toda a tecnologia para manter e aperfeiçoar o sistema, inclusive, se necessário, modificando a estrutura dos bancos de dados.

8.5 Gestão ambiental e sustentabilidade

Foi aprovado o Plano de Logística Sustentável, que organiza os critérios de sustentabilidade ambiental para os seguintes eixos temáticos:

- Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: usar racionalmente os recursos naturais e os bens públicos implica economia e redução de desperdício. Esse eixo engloba o uso eficiente da energia, água e madeira, além do consumo racional de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.

Nos atuais padrões de produção e consumo, surge a cultura do desperdício, que extrapolam as camadas de alta renda e, paradoxalmente, atingem as camadas menos favorecidas. Cabe reflexão sobre a origem e a hegemonia de uma cultura pautada pelo desperdício.

Dentro desse contexto, a Prefeitura Universitária trabalhará em conjunto com a comunidade acadêmica, realizando a gestão de materiais de expedientes, água e energia, para que, juntos, reduza-se o consumo atual.

- Gestão de resíduos gerados: esse eixo consiste em diagnosticar toda a produção de resíduos nos *campi* da Ufes e planejar a coleta seletiva em todos os níveis de produção – ou seja, dos resíduos sólidos comuns, dos resíduos de laboratórios, dos resíduos da construção civil, além de outros resíduos perigosos (como no caso das lâmpadas, pilhas e *toners* usados).

O objetivo principal parte das seguintes premissas quanto aos resíduos: não geração; redução; reutilização; reciclagem; tratamento adequado; e disposição final em aterro sanitário.

Portanto, tem-se como alvo a sensibilização visando reduzir a produção de resíduos; a implantação da coleta seletiva solidária, para que os resíduos gerados sejam destinados a cooperativas de catadores de materiais, tornando possível reutilizar e reciclar; e, por fim, a implantação de um plano de encaminhamento correto dos rejeitos para um aterro sanitário certificado por órgãos ambientais. Os resíduos perigosos serão encaminhados diretamente às empresas, também credenciadas a receber esse tipo de resíduo.

- Qualidade de vida no ambiente de trabalho: esse eixo objetiva apoiar e promover ações para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, por meio do aproveitamento das habilidades e da autonomia nas atividades desenvolvidas, da integração social e interna, do respeito à legislação e das condições de segurança e saúde no trabalho. Um trabalho em parceria com o Departamento de Atenção à Saúde da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
- Sensibilização e capacitação dos servidores: para alcançar o compromisso das pessoas com a melhoria da qualidade ambiental é necessário, em primeiro lugar, que elas se percebam como parte integrante deste processo, tendo acesso a conhecimentos básicos sobre meio ambiente que as auxiliem na identificação das principais fontes geradoras de impactos ambientais.

Ao motivar e capacitar para a adoção de ações preventivas, a educação ambiental tem se revelado um importante instrumento da gestão ambiental, permitindo que as pessoas conheçam, compreendam e participem das atividades de gestão ambiental, assumindo postura proativa em relação à problemática ambiental.

As ações desse eixo somente serão possíveis se houver a participação dos alunos, servidores e colaboradores. Como forma de estimular essa participação, a Prefeitura Universitária, por meio da Coordenação de Meio Ambiente e Sustentabilidade (CMAS), pretende promover campanhas de sensibilização e conscientização, com a utilização de ferramentas, como palestras, folders, informativos locais, notícias, entre outras, esclarecendo a importância e os impactos de cada um nessas ações.

- Licitações sustentáveis: segundo o Art. 3º da Lei nº. 8.666/1993, licitação sustentável é aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, pode-se dizer que a licitação sustentável é o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, serviços e obras.

Esse eixo é muito importante para que se alcance os objetivos sustentáveis necessários para um desenvolvimento consciente. A Prefeitura Universitária, por meio da CMAS, apoiará e estimulará as gerências de licitações dos diversos setores da Universidade a realizar licitações sustentáveis.

- Construções sustentáveis: diversos órgãos públicos já possuem a preocupação de introduzir em seus projetos civis públicos o viés da sustentabilidade desde a elaboração do projeto até as compras de materiais e equipamentos.

É um trabalho coletivo (em rede), em que todos devem fazer a sua parte e, ao mesmo tempo, incentivar os demais a fazê-lo. As decisões devem ser uma ação orquestrada com os demais projetistas, gerenciadores, consultores, fornecedores, executores e usuários, na medida em que a influência dessa escolha pode condicionar ações a serem efetivadas pelos demais.

Quando se fala em compras sustentáveis relacionadas aos equipamentos e materiais de consumo específicos para as construções, devem-se levar em consideração produtos e serviços que gerem menos impactos ambientais ou sociais, dando preferência ao uso de materiais locais e/ou que sejam reciclados e recicláveis, de baixo impacto ambiental, bem como a técnicas que garantam uma maior eficiência energética, na gestão de água e esgoto e com economia da manutenção e operacionalização da edificação como um todo.

Além das medidas adotadas, a Ufes participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P); as contratações observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012; a Universidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS), de que trata o Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012; instituiu Comissão Gestora do PLS na forma do Art. 6º da IN SLTI/MPOG nº 10, de 12 de novembro de 2012; o PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG nº 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos; o PLS encontra-se publicado e disponível no *site* da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG nº 10/2012) e pode ser encontrado no endereço eletrônico: <http://pu.ufes.br/sustentabilidade>.

9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As recomendações e determinações do Tribunal de Contas da União são monitoradas e acompanhadas por meio dos acórdãos exarados pelo órgão de controle externo, que são encaminhados para os setores responsáveis pelo atendimento.

A rotina adotada para acompanhamento e atendimento das deliberações emanadas do TCU segue o seguinte trâmite: as notificações e comunicações dos acórdãos emitidos e recebidos pelo Gabinete do Reitor são enviados à Auditoria-Geral, que examina as respectivas notificações e comunicações e as encaminham aos setores pertinentes para apresentação das medidas adotadas e para subsidiar o reitor no encaminhamento de informações ao Tribunal.

Cabe destacar que todo acompanhamento ainda é feito de forma manual, sem a utilização de sistema informatizado para isso. O trabalho desenvolvido pela Auditoria-Geral, quando do encaminhamento das deliberações para cumprimento, passa por um esforço de esclarecimentos, orientação e conscientização quanto à necessidade de implementar as medidas recomendadas.

No exercício de 2015, a Ufes recebeu somente um acórdão decorrente de julgamento de contas anuais do exercício de 2011. Trata-se do Acórdão 874/2015- 2ª Câmara, que contém duas determinações e ciência para dez ocorrências consignadas no Relatório de Auditoria de Gestão nº 201203181, da CGU.

Com relação às determinações, o constante do item 1.7.1 encontra-se pendente de atendimento integral, conforme justificativa apresentada no Quadro 41. Com relação à determinação do item 1.7.2, referente à devolução do processo de concessão de aposentadoria do servidor de matrícula Siape 0294696, remetendo-o ao órgão regional da CGU, conforme preceituado pelo art. 7º da IN-TCU nº 55/2007, a referida determinação foi atendida com o envio do processo nº 23068.002579/1989-43, apensado ao processo 23068.000339/1991-83, ao órgão regional da CGU, por meio do Ofício nº 1406/2014-DGP/UFES, de 10/09/2014.

Quanto à ciência das ocorrências, foi enviado ao setor pertinente cópia do referido acórdão, visando ao aperfeiçoamento dos controles internos. O Tribunal também fez determinações em cinco acórdãos relacionados à área de recursos humanos, cujas determinações foram plenamente atendidas.

Destacam-se, como positivas, as determinações e recomendações do Tribunal, pois induzem a uma gestão mais eficiente e são alertas quanto à necessidade de melhoria nos problemas detectados e possíveis soluções para mitigá-los.

QUADRO 34 - DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 041.677/2012-9	874/2015-2ª Câmara	1.7.1	Of. 0200/2015- TCU/SECEX-ES	01.04.2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ufes – Prefeitura Universitária				
Descrição da determinação/recomendação				
O cumprimento integral, em todas as dependências da Universidade, dos preceitos contidos no Decreto nº 5.940/2006, devendo ser constituídas, de imediato, as comissões de coleta solidária e abertos processos de habilitação das cooperativas e associações interessadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A habilitação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis deve ocorrer após a aquisição de coletores visando à implantação da coleta seletiva solidária. No exercício de 2015, por meio do processo nº 23068.001943/2015-65, teve início o processo licitatório para a aquisição dos referidos coletores, porém, devido a restrições orçamentárias, não foi possível concluir a compra. O processo está sendo revisto, e acreditamos que será concluído em 2016.</p> <p>Quanto à habilitação de cooperativas e associações, já está em curso um processo para elaboração de projeto básico.</p> <p>A justificativa para o não cumprimento da determinação, deve-se exclusivamente às restrições orçamentárias que atingiram a Universidade.</p>				

9.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

As auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União, com suas respectivas recomendações, são importantes para elaboração de medidas objetivas de desempenho administrativo e de instrumento eficaz na eficiência do gasto público.

Entre as diversas recomendações, destacam-se as que envolveram o relacionamento da Universidade com suas fundações de apoio e os resultados obtidos. Verifica-se um conjunto de recomendações que abrange diversas etapas dos contratos firmados com a fundação de apoio, que vão desde normas internas, formalização, execução, fiscalização e prestação de contas. Muitas dessas orientações tiveram como finalidade aprimorar os controles internos, estabelecendo metodologias e normatização de procedimentos.

As recomendações são positivas, pois induzem a uma gestão mais eficiente e se constituem em alertas quanto à necessidade de melhoria nos problemas detectados e possíveis soluções para mitigá-los a cargo de cada setor da instituição.

A rotina adotada para acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas do órgão de controle interno segue o seguinte trâmite: os relatórios de auditoria recebidos pelo Gabinete do Reitor são enviados à Auditoria-Geral, que examina as respectivas recomendações e as encaminham aos setores pertinentes para apresentação do Plano de

Providências Permanente, que é o instrumento de acompanhamento quanto à implementação das recomendações.

Não existem normativos específicos na Universidade que tratem do acompanhamento e atendimento das recomendações da CGU. O trabalho desenvolvido pela Auditoria-Geral, quando do encaminhamento das recomendações da CGU para cumprimento, passa por um esforço de esclarecimentos, orientação e conscientização quanto à necessidade de implementar as medidas recomendadas.

Não há ainda indicadores para monitoramento, o qual é realizado por meio da elaboração de Plano de Providências Permanente, de forma manual, uma vez que não há um sistema informatizado para tal finalidade. A Auditoria-Geral gerencia o acompanhamento, que consiste no repasse das recomendações às áreas finalísticas responsáveis por sua implementação, controle de prazos, realização de cobranças, consolidação e repasse das informações à CGU. A Ufes vem procurando atender a todas as demandas do órgão de controle, mesmo sem a devida sistematização. A gestão está trabalhando no sentido de criar estrutura de pessoal e de TI visando ao monitoramento das recomendações.

9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Situações de perda patrimonial e de danos ao erário foram submetidas a sindicâncias administrativas e PADs, com a apuração de responsabilidades e imposição de ressarcimento (que se dá na forma de entrega de material idêntico ao perdido, pagamento do valor de avaliação ou desconto em folha).

O Termo Circunstanciado Administrativo tem se configurado uma medida para a adoção de procedimentos disciplinares, naqueles casos em que o servidor se propõe imediatamente a ressarcir o dano e recompor o patrimônio público, e quando preenche os requisitos previstos em orientação normativa da Controladoria Geral da União, especialmente quanto à ausência de dolo.

Essas são as medidas adotadas em relação aos procedimentos legais previstos no regramento da Lei nº 8112/90.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/93

A Ufes observou o disposto no artigo 5º da Lei nº 8.666/1993, o qual estabelece que o pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, mantendo ainda, em todos os casos, sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 dias para realizar os pagamentos devidos, conforme Art. 78, XV, da referida lei.

9.5 Informação sobre a revisão dos contratos vigentes firmado com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Nessas medidas, que são complexas, principalmente devido à crise vivenciada pelo país, não houve muito avanço. Discussões sobre o encaminhamento aconteceram acordando-se diretrizes.

Já em 2016, no que tange à questão da desoneração trazida pelo chamado "Plano Brasil Maior", informa-se que nos contratos que estão ou estiveram sob a responsabilidade da Prefeitura Universitária (obras e serviços gerais), foram encaminhados, em fevereiro de

2016, ofícios para as 22 empresas identificadas como possíveis beneficiárias da alteração legislativa, que desonerou a folha de pagamento de algumas pessoas jurídicas, conforme a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE). Ressalta-se que é necessário, conforme orientação do TCU, avaliar uma série de documentos das empresas, para se aferir a necessidade de devolução de valores ao erário. Esse leque será ampliado para outros setores, conforme orientações.

9.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

TABELA 31 - DESPESA COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	12364203220RK0032	337.008,87	297.000,67
	12364203282820032	88.125,76	39.807,09
Mercadológica			
Utilidade pública			

10 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Nesse tópico, são apresentadas as informações do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam), que se encontra em processo de absorção pela Ebserh. Ressalta-se que todos os itens e conteúdos apresentados são de inteira responsabilidade daquela unidade.

10.1 Visão geral da unidade

10.1.1 Finalidades e competências

O Hucam tem por finalidade a oferta à população de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, vedado o atendimento de pacientes de convênios e particulares.

Enquanto hospital referência em média e alta complexidade, destaca-se pela qualidade da assistência oferecida à população do Espírito Santo e como Centro de Referência para diagnóstico e tratamento de Aids, Tuberculose Multirresistente, Transplante Renal, Cirurgia Geral e Cardíaca, Terapia Intensiva Neonatal e de Adulto, Hemodinâmica e outros atendimentos de maior complexidade.

Fundamental para a formação dos profissionais da área de saúde, o Hucam é campo de prática para os cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências da Saúde (CCS), de Residência Médica e da Residência Multiprofissional da Ufes.

Além disso, possui vários programas e projetos que são referência no país, como o de atenção à saúde da mulher, aos portadores de Aids, aos dependentes químicos e às vítimas de violência sexual, bem como o Banco de Leite. E ainda, realiza cirurgias bariátricas e de mudança de sexo.

10.1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade

O prédio original do Hucam foi fundado na década de 1940 como um sanatório para atender a um problema de saúde específico da população do Espírito Santo, a tuberculose. O hospital, na época, denominado como Sanatório Getúlio Vargas, emergiu como parte da assistência asilar para dar conta das políticas públicas de saúde do estado, vinculada, num primeiro momento, ao Governo Federal e ao Governo do Estado do Espírito Santo.

Na década de 1960, com o surgimento de novas tendências terapêuticas para o tratamento dos pacientes com tuberculose, momento em que a internação não mais se fazia necessário, o Sanatório transformou-se em Hospital das Clínicas (HC) e foi pleiteado pelos alunos para servir de campo de estágio para o curso de Medicina da Ufes. Em 1976, foi instalado o curso de Enfermagem da Universidade Federal do Espírito Santo, que também passou a utilizá-lo como campo de aprendizagem prática para seus estudantes.

O Hucam participa do processo de reestruturação da rede hospitalar de ensino desde o lançamento do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino do MEC (REHUF), no âmbito do SUS, criado pela Portaria Interministerial do MEC e do Ministério da Saúde (MS) nº 1.006, de 27 de maio de 2004. Tal programa estabelece as estratégias da contratualização por meio dessa portaria e da certificação dos hospitais de

ensino por meio das Portarias Interministeriais nºs 1.000, de 15 de abril de 2004, 1.005, de 27 de maio de 2004, e 2.400, de 2 de outubro de 2007, visando reorientar e/ou reformular a política nacional para os hospitais de ensino do país, dentro de uma perspectiva de promoção da melhoria da qualidade dos serviços de atenção à saúde, bem como da condução dos serviços de saúde ofertados à população usuária, por meio de uma gestão qualificada e da integração dos hospitais de ensino às demais ações e serviços do SUS.

Atualmente, o Hucam constitui campo de estágio para os cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia do CCS. Além de ser campo de estágio para os cursos de graduação, consiste no principal local de aprendizagem das residências médicas e multiprofissional, bem como local de pesquisa para os programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Por meio de contrato assinado em abril de 2013, o Hucam passou a ser administrado pela Ebserh, uma empresa pública de interesse público e direito privado vinculada ao MEC, criada pelo governo federal por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, com a finalidade de gerenciar os hospitais universitários do país. Tal adesão apresentou-se como alternativa para o desenvolvimento da gestão dos hospitais universitários federais, objetivando integrar um conjunto de medidas no sentido de recuperar e ampliar a capacidade produtiva, considerando a importância estratégica tanto assistencial quanto na formação de recursos humanos para as áreas da saúde.

O processo de adesão do Hospital Universitário da Ufes à Ebserh iniciou-se em julho de 2012, com a formação de uma equipe técnica composta por três servidores que realizaram diagnóstico situacional e subsidiaram o processo de contratualização e o plano de reestruturação do Hospital, permitindo o dimensionamento de serviços assistenciais e de ensino e pesquisa do Hucam, bem como a estruturação inicial do contrato firmado entre a Universidade e a Empresa.

O esboço do contrato foi amplamente discutido pela comunidade acadêmica e, após análise e adequações, foi aprovado pelo Conselho Universitário e efetivada a assinatura do Contrato nº 1.008, de 15 de abril de 2013.

10.1.3 Ambiente de atuação

O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes é órgão suplementar da Ufes, gerido pela Ebserh. A sua missão é “viabilizar o ensino, pesquisa e extensão por meio de assistência interdisciplinar de excelência ao cidadão, integrando-se às políticas públicas de educação e de saúde”.

O Hucam se coloca numa posição estratégica na rede do SUS, sendo referência em média e alta complexidade, destacando-se pela qualidade da assistência oferecida à população do Espírito Santo e como centro de referência para diagnóstico e tratamento de Aids, Tuberculose Multirresistente, Transplante Renal, Cirurgia Geral e Cardíaca, Maternidade de Alto Risco, Terapia Intensiva Neonatal e de Adulto, Hemodinâmica e outros atendimentos de maior complexidade. Possui também vários programas e projetos que são referência no país, como o de atenção à saúde da mulher, aos portadores de Aids, aos dependentes químicos e às vítimas de violência sexual, bem como o Banco de Leite. Além disso, realiza cirurgias bariátricas e de mudança de sexo.

Como já abordado, fundamental para a formação dos profissionais da área de saúde, o Hucam é campo de prática para os cursos de graduação e pós-graduação do CCS, de Residência Médica e da Residência Multiprofissional da Ufes. Atualmente, o Hospital constitui campo de estágio para os cursos de Medicina, Enfermagem, Odontologia,

Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia do CCS. Cada um dentro da sua especificidade e de forma mui respeitosa, utiliza-se dos pacientes ali internados, bem como dos aparatos a que estão ligados, e mesmo do espaço físico, para construir conhecimentos a serem aplicados pelo aluno ali mesmo ou mais adiante em sua vida profissional.

10.1.4 Organograma funcional

O Hucam é composto pelo Colegiado Executivo, representado pela Superintendência e suas Gerências de Ensino e Pesquisa, Administrativa e Atenção à Saúde, e conta com subunidades estratégicas para o desenvolvimento das suas atribuições finalísticas.

QUADRO 35 - INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência	Praticar os atos de gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, documental e de gestão de recursos humanos necessários ao funcionamento das unidades hospitalares sob sua responsabilidade, observadas as diretrizes da Portaria EBSERH nº 125/2012.	Luiz Alberto Sobral Vieira Júnior	Superintendente	01/01/2015 31/12/2015
Gerência de Atenção à Saúde	Implantar as diretrizes do modelo assistencial definido pela Ebserh, bem como as políticas de saúde, coordenando o planejamento, a organização e a administração dos serviços assistenciais, de forma a garantir a atenção integral à saúde, articulando a integração dos processos de gestão, assistência, ensino e pesquisa.	Márcio Martins de Souza	Gerente de Atenção à Saúde	01.01.2015 31/12/2015

Gerência de Ensino e Pesquisa	Planejar, coordenar e supervisionar o trabalho dos profissionais colaboradores, viabilizando a execução de propostas de ensino e pesquisa no âmbito do hospital.	Reinaldo Dietze	Gerente de Ensino e Pesquisa	01/01/2015 31/12/2015
Gerência Administrativa	Gerenciar e implementar as políticas de gestão administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão de pessoas.	Maroun Simão Padilha	Gerente Administrativo	01/12/2015 31/12/2015

10.1.5 Macroprocessos finalísticos

TABELA 32- MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assistência à saúde	Processo de contratualização	Exames diagnóstico e terapêutico, consultas e internação hospitalar.	Usuários SUS	Unidades assistenciais
Ensino Pesquisa	Programas de residência médica e multiprofissional, telessaúde e projetos de extensão.	Assistência e ensino em saúde	Usuários SUS e alunos do Centro de ciências da Saúde	CCS e HUCAM

Condução dos macroprocessos

Relacionados à assistência: por meio do Plano Operativo Anual (POA), o qual se constitui parte integrante do Convênio de Gestão² estabelecido entre o Hucam e o Gestor Estadual do SUS, Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), o Hospital busca garantir a continuidade do seu compromisso de manter, de forma integral e contínua, o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde a todos os serviços que forem pactuados e contratados junto à Sesa, admitindo que esse compromisso seja balizado pelas metas quantitativas e qualitativas e pelos indicadores de desempenho estabelecidos no Plano Operativo, comprometendo-se ainda em permanecer organizando suas ações conforme as normas e orientações contidas na Política Nacional de Humanização do SUS.

A efetividade da relação estabelecida entre as partes compreende o monitoramento e a avaliação de ações relativas a: i) atenção à saúde, na prestação de assistência integral e humanizada de saúde aos usuários do SUS, especificamente de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar; ii) aprimoramento da gestão, na implementação de atividades de planejamento, coordenação e integração dos processos administrativos e assistenciais desenvolvidos, com vistas ao efetivo cumprimento da missão da instituição e da melhoria contínua da qualidade da assistência prestada à população; iii) aperfeiçoamento dos profissionais, na promoção de atividades de educação em serviço, objetivando capacitação e qualificação dos profissionais atuantes na instituição; iv) ensino e pesquisa, na realização de atividades de educação permanente e de formação de profissionais de saúde, bem como de pesquisas na área de saúde e no desenvolvimento e avaliação de tecnologias em saúde.

Relacionados ao ensino e à pesquisa: realizada nas atividades de suporte ao Programa de Residência Médica, proporcionando aos médicos meios de se especializarem nas áreas da Medicina, conforme estabelecido na Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981; ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, coordenada conjuntamente pelo MS e pelo MEC, caracterizado pelo treinamento em serviço, e está orientada pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, conforme estabelecido pela Portaria Interministerial nº 45, de 12 de janeiro de 2007. No tocante à pesquisa, o Hucam desenvolve pesquisas nas áreas de Infectologia (Tuberculose, HIV/Aids, Leishmaniose e Dengue), Microbiologia, inclusive com biblioteca de cepas, Reumatologia, Cirurgia Bariátrica, Oftalmologia, Hepatologia, Pancreatologia, TDAH, Micologia, Biotecnologia e Genética e Políticas de Saúde. A parte mais relevante das pesquisas é oriunda dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Em relação à **extensão**, o Hucam desenvolve os seguintes projetos:

- a) Nutrição em Obesidade Materno-Infantil (NOMI);
- b) Programa de Controle das Doenças Crônicas Degenerativas da Região Bucomaxilofacial;
- c) Prevenção de trauma relacionado ao uso de álcool em jovens (Projeto PARTY);
- d) Estudo Longitudinal de Saúde de Populações de Origem Germânica no Estado do Espírito Santo (Projeto ELOS);
- e) Educação e Saúde Comunitária para Lactente e Pré-escolar da Comunidade de São Pedro;

² Convênio nº 12/2013. O último Termo Aditivo foi assinado em 30 de dezembro de 2013, que prorrogou até o dia 31 de dezembro de 2014 e acresceu o valor de R\$ 58.106.634,12.

- f) Educação ao Paciente com Artrite Reumatóide;
- g) Educação ao Paciente com Artrite Reumatóide em Terapia com Imunobiológicos;
- h) Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do HUCAM;
- i) Cuidado Integral a Mulher e à Criança;
- j) Projeto AMAMENTA;
- k) O Cuidado à Criança Hospitalizada;
- l) Projeto CUIDAR: A Enfermagem no Ambulatório de Ginecologia e Obstetrícia;
- m) Programa de Reabilitação para Mulheres Mastectomizadas (PREMMA);
- n) A Enfermagem na Pediatria;
- o) Sistematização da Assistência de Enfermagem no Centro de Pesquisa Clínica do HUCAM;
- p) Programa de Atenção ao Alcoolista (PAA);
- q) Programa de Atenção ao Tabagista (PAT);
- r) Laboratório de Avaliação, Condicionamento Físico e Reabilitação no HUCAM com Ênfase em Reumatologia (LACORE);
- s) Mãe Adolescente;
- t) Programa de Prevenção e Assistência Integral ao Paciente Renal (PREVENIR);
- u) Programa de Assistência Dermatológica a Lavradores Pomeranos no Espírito Santo;
- v) Programa de Retinopatia Diabética;
- w) Programa Multidisciplinar de Atendimento a Pacientes Portadores de AIDS;
- x) Programa Educativo de Prevenção da Cegueira e Recuperação Visual;
- y) Amigos da Amamentação: Promovendo e Protegendo o Aleitamento Materno;
- z) Saúde Mental para Crianças e Adolescentes com Distúrbio Mental Grave.

10.2 Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

10.2.1 Planejamento organizacional

10.2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em seguimento ao Plano Diretor Estratégico, a instituição norteia e concentra suas ações e atividades nos macroproblemas definidos no seu diagnóstico situacional: insuficiência de recursos humanos, infraestrutura e insumos para o atendimento aos usuários do SUS; e pouca qualificação da gestão.

O exercício de 2015 apresentou diversos avanços em ambos macroproblemas. A despeito disso, registra-se que, dos objetivos elencados no âmbito do seu Plano Diretor Estratégico (PDE), devem ser destacados os esforços para o pleno atendimento às suas necessidades de pessoal. Paralelo a isso, as ações voltadas para a infraestrutura e abastecimento foram parte dos esforços, contemplando a conclusão de obras, investimentos na reposição e em novos equipamentos, melhorias nos processos de trabalho, qualificação dos processos de aquisição de bens e serviços e, consequentemente, qualificação assistencial aos usuários do Sistema Único de Saúde.

Em relação à qualificação da gestão, o Hucam promoveu ações de capacitação para toda a sua governança. Também foram previstas e realizadas oficinas de trabalho sobre temas específicos da gestão hospitalar, configurando, no escopo geral, como atores multiplicadores do processo de qualificação do corpo de profissionais e gerencial do Hucam.

10.2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Atualmente, as ações estratégicas do Hucam estão vinculadas diretamente aos processos finalísticos e de suporte, onde as melhorias dos processos impactaram positivamente nos objetivos estratégicos pactuados no âmbito do seu Plano Diretor Estratégico 2014-2016.

Com relação às ações que impactaram positivamente nas diretrizes estratégicas da Ebserh, bem como, do Ministério da Educação, obteve-se os seguintes resultados em 2015: considerando-se as ações previstas no PDE, 45% das atividades finalizadas. Esse percentual permitiu ao Hucam realizar avanços nas áreas de comunicação, planejamento, nutrição, farmácia, humanização, administração, engenharia clínica e pessoal.

10.2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados

O monitoramento do PDE atualmente é realizado por meio do *software* livre Redmine, funcionando em ambiente *web*, o que permite o acompanhamento *on-line* dos registros da implementação das ações e atividades previstas no plano, cujos responsáveis são comunicados por *e-mail* sobre as correções necessárias para o atingimento das metas propostas.

10.2.3 Desempenho orçamentário

10.2.3.1 Execução física e financeira das ações da LOA de responsabilidade da unidade

Ações Relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade do Hucam

10.2.3.1.1 Ação 20 RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

QUADRO 36 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação	
Código	Ação 20 RK Tipo: A
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade
Objetivo	Código: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.
Programa	Código: 2032 Tipo: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Unidade Orçamentária	26234
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária Anual do exercício	
Execução Orçamentária e Financeira	

Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32	74.012,79	74.012,79	74.012,79	74.012,79	74.012,79	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
32	Estudante matriculado			Unidade	1	0	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica da ação 20RK: os recursos elencados na ação 20RK, no valor de R\$ 74.012,79, contribuíram no ingresso de estudantes de graduação, residentes médicos e multiprofissionais.

10.2.3.2 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

QUADRO 37 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo: A			
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	26364						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0032	5.793,14	5.793,14	5.793,14	5.793,14	5.793,14	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
32	Servidor capacitado			Unidade	1	0	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Tesouro Gerencial

Os recursos elencados na ação 4572, no valor de R\$ 5.793,14, oportunizaram a capacitação dos servidores do Hucam.

10.2.3.3 Restos a pagar de exercício anteriores

QUADRO 38 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	12.656.719,57	11.654.259,18	915.626,62	86.833,77
2013	2.106.906,35	1.491.000,00	0,00	615.906,35
2012	12.467,70	0,00	0,00	12.467,70
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	1.610.588,32	0,00	0,00	1.610.588,32
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	6.460.522,35	6.459.548,25	974,10	0,00
2013	63.138,30	63.138,30	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica: os valores registrados em restos a pagar vêm sendo liquidados normalmente pelo Hucam, conforme o tipo de inscrição e seguindo a ordem natural das liquidações. Os saldos de restos a pagar não processados, referentes a 2007, referem-se a projetos ainda não concluídos, como a obra do prédio do Instituto dos Olhos. Quanto ao saldo de 2012, refere-se a 2012NE800125 do Instituto Excellence – não anulado para atender a mandados judiciais.

10.2.3.4 Informações sobre a execução das despesas

QUADRO 39 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	47.062.847,90	56.571.425,26	41.264.068,94	50.154.061,78
a) Convite	492,75	32.894,80	0,00	32.894,80
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	47.062.355,15	56.538.530,46	41.264.068,94	50.121.166,98
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	6.646.710,08	3.854.000,55	5.240.760,10	3.808.223,28
h) Dispensa	4.559.336,54	2.239.083,24	3.806.923,60	2.202.155,97
i) Inexigibilidade	2.087.373,54	1.614.917,31	1.433.836,50	1.606.067,31
3. Regime de Execução Especial	0,00	7.596,67	0,00	7.596,67
j) Suprimento de Fundos	0,00	7.596,67	0,00	7.596,67
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	96.001.505,72	84.152.048,75	96.001.183,78	92.751.678,41
k) Pagamento em Folha	95.997.946,83	84.149.234,55	95.997.624,89	92.748.864,21
l) Diárias	3.558,89	2.814,20	3.558,89	2.814,20
5. Outros	14.170.009,82	15.785.018,82	14.121.034,01	7.188.007,56
6. Total (1+2+3+4+5)	163.881.073,52	160.370.090,05	156.627.046,83	153.909.567,70

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi

Análise crítica: no exercício de 2015, as despesas empenhadas somaram a quantia de R\$ 177.995.742,98. Sendo que, desse total, R\$ 156.627.046,83 foram pagos, R\$ 7.254.026,69 foram inscritos em RPP (4,43% da despesa liquidada) e R\$ 14.114.669,46 em RPNP (7,93% da despesa empenhada). Nota-se um aumento na modalidade "Dispensa" na despesa liquidada, em virtude da contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de apoio operacional no ramo de copa/cozinha industrial hospitalar, com uso intensivo de mão de obra, a fim de atender às necessidades da Unidade de Nutrição Clínica do Hucam.

QUADRO 40 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26364				UGO: 153047	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1º elemento de despesa 319011	59.984.422,07	57.845.335,99	59.984.422,07	57.845.335,99	0,00	0,00	59.984.422,07	57.845.335,99
2º elemento de despesa 319001	23.760.833,32	18.241.897,44	23.760.833,32	18.241.897,44	0,00	0,00	23.760.511,38	18.241.897,44
3º elemento de despesa 319013	11.680.856,18	11.259.946,83	11.680.856,18	11.258.075,87	0,00	196,30	11.680.856,18	11.258.075,87
Demais elementos do grupo	571.835,26	802.250,59	571.835,26	803.925,25	0,00	0,00	571.835,26	803.925,25
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa 339030/37/37/30/37	25.436.841,85	28.873.424,81	21.014.094,66	27.231.455,36	5.830.336,46	4.297.484,22	18.766.856,24	26.091.187,81
2º elemento de despesa 339039/339030	22.062.457,74	25.245.579,59	18.664.668,53	20.948.095,37	4.422.747,19	2.437.408,19	16.145.551,85	17.129.584,90
3º elemento de despesa 339037/339039	21.371.218,70	13.516.858,55	15.540.882,24	11.079.450,36	3.397.789,21	1.641.969,45	13.113.562,94	10.521.164,22
Demais elementos do grupo	12.616.360,42	11.898.676,61	12.569.044,09	11.789.333,93	47.316,33	109.342,68	12.509.013,74	11.789.127,23
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1º elemento de despesa - 449052	510.917,44	5.342.839,21	94.437,17	1.172.520,48	416.480,27	4.170.318,73	94.437,17	229.268,99
2º elemento de despesa	0,00							
	177.995.742,98	173.026.809,62	163.881.073,52	160.370.090,05	14.114.669,46	12.656.719,57	156.627.046,83	153.909.567,70

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise crítica: as despesas, por grupo de elemento de despesa, do total de R\$ 177.995.742,98 executados pelo Hospital dividiram-se em: 53% correspondem à folha de pagamento de ativos, inativos e pensionistas, 45% a despesas de material médico hospitalar, material de expediente, manutenções prediais, de equipamentos e contratos de terceirização. Os demais 2% corresponderam às despesas de capital que foram utilizados para compra de equipamentos hospitalares diversos e mobiliários.

10.2.3.5 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal

QUADRO 41 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	153047	HUCAM			0	-	
2014	153047	HUCAM			4	7.596,67	

Fonte: Siafi

Não ocorreu no exercício de 2015.

10.2.4 Desempenho operacional

QUADRO 42 - INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

RELATORIO DE GESTÃO 2015 - INDICADORES ASSISTENCIAIS					
DENOMINAÇÃO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (2015)	ÍNDICE PREVISITO (2015)	ÍNDICE OBSERVADO ¹	PERIODICIDADE	FORMULA DE CALCULO
1. ÍNDICE DE FUNCIONAMENTO					
Média de pacientes-dia	163	230	167	Mensal	Total de entradas (pacientes) no Mês/ Total de dias mês
Média de leitos-dia	239	277	218	Mensal	Total de leitos hospitalares
Média geral de permanência (dias)	6,65	6,00	6,29	Mensal	Número de pacientes-dia/ Total de saídas (altas)
Percentual geral de ocupação ² (%)	68,68	85,00	71,39	Mensal	Número de pacientes-dia/ Número de leitos-dia x100
Coefficiente de mortalidade hospitalar (%)	1,91	1,50	1,97	Mensal	Número de óbitos após 24h de admissão hospitalar/ Total de saídas x 100
Número de pacientes atendidos por leito (índice de rotatividade de leitos)			3,18	Mensal	Total de pacientes internados em um período/ Total de leitos no mesmo período

2. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR					
Número Total de Internações ³	9.324		10.731	Mensal	Total de Internações em um período
Número de cirurgias**			15.704	Anual	Total de cirurgias no período de jan-dez/2015
Número de Anestésias**			15.704	Anual	Total de cirurgias no período de jan-dez/2015
Número de Óbitos ⁴			191	Mensal	Total de óbitos em um período
Número de Partos Normais**			457	Anual	Total de cirurgias no período de jan-dez/2015
Número de Partos Cirúrgicos**			610	Anual	Total de cirurgias no período de jan-dez/2015
3. ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E DE EMERGÊNCIA					
Número de consultas realizadas no ambulatório*	204.000		239.856	Anual	Total de cirurgias no período de jan-dez/2015
Número de atendimentos de urgência (PS + GO)*	8.928		13.990	Anual	Total de cirurgias no período de jan-dez/2015
<i>Nota: Índice Observado mantém os valores apresentados/realizados no período de janeiro à dezembro de 2014.</i>					

* Para assistência ambulatorial e de emergência foram utilizados como índice de referência o contrato com a Sesa.

** Fonte *tabnet* - 19/02/2016 às 11:48 - ambulatorial e hospitalar.

Observações:

1 Os índices observados foram calculados com base nos dados de janeiro a dezembro de 2015.

2 O "percentual geral de ocupação" equivale à taxa de ocupação hospitalar.

3 O "número total de internações" equivale à soma do número de internações nos locais de internação e Pronto Socorro.

4 Nesse campo foram considerados apenas os óbitos institucionais.

**** A fonte dos índices de funcionamento e os dados sobre número de óbitos e internações é o censo hospitalar enviado à Sesa de 2015.

Comparação entre os índices de funcionamento (referência, previsto e observado).

Ao avaliar os índices de referência e o previsto do exercício de 2014 em relação ao que foi realizado em 2015, observa-se que:

I) A média de pacientes-dia (167), em 2015, foi muito próxima à média de referência em 2014 (163);

II) A média de leitos instalados no hospital, em 2015, foi de 218, observa-se que este é inferior ao valor de referência e o previsto para 2014;

III) O número médio de permanência de pacientes no hospital foi seis dias, valor equivalente para o número de dias de referência e o previsto;

IV) A taxa de ocupação hospitalar observada em 2015 (71,39%) está entre o valor de referência (68,68%) e o previsto (85%) em 2014;

V) O coeficiente de mortalidade hospitalar observado em 2015 foi de 1,97%, ligeiramente maior do que o índice de referência em 2014 (1,91%).

10.3 Governança

10.3.1 Descrição das estruturas de governança

A governança do Hucam é composta pelo Colegiado Executivo, pelo Superintendente e pelas três Gerências. No âmbito das suas funções, conta com a Estrutura de Controle e Fiscalização – Auditoria e órgãos de controle externo, bem como com a Estrutura de Apoio à Gestão, integrada pela Secretaria, pela Ouvidoria, pelo Setor Jurídico, por comissões, pela Unidade de Planejamento, pela Unidade de Comunicação e pelo Setor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação.

O Colegiado Executivo propõe e avalia o planejamento de atividades de assistência, ensino e pesquisa a serem desenvolvidas no âmbito do hospital, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Ebserh, com as orientações da universidade à qual o hospital estiver vinculado e com as políticas de saúde e educação do país, conforme versa o Art. 47 do Regimento Interno da Empresa. É de competência do Colegiado a manutenção da execução das diretrizes da Ebserh e o cumprimento dos contratos firmados, além de elaborar, implementar, monitorar e avaliar o Plano Diretor da unidade hospitalar.

10.3.1.1 Atuação da unidade de auditoria interna

Em resposta encaminhada pela Auditora Interna, Sra. Carmen Ozores Fernandes, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, filial Espírito Santo – Audir/Hucam, as informações solicitadas referem-se à unidade vinculada da Ufes. Também, que as atividades realizadas pela Audir/Hucam são reportadas de forma central por meio do Paint e Raint 2014, emitidos pela Auditoria Geral (Auge) na sede da Ebserh.

10.3.1.2 Gestão de riscos e controles internos

A gestão de riscos e controles internos do Hucam está inserida nos processos de trabalho no campo operativo, administrativo e assistencial.

Foram implementadas etapas de conformidades nos fluxos de trabalho como forma de afastar possíveis situações de riscos que envolvem tanto os processos administrativos como os que envolvem a boa técnica (normas regulamentadoras) e a qualificação do atendimento assistencial (protocolos de segurança).

A despeito, podem ser citados:

- i) Conformidades da gestão de contratos administrativos, realizada pelo Setor de Administração do Hucam, quando da formalização dos contratos e demais instrumentos congêneres com particulares e entes públicos;
- ii) Conformidade da execução da despesa, segregado nas seguintes unidades: Programação Orçamentária, Liquidação da Despesa e Pagamento da Despesa, do Setor de Orçamento e Finanças;
- iii) Conformidade nos processos de padronização de materiais médico-hospitalares;
- iv) Apuração de irregularidades no fornecimento de bens e serviços, realizada pela Unidade de Apoio Operacional;
- v) Protocolos para aquisições emergenciais, realizada pela Unidade de Compras.

A confiabilidade das informações é tratada de forma segura e célere pela instituição com a implementação de sistemas de gestão, prezando a interoperabilidade, confiabilidade e solução de continuidade por meio do Setor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação.

Para isso, investe na implementação dos módulos do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU), que possui como mote a padronização das práticas assistenciais e administrativas dos Hospitais Federais vinculados à rede Ebserh, bem como a criação de indicadores nacionais, o que facilitará a adoção de projetos de melhorias comuns para esses hospitais.

10.4 Relacionamento com a sociedade

10.4.1 Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria recebe demandas por meio dos seguintes canais de comunicação:

- **Presencial/carta:** Avenida Marechal Campos, nº 1355, Santa Cecília, Vitória/ES, CEP: 29040-091
- **E-mail:** ouvidoria.hucam@ebserh.gov.br
- **Telefone:** (27) 3335-7443
- **Site da EBSEH:** www.ebserh.gov.br
- **e-SIC:** www.acessoainformacao.gov.br

Segue abaixo o quantitativo de manifestações registradas na Ouvidoria no ano de 2015:

TO TAL	RECLAMAÇÃO	SUGESTÃO	ELOGIO	DENÚNCIA	SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÕES DIVERSAS
	550	7	99	40	173	36

Quando comparado ao ano de 2014, observa-se uma redução no número de reclamações, sugestões, solicitações de informação e solicitações diversas e um aumento nos registros de elogios e denúncias.

COMPARATIVO CLASSIFICAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES - 2014 X 2015						
	RECLAMAÇÃO	SUGESTÃO	ELOGIO	DENÚNCIA	SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO	SOLICITAÇÕES DIVERSAS
2014	617	8	46	30	343	74
2015	550	7	99	40	173	36

10.4.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Pesquisa de Satisfação dos Usuários é uma iniciativa da Ouvidoria Geral da Ebserh e tem por finalidade aprimorar a qualidade do atendimento prestado pelos hospitais sob a gestão dessa empresa. Sob o ponto de vista institucional, espera-se que a realização da pesquisa na etapa de assunção, pela Ebserh, dos hospitais contratantes se constitua como referencial para a análise dessa categoria e também para subsidiar a formulação e execução de ações nesse campo.

No âmbito da Administração Pública Federal, a aplicação da pesquisa de satisfação está prevista no Decreto nº 6.932/2009, para assegurar a participação do cidadão na avaliação dos serviços prestados. No Acórdão nº 2.813/2009 do Tribunal de Contas da União, consta a previsão de mecanismos de avaliação periódica, inclusive pesquisas de satisfação, e de divulgação de resultados.

Foi utilizado um questionário sintético, estruturado com sete perguntas claras para os entrevistados e relevantes para a gestão com conteúdo semânticos diferentes, de forma a evitar ambiguidades e duplicidades. O questionário aplicado avaliou os aspectos relacionados à estrutura, ao atendimento e à avaliação geral do hospital, de modo que todas as perguntas pudessem ser respondidas por qualquer entrevistado (não havendo a opção “não se aplica”).

Em relação ao tipo de amostra, é utilizada a amostragem por proporções que é aquela utilizada para a determinação do tamanho da amostra para populações finitas.

RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2015 - GERAL - 1º CICLO (06/04/2015 à 01/06/2015)

Quantidade de respostas dos pacientes ao questionário aplicado = 793			
Índice de Satisfação Infraestrutura 62.49%	Índice de Satisfação Atendimento 75.41%	Índice de Satisfação Avaliação Geral 64.99%	Índice de Satisfação Geral 68.39%

RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2015 - GERAL - 2º CICLO (13/07/2015 à 31/08/2015)

Quantidade de respostas dos pacientes ao questionário aplicado = 752			
Índice de Satisfação Infraestrutura 68.09%	Índice de Satisfação Atendimento 76.63%	Índice de Satisfação Avaliação Geral 66.71%	Índice de Satisfação Geral 71.55%

RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2015 - GERAL - 3º CICLO (06/10/2015 à 30/11/2015)

Quantidade de respostas dos pacientes ao questionário aplicado = 757			
Índice de Satisfação Infraestrutura 70.17%	Índice de Satisfação Atendimento 75.78%	Índice de Satisfação Avaliação Geral 62.18%	Índice de Satisfação Geral 71.43%

10.4.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A unidade realiza divulgações por meio de cartazes impressos, *banners*, *e-mails*, palestras, minicursos, rodas de conversas, mídia (portal Hucam e intranet), entre outros.

Relatórios são enviados periodicamente aos órgãos de controle, e ainda dados referentes à atuação da unidade podem ser acessados pelo *site*: <http://www.ebserh.gov.br/web/hucam>, e também internamente pelo *link*: intranet.hucam.ebserh.gov.

10.4.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Ouvidoria não apresenta dificuldade de acesso a portadores de necessidades especiais (com dificuldades de locomoção). No entanto, o hospital já planeja medidas para melhoria do acesso em todos os seus setores, inclusive na área externa.

10.5 Desempenho financeiro e informações contábeis

10.5.1 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Do ponto de vista do custeio, as receitas orçamentárias estão vinculadas à contratualização com o gestor estadual de saúde, Sesa, e repassados por meio do Fundo Nacional de Saúde (FNS) após a prestação de contas no âmbito do Plano Operativo Anual (POA). Ainda assim, parte da alocação de recursos destinados aos compromissos com terceiros advém do Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), como forma de sustentação e complementação dos Hospitais Universitários Federais.

Como forma de garantir a sustentabilidade financeira das políticas de assistência e ao ensino superior, especialmente aos cursos relacionados ao CCS/Ufes, o Hucam promove anualmente o Plano Orçamentário, juntamente com a Ebserh Sede, compreendendo, de um lado, as despesas previstas de custeio/funcionamento e, de outro, as receitas provenientes da contratualização, bem como a complementação por meio do REHUF.

Além disso, o Hucam adota políticas de racionalização de recursos por meio de protocolos assistenciais, que visam à utilização eficaz de medicamentos e demais produtos para a saúde, bem como ações relacionadas a contenções de despesas em complementação na ordem de R\$ 29 milhões, além daqueles relacionados à contratualização com o gestor estadual de saúde. No exercício de 2014, os recursos de complementação estiveram na ordem de R\$ 27 milhões. Em 2015, após a adoção das ações, sustentou-se com a complementação de cerca de R\$ 18 milhões.

10.5.2 Tratamento contábil da depreciação, de amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração dos ativos e passivos

A apuração da depreciação é feita mensalmente, a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. Os valores referentes à depreciação são apurados pela unidade de patrimônio com base nas informações geradas pelo sistema Silap e os lançamentos contábeis são feitos pelo setor de contabilidade no sistema Siafi. Quanto à amortização e exaustão, esta UG não apresenta bens que necessitam desse tratamento. A avaliação e mensuração dos ativos e passivos e demais procedimentos são realizados conforme as orientações das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público e as orientações do MEC, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e dos demais órgãos orientadores.

10.5.3 Demonstrações exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

TABELA 33- BALANÇO FINANCEIRO



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA
SECRETARIA DO
TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 153047 - HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES
ORGÃO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 02/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	177.995.742,98	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	33.227.889,67	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	144.767.853,31	-
Educação	-	-	Educação	61.298.229,84	-
Seguridade Social	-	-	Seguridade Social	58.788.712,91	-
(Exceto RGPS)	-	-	(Exceto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	15.471.766,75	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.209.143,81	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	172.266.733,98	-	Transferências Financeiras Concedidas	4.343.544,38	-
Resultantes da Execução Orçamentária	153.679.928,40	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	53.256.924,41	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	100.423.003,99	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-

Valores Diferidos - Baixa		-	Valores Diferidos - Baixa	-
Valores Diferidos - Inscrição		-	Valores Diferidos - Inscrição	-
Correspondência de Débitos		-	Correspondências de Créditos	-
Cota Devolvida		-	Cota Devolvida	-
Repasse Devolvido		-	Repasse Devolvido	-
Sub-repasse Devolvido		-	Sub-repasse Devolvido	-
Independentes da Execução Orçamentária	18.586.805,58	-	Independentes da Execução Orçamentária	4.343.544,38
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	18.586.805,58	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.315.958,86
Demais Transferências Recebidas		-	Demais Transferências Concedidas	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	Movimento de Saldos Patrimoniais	27.585,52
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-
Recebimentos Extraorçamentários	30.238.259,59	-	Despesas Extraorçamentárias	20.050.359,96
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.254.026,69	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.522.686,55
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	14.114.669,46	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.145.259,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-41.522,18	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	382.414,23
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.911.085,62	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-
Restituições a Pagar		-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-
Passivos Transferidos		-	Pagamento de Passivos Recebidos	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-
Arrecadação de Outra Unidade	8.396.084,58	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-
Variação Cambial		-	Variação Cambial	-
Valores para Compensação		-	Valores Compensados	-
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito	-
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão	-
Ajuste Acumulado de		-	Demais	-

Conversão			Pagamentos		
Demais Recebimentos	515.001,04	-			
Saldo do Exercício Anterior	7.262.588,11	-	Saldo para o Exercício Seguinte	7.377.934,36	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.262.588,11	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.377.934,36	-
TOTAL	209.767.581,68	-	TOTAL	209.767.581,68	-

TABELA 34 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 153047 - HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES
 ORGÃO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 02/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal e Derivados	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-

Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-

Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			177.995.742,98	177.995.742,98
TOTAL	-	-	177.995.742,98	177.995.742,98
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	103.909.143,00	111.694.602,00	177.484.825,54	163.786.636,35	156.532.609,66	-65.790.223,54
Pessoal e Encargos Sociais	89.460.058,00	97.720.577,00	95.997.946,83	95.997.946,83	95.997.624,89	1.722.630,17
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	14.449.085,00	13.974.025,00	81.486.878,71	67.788.689,52	60.534.984,77	-67.512.853,71
DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	344.548,00	510.917,44	94.437,17	94.437,17	-166.369,44
Investimentos	200.000,00	344.548,00	510.917,44	94.437,17	94.437,17	-166.369,44
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO	-	-	-	-	-	-

RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	104.109.143,00	112.039.150,00	177.995.742,98	163.881.073,52	156.627.046,83	65.956.592,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	104.109.143,00	112.039.150,00	177.995.742,98	163.881.073,52	156.627.046,83	-65.956.592,98
TOTAL	104.109.143,00	112.039.150,00	177.995.742,98	163.881.073,52	156.627.046,83	-65.956.592,98

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	616.374,01	8.486.400,84	7.540.282,07	7.524.930,18	904.242,40	673.602,27
Pessoal e Encargos Sociais	-	196,30	-	-	196,30	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	616.374,01	8.486.204,54	7.540.282,07	7.524.930,18	904.046,10	673.602,27
DESPESAS DE CAPITAL	3.113.588,36	4.170.318,73	5.623.009,00	5.620.329,00	11.384,22	1.652.193,87
Investimentos	3.113.588,36	4.170.318,73	5.623.009,00	5.620.329,00	11.384,22	1.652.193,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.729.962,37	12.656.719,57	13.163.291,07	13.145.259,18	915.626,62	2.325.796,14

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	5.580.409,16	5.579.435,06	974,10	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-

Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	5.580.409,16	5.579.435,06	974,10	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	943.251,49	943.251,49	-	-
Investimentos	-	943.251,49	943.251,49	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	6.523.660,65	6.522.686,55	974,10	-

TABELA 35 – BALANÇO PATRIMONIAL



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA
SECRETARIA DO
TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 153047 - HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES
 ORGÃO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 02/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	12.906.459,46	35.282.706,26	PASSIVO CIRCULANTE	10.836.523,26	12.984.902,38
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.377.934,36	7.262.588,11	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber Clientes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.272.710,74	6.523.660,65
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto	3.563.812,52	6.461.241,73

Dívida Ativa Não Tributária	-		Prazo		
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	21.196.573,43			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques VPDs Pagas Antecipadamente	5.528.525,10	6.823.544,72			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	34.109.267,59	30.983.564,94	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	10.836.523,26	12.984.902,38
Participações Avaliadas pelo Método de Custo (-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-		-	-
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Propriedades para	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
	-	-	Adiantamentos para	-	-

Investimento (-)	-	-	Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos (-)	-	-	Reservas de Capital	-	-
Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo (-)	-	-	Demais Reservas	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Resultados Acumulados	36.179.203,79	53.281.368,82
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-17.102.165,03	-
Demais Investimentos Permanentes (-)	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	53.281.368,82	53.281.368,82
Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Imobilizado	34.109.267,59	30.983.564,94			
Bens Móveis	32.173.732,43	29.048.029,78	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.179.203,79	53.281.368,82
Bens Móveis	39.206.703,78	33.659.087,58			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-7.032.971,35	-4.611.057,80			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	1.935.535,16	1.935.535,16			
Bens Imóveis	1.935.535,16	1.935.535,16			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			

Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-)	-	-			
Amortização Acumulada de Softwares					
(-)	-	-			
Redução ao Valor Recuperável de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-)	-	-			
Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-)	-	-			
Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-)	-	-			
Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-)	-	-			
Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido	-	-			
Diferido					
(-)					
Amortização Acumulada					
TOTAL DO ATIVO	47.015.727,05	66.266.271,20	TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.015.727,05	66.266.271,20

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	7.377.934,36	30.467.493,41	PASSIVO FINANCEIRO	27.258.956,97	45.758.266,26
ATIVO PERMANENTE	39.637.792,69	35.798.777,79	PASSIVO PERMANENTE	-	-16.386.681,94
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	19.756.770,08	36.894.686,88

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	52.684.307,17	47.518.355,52	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	126.316.136,84	108.210.618,03
Execução dos Atos Potenciais Ativos	52.684.307,17	47.518.355,52	Execução dos Atos Potenciais Passivos	126.316.136,84	108.210.618,03
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.735.860,05	6.627.843,41	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	44.948.447,12	40.890.512,11	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	126.316.136,84	108.210.618,03
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-

a					
Executar					
TOTAL	52.684.307,17	47.518.355,52	TOTAL	126.316.136,84	108.210.618,03

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.823.494,78
Recursos Vinculados	-17.057.527,83
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-17.506.919,68
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	451.119,86
Demais Recursos	-1.728,01
TOTAL	-19.881.022,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO
NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 153047 - HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES
 ORGÃO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2015
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 02/03/2016
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	187.975.395,85	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	272.474,90	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	272.474,90	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	181.007.416,24	-
Transferências Intragovernamentais	172.266.733,98	-
Transferências Intergovernamentais	8.096.024,16	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-

Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	644.658,10	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.667.919,19	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.667.919,19	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	27.585,52	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	27.585,52	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	205.077.560,88	-
Pessoal e Encargos	106.631.188,24	-
Remuneração a Pessoal	83.796.934,56	-
Encargos Patronais	12.810.472,09	-
Benefícios a Pessoal	10.023.781,59	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	516.995,91	-
Aposentadorias e Reformas	176.714,60	-
Pensões	340.281,31	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	68.128.992,84	-
Uso de Material de Consumo	26.329.695,88	-
Serviços	39.235.676,80	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.563.620,16	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	24.731,19	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	24.731,19	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.546.417,28	-
Transferências Intragovernamentais	4.343.544,38	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	202.872,90	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	24.734.740,53	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	3.048.489,54	-
Desincorporação de Ativos	21.686.250,99	-
Tributárias	3.332,32	-

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.332,32	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	491.162,57	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	203.497,36	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	287.665,21	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-17.102.165,03	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 153047 - HOSPITAL UNIVERSITARIO C. ANTONIO MORAIS/UFES
ORGÃO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2015
PERÍODO Anual
EMISSÃO 02/03/2016
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	6.773.363,91	-
INGRESSOS	181.136.297,42	-
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	181.136.297,42	-
Ingressos Extraorçamentários	-41.522,18	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-

Transferências Financeiras Recebidas	172.266.733,98	-
Arrecadação de Outra Unidade	8.396.084,58	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	515.001,04	-
DESEMBOLSOS	-	-
	174.362.933,51	-
Pessoal e Demais Despesas	-	-
	156.595.704,25	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-24.156.999,81	-
Saúde	-50.174.011,33	-
Trabalho	-	-
Educação	-82.264.693,11	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-13.041.270,65	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-13.041.270,65	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-4.725.958,61	-
Dispêndios Extraorçamentários	-382.414,23	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-4.343.544,38	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-

Valores em Trânsito		-
Ajuste Acumulado de Conversão		-
Demais Pagamentos		-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.658.017,66	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-6.658.017,66	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.658.017,66	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	115.346,25	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.262.588,11	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.377.934,36	-

10.6 Áreas Especiais de Gestão

10.6.1 Gestão de Pessoas

10.6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO 43 - FORÇA DE TRABALHO DO HUCAM

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1698	1698	230 – CLT	27 – CLT 47 – RJU
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1698	1698	230 – CLT	27 – CLT 47 – RJU
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	861 – CLT 737 – RJU	861 – CLT 737 – RJU	230 – CLT	27 – CLT 47 – RJU
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	100	100	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1698	1698	230	74

Fonte: DIVGP/EBSERH

OBSERVAÇÕES: O total de servidores requisitados de outros órgãos e esferas correspondem a 49 cedidos pela Sesa/ES, 15 cedidos pelo ministério da saúde, 03 cedidos pela prefeitura municipal de Vitória e 33 pelo DNPM.

QUADRO 44 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	223	1475
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	223	1475
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	92 – CLT 98 – RJU	769 – CLT 639 – RJU
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	33	67
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	223	1475

Fonte: DIVGP/EBSERH e DGP/UFES

QUADRO 45 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	6	6	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	3	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	3	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	68	67	23	23
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	48	17	17
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	19	6	6
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	74	73	24	24

Fonte: DIVGP/EBSERH e DGP/UFES

Observações: Constituem-se cargos de confiança da EBSEH para as unidades hospitalares – Filiais: Superintendente (1), Gerente (3), Ouvidor (1) e Auditor Chefe (1).

Análise crítica: durante o exercício de 2015, foi dado prosseguimento à contratação dos empregados aprovados nos concursos de que trata os Editais n^{os} 4/2013 e 13/2014. Assim, no período de janeiro/2015 a dezembro/2015, foram admitidos 230 empregados vinculados ao regime celetista – tais contratações buscaram atender às diversas unidades do Hucam.

Essas contratações buscaram substituir profissionais da área de saúde terceirizados e também repor as vagas em diversos cargos e especialidades das áreas médica, assistencial e administrativa geradas com os desligamentos de servidores regidos pela Lei n^o 8.112/1990.

10.6.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho

Em relação à qualificação da força de trabalho, cabe destacar as ações de capacitação e qualificação promovidas pela Divisão de Gestão de Pessoas (DivGP), tendo como base o Plano de Desenvolvimento de Competências dos colaboradores do Hucam, que objetivou identificar as necessidades de capacitação por área e eixos estratégicos para o ano de 2015.

No entanto, grande parte dos cursos programados não foram realizados por falta de recursos financeiros, assim foi priorizada a realização de treinamentos “*in loco*”, promovidos internamente pelas áreas. No total, foram 2.193 capacitações realizadas. Nesse contexto, pode-se destacar a realização dos seguintes cursos:

- Transfusão de Hemocomponentes;
- Oficina de Alinhamento Estratégico da Divisão de Gestão de Pessoas;
- Treinamento sobre o VIGIHOSP;
- Medidas de Prevenção e Controle das IRAS;
- I Seminário de Cuidados Paliativos;
- Higiene das Mãos e Precauções;
- Triagem de Vigilância de Microrganismos Multirresistente;
- Apresentação Protocolos e Fluxos NIR;
- Capacitação das Chefias - Regulamento de pessoal e CLT;
- Capacitação em Gestão de Resíduos para Serviço de Hemoterapia;
- Cuidados com Acesso Venoso Periférico;
- Work Shop Ventilação Mecânica Covidien;
- Capacitação de Responsáveis Técnicos;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial - Fundação Dom Cabral;
- Oficina de Protocolo;
- Apresentação de Dados Adesão HM na UTIN, Técnica e os Cinco Momentos;
- Divulgação do Núcleo de Gestão da Qualidade e Controle de Documentos;
- Diagnóstico Precoce e Atual Situação Ocupacional de Tuberculose no Hucam;
- Apresentação da Norma Operacional Sobre a Gestão de Desempenho por Competência;
- Capacitação Gestão Estratégica;
- Capacitação Secretárias de Clínicas;
- Tuberculose - Processos Relacionados à Saúde e Segurança do Trabalho;
- Capacitação Como Reconhecer e Tratar Eventos Adversos Transfusoriais;
- Work Shop da Sepsis;
- Treinamento e Atualização em Radioproteção e Dosimetria;
- O médico no Novo Milênio;
- I Semana do Médico;
- Farmaco Segurança;
- Prevenção de Úlcera por Pressão;
- Educação e Saúde Financeira;
- Segurança do Paciente;
- Prestação de Constas Hospitalares.

10.6.1.3 Demonstrativo das despesas com pessoal

QUADRO 46 – DESPESA COM PESSOAL - HUCAM

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribu- ções	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada (EST-01, EST-11, CLT-20)											
Exercícios	2015	78.549.842,47	9.729,72	8.974.281,35	32.236.946,53	7.253.337,09	5.014.478,05	52.563,42	245.862,80	69.817,28	132.406.858,71
	2014	71.160.690,85	7.799,72	7.897.577,51	27.716.373,71	7.347.022,28	4.697.206,19	167.516,46	426.899,32	77.315,52	119.498.401,56
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus (EST-08)											
Exercícios	2015	4.116.628,01	0,00	460.784,21	1.672.569,91	123.154,20	92.662,81	776,52	1.181,63	0,00	6.467.757,29
	2014	2.003.423,83	14,38	272.424,22	796.968,54	111.152,39	75.827,43	1.262,74	1.831,66	0,00	3.262.905,19
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DW-SIAPE.

10.6.1.4 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

Acerca desse item, como forma de controle de dados sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas, disciplinado no Artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, o Hucam/Ufes possui uma Comissão para Avaliação de Acumulação de Cargos para identificar a existência de acumulação no momento de contratação de novos empregados. Ressalta-se que, para os servidores estatutários em exercício no Hucam, as devidas ações são realizadas pela Ufes.

Ademais, a Ebserh publicou a Norma Operacional nº 9, de 9 de dezembro de 2015, que regulamenta os critérios e procedimentos específicos para a acumulação remunerada de cargo, emprego, função e/ou contratos temporário no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

10.6.1.5 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

QUADRO 47 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE

Unidade Contratante						
Nome: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSINAO ANTÔNIO MORAES						
UG/Gestão: 153047/15225						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, com fornecimento de mão de obra, conforme especificações e condições estabelecidas neste contrato, bem como as disposições do Edital do Pregão Eletrônico n.º 098/2012.	05.436.371/0001-34	21/08/2012	07/05/2015	Fundamental	Encerrado
2012	Contratação de empresa especializada	05.436.371/0001-34	16/03/2012	15/03/2015	Fundamental	Encerrado

	para a prestação de serviços de mão de obra no ramo de cozinha industrial hospitalar, a fim de atender às necessidades do hospital Cassiano Antônio de Moraes da Universidade Federal do Espírito Santo, devidamente relacionados e no termo de referência – anexo I, com a vigência do contrato de 12 (doze) meses, em regime de empreitada por preço global.					
2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, com fornecimento de mão de obra, conforme especificações e condições estabelecidas neste contrato, bem como as disposições do Edital do Pregão Eletrônico n.º 100/2012	05.436.371/0001-34	27/08/2012	28/02/2015	Médio	Encerrado
2015	Contratação de empresa prestadora de serviços contínuos de Limpeza Hospitalar, visando à obtenção de adequada condição de salubridade e higiene em	02.201.230/0001-44	09/09/2015	08/05/2016	Fundamental	Ativo

	dependências médico-hospitalares, com a disponibilização de mão de obra qualificada, produtos saneantes domissanitários, materiais, máquinas e equipamentos, em regime de empreitada por preço global, para as áreas internas e externas do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2015-HUCAM/UFES.					
2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e operacional no ramo de cozinha industrial hospitalar, de forma contínua, com uso intensivo de mão-de-obra, a fim de atender às necessidades do Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, conforme especificações constantes no Termo de	17.027.806/0001-76	12/09/2015	11/09/2016	Fundamental	Ativo

	Referência, Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico nº 77/2015-HUCAM/UFES.					
2015	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de vigilância com uso intensivo de mão de obra, para atender ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes – HUCAM, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico nº 113/2014-HUCAM/UFES.	17.027.806/0001-76	08/12/2015	01/12/2016	Médio	Ativo

Fonte: Unidade de Contratos – Hucam/Ufes

10.6.1.6 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

O Hucam conta com uma frota de 11 veículos oficiais, conforme quadro a seguir, entre automóveis de passageiros, utilitários, ambulâncias e UTIs Móveis, mantidos por meio de contratos de fornecimento de combustíveis e manutenção, utilizando para a condução a força de trabalho própria e terceirizada, observado o estabelecido no artigo 1º da Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996.

TABELA 36 - VEÍCULOS DO HUCAM

VEÍCULO OFICIAL			PLACA
RENAULT	CLIO	2004	MPV0318
GM	D20	1986	MRK2522
VW	GOL	2003	MPV7396
RENAULT	CLIO	2004	MPV0337
GM	CORSA SEDAN	2007	MRA3758
MERCEDES BENS	UTI/MOVEL	2012	ODQ1731
FIAT	AMBULANCIA	2013	MPL4992
FIAT	AMBULANCIA	2013	MPL4994
CITROEN JUMPER	AMBULANCIA	2015	FSA 0934
FORD	FIESTA	2013	ORD2172
VW	KOMBI	1986	MPV0525
VW	KOMBI	2004	MPU2215

É de vital importância a utilização da frota nas atividades do Hucam/Ufes no que tange ao apoio logístico dos serviços administrativos, bem como das atividades finalísticas, como a remoção de pacientes.

No exercício de 2015, foram gastos R\$ 7.448,00 com peças e manutenção; R\$ 16.420,94 com fornecimento de gasolina e óleo diesel e R\$ 8.992,96. Com despesas de taxas (licenciamento de veículos), foram desembolsados R\$ 3.332,32. Tais números revelam que a utilização de frota própria, em detrimento da utilização de terceiros, trazem maior economicidade para a instituição.

10.6.1.7 Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O Hucam segue a mesma diretriz da Universidade quanto à política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. Atualmente, o único veículo nessas condições é o VW-KOMBI, ano 1986, placa MPV0525, que aguarda a realização do próximo leilão público, para que seja realizada a inversão de capital.

10.6.2 Gestão da tecnologia da informação

O Hucam, até a cessão da gestão à Ebserh, não contava com uma estrutura interna de gestão da tecnologia da informação, pois sempre foi administrado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da Ufes e contava com empresa terceirizada para atendimento básico aos usuários do Hospital.

Após a assinatura do Contrato nº 1.008/2013, firmado com a Ebserh, em abril de 2013, foi possível a realização de concurso público para atender à área de tecnologia da informação com analistas e técnicos. A partir de então, implementou-se o Setor de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (SGPTI).

Em 25 de junho de 2014, a Ebserh publicou em seu Boletim de Serviço nº 44, a instituição do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e suas entidades vinculadas. Dessa forma, as filiais estão à espera das deliberações desse comitê para dar andamento à criação do Plano Diretor de Tecnologias da Informação (PDTI).

A primeira versão da Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) do Hucam foi publicada no Boletim de Serviço nº 36, em 8 de agosto de 2015, aprovada por membros do Colegiado Gestor e convidados e disponibilizada na *intranet* do Hospital para conhecimento da comunidade interna.

Acerca dos sistemas de informação que o Hucam utiliza, podem ser citados:

- i) O AGHU (Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários) – o objetivo do aplicativo é apoiar a padronização das práticas assistenciais e administrativas dos Hospitais Universitários Federais e permitir a criação de indicadores nacionais. O sistema possui funcionalidades distribuídas em módulos. Na área assistencial, o Hospital conta com o Registro de Pacientes, Internação, Prescrição Médica, Prescrição de Enfermagem e Farmácia. Já na área administrativa, Estoque, Registro do Colaborador e Segurança de Usuários.

A gestão técnica e de negócios do AGHU é realizada pela DGPTI (Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação), na Sede da Ebserh, com suporte da equipe de TI local no Hucam. O sistema é crítico para a operação da instituição, uma vez que a os principais registros de atendimento aos pacientes devem ser realizados no sistema.

ii) O Hospub – antigo aplicativo de gestão hospitalar na instituição, desenvolvido pelo Datasus. A maioria de seus módulos já está desativada, embora seja utilizado pelo Laboratório de Análises Clínicas, sendo sua principal ferramenta. No Hospub, são registradas as solicitações de exames dos pacientes e os resultados dos exames. Alguns equipamentos de análises clínicas fazem o interfaceamento direto com o Hospub para registrar os resultados por meio do aplicativo Matrix, contratado pelo Hospital.

A gestão técnica e de negócios é do Datasus, mas o sistema já foi descontinuado. O suporte é realizado pela equipe de TI local do Hucam, até que ele seja substituído pelo módulo de Exames do AGHU, quando deve ser descontinuado completamente. O sistema é crítico para a operação da instituição, dado que os diversos setores demandam informações de exames dos pacientes aos Laboratórios.

iii) O SPDATA – Sistema de Gestão Para Saúde Pública. Sistema contratado para suprir a necessidade de suporte à gestão das informações de Faturamento SUS. No sistema, é feito o controle do faturamento hospitalar junto ao SUS, permitindo o faturamento de AIH, faturamento de Contas Ambulatoriais e faturamento de APAC.

A gestão técnica e de negócios do sistema é da empresa contratada, SPDATA, responsável por prestar suporte aos usuários do sistema, contando com o apoio da equipe local. O sistema é crítico para a instituição, pois é por meio dele que se realiza o faturamentos junto ao SUS, referentes aos atendimentos realizados aos pacientes.

iv) O CLINUX / DICOMVIX – solução de gestão para radiologia, utilizada no HU, para o gerenciamento dos exames desse setor. As principais funcionalidades do sistema são o agendamento dos exames, o controle da fila de atendimento, a digitação e o armazenamento dos laudos. Atua em conjunto com o sistema DicomVix, que permite armazenamento e visualização de imagens médicas (PACS) de uma forma normalizada, possibilitando que as informações dos pacientes e suas respectivas imagens sejam visualizadas pelos profissionais nas suas estações de trabalho.

O sistema é mantido pela empresa contratada Genesis, que realiza e dá o suporte aos usuários, em conjunto com a equipe local, até que ele seja substituído pelo módulo de Exames do AGHU, quando deve ser descontinuado.

Dos treinamentos realizados, podem ser citados:

- Administração do Windows Server 2012;
- Treinamentos do AGHU (todos os módulos);
- Solução Antivírus Symantec;
- Gestão de TI.

A equipe de Tecnologia da Informação do Hospital tem a seguinte composição:

- dois analistas de suporte e redes, concursados da Ebserh;
- dois analistas de processos, concursados da Ebserh;
- dois técnicos, concursados da Ebserh;
- um servidor RJU, concursado da Ufes;

- cinco técnicos terceirizados;
- um analista de negócio, terceirizado;
- um técnico de cabeamento de rede, terceirizado;
- um técnico de telefonia, terceirizado;
- serviço de suporte técnico por telefone, terceirizado.

Os serviços de TI realizados no Hucam são registrados em ferramentas de gestão, onde é possível acompanhar o andamento das atividades de cada profissional.

Para incidentes e suporte ao usuário, é utilizada a ferramenta *on-line* Citsmart, onde são registradas todas as requisições dos usuários, realizadas por meio da Central de Atendimento (seja por telefone ou *e-mail*). Esse suporte pode ser realizado direto pelos técnicos da central de atendimento (1º nível), pelos técnicos de atendimento presencial (2º nível) ou pela equipe especializada de técnicos e analistas (3º nível).

Demandas de melhorias nos processos, sistemas internos e infraestrutura (rede e telefonia) de TI do Hucam são controladas por meio da ferramenta STI, Sistema de Tecnologia da Informação, implantada pela equipe local, na qual são registradas as solicitações dos diversos setores da instituição, para registro da evolução das atividades e acompanhamento da gestão.

As demandas específicas do sistema AGHU, bem como algumas demandas de infraestrutura de TI, são geridas pela Ebserh Sede. Para tanto, utiliza-se a ferramenta Sape (Sistema de Acompanhamento de Projetos Especializados), implantado pela própria matriz para registro das necessidades e acompanhamento da execução das solicitações pela equipe responsável.

Ao longo de 2015, o SGPTI/Hucam produziu os seguintes resultados:

TABELA 37 - SGPTI

DATACENTER CONTÊINER	1
MICROCOMPUTADORES	247
LICENÇAS MICROSOFT	1.409
ANTIVÍRUS CORPORATIVO AVAST	603
IMPRESSORAS	204
PONTOS DE REDE LANÇADOS	312
SERVIDORES INSTALADOS	5
LINK INTERNET	2
REGISTRO DOMÍNIO HUCAM.EDU.BR	-
CRIAÇÃO E-MAIL HUCAM.EDU.BR	-
CONTAS E-MAIL CRIADAS	62
IMPLANTAÇÃO INTRANET	-
ÁREAS PUBLICANDO INTRANET	6
IMPLANTAÇÃO REDMINE	-
USUÁRIOS UTILIZANDO O PDE	42
USUÁRIOS UTILIZANDO O STI	16
SISTEMAS DESENVOLVIDOS	16
FORMULÁRIOS DESENVOLVIDOS	6
REUNIÕES CRIAÇÃO DO CADERNO DE PROCESSOS	1
COLABORADORES TREINADOS AGHU	715
MÓDULOS AGHU IMPLANTADOS	5
ÁREAS COM AGHU IMPLANTADO	8
VIDEOCONFERÊNCIAS	179
ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS	10403
PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO	6

10.6.2.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e na contratação de serviços ou obras

Até o momento, não houve uma adesão explícita a programas de gestão de sustentabilidade, tais como: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP), mas diversas ações vêm sendo adotadas pelos colaboradores e terceiros no sentido de não se manter alheio aos esforços pela sustentabilidade e eficiência nos gastos. Apesar disso, a utilização de meios eletrônicos para correspondências internas, impressões nas duas laudas das folhas e utilização de canecas reutilizáveis por diversos setores.

Em relação à energia elétrica e água, registra-se que 80% do seu consumo é destinado ao atendimento dos pacientes do Hospital. Assim, a Administração tem buscado alternativas econômicas por meio da substituição de equipamentos clínicos, como a aquisição de aparelhos de fototerapia a Led e filtros que possibilitam o reuso da água.

10.6.2.2 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

A Unidade de Comunicação do Hucam informa que não houve contratos de publicidade e propaganda firmados pela UPC no exercício de 2015. Ainda assim, realizou diversas ações de comunicação naquele ano por meio de mídia espontânea, como jornais, revistas, redes sociais, sites jornalísticos, TVs e rádios.

10.7 Relatórios, pareceres e declarações

10.7.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios no Sistema Estruturante da Administração Pública Federal

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Alberto Sobral Vieira Junior, CPF nº 742.983.807-34, **Suprintendente/Hucam/Ufes/Ebserh**, exercido no **Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes - HUCA** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Renasse – SICONV conforme estabelece a LDO 2015 e suas correspondentes em exercícios


Vitória - ES, 31 de dezembro de 2015.


Prof. LUIZ ALBERTO SOBRAL V. JUNIOR
Superintendente do HUCAM/ UFES/ EBSERH

10.7.2 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (U.J)		Código da UG	
Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes		153047	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Vitória - ES	Data	31/12/2016
Contador Responsável	Valcerli Germano Gaick	CRC nº	12230/O-3


Valcerli Germano Gaick
Chefe do Setor de Contabilidade
Contador - CRC/ES 12230/O-3
SIAPE 1461114 - MUCAM - UFES

11 ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - Relatórios CGU-PAD

CGU-PAD		Controladoria-Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS		
Dados do Filtro:		
Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.		
Universidade Federal do Espírito Santo		
Período: 31/12/2014 a 04/03/2016		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas		0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos		0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia		0
Total de Processos Administrativos Disciplinares		13
Total de Ritos Sumários		1
Total de Sindicâncias		7
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'		0
Total de Sindicâncias Patrimoniais		0
Total de Procedimentos		21
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068000220201620	13/01/2016	Sindicância
23068000309201513	23/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000353201515	03/02/2015	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
23068000354201560	03/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003338201448	23/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068008929201592	21/05/2015	Sindicância
23068009146201526	09/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068009876201527	25/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068009982201519	17/08/2015	Sindicância
23068011558201526	17/08/2015	Sindicância
23068012789200917	23/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068014251201587	01/02/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015058201563	01/02/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015174201582	01/02/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015761201491	23/02/2015	Sindicância
23068015761201491	21/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068019842201460	12/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068019844201459	24/03/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068021808201455	16/03/2015	Sindicância
23068022393201437	22/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068022395201426	23/02/2015	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 7
Data de emissão do relatório: 04/03/2016
Emitido por: Italo Jose Queiroz Pompermayer

Universidade Federal do Espírito Santo	
Período: 31/12/2014 a 04/03/2016	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	21
Total de Ritos Sumários	1
Total de Sindicâncias	9
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	31

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068000086201403	02/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000220201620	20/01/2016	Sindicância
23068000309201513	30/03/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000353201515	06/03/2015	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
23068000354201550	04/03/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068001844201311	23/11/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068002623201441	06/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003177201069	09/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003338201448	27/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068004154201403	06/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005841201438	06/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068008929201592	15/06/2015	Sindicância
23068009146201526	26/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068009876201527	30/07/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068009982201519	12/11/2015	Sindicância
23068010463200947	19/02/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068010512201417	16/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068011558201526	29/10/2015	Sindicância
23068011772201400	10/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068011810201416	03/03/2015	Sindicância
23068012789200917	01/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, do art. 20º do Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012.
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsto no art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 2 de 7
Data de emissão do relatório: 04/03/2016
Emitido por: Italo Jose Queiroz Pompermayr

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS EM INDICIAMENTO/CITAÇÃO

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068014789201249	28/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015007201451	12/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015761201491	14/08/2015	Sindicância
23068015761201491	23/12/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068019842201460	03/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068019844201459	29/10/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068021808201455	14/04/2015	Sindicância
23068022393201437	11/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068022395201426	02/04/2015	Sindicância
23068022827201407	04/05/2015	Sindicância

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Universidade Federal do Espírito Santo	
Período: 31/12/2014 a 04/03/2015	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	24
Total de Ritos Sumários	1
Total de Sindicâncias	7
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	32

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23088000088201403	03/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088000220201820	26/01/2016	Sindicância
23088000309201513	01/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088000353201515	25/03/2015	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
23088000354201580	24/03/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088001844201311	25/11/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088002823201441	03/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088003177201089	09/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088003338201448	27/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088004154201403	03/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088005841201438	07/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088008929201592	25/08/2015	Sindicância
23088009148201528	13/07/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088009878201527	30/07/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088010483200947	22/02/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088010512201417	25/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088011772201400	10/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088011810201418	03/03/2015	Sindicância
23088012789200917	02/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088014215201432	19/03/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23088014789201249	29/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2012, e o art. 2º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsto do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 4 de 7

Data de emissão do relatório: 04/03/2016

Elaborado por: Italo Jose Queiroz Pompeianer

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS ENCAMINHADOS PARA JULGAMENTO

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068014798201230	21/01/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015007201451	12/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015761201491	14/08/2015	Sindicância
23068015761201491	28/12/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068019842201460	03/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068019844201459	04/11/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068021808201455	14/04/2015	Sindicância
23068022393201437	11/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068022395201426	06/04/2015	Sindicância
23068022827201407	04/05/2015	Sindicância
23068025117201188	01/07/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Universidade Federal do Espírito Santo	
Período: 31/12/2014 a 04/03/2016	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Apurações Diretas	0
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos	0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia	0
Total de Processos Administrativos Disciplinares	25
Total de Ritos Sumários	1
Total de Sindicâncias	10
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	36

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068000086201403	17/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000220201620	26/01/2016	Sindicância
23068000309201513	09/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068000353201515	07/04/2015	Rito Sumário(Lei 8.112/90)
23068000354201560	07/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068001844201311	27/11/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068002623201441	17/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003177201069	17/06/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068003338201448	13/07/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068004154201403	11/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068005841201438	08/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068008929201592	30/06/2015	Sindicância
23068009146201526	21/10/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068009669201491	15/09/2015	Sindicância
23068009876201527	11/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068010463200947	22/02/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068010512201417	10/07/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068011772201400	13/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068011810201416	09/04/2015	Sindicância
23068012789200917	13/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068014215201432	09/04/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, do art. 20º do Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsto do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 6 de 7
Data de emissão do relatório: 04/03/2016
Emitido por: Italo José Queiroz Pompeimayer

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
23068014761201210	13/02/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068014789201249	21/10/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068014798201230	23/01/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015007201451	18/05/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068015761201491	24/08/2015	Sindicância
23068015761201491	28/01/2016	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068019842201460	24/09/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068019844201459	09/11/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068020928201273	29/05/2015	Sindicância
23068021808201455	08/05/2015	Sindicância
23068022393201437	19/08/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068022395201426	13/05/2015	Sindicância
23068022827201407	08/06/2015	Sindicância
23068025117201188	16/12/2015	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
23068701470201419	02/07/2015	Sindicância

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, do art. 20º do Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012.
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsto no art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 7 de 7
Data de emissão do relatório: 04/03/2016
Emissão por: Italo Jose Queiroz Pompamayer

ANEXO II - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	16.641.555,78	-
INGRESSOS	1.073.318.228,51	-
Receitas Derivadas e Originárias	27.453.175,38	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.573.894,78	-
Receita Agropecuária	66.083,37	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	19.914.540,92	-
Remuneração das Disponibilidades	3.487.268,40	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	2.411.387,91	-
Transferências Correntes Recebidas	15.448.201,99	-
Intergovernamentais	8.096.024,16	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	8.096.024,16	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	7.353.177,83	-
Outros Ingressos das Operações	1.030.315.851,14	-
Ingressos Extraorçamentários	-24.324,13	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.029.768.027,46	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEV	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	572.147,81	-
DESEMBOLSOS	-1.056.576.672,73	-
Pessoal e Demais Despesas	-846.505.486,53	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-219.396.274,78	-
Saúde	-51.757.234,64	-
Trabalho	-	-
Educação	-573.012.149,51	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2015	2014
Cultura	-100.000,00	-
Direitos da Cidadania	-1.344.078,60	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-39.431,95	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-853.917,05	-
Encargos Especiais	-2.400,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-89.462.489,04	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-89.377.191,43	-
Outras Transferências Concedidas	-85.297,61	-
Outros Desembolsos das Operações	-120.608.697,16	-
Despêndios Extraorçamentários	-597.235,85	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-120.011.461,31	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-21.760.602,24	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-21.760.602,24	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-20.936.157,52	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-824.444,72	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-5.119.046,46	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	36.214.547,14	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	31.095.500,68	-

Douglas Roriz Calman
Chefe de SAC/DCF/UFES
Contador CRC-ES Nº 01223170-0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.093.536.107,1	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	21.556.257,02	-
Venda de Mercadorias	162.696,02	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	21.452.561,00	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.500.090,67	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	12.822,27	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.487.268,40	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.047.175.939,4	-
Transferências Intragovernamentais	1.029.768.027,4	-
Transferências Intergovernamentais	8.096.024,16	-
Transferências das Instituições Privadas	7.353.177,83	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.958.710,01	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	18.906.254,39	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	18.906.254,39	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.398.565,64	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	2014
VPA de Dívida Ativa			-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.388.565,64	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.074.518.701,3	-
Pessoal e Encargos		509.219.336,18	-
Remuneração a Pessoal		389.678.368,11	-
Encargos Patronais		87.999.561,37	-
Benefícios a Pessoal		31.551.356,70	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		180.943.583,43	-
Aposentadorias e Reformas		152.648.729,15	-
Pensões		28.007.952,20	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		286.902,08	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		195.983.870,88	-
Uso de Material de Consumo		36.242.585,78	-
Serviços		148.237.051,82	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		11.504.233,28	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		51.073,94	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		31.880,53	-
Variações Monetárias e Cambiais		18.455,46	-
Descontos Financeiros Concedidos		737,95	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		120.781.791,28	-
Transferências Intragovernamentais		120.011.461,31	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		85.297,61	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		685.032,36	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		47.502.728,81	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		591.807,10	-
Incorporação de Passivos		10.573.134,07	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	36.337.787,64	-
Tributárias	873.948,26	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	260.750,71	-
Contribuições	613.197,55	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	19.162.368,56	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autonomia Monetária	-	-
Incentivos	18.837.637,16	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	324.731,40	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19.017.405,84	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

Douglas Roriz Caliman
Chefe de SACC/DCF/UFES
Controlador CRC-ES Nº012231/O-0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCACAO

EMISSAO 25/02/2016	PAGINA 1
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	90.583.606,00	90.583.606,00	42.902.377,37	-47.681.228,63
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	5.012.734,00	5.012.734,00	5.061.163,18	48.429,18
Receitas Imobiliárias	1.980.000,00	1.980.000,00	1.573.894,78	-406.105,22
Receitas de Valores Mobiliários	3.032.734,00	3.032.734,00	3.487.268,40	454.534,40
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	559.034,00	559.034,00	66.083,37	-492.950,63
Receita da Produção Vegetal	495.000,00	495.000,00	-	-495.000,00
Receita da Produção Animal e Derivados	64.034,00	64.034,00	66.083,37	2.049,37
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	58.006.019,00	58.006.019,00	19.914.540,92	-38.091.478,08
Transferências Correntes	26.192.312,00	26.192.312,00	15.449.201,99	-10.743.110,01
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	26.192.312,00	26.192.312,00	15.449.201,99	-10.743.110,01
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	813.507,00	813.507,00	2.411.387,91	1.597.880,91
Multas e Juros de Mora	746.869,00	746.869,00	689.677,69	-57.191,31
Indenizações e Restituições	66.638,00	66.638,00	1.721.710,22	1.655.072,22
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	288.560,00	288.560,00	-	-288.560,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	288.560,00	288.560,00	-	-288.560,00
Alienação de Bens Móveis	288.560,00	288.560,00	-	-288.560,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiame.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	90.872.166,00	90.872.166,00	42.902.377,37	-47.969.788,63
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	90.872.166,00	90.872.166,00	42.902.377,37	-47.969.788,63
DÉFICIT	-	-	936.818.248,18	936.818.248,18
TOTAL	90.872.166,00	90.872.166,00	979.720.625,55	888.848.459,55
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	18.753.672,00	18.753.672,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	17.426.000,00	17.426.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	1.327.672,00	1.327.672,00	-
Créditos Cancelados Liquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	841.820.929,00	953.826.340,00	970.788.412,95	929.669.364,74	913.715.742,86	-16.962.072,95
Pessoal e Encargos Sociais	644.379.295,00	719.874.753,00	714.496.292,72	710.661.083,73	710.660.761,79	5.378.469,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	197.441.634,00	233.951.587,00	256.292.120,23	219.008.281,01	203.054.981,07	-22.340.533,23
DESPESAS DE CAPITAL	54.586.046,00	36.384.266,00	8.932.212,60	4.722.521,06	4.393.645,91	27.452.053,40
Investimentos	54.586.046,00	36.384.266,00	8.932.212,60	4.722.521,06	4.393.645,91	27.452.053,40
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	896.406.975,00	990.210.606,00	979.720.625,55	934.391.885,80	918.109.388,77	10.489.980,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	896.406.975,00	990.210.606,00	979.720.625,55	934.391.885,80	918.109.388,77	10.489.980,45
TOTAL	896.406.975,00	990.210.606,00	979.720.625,55	934.391.885,80	918.109.388,77	10.489.980,45

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.061.090,89	19.010.656,16	16.477.224,48	16.387.796,39	2.462.898,34	2.231.052,31
Pessoal e Encargos Sociais	-	131.841,07	58.945,35	58.945,35	72.895,72	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.061.090,89	18.878.815,08	16.418.279,13	16.328.851,04	2.380.002,62	2.231.052,31
DESPESAS DE CAPITAL	10.114.172,97	14.188.634,12	15.939.739,90	15.410.559,01	2.090.441,36	6.801.806,72
Investimentos	10.114.172,97	14.188.634,12	15.939.739,90	15.410.559,01	2.090.441,36	6.801.806,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.175.263,86	33.199.290,27	32.416.964,38	31.798.355,40	4.543.339,70	9.032.859,03

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.020,00	5.867.631,41	5.862.769,32	974,10	5.887,99
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/02/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	2.020,00	5.867.631,41	5.862.789,32	974,10	5.887,99
DESPESAS DE CAPITAL	141.181,33	1.964.236,86	1.958.044,32	-	147.373,87
Investimentos	141.181,33	1.964.236,86	1.958.044,32	-	147.373,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	143.201,33	7.831.868,27	7.820.833,64	974,10	153.261,86

Douglas Roriz Caliman
Chefe de SAC/DC/UFES
Contador CRC-ES Nº 12231/O-0



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	103.759.694,78	85.723.242,91	PASSIVO CIRCULANTE	24.040.171,26	23.823.780,56
Caixa e Equivalentes de Caixa	-31.096.600,68	36.214.547,14	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	16.384.109,47	7.968.160,23
Cientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	7.656.061,79	15.855.620,33
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	65.388.635,23	40.627.648,67			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	7.275.558,87	8.881.047,10			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	542.400.684,29	534.023.218,74	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	17,69	17,69	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17,69	17,69	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	24.040.171,26	23.823.780,56
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	6.969.356,68	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	615.160.851,13	595.922.681,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	19.017.405,84	-
Imobilizado	541.266.692,24	533.248.844,20	Resultados de Exercícios Anteriores	595.922.681,09	595.922.681,09
Bens Móveis	132.929.976,14	128.094.002,64	Ajustes de Exercícios Anteriores	220.764,20	-
Bens Móveis	178.889.267,75	162.696.536,23	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-45.959.291,61	-34.602.533,59	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	622.120.207,81	595.922.681,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/02/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	408.336.716,10	405.154.841,56			
Bens Móveis	408.344.008,25	405.159.276,20			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.292,15	-4.434,64			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.133.974,36	774.356,85			
Softwares	1.064.998,74	705.641,77			
Softwares	1.064.998,74	705.641,77			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	68.975,62	68.715,08			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	68.975,62	68.715,08			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	646.160.379,07	619.746.461,65	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	646.160.379,07	619.746.461,65

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	34.143.990,22	92.090.025,15	PASSIVO FINANCEIRO	77.783.161,06	118.857.141,96
ATIVO PERMANENTE	612.016.388,85	527.656.436,60	PASSIVO PERMANENTE	-	-49.658.807,27
SALDO PATRIMONIAL	-	-	SALDO PATRIMONIAL	568.377.219,01	550.548.126,96

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2015	2014		2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	153.172.602,52	142.500.960,01	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	341.886.812,85	293.896.031,94
Execução dos Atos Potenciais Ativos	153.172.602,52	142.500.960,01	Execução dos Atos Potenciais Passivos	341.886.812,85	293.896.031,94
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	24.431.010,94	21.207.026,06	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	128.704.573,61	121.204.855,84	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	918.200,98	917.800,98
Direitos Contratuais a Executar	37.017,97	89.078,11	Obrigações Contratuais a Executar	340.968.611,87	292.978.230,96
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	153.172.602,52	142.500.960,01	TOTAL	341.886.812,85	293.896.031,94



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 25/02/2016 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.454.548,95
Recursos Vinculados	-37.184.621,89
Educação	-29.163.820,72
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-17.894.205,16
Operação de Crédito	-2.829.754,61
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	15.069.402,19
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-2.307.368,79
Demais Recursos	-58.874,78
TOTAL	-43.639.170,84

Douglas Roriz Caliman
Chefe de SAC/OCF/UFES
Contador CRC-ES Nº 012231/O-0

1. Revisão Analítica_Ativo

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	30/09/2015		Diferença		DEZ/2015		AH%		Item
			CCon - Título (4)	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AH%	
26234	UFES	ATIVO CIRCULANTE	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	28.884.667	4,74%	28.884.667	4,74%	31.095.501	4,81%		107,65%	
			Total	28.884.667	4,74%	28.884.667	4,74%	31.095.501	4,81%		107,65%	
			ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS	27.503.915	4,52%	27.503.915	4,52%	62.340.146	9,65%		226,66%	1
			DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.441	0,00%	1.441	0,00%	3.048.490	0,47%		211502,38%	2
			Total	27.505.357	4,52%	27.505.357	4,52%	65.388.635	10,12%		237,73%	
			ALMOXARIFADO	7.634.268	1,25%	7.634.268	1,25%	7.014.276	1,09%		91,88%	
			MATERIAIS EM TRANSITO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			MERCADORIA	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			

		S PARA REVENDA OUTROS ESTOQUES	254.069	0,04%	254.069	0,04%	261.283	0,04%	102,84%		
		Total	7.888.337	1,30%	7.888.337	1,30%	7.275.559	1,13%	92,23%		
	Total		64.278.361	10,55%	64.278.361	10,55%	103.759.695	16,06%	161,42%		
	ATIVO NAO CIRCULA NTE	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	18	0,00%	18	0,00%	18	0,00%	100,00%		
			Total	18	0,00%	18	0,00%	18	0,00%	100,00%	
		IMOBILIZADO	BENS IMOVEIS	407.653.564	66,94%	407.653.564	66,94%	408.344.008	63,20%	100,17%	
				BENS MOVEIS	178.041.601	29,23%	178.041.601	29,23%	178.889.268	27,68%	100,48%
				DEPRECIACAO , EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA	(42.027.017)	-6,90%	(42.027.017)	-6,90%	(45.966.584)	-7,11%	109,37%
				Total	543.668.148	89,27%	543.668.148	89,27%	541.266.692	83,77%	99,56%
		INTANGIVEL	MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	68.834	0,01%	68.834	0,01%	68.976	0,01%	100,21%	
				SOFTWARES	990.902	0,16%	990.902	0,16%	1.064.999	0,16%	107,48%
				Total	1.059.735	0,17%	1.059.735	0,17%	1.133.974	0,18%	107,01%
			Total	544.727.901	89,45%	544.727.901	89,45%	542.400.684	83,94%	99,57%	
		Total		609.006.262	100,00%	609.006.262	100,00%	646.160.379	100,00%	106,10%	
Total				609.006.262	100,00%	609.006.262	100,00%	646.160.379	100,00%	106,10%	

ITE	DESCRIÇÃO
-----	-----------

M	
1	CRESCIMENTO EM FUNÇÃO DE PARTE DE ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO DE 2016.
2	APURACAO DO PROCESSO DE INSCRICAO DO DIFERIDO E/OU RECURSOS A RECEBER/LIBERAR, COM BASE NO SALDO DA DISPONIBILIDADE POR FONTE DE RECURSOS.
Obs:	A UFES AINDA NÃO REGISTRA A DEPRECIACÃO DE BENS IMÓVEIS, ASSIM COMO, A AMORTIZAÇÃO DE INTANGÍVEIS E A EXAUSTÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS. NO ENTANTO, A IFES JÁ FORMOU UMA COMISSÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CONTABILIZAÇÃO PARA O PERÍODO DE 2017. ADEMAIS, NÃO HOVERÃO MODIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS NO ATIVO DA IFES. AS MAIORES MODIFICAÇÕES FICARAM REGISTRADAS NO ORÇAMENTO DE CUSTEIO DA IFES.

2. Revisão Analítica_Passivo Circulante e Não Circulante

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento	CCon - Título (4)	31/12/2015		30/09/2015		Diferença		AH(%)		ITEM
					Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AH%	
26234	UFES	PASSIVO CIRCULANTE	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	6.997.057	29,11%	1.759.442	10,20%	5.237.615	18,91%		397,69%	1
				VALORES RESTITUIVEIS	659.005	2,74%	667.409	3,87%	(8.404)	-1,13%		98,74%	
				Total	7.656.062	31,85%	2.426.851	14,07%	5.229.211	17,78%		315,47%	
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CP	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	16.384.109	68,15%	14.823.320	85,93%	1.560.789	-17,78%		110,53%	

			NACIONAIS A CP									
			Total	16.384.109	68,15%	14.823.320	85,93%	1.560.789	-17,78%		110,53%	2
		OBRIG TRABALHISTAS,PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			PESSOAL A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
		OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	OBRIGAC FISCAIS A CP COM OS MUNICIPIOS - CONSO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			OBRIGACOES FISCAIS A CP COM OS ESTADOS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
			Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%			
		Total		24.040.171	100,00%	17.250.171	100,00%	6.790.000	0,00%	39,36%	139,36%	
Total				24.040.171	100,00%	17.250.171	100,00%	6.790.000	0,00%	39,36%	139,36%	

ITEM	DESCRIÇÃO
1	COMPREENDE OUTRAS OBRIGAÇÕES NAO CLASSIFICAVEIS EM GRUPOS ESPECIFICOS.
2	OBSERVOU-SE QUE AS OBRIGAÇÕES REDUZIRAM CERCA DE 17,78% NO ÚLTIMO TRIMESTRE.

3. Revisão Analítica_PL

Órgão UGE		CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	31/12/2015		30/09/2015		Diferença		AH(%)	
					Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%
26234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	PATRIMONIO LIQUIDO	DEMAIS RESERVAS	RESERVA DE REAVALIACAO	6.959.357	1,15%	6.959.357	1,15%	0	0,00%	0,00%	0,00%
				Total	6.959.357	1,15%	6.959.357	1,15%	0	0,00%	0,00%	0,00%
			RESULTADOS ACUMULADOS	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS	596.143.445	98,85%	596.140.518	98,85%	2.927	0,00%	0,00%	0,00%
				Total	596.143.445	98,85%	596.140.518	98,85%	2.927	0,00%	0,00%	0,00%
			Total	603.102.802	100,00%	603.099.875	100,00%	2.927	0,00%	0,00%	0,00%	
Total	603.102.802	100,00%	603.099.875	100,00%	2.927	0,00%	0,00%	0,00%				

OBS: NÃO OCORRERAM ALTERAÇÕES RELEVANTES/SIGNIFICATIVAS NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA IFES.

4. Revisão
Analítica_VPA

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	31/01/2015		31/03/2015			30/06/2015			30/09/2015			31/12/2015			Items	
				Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%	Movimento Líquido - R\$	AV%	AH%		
26234	UFES	EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	EXPLORACAO DE BENS E DIR. E PRESTACAO DE SERV	VALOR BRUTO DE EXP. DE BENS E DIR. E PREST SE	4.213.822,78	4,35%	1.148.827,05	1,37%	27,26%	1.345.122,58	1,27%	31,92%	2.998.235,24	3,57%	71,15%	2.155.725,09	2,05%	51,16%	1
			Total	4.213.822,78	4,35%	1.148.827,05	1,37%	27,26%	1.345.122,58	1,27%	31,92%	2.998.235,24	3,57%	71,15%	2.155.725,09	2,05%	51,16%		
			VENDA BRUTA DE MERCADORIAS	3.049,43	0,00%	14.762,08	0,02%	484,09%	5.953,20	0,01%	195,22%	36.144,15	0,04%	1185,28%	6.845,50	0,01%	224,48%		
			Total	3.049,43	0,00%	14.762,08	0,02%	484,09%	5.953,20	0,01%	195,22%	36.144,15	0,04%	1185,28%	6.845,50	0,01%	224,48%		
		Total	4.216.872,21	4,35%	1.163.589,13	1,39%	27,59%	1.351.075,78	1,27%	32,04%	3.034.379,39	3,61%	71,96%	2.162.570,59	2,06%	51,28%			
		VARIACOES PATRI MONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	JUROS E ENC. DE MORA SOBRE FORNEC. BENS E SER	84,08	0,00%	7.190,20	0,01%	8551,62%	155,65	0,00%	185,12%	822,71	0,00%	978,48%	1.468,02	0,00%	1745,98%		
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	121,14	0,00%	506,49	0,00%	418,10%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%		
			Total	205,22	0,00%	7.696,69	0,01%	3750,46%	155,65	0,00%	75,85%	822,71	0,00%	400,89%	1.468,02	0,00%	715,34%		

		REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANC. E APLIC. FINAN	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS	272.744,87	0,28%	374.456,73	0,45%	137,29%	301.423,76	0,28%	110,51%	196.396,55	0,23%	72,01%	180.758,80	0,17%	66,27%	
		Total		272.744,87	0,28%	374.456,73	0,45%	137,29%	301.423,76	0,28%	110,51%	196.396,55	0,23%	72,01%	180.758,80	0,17%	66,27%	
		Total		272.950,09	0,28%	382.153,42	0,46%	140,01%	301.579,41	0,28%	110,49%	197.219,26	0,23%	72,25%	182.226,82	0,17%	66,76%	
		OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	531.382,34	0,55%	38.003,00	0,05%	7,15%	298.713,92	0,28%	56,21%	46.813,00	0,06%	8,81%	73.116,73	0,07%	13,76%	
		Total		531.382,34	0,55%	38.003,00	0,05%	7,15%	298.713,92	0,28%	56,21%	46.813,00	0,06%	8,81%	73.116,73	0,07%	13,76%	
		TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	TRANSF. INSTIT. PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	460.927,87	0,48%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	206.736,00	0,25%	44,85%	383.160,88	0,36%	83,13%	2
		Total		460.927,87	0,48%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	206.736,00	0,25%	44,85%	383.160,88	0,36%	83,13%	
		TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS			941.132,70	1,12%	#DIV/0!	241.248,64	0,23%	#DIV/0!	47.825,08	0,06%	#DIV/0!	1.036.229,18	0,99%	#DIV/0!	
		Total				941.132,70	1,12%	#DIV/0!	241.248,64	0,23%	#DIV/0!	47.825,08	0,06%	#DIV/0!	1.036.229,18	0,99%	#DIV/0!	

		TRANSF ERENCIA S RECEBID AS INDEP.E XEC. ORC AMENT.	10.173.041,23	10,50 %	3.243.459,92	3,87%	31,88 %	4.144.183,71	3,90%	40,74 %	381.181,38	0,45%	3,75%	1.631.070,91	1,55%	16,03 %
		TRANSF ERENCIA S INTRAG OVERNA MENTAI S	80.983.552,82	83,61 %	73.493.907,49	87,66 %	90,75 %	93.495.663,04	87,98%	115,4 5%	79.993.264,91	95,16 %	98,78%	96.399.157,65	91,73 %	119,04 %
		Total	91.156.594,05	94,11 %	76.737.367,41	91,53 %	84,18 %	97.639.846,75	91,88%	107,1 1%	80.374.446,29	95,61 %	88,17%	98.030.228,56	93,28 %	107,54 %
	Total		92.148.904,26	95,13 %	77.716.503,11	92,70 %	84,34 %	98.179.809,31	92,39%	106,5 4%	80.675.820,37	95,97 %	87,55%	99.522.735,35	94,70 %	108,00 %
	VALOR IZACA O E GANH OS COM ATIVO S E DESEN PASSI	GANHOS COM DESINCO RPORAC AO DE PASSIVO S			4.374.252,77	5,22%		6.178.792,23	5,81%		0,00	0,00%		3.048.489,54	2,90%	
		Total			4.374.252,77	5,22 %		6.178.792,23	5,81%		0,00	0,00 %		3.048.489,54	2,90 %	
	Total				4.374.252,77	5,22 %		6.178.792,23	5,81%		0,00	0,00 %		3.048.489,54	2,90 %	
	OUTRA S VARIA COES PATRI MONIA IS AUME NTATI VAS	DIVERSA S VARIAC OES PATRIM ONIAIS AUMENT ATIVAS	189.189,18	0,20%	171.283,00	0,20%	90,54 %	228.177,52	0,21%	120,6 1%	146.636,67	0,17%	77,51%	161.343,35	0,15%	85,28 %
		MULTAS ADMINIS TRATIVA S	36.047,41	0,04%	32.564,97	0,04%	90,34 %	24.611,01	0,02%	68,27 %	6.855,86	0,01%	19,02%	10.811,11	0,01%	29,99 %
		Total	225.236,59	0,23%	203.847,97	0,24 %	90,50 %	252.788,53	0,24%	112,2 3%	153.492,53	0,18 %	68,15%	172.154,46	0,16 %	76,43 %

		VARIAC AO PATRIM ONIAL AUMENT ATIVA A CLASSIFI CA	VARIAC AO PATRIM ONIAL AUMENT ATIVA A CLASSIFI CA														
		Total															
	Total		225.236,59	0,23%	203.847,97	0,24%	90,50%	252.788,53	0,24%	112,23%	153.492,53	0,18%	68,15%	172.154,46	0,16%	76,43%	
	Total		96.863.963,15	100,00%	83.840.346,40	100,00%	86,55%	106.264.045,26	100,00%	109,70%	84.060.911,55	100,00%	86,78%	105.088.176,76	100,00%	108,49%	
Total			96.863.963,15	100,00%	83.840.346,40	100,00%	86,55%	106.264.045,26	100,00%	109,70%	84.060.911,55	100,00%	86,78%	105.088.176,76	100,00%	108,49%	
ITEM	DESCRIÇÃO																
1	NOS MESES DE JULHO E SETEMBRO OUVU UM AUMENTO RELEVANTE DE RECEITA DEVIDO A RECEBIMENTO DE RECEITAS DE PÓS-GRADUAÇÕES E TAXA DE INSCRIÇÃO DO VESTIBULAR 2016.																
2	RECEITA RECEBIDA DE EMPRESAS COMO VALE S/A E PETROBRÁS S/ AREFERENTE A PROJETOS DE PESQUISA.																
OB S:	ADEMAIS, NÃO HOVERÃO MODIFICAÇÕES SIGNIFICATIVAS NO ATIVO DA IFES.																

5. Revisão Analítica_VPD

Órgão UGE	CCon - Grupo (2)	Mês Lançamento CCon - Subgrupo (3)	31/01/2015		31/03/2015			30/06/2015			30/09/2015			31/12/2015			ITE M
			Movimento Líquido - R\$	AV %	Movimento Líquido - R\$	AV %	AH	Movimento Líquido - R\$	AV %	AH	Movimento Líquido - R\$	AV %	AH	Movimento Líquido - R\$	AV %	AH	
26234	PESSOAL E ENCARGOS	BENEFICIOS A PESSOAL	2.605.893,75	2,35 %	2.638.179,79	2,99%	101,24 %	2.568.455,30	3,01%	98,56%	2.829.663,17	3,52%	108,59 %	2.644.538,46	2,60%	101,48%	
		ENCARGOS PATRONAIS	6.411.489,82	5,77 %	6.746.342,38	7,64%	105,22 %	6.809.664,83	7,97%	106,21 %	6.775.641,24	8,43%	105,68 %	7.242.311,60	7,13%	112,96%	
		REMUNERACAO A PESSOAL	30.693.033,53	27,63 %	31.970.451,18	36,19 %	104,16 %	34.491.593,10	40,39 %	112,38 %	31.986.075,38	39,78 %	104,21 %	33.697.962,04	33,17 %	109,79%	
		Total	39.710.417,10	35,75 %	41.354.973,35	46,81 %	104,14 %	43.869.713,23	51,37 %	110,47 %	41.591.379,79	51,72 %	104,74 %	43.584.812,10	42,91 %	109,76%	
	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	APOSENTADORIAS E REFORMAS	11.881.361,45	10,70 %	12.595.798,82	14,26 %	106,01 %	12.898.118,58	15,10 %	108,56 %	12.960.051,07	16,12 %	109,08 %	13.021.000,15	12,82 %	109,59%	
		OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	10.521,90	0,01 %	39.370,11	0,04%	374,17 %	8.978,29	0,01%	85,33%	48.755,73	0,06%	463,37 %	22.251,39	0,02%	211,48%	
		PENSOES	2.234.540,45	2,01 %	2.310.132,93	2,62%	103,38 %	2.365.548,58	2,77%	105,86 %	2.363.669,31	2,94%	105,78 %	2.394.611,97	2,36%	107,16%	
		Total	14.126.423,80	12,72 %	14.945.301,86	16,92 %	105,80 %	15.272.645,45	17,89 %	108,11 %	15.372.476,11	19,12 %	108,82 %	15.437.863,51	15,20 %	109,28%	
	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.028.204,66	0,93 %	1.056.580,96	1,20%	102,76 %	211.137,77	0,25%	20,53%	298.522,78	0,37%	29,03%	3.233.880,26	3,18%	314,52%	1
		SERVICOS	8.303.129,16	7,47 %	14.719.023,17	16,66 %	177,27 %	10.600.356,25	12,41 %	127,67 %	8.778.936,41	10,92 %	105,73 %	18.329.851,36	18,04 %	220,76%	2
		USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	1.731.998,12	1,56 %	3.697.409,90	4,19%	213,48 %	2.378.622,46	2,79%	137,33 %	3.249.366,07	4,04%	187,61 %	2.986.843,40	2,94%	172,45%	3
		Total	11.063.331,94	9,96 %	19.473.014,03	22,04 %	176,01 %	13.190.116,48	15,45 %	119,22 %	12.326.825,26	15,33 %	111,42 %	24.550.575,02	24,17 %	221,91%	

VARIAC OES PATRIM ONIAIS DIMINUT IVAS FINANCE IRA	DESCONTOS FINANCEIRO S CONCEDIDO S									5,01	0,00%			68,36	0,00%		
	JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.509,42	0,00 %	2.946,23	0,00%	117,41 %	5.974,13	0,01%	238,07 %	1.846,73	0,00%	73,59%		0,00	0,00%	0,00%	
	VARIACOES MONETARIA S E CAMBIAIS			0,00	0,00%	#DIV/0!	0,00	0,00%		0,00	0,00%	#DIV/0!		0,00	0,00%		
	Total	2.509,42	0,00 %	2.946,23	0,00%	117,41 %	5.974,13	0,01%	238,07 %	1.851,74	0,00%	73,79%		68,36	0,00%	2,72%	
TRANSF ERENCIA S E DELEGA COES CONCED IDAS	OUTRAS TRANSFERE NCIAS E DELEGACOE S CONCEDIDA S	793,34	0,00 %	12.191,86	0,01%	1536,78 %	202.548,78	0,24%	25531,1 4%	0,00	0,00%	0,00%		0,00	0,00%	0,00%	4
	TRANSFERE NCIAS A INSTITUICO ES PRIVADAS						15.710,22	0,02%		0,00	0,00%			4.550,43	0,00%		
	TRANSFERE NCIAS INTRAGOVE RNAMENTAI S	19.013.478,40	17,12 %	11.450.814,62	12,96 %	60,22%	5.102.224,69	5,97%	26,83%	9.134.182,14	11,36 %	48,04%		9.708.467,04	9,56%	51,06%	
	Total	19.014.271,74	17,12 %	11.463.006,48	12,98 %	60,29%	5.320.483,69	6,23%	27,98%	9.134.182,14	11,36 %	48,04%		9.713.017,47	9,56%	51,08%	
DESVAL ORIZAC AO E PERDA DE ATIVOS	DESINCORP ORACAO DE ATIVOS	26.132.248,88	23,52 %	0,00	0,00%	0,00%	8.000,00	0,01%	0,03%	1.877.857,25	2,34%	7,19%		4.807,41	0,00%	0,02%	
	INCORPORA CAO DE PASSIVOS	0,00	0,00 %	0,00	0,00%		6.037.305,32	7,07%	#DIV/0!	(1.876.852,73)	- 2,33%			6.412.681,48	6,31%		
	PERDAS INVOLUNTA RIAS			31.972,47	0,04%		39.355,37	0,05%	#DIV/0!	0,00	0,00%			119.697,60	0,12%		

	Total	26.132.248,88	23,52%	31.972,47	0,04%	0,12%	6.084.660,69	7,13%	23,28%	1.004,52	0,00%	0,00%	6.537.186,49	6,44%	25,02%
TRIBUTARIAS	CONTRIBUCOES	132.358,88	0,12%	35.715,71	0,04%	26,98%	35.979,21	0,04%	27,18%	45.540,13	0,06%	34,41%	68.396,47	0,07%	51,68%
	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUCOES DE MELHORIA	314,68	0,00%	219.627,39	0,25%	69793,88%	684,44	0,00%	217,50%	4.164,18	0,01%	1323,31%	338,40	0,00%	107,54%
	Total	132.673,56	0,12%	255.343,10	0,29%	192,46%	36.663,65	0,04%	27,63%	49.704,31	0,06%	37,46%	68.734,87	0,07%	51,81%
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	262,70	0,00%	35,96	0,00%	13,69%	163,90	0,00%	62,39%	432,35	0,00%	164,58%	728,31	0,00%	277,24%
	INCENTIVOS	902.368,00	0,81%	814.785,40	0,92%	90,29%	1.612.466,78	1,89%	178,69%	1.935.016,39	2,41%	214,44%	1.685.831,68	1,66%	186,82%
	Total	902.630,70	0,81%	814.821,36	0,92%	90,27%	1.612.630,68	1,89%	178,66%	1.935.448,74	2,41%	214,42%	1.686.559,99	1,66%	186,85%
Total	111.084.507,14	100,00%	88.341.378,88	100,00%	79,53%	85.392.888,00	100,00%	76,87%	80.412.872,61	100,00%	72,39%	101.578.817,81	100,00%	91,44%	
Total	111.084.507,14	100,00%	88.341.378,88	100,00%	79,53%	85.392.888,00	100,00%	76,87%	80.412.872,61	100,00%	72,39%	101.578.817,81	100,00%	91,44%	

ITEM	DESCRIÇÃO
1	OS AUMENTOS RELEVANTES DA DEPRECIACÃO NOS MESES DE JULHO E DEZEMBRO REFEREM-SE AO DESGASTE/OBSCOLESCÊNCIA MAIS SIGNIFICATIVO DAS CONTAS 123110103, 123110125, 123110201, 123110201, 123110103, 123110303 E 123110125.
2	OS AUMENTOS RELEVANTES EM MAIO, JULHO E DEZEMBRO REFEREM-SE A AUMENTO NAS DESPESAS COM DIÁRIAS E SERVIÇOS PRESTADOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO.
3	VALORES RELEVANTES REFEREM-SE A CONSUMO DE GENEROS DE ALIMENTAÇÃO, FARMACOLÓGICOS E HOSPITALARES.
4	VALORES RELEVANTES REFEREM-SE A DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS A TEMPLO RELIGIOSO.
5	VALORES RELEVANTES REFEREM-SE DESPESAS COM AJUDA DE CUSTO (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUÇÕES STRICTO-SENSO), BOLSAS DE ESTUDO DE PROJETO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.